PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA

Thomas Malthus

LeBooks

PRINCÍPIOS
DE
ECONOMIA
POLÍTICA
Thomas Malthus
LeBooks

dLivros

{ Baixe Livros de forma Rápida e Gratuita }

Converted by convertEPub

Introdução

A ciência da Economia Política assemelha-se mais às ciências éticas que à ciência da Matemática.

Essa conclusão, baseada num exame dos tópicos com os quais a Economia Política está intimamente relacionada, é reforçada pelas diferenças de opinião existentes entre aqueles que dedicaram grande parte de sua atenção a esse estudo.

Os economistas e Adam Smith divergiam em algumas questões importantes em Economia Política, embora concordassem em outras ainda mais importantes.

Continuam existindo diferenças de opinião sobre questões de grande relevância entre os mais ilustres autores modernos.

A determinação exata dessas questões é de grande consequência prática.

Um acordo entre os principais autores de Economia Política seria muito proveitoso do ponto de vista do prestígio da ciência em sua aplicação prática.

No estágio atual da ciência, um esforço para esclarecer alguns pontos importantes, ainda que controvertidos, pode ser mais útil que uma tentativa de estruturar todo um novo tratado.

A principal fonte de erro e das diferenças que existem no momento entre os autores científicos em Economia Política parece-me estar na tentativa precipitada de simplificar e generalizar; e enquanto seus oponentes mais práticos tiram inferências demasiado apressadas a partir de um apelo frequente a fatos parciais, aqueles autores colocam-se no outro extremo e não tentam

comprovar suficientemente suas teorias mediante referências àquela experiência ampliada e abrangente que, em assunto tão complexo, é a única que pode estabelecer sua verdade e utilidade.

Para certo tipo de mentalidade não há nada mais cativante que simplificar e generalizar. Esses são, na verdade, os objetivos legítimos e desejáveis da verdadeira Filosofia, sempre que não entrem em contradição com a verdade. Por essa mesma razão, a tendência natural para alcançar aqueles objetivos tem levado a teorias grosseiras e prematuras em quase todas as ciências das quais temos algum conhecimento.

Em Economia Política, o desejo de simplificar gerou relutância em admitir a ação de mais de uma causa na produção de efeitos específicos. Se uma única causa explica parte considerável de certo tipo de fenômenos, o todo tem sido atribuído a ela sem atenção suficiente para os fatos, que não podem ser explicados dessa forma. Sempre fui da opinião de que a recente controvérsia em torno da questão do ouro é um exemplo claro desse tipo de erro. As duas partes possuíam uma teoria explicativa do intercâmbio desfavorável e da elevação do preço de mercado do ouro acima do preço oficial; cada parte apegava-se a seu ponto de vista costumeiro e praticamente nenhum autor parecia disposto a admitir a validade de ambas as teorias, cuja combinação, às vezes atuando em conjunto, às vezes em oposição, era a única maneira de esclarecer adequadamente os complexos e variáveis fenômenos em observação.[1]

Seria difícil exagerar o respeito e a veneração que temos pela admirável lei de Newton, segundo a qual não se deve admitir mais causas que as necessárias para a explicação dos fenômenos observados; mas a própria lei traz implícito que as causas realmente imprescindíveis

para a explicação devem ser aceitas. As mais belas classificações e teorias devem prostrar-se ante o altar da verdade revelada pelos fatos e pela experiência. Pode-se compreender que um químico de trinta anos atrás lamente-se de que as novas descobertas da ciência desmontem ou tornem confusos seus sistemas e arranjos anteriores; mas não poderemos chamá-lo de filósofo se não desistir sem resistência de suas teorias, tão logo sejam cabalmente demonstradas as teorias que refutam as suas.

A mesma tendência de simplificar e generalizar produz relutância ainda maior em aceitar modificações, limitações e exceções a qualquer regra ou proposição que em admitir a intervenção de mais de uma causa. Na verdade, nada é tão insatisfatório, e nada faz uma proposição parecer tão pouco científica e inteligível do que ser obrigado a admitir coisas desse tipo. No entanto, não há verdade da qual eu esteja mais convicto do que a de haver muitas proposições importantes em Economia Política que definitivamente requerem limitações e exceções. E pode-se afirmar com segurança que a frequente combinação de causas complexas, bem como a ação e reação recíprocas de causa e efeito, mais a necessidade de limitações e exceções em considerável número de proposições importantes constituem as principais dificuldades da ciência e ocasionam os erros frequentes que, devemos reconhecer, são cometidos na previsão de resultados.

Explico-me com um exemplo. Adam Smith afirmava que os capitais aumentam mediante a parcimônia; que todo homem frugal é um benfeitor público e que o aumento da riqueza depende do excesso da produção sobre o consumo. É incontestável que essas proposições são verdadeiras em grande medida. Nenhum aumento considerável e contínuo de riqueza seria possível sem

aquele grau de frugalidade que ocasiona, anualmente, a conversão de rendimentos em capital e que gera um excesso de produção sobre o consumo. Mas é bastante óbvio que essas proposições não são ilimitadamente verdadeiras e que o princípio da poupança, levado a extremos, destruiria a motivação para produzir. Se todas as pessoas se satisfizessem com a comida mais simples, com as roupas mais pobres e com as casas mais modestas, certamente não haveria nenhum outro tipo de comida, de roupa e de moradia; e como não haveria nenhum motivo razoável para que os proprietários cultivassem bastante suas terras, não apenas a riqueza originada do conforto e do luxo desapareceria, como também — caso persistisse a mesma divisão da terra — a produção de alimentos seria prematuramente contida e a população estacionaria muito antes de o solo estar completamente cultivado. Se o consumo excedesse a produção, o capital do país teria de ser reduzido e sua riqueza seria pouco a pouco destruída por falta de capacidade de produzir. Se a produção fosse muito maior que o consumo, a motivação para acumular e produzir cessaria pela falta de vontade de consumir. Os dois extremos são óbvios, e segue daí que deve haver um ponto intermediário — embora os recursos da Economia Política não consigam determiná-lo — no qual, considerando tanto a capacidade de produção quanto as condições de consumo, o estímulo ao aumento da riqueza é o maior possível.

A necessidade de limitações e exceções ilustradas pelas regras relativas à divisão da terra.

A tendência à generalização prematura entre os economistas políticos também gera relutância em testar suas teorias na prática.

A primeira preocupação da Filosofia é considerar as coisas como elas são.

É necessário atentar para os fatos de maneira abrangente, tanto para evitar a multiplicação das teorias como para confirmar as que são corretas.

A ciência da Economia Política é essencialmente prática e aplicável a todas as questões básicas da vida humana.

Alguns eminentes economistas políticos pensam que, embora possa haver exceções às leis gerais da Economia Política, elas não precisam ser consideradas.

Contudo, a mais perfeita sinceridade, a par do mais alto grau de precisão possível, são necessários para dar crédito e circulação a princípios gerais, o que é muito desejável.

Outro tipo de pessoas parecem estar satisfeitas com o que já foi feito em Economia Política e fogem de investigações posteriores, caso não vejam de imediato os resultados práticos a que levam.

Essa tendência, quando vai longe demais, choca-se com os fundamentos de qualquer desenvolvimento da ciência.

Mais proposições de Economia Política passarão pelo teste de *cui bono* [para que(m) serve] que as de qualquer outra área do conhecimento humano.

Investigações posteriores, ainda que difíceis, devem prosseguir tanto com vistas ao desenvolvimento e à plenitude da ciência quanto pelas vantagens práticas que provavelmente resultarão delas.

É de grande importância traçar uma linha, de precisão tolerável, entre aqueles casos em que os resultados esperados são certos e aqueles em que são incertos.

Estadistas práticos, sem tempo para as investigações necessárias, não devem sentir-se impedidos de fazer uso do tempo de outros, guiando-se nisso por sólido discernimento.

O princípio de não interferência é necessariamente limitado na prática: em primeiro lugar, por alguns deveres ligados à Economia Política, os quais, como é universalmente reconhecido, competem ao soberano; em segundo lugar, pela existência, em quase todos os países, de más leis que devem ser emendadas ou revogadas; em terceiro lugar, pela necessidade de tributação.

A autoridade para interferir, mesmo que pouco, não substitui, em nenhum grau, o uso do mais abrangente conhecimento profissional, quer por parte de um estadista, quer de um médico.

Um dos objetivos específicos da presente obra é adequar as leis gerais da Economia Política à prática, procurando considerar todas as causas que concorrem para a produção de fenômenos específicos.

Esse tipo de procedimento está sujeito a um risco do tipo oposto ao que surge de uma tendência à simplificação, risco este que Adam Smith nem sempre evitou.

O justo meio-termo entre os dois extremos é o ponto almejado com vistas a chegar à verdade.

Muitas das doutrinas de Adam Smith consideradas assentes vêm sendo ultimamente questionadas por autores que merecem a maior atenção. Mas estes têm sido com frequência malsucedidos, segundo me parece, em fazer prevalecer suas objeções. E, em todos esses casos, achei desejável examinar, com referência a tais

objeções, os alicerces nos quais se fundam as teorias daquele autor.

Não quis dar a meu livro um caráter polêmico. Todavia, obviamente, não é possível afastá-lo por completo da controvérsia, uma vez que um dos meus objetivos declarados é discutir opiniões controvertidas e testar a sua verdade, com base numa experiência ampliada. Em particular, alguns princípios fundamentais de altíssima reputação parecem-me, após madura reflexão, equivocados. E se essa obra não tivesse absorvido parte considerável de minha atenção, eu não teria feito justiça à habilidade com que foi escrita, à autoridade de quem a escreveu e aos interesses científicos nela tratados. Refiro-me à obra do Sr. Ricardo, *Princípios de Economia Política e Tributação*.

Tenho tão alto conceito dos talentos do Sr. Ricardo como economista político e tal convicção quanto à sua perfeita sinceridade e amor pela verdade que confesso ter-me sentido, algumas vezes, quase ofuscado por sua autoridade, apesar de não me ter convencido de seus argumentos. Julguei que poderia ter inconscientemente omitido alguns pontos essenciais, tanto em minha própria visão das questões quanto na dele. Esse tipo de dúvida foi o principal motivo de minha demora em publicar o presente volume. Mas não se poderá suspeitar que não penso sobre essas questões ou que não me sinto seguro de minhas conclusões depois de ter dedicado tempo integral para chegar a elas, por escrúpulos em submetê-las à decisão do público.

Ao tratar de alguns pontos de divergência com o Sr. Ricardo, receio parecer demasiado prolixo para os que não conhecem sua obra e não avaliam a engenhosidade e coerência do sistema que propõe e desenvolve com tanta habilidade. Contudo, não se justificaria dar menos

atenção às nossas divergências, visto que na maioria elas são de grande importância teórica e prática e que, ao que me parece, é extremamente desejável resolvê-las — se possível — no interesse da ciência.

Está longe de mim a ideia de que não pode haver erro nas conclusões a que cheguei, em oposição às do Sr. Ricardo. Mas estou seguro de que, para não errar, utilizei todos os meios que a investigação paciente e um sincero desejo de alcançar a verdade podem dar aos poderes reais de meu entendimento. Com essa consciência, tanto com respeito às opiniões a que me opus quanto com respeito às que tentei demonstrar, não reluto em confiar os resultados à decisão do público.

T. R. Malthus
East India College
1º de dezembro de 1819.

Capitulo I - As Definições de Riqueza e de Trabalho Produtivo

Seção I - As Definições de Riqueza

Uma definição de riqueza seria desejável, embora não seja fácil propor alguma que não seja passível de objeções.

Pode-se questionar a liberdade de um autor para definir seus termos da forma que lhe agradar, mesmo que os use sempre no sentido indicado, pois uma definição inadequada ou incomum pode inutilizar uma pesquisa.

Os méritos comparativos dos sistemas dos economistas e de Adam Smith dependem principalmente de suas diferentes definições de riqueza.

Os economistas confinaram o termo riqueza dentro de limites estreitos demais.

Lorde Lauderdale e outros autores deram definições que a ampliam demais.

Se desejamos atingir alguma precisão em nossas pesquisas, ao tratar da riqueza devemos estreitar o campo de investigação de modo que compreenda apenas aqueles bens cujo aumento ou diminuição é possível estimar com maior acuidade.

Parece-me que a linha mais natural a traçar é aquela que separa os objetos materiais dos imateriais, ou aqueles suscetíveis de acumulação e avaliação definida daqueles que raramente admitem esses processos e nunca num grau que permita conclusões práticas úteis.

Adam Smith nunca deu uma definição muito regular e formal de riqueza; mas é bastante claro em todo o seu trabalho que o significado que atribui ao termo restringe-se a objetos materiais. Pode-se dizer que sua descrição predominante de riqueza é a de “produto anual da terra e do trabalho”. Pode-se objetar a essa definição o fato de referir-se às fontes da riqueza antes de dizer o que é riqueza, e o fato de não ser suficientemente precisa, de tal modo que inclui todos os produtos inúteis da terra, bem como aqueles que são apropriados e usufruídos pelo homem.

Para evitar essas objeções e manter a mesma distância de um sentido muito restrito e de um sentido muito indiferenciado do termo, eu definiria a riqueza como aqueles objetos *materiais* que são necessários, úteis ou agradáveis à humanidade. Sinto-me inclinado a crer que a definição assim delimitada inclui quase todos os objetos em que geralmente pensamos quando falamos de riqueza; essa é uma vantagem considerável, visto que assim mantemos tanto o uso comum desses termos quanto o vocabulário da Economia Política.

Na verdade, aplicar a palavra riqueza a *todo* benefício ou satisfação que o homem pode usufruir corresponde a um uso mais metafórico que estrito do termo; e não poderíamos aceitar a proposição segundo a qual a riqueza é a única fonte da felicidade humana.

Segundo entendo, portanto, pode-se dizer que a riqueza da qual se fala na ciência da Economia Política restringe-se a objetos materiais.

Desse modo, um país será rico ou pobre segundo a abundância ou escassez dos objetos materiais nele encontrados, relativamente à extensão do território; e o povo será rico ou pobre conforme a abundância do abastecimento relativamente à população.

Seção II - Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo

A questão do trabalho produtivo depende da definição de riqueza, tanto no sistema dos economistas quanto no de Adam Smith.

A aplicação do termo *produtivo* ao trabalho que produz riqueza é obviamente útil, seja qual for a definição adotada de riqueza.

A definição de Adam Smith sobre trabalho produtivo foi considerada ampla demais por alguns, e restrita demais por outros.

Seria difícil prosseguir em nossas pesquisas sobre a natureza e as causas da riqueza das nações sem uma classificação dos diferentes tipos de trabalho.

Tal classificação é necessária, em primeiro lugar, para explicar a natureza do capital e sua influência no crescimento da riqueza nacional.

Em segundo lugar, Adam Smith afirma, corretamente, que a produção poupada anualmente é consumida com a mesma regularidade daquela gasta anualmente, mas é consumida por um outro grupo de pessoas. Se este é o caso, e se admitirmos que a poupança é a causa imediata do aumento do capital, é absolutamente necessário, em todas as discussões relacionadas com o crescimento da riqueza, distinguir por uma denominação específica o grupo de pessoas que parecem desempenhar papel tão importante na aceleração desse crescimento. Quase todas as pessoas das classes inferiores de todas as sociedades são empregadas de uma forma ou de outra; se não houvesse diferenças em

seus empregos, com relação a sua influência na riqueza nacional, é difícil imaginar para que serviria poupar rendimentos para acrescentar ao capital, pois seria apenas empregar um grupo de pessoas de preferência a um outro, visto que — de acordo com a hipótese — não existe nenhuma diferença essencial entre eles. Nesse caso, como vamos explicar a natureza da poupança e os diferentes efeitos da parcimônia e do desperdício sobre o capital nacional? Com a palavra poupança, nenhum economista político de nossos dias quer dizer simplesmente amealhar; além desse uso restrito e inadequado do termo, nenhum outro — em relação à riqueza nacional — pode ser razoavelmente imaginado, a não ser o que surgir de uma aplicação diferente do que é poupado, baseado numa distinção real entre os diferentes tipos de trabalho que podem ser mantidos por ela.

Se o trabalho dos empregados domésticos produz tanta riqueza quanto o dos trabalhadores de manufatura, por que a poupança não seria empregada em sua manutenção, não apenas sem se dissipar, mas com um aumento constante de valor? No entanto, os empregados domésticos, os advogados ou os médicos que poupam seus salários estão absolutamente conscientes de que suas economias se dissipariam imediatamente caso tivessem sido pagas a eles próprios em vez de serem empregadas na manutenção de pessoas de outra condição. Considerar a despesa dos trabalhadores improdutivos de Adam Smith como pagamentos feitos a si próprios e da mesma natureza do que o gerente da manufatura faz a seus trabalhadores, seria confundir de vez a distinção muito útil e correta entre aqueles que vivem de salário e aqueles que vivem de lucros; e praticamente impossibilitaria explicar as operações frequentes e importantes de poupar rendimentos para

acrescentar ao capital, tão absolutamente necessárias para o constante aumento da riqueza.[2]

No momento, a questão não é se a poupança pode ou não ir longe demais (um ponto que será considerado no momento adequado), mas se é possível ou não falar inteligivelmente de poupança e acumulação, e discutir suas influências sobre a riqueza nacional sem fazer distinção entre os diferentes tipos de trabalho.

Em terceiro lugar, Adam Smith afirma corretamente que existe um equilíbrio muito diferente do equilíbrio do comércio, o qual, sendo favorável ou desfavorável, leva todas as nações à prosperidade ou à decadência; esse é o equilíbrio entre a produção e o consumo anuais. Se em determinados períodos a produção de um país excede seu consumo, os meios de aumentar seu capital poderão ser obtidos, sua população logo crescerá, ou então essas grandezas se ajustarão melhor, e provavelmente ambas as coisas ocorrerão. Se em tais períodos o consumo é exatamente igual à produção, não haverá nenhum meio para aumentar o capital e a sociedade será quase estacionária. Se o consumo excede a produção, em cada período subsequente a sociedade será mais mal abastecida, e sua prosperidade e população declinarão.

Mas, se esse equilíbrio é tão importante, se dele depende a condição de progresso, estagnação ou declínio de uma sociedade, certamente é da maior importância distinguir aqueles que mais contribuem para tornar esse equilíbrio favorável daqueles que mais contribuem para que prepondere a outra escala. Sem essa distinção não poderíamos descobrir as causas do florescimento de uma nação e do declínio de outra; e as riquezas superiores daqueles países onde abundam os comerciantes e os trabalhadores de manufatura, em comparação com aqueles onde predominam os

partidários da corte e de uma aristocracia excessivamente grande, não serão passíveis de uma explicação inteligível.

As crescentes riquezas e prosperidades da Europa desde os tempos feudais dificilmente poderiam ser explicadas caso se considerasse que meros serviços pessoais produzem tanta riqueza quanto o trabalho dos comerciantes e dos trabalhadores de manufatura.

Se é necessário fazer alguma distinção entre os diferentes tipos de trabalho, a pergunta seguinte é: que distinção deve ser essa?

A distinção adotada pelos economistas não conseguiria nos explicar aqueles fenômenos de diferentes países que, em linguagem comum, reconhecemos resultarem de diferentes graus de riqueza.

A opinião contrária à dos economistas já foi discutida, no esforço de mostrar a necessidade de fazer uma distinção entre os diferentes tipos de trabalho.

A pedra fundamental do trabalho de Adam Smith é a distinção que faz entre os diferentes tipos de trabalho.

Entretanto, é necessário fazer outra espécie de distinção, diferente daquela de Adam Smith e que não invalidaria o seu raciocínio.

Se não restringirmos a riqueza a objetos tangíveis e materiais, podemos considerar todo trabalho produtivo, mas produtivo em diferentes graus; e a única alteração que seria preciso fazer no trabalho de Adam Smith — no interesse desse modo de ver a questão — seria a substituição dos termos produtivo e improdutivo por mais produtivo e menos produtivo.

Podemos afirmar, por exemplo, que todo trabalho produz valor na medida do valor pago por ele, e na

proporção em que o produto de diferentes tipos de trabalho — quando vendidos a preço de livre concorrência — excede em valor o preço do trabalho nele empregado.

Segundo esse princípio, os trabalhos agrícolas seriam, genericamente falando, os mais produtivos, porque o produto de quase toda terra efetivamente em uso não apenas tem um valor de troca suficiente para pagar os trabalhadores neles empregados, como também para pagar os lucros dos investimentos feitos pelos agricultores e a renda da terra cedida pelos proprietários. Depois dos trabalhos agrícolas, seriam, em geral, os trabalhos mais produtivos, aqueles cujas operações fossem mais apoiadas pelo capital ou pelo produto de trabalho anterior, como em todos os casos em que o valor de troca excedesse de muito o trabalho empregado na produção, e sustentasse, em forma de lucros, o maior número adicional de pessoas e ainda fosse mais favorável à acumulação de capital.

O trabalho que produz menos riqueza seria aquele cujos resultados fossem apenas equivalentes, em valor de troca, ao valor pago por tal trabalho que, desse modo, não sustentaria nenhuma outra classe da sociedade além dos trabalhadores realmente empregados; seria aquele que restituísse pouco ou nenhum capital; e que tendesse, da forma menos direta e efetiva, àquele tipo de acumulação que facilita a produção futura. Naturalmente todos os trabalhadores improdutivos de Adam Smith estariam incluídos nesta última divisão de trabalho produtivo.

Esse modo de considerar a questão talvez tenha algumas vantagens, em pontos específicos, sobre o de Adam Smith. Estabeleceria uma escala útil e razoavelmente acurada de produtividade, em vez de

dividir o trabalho em apenas dois tipos, traçando uma linha nítida de distinção entre eles. Determinaria, na própria definição, a preeminência natural da agricultura, que Adam Smith é obrigado a explicar depois, e, ao mesmo tempo, mostraria os numerosos casos em que um aumento de trabalho manufatureiro e mercantil seria mais produtivo, tanto para o Estado como para os indivíduos, do que um aumento da agricultura; e mostraria também todos aqueles casos em que, a partir de uma demanda maior de produtos manufaturados e mercantis, comparada ao produto da terra, os lucros do capital manufatureiro e mercantil fossem maiores que a renda e os lucros combinados do trabalho empregado em terras virgens e em terras menos férteis.

Responderia suficientemente a todos os argumentos de Adam Smith sobre a acumulação de capital, sobre a distinção entre capital e rendimentos, sobre a natureza e efeitos da poupança, sobre o equilíbrio entre produção e consumo, usando apenas os termos mais e menos produtivo no lugar de produtivo e improdutivo. Assim haveria a vantagem de ter em mente, de modo mais constante, a necessária união do capital e da habilidade com os tipos de trabalho mais produtivos e, dessa maneira, mostraria a razão pela qual todos os trabalhadores de uma nação selvagem poderiam — de acordo com Adam Smith — ser produtivos, embora a nação crescesse muito lentamente em riqueza e população, enquanto um crescimento rápido de ambas poderia estar acontecendo num país adiantado, com uma proporção muito menor de trabalhadores produtivos.

Com respeito aos tipos de trabalho que Adam Smith chamou de improdutivos — e por cuja classificação sua teoria tem recebido o maior número de objeções —, a sua produtividade, com relação a seu valor segundo a avaliação da sociedade, variando, naturalmente, de

acordo com os diferentes graus de habilidade adquiridos e os diferentes graus de abundância ou escassez com que são encontrados, deveria ser totalmente reconhecida, embora sempre devessem ser distinguidos daqueles tipos de trabalho mais produtivos que sustentam outras classes da sociedade, além dos próprios trabalhadores.

O trabalho agrícola estaria em primeiro lugar pela simples razão de sua produção bruta ser suficiente para manter parte de todas as três grandes classes da sociedade: aqueles que vivem de renda, aqueles que vivem de lucros e aqueles que vivem de salário. O trabalho manufatureiro e mercantil estaria em segundo lugar, porque o valor de seu produto sustenta uma parte de duas dessas categorias sociais. E os trabalhadores improdutivos de Adam Smith estariam em terceiro lugar na produtividade, porque seu trabalho não sustenta diretamente nenhuma outra classe além da própria.

Essa parece ser uma classificação simples e óbvia e situa diferentes tipos de trabalho numa ordem natural em relação à produtividade, sem interferir em nenhum aspecto de sua dependência mútua, tão estimulante para o crescimento de todos.

A grande objeção a esse sistema é o fato de tomar o *pagamento* do trabalho, em vez das quantidades do produto, como critério de produtividade.

Entretanto, se deixarmos a matéria de lado, devemos adotar esse critério, ou todo esforço humano para evitar a dor e obter o prazer é trabalho produtivo.

E se *realmente* adotarmos esse critério, o mesmo tipo de trabalho será produtivo, ou não, caso seja pago, ou não.

Os trabalhadores improdutivos são de grande importância para a produção de riqueza, indiretamente como consumidores, mas não se pode dizer com propriedade que eles criam a riqueza que os paga.

A distinção de Adam Smith, que traça uma linha entre o que é matéria e o que não é matéria, é provavelmente a mais útil e a menos sujeita a objeções.

A suscetibilidade à acumulação é essencial para nossas concepções habituais de riqueza.

A capacidade de definir avaliação é necessária para que possamos estimar a quantidade de riqueza obtida por qualquer tipo de trabalho.

O trabalho realizado sobre produtos materiais é o único trabalho imediatamente suscetível de acumulação e avaliação definida.

Resposta à objeção do Sr. Garnier, a respeito dos instrumentos musicais e das melodias neles tocadas.

Respostas às objeções do Sr. Garnier, a respeito dos funcionários do governo.

Alguns trabalhos improdutivos são de muito maior utilidade e importância do que o trabalho produtivo, mas não são suscetíveis de cálculos brutos que os relacionem à riqueza nacional.

Tendo restringido a definição de riqueza a objetos materiais, trabalho produtivo é aquele que produz riqueza, isto é, produz riqueza de forma tão direta, que esta pode ser estimada no valor dos objetos produzidos.

O objetivo desta discussão não é fazer distinções sutis, mas providenciar o reconhecimento de uma classificação útil.

Capitulo II - A Natureza e as Medidas do Valor

Seção I - Os Diferentes Tipos de Valor

Em geral, admitem-se dois tipos de valor: o valor de uso e o valor de troca.

É tão raro entender-se o termo valor como a mera utilidade de um objeto que, se essa acepção for mantida, o termo nunca deve ser usado sem se acrescentar: *de uso*.

O valor de troca baseia-se na vontade e na capacidade de trocar uma mercadoria por outra.

Se, de início, a Natureza tivesse feito uma distribuição de mercadorias como a que agora ocorre antes do consumo, seus valores de troca não chegariam a ser conhecidos.

Uma troca não implica apenas a capacidade e a vontade de ceder um artigo por um outro que se deseja mais, mas também a demanda recíproca por parte do possuidor do objeto desejado pelo objeto que se propôs em troca.

Quando existe essa demanda recíproca, a quantidade de uma mercadoria que é dada por outra depende da avaliação relativa de cada uma delas, baseada no desejo de possuí-las e na dificuldade ou facilidade de obtê-las.

Devido à disparidade entre desejos e capacidades, os negócios realizados dessa maneira eram, de início, muito diferentes uns dos outros.

Pouco a pouco, como descreve Turgot com muita felicidade, estabeleceu-se um valor corrente de todas as mercadorias de uso frequente.

Passou a ser de conhecimento geral não apenas que 1 libra de carne vale 4 libras de pão, como também que vale mais ou menos 1 libra de queijo, 1/2 galão de trigo, 1/4 de galão de vinho, certa quantidade de couro etc., etc., todos de qualidade média.

Dessa forma, cada mercadoria mede o valor de troca de todas as outras e é, por sua vez, medida por qualquer uma delas. Cada mercadoria representa também um valor. O possuidor de 1/4 de galão de vinho pode considerar-se possuidor de um valor igual a 4 libras de pão, 1 libra de queijo, certa quantidade de couro etc.; dessa forma, cada mercadoria possui, com maior ou menor exatidão e de maneira mais ou menos conveniente, as duas propriedades essenciais do dinheiro, ou seja, tanto é uma representação como uma medida do valor.

Mas a frequente inexistência de demanda recíproca, exceto em grandes feiras, criava grandes obstáculos em termos de uma avaliação média das mercadorias.

Para assegurar essa demanda recíproca, as pessoas esforçavam-se por ter sempre uma mercadoria tão requisitada por todos que dificilmente seria recusada em troca do que elas quisessem.

O gado foi usado com esse objetivo entre as nações pastoris devido à facilidade de sua manutenção e porque era objeto de trocas frequentes.

É necessário que a mercadoria adotada como meio de troca e medida de valor seja de uso frequente e que seu valor seja de conhecimento geral.

Apesar da propriedade peculiar dos metais preciosos para servirem de meio de troca e medida de valor, não eram usados com esse propósito no México recém-descoberto.

No Velho Mundo, onde a arte de fundir e refinar minérios parece ter sido conhecida desde um período muito remoto, as qualidades próprias dos metais preciosos fizeram com que fossem adotados, desde os tempos primitivos, como a mercadoria mais adequada para servir como meio de troca e medida de valor.

Uma vez adotados como medida geral de valor, eles eram, quase sempre, o artigo mencionado; e a quantidade de metais preciosos pelos quais as mercadorias eram trocadas poderia ser chamada, com propriedade, de valor nominal.

Esse valor nominal foi às vezes designado pelo termo preço, que assim representa um sentido mais restrito do termo valor.

A introdução de uma medida do valor nominal e relativo foi um passo da maior importância na evolução da sociedade.

Adam Smith observou com muita justeza que o comerciante considera apenas o valor nominal das mercadorias, ou seus preços. Importa-lhe muito pouco se com 100 libras, ou com as mercadorias que compra com essa soma, poderá obter mais ou menos bens de primeira necessidade e de conforto em Bengala do que em Londres. O que ele deseja é um instrumento mediante o qual possa obter as mercadorias com as quais negocia e pelo qual estima os valores relativos de suas compras e vendas. Seus lucros chegam a ele onde quer que viva. Seja em Londres, seja em Calcutá, seus ganhos corresponderão à diferença entre a quantia pela

qual vende suas mercadorias e o custo que tem para oferecê-las no mercado, sendo as duas quantias estimadas em metais preciosos.

Embora os metais preciosos satisfaçam de modo muito eficaz seu objetivo como medida de valor, pelo estímulo que dão à distribuição e produção de riqueza, é bastante óbvio que falham como medida do valor de troca de bens de países diferentes, ou em períodos diferentes no mesmo país.

Se nos dissessem que o salário de um dia de trabalho em determinado país é, no momento presente, de 4 pence por dia, ou que os rendimentos de determinado soberano há 700 ou 800 anos eram de 400 mil libras por ano, essas descrições de valor nominal não transmitem nenhum tipo de informação a respeito da condição das classes inferiores do povo, no primeiro caso, ou dos recursos do soberano, no segundo. Sem mais informações sobre a questão, não estaríamos em condições de dizer se os trabalhadores do referido país estavam passando fome ou vivendo em grande abundância, nem se poderíamos considerar os rendimentos do rei em questão como muito pouco razoáveis, ou se a soma mencionada era tão grande que chegava a ser inacreditável.[3]

É óbvio que, em casos desse tipo, que são bastante frequentes, o valor dos salários, dos rendimentos ou das mercadorias estimado em metais preciosos seria, isoladamente, de muito pouca utilidade para nós. O que precisamos, além disso, é de uma estimativa que possa ser denominada valor real de troca, indicando a quantidade de bens de primeira necessidade e de conforto que o possuidor daqueles salários, rendimentos ou mercadorias poderia adquirir. Sem essa noção, os valores nominais acima mencionados podem levar-nos a

conclusões as mais errôneas; em contraposição a esses valores, que muitas vezes implicam aumento ou diminuição da riqueza apenas aparentes, o termo valor real de troca parece justo e apropriado, por implicar aumento ou diminuição na capacidade de adquirir riquezas reais, ou as mercadorias essenciais à vida.

Não há a menor dúvida de que uma justa medida do valor real de troca seria muito desejável, pois nos capacitaria a fazer uma estimativa e uma comparação adequadas entre salários, rendimentos e mercadorias, em todos os países e em todos os períodos; mas, quando consideramos o que uma medida de valor real de troca implica, sentimo-nos em dúvida sobre se existe uma mercadoria, ou se se pode supor tranquilamente que exista uma mercadoria dotada de propriedades que a qualifiquem como medida padrão desse tipo. Qualquer artigo, ou mesmo conjunto de artigos, está necessariamente sujeito a mudanças e tudo que podemos esperar é uma aproximação da medida que é o objeto de nossa pesquisa.

Todavia, essa razão não justifica dar uma definição diferente do valor real de troca se a definição já adotada for, ao mesmo tempo, mais comum e mais útil. Podemos, de maneira realmente arbitrária, chamar o trabalho que foi empregado numa mercadoria como seu valor real mas, ao fazer tal coisa, usamos as palavras num sentido diferente daquele em que são habitualmente usadas, obscurecemos imediatamente a distinção muito importante entre *custo* e *valor* e tornamos quase impossível explicar com clareza o principal estímulo para a produção de riquezas, o qual, na verdade, depende dessa distinção.

Evidentemente, o direito de formular definições deve estar condicionado por sua pertinência e por seu uso na

ciência à qual se aplicam. Depois de considerarmos o valor de uso das mercadorias, ou sua capacidade intrínseca de satisfazer as necessidades do homem, qualquer outra interpretação do termo valor parece referir-se à capacidade de troca; se não se referir à capacidade inerente a um artigo de ser trocado por certa mercadoria, tal como dinheiro, deve referir-se à sua capacidade de ser trocado por 3 ou 4, 5 ou 6, 8 ou 10 mercadorias, ao conjunto de mercadorias combinadas, ou ainda à sua capacidade de adquirir a quantidade de trabalho que representa essa massa do modo mais aproximado possível.

Não pode haver nenhuma dúvida sobre a pertinência e utilidade de uma distinção entre a capacidade que tem uma mercadoria de adquirir os metais preciosos e sua capacidade de adquirir os bens de primeira necessidade e de conforto, inclusive o trabalho. Essa é uma distinção absolutamente indispensável sempre que comparamos a riqueza de duas nações, ou sempre que estimamos o valor dos metais preciosos em diferentes países e em diferentes períodos. E até que seja comprovado que outra interpretação do termo valor real de troca é mais adequada ao sentido em que as palavras são em geral usadas, ou é decididamente mais útil numa pesquisa sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, continuarei pensando que a definição apropriada do valor real de troca, em contraposição ao valor nominal de troca, é a capacidade de adquirir os bens de primeira necessidade e de conforto, inclusive o trabalho, para distinguir da capacidade de adquirir metais preciosos.

Há, então, três tipos de valor: 1) valor de uso, ou a utilidade de um objeto; 2) valor nominal de troca, ou o valor em dinheiro; 3) valor real de troca, ou o valor em bens de primeira necessidade e de conforto e em trabalho.

Essas distinções são, em sua maioria, as de Adam Smith e fazem parte de seu sistema.

Seção II - A Forma pela qual a Oferta e a Procura Afetam o Valor de Troca

Os termos oferta e procura são tão familiares a todos os leitores e sua aplicação, em exemplos isolados, tão plenamente compreendida que, devido ao pouco uso que deles fizemos até aqui, não julguei necessário interromper o curso do raciocínio com explanações e definições. Embora de uso constante, esses termos não são, contudo, aplicados com precisão. E antes de irmos mais longe, é aconselhável limpar essa parte do terreno tanto quanto possível, para que possamos saber onde colocamos os pés. Isso parece ser mais do que necessário, pois é preciso admitir que, de todos os princípios da Economia Política, não há nenhum cujo exame abarque tantos fenômenos quanto o princípio da oferta e procura.

Já assinalei que todo valor de troca depende da capacidade e da vontade de trocar uma mercadoria por outra, e quando, pela introdução de uma medida geral de valor e de um meio de troca, a sociedade se divide, em linguagem comum, em compradores e vendedores, a procura pode ser definida como a vontade combinada à capacidade de compra, e a oferta, como a produção de mercadorias combinada à intenção de vendê-las. Nessa situação, os valores relativos das mercadorias em dinheiro, ou seus preços, são determinados pela procura relativa dessas mercadorias, comparada à sua oferta; essa lei parece ser tão geral que provavelmente não conseguiremos encontrar um único exemplo de variação de preço que não possa ser rastreado de maneira

satisfatória em alguma variação anterior nas condições determinadas da procura ou da oferta.

Ao examinarmos a verdade dessa afirmação, sempre devemos ter em mente os termos pelos quais é expressa; sempre devemos lembrar que, quando se diz que os preços são determinados pela oferta e pela procura, isso não quer dizer que sejam determinados apenas pela procura ou apenas pela oferta, mas pela relação de uma com a outra.

Mas como pode essa relação ser verificada? Às vezes se diz que a oferta é sempre igual à procura porque não pode haver uma oferta permanente de nenhuma mercadoria para a qual não exista uma procura suficiente para absorver tudo o que é oferecido. Num dos sentidos em que os termos oferta e procura têm sido ocasionalmente usados, essa afirmação pode ser considerada ponto pacífico. A *grandeza* real da procura e a *grandeza* real da oferta, comparadas, sempre são, em média, proporcionais uma à outra. Se a oferta é sempre muito pequena, a grandeza da procura efetiva não pode ser maior; se a oferta é sempre muito grande, a grandeza da procura, ou do consumo, crescerá proporcionalmente, ou então uma parte dela perderá sua utilidade e deixará de ser produzida. Portanto, não pode ser nesse sentido que uma mudança na proporção da procura, em relação à oferta, afeta os preços, porque nesse sentido a oferta e a procura estão sempre na mesma relação uma com a outra. A ambiguidade no uso desses termos faz com que um preâmbulo seja absolutamente necessário no presente estudo, para verificar exatamente qual é a natureza daquela mudança na relação mútua de oferta e procura, mudança da qual os preços das mercadorias dependem inteiramente.

A procura de uma mercadoria foi definida como a vontade combinada à capacidade de comprá-la.

É justo dizer que quanto maiores forem essa vontade e essa capacidade, em relação a qualquer mercadoria específica, tanto maior ou mais intensa é a sua procura. Mas por maiores que sejam essa vontade e essa capacidade entre os compradores de uma mercadoria, nenhum deles estará disposto a pagar um alto preço por ela caso possam obtê-la por um preço baixo; enquanto a habilidade dos vendedores e a competição entre eles os compelirem a trazer ao mercado a quantidade desejada a baixo preço, a intensidade real da procura não será visível.

Se determinada quantidade de mercadorias, que só poderão ser produzidas com trabalho, se tornasse mais difícil de obter, no sentido de que não poderia ser obtida senão por um esforço maior, seguramente poderíamos considerar esse esforço maior, caso aplicado, como prova de uma intensidade maior de procura ou de uma capacidade e uma vontade de fazer sacrifícios maiores a fim de obtê-la.

De fato, pode-se dizer que o pagamento de um preço mais elevado por uma mercadoria implica, absoluta e necessariamente, uma intensidade maior da procura. Aqui o problema real é o seguinte: quais são as causas que requerem ou tornam desnecessária a expressão dessa intensidade da procura?

Afirma-se corretamente que as causas da elevação do preço de qualquer artigo estimado mediante determinada mercadoria que, ao que se supõe, se mantém essencialmente invariável no curto prazo são um aumento no número de seus compradores ou nas necessidades destes, ou uma deficiência em sua oferta; as causas da redução do preço são uma diminuição no

número de compradores ou em suas necessidades, ou então uma abundância maior da oferta.

A primeira categoria de causas refere-se, obviamente, a uma intensidade maior da procura, e a outra refere-se a uma intensidade menor.

Se, por exemplo, uma mercadoria habitualmente procurada e consumida por mil compradores, de repente fosse procurada por dois mil, é claro que, antes dessa procura maior poder ser atendida, alguns teriam de passar sem aquilo que desejam; dificilmente poderíamos supor que a intensidade da procura individual não aumentaria o suficiente entre esses dois mil compradores para absorver todas as mercadorias produzidas a um preço mais alto. Ao mesmo tempo, se fosse possível supor que a vontade e a capacidade dos compradores, ou a intensidade de sua procura, não fossem suficientes para acarretar o aumento, nesse caso com certeza os preços não subiriam, qualquer que fosse a decisão dos competidores em luta.

Da mesma forma, se uma mercadoria tivesse de ser reduzida à metade de sua quantidade, dificilmente poderíamos supor que um número suficiente dos compradores antigos pudesse não estar disposto e capacitado a absorver a um preço mais alto o total da quantidade reduzida; mas, se realmente não quisessem ou não pudessem pagá-lo, o preço não subiria.

Por outro lado, se o custo permanente de produção de uma mercadoria dobrasse, é evidente que só seria possível produzir permanentemente a quantidade suficiente para atender às necessidades daqueles que, para satisfazer seus desejos, estivessem capacitados e dispostos a fazer o dobro de sacrifício. A quantidade de mercadoria a ser levada ao mercado nessas circunstâncias poderia ser muito diversa. Poderia reduzir-

se à satisfação de um único indivíduo, ou poderia continuar exatamente como antes. Caso fosse reduzida à satisfação de um único indivíduo, seria uma prova de que apenas um, entre todos os antigos compradores, estava, ao mesmo tempo, capacitado e disposto a efetivar sua demanda pelo preço pedido. Se a oferta permanecesse a mesma, seria uma prova de que todos os antigos compradores estavam igualmente dispostos, mas que a expressão dessa intensidade de procura não foi necessária antes. Nesse último caso, tanto a quantidade oferecida como a quantidade procurada permaneceriam as mesmas; a intensidade da demanda exercida seria muito maior. Poderíamos dizer com justeza que esta é uma mudança muito importante na relação entre oferta e procura dessas mercadorias, visto que se a intensidade de procura não aumentasse, como acontece no nosso exemplo, a mercadoria deixaria de ser produzida. Em outras palavras, o insucesso da oferta estaria associado à insuficiência da capacidade ou da vontade de fazer um sacrifício maior pelo objeto desejado.

Com base nos mesmos princípios, se uma mercadoria se tornasse muito mais abundante, relativamente ao número anterior de compradores, essa oferta maior não poderia ser inteiramente vendida, a menos que o preço baixasse. Todo comerciante que desejasse vender a mercadoria em suas mãos continuaria a diminuir o preço até alcançar seu objetivo. Embora a vontade e a capacidade dos antigos compradores permanecesse a mesma, como a mercadoria poderia ser obtida sem a expressão da mesma intensidade de procura, torna-se patente que essa procura não seria perceptível.

Um efeito semelhante poderia ocorrer, evidentemente, caso os consumidores de uma mercadoria demandassem uma quantidade menor da mesma.

Se, ao invés de uma abundância temporária da oferta relativamente à procura, o custo de produção de uma mercadoria específica diminuísse muito, a queda de preço seria, do mesmo modo, ocasionada por uma abundância maior da oferta, efetiva ou ocasional. Em quase todos os casos práticos seria um aumento efetivo e permanente, porque a competição entre os vendedores reduziria o preço e é muito difícil haver uma queda de preço que não ocasione um consumo maior. Todavia, no caso muito raro em que apenas determinada quantidade de mercadoria fosse demandada, qualquer que fosse o preço, é óbvio que a concorrência entre os produtores colocaria no mercado uma quantidade maior do que a que poderia ser consumida, e então o preço se reduziria proporcionalmente à maior facilidade de produção. Esse excedente na oferta sempre dependeria da circunstância de o preço ser, a qualquer momento, mais elevado do que o preço que proporciona lucros médios. Nesse caso de uma queda dos preços, assim como no outro, de elevação dos preços, é provável que a quantidade real de mercadorias oferecidas e consumidas fosse, depois de uma pequena refrega, a mesma de antes, embora não se possa dizer que a procura fosse a mesma. Na verdade, a demanda pode existir exatamente na mesma intensidade, e os consumidores efetivos de uma mercadoria podem estar absolutamente dispostos a dar o que davam antes, de preferência a passar sem ela; mas foi tal a alteração dos meios de oferta em relação à procura, que a competição entre os produtores faz com que não seja mais necessária a mesma intensidade de procura para produzir o suprimento exigido. Não sendo necessária, é claro que a demanda não se manifesta e o preço cai.

É evidente, portanto, que não é apenas a *grandeza* da procura efetiva, nem mesmo a grandeza da procura

efetiva relativamente à grandeza da oferta efetiva, que eleva os preços, mas uma mudança na relação entre oferta e procura suficiente para tornar necessária a expressão de uma intensidade maior da procura, tanto para distribuir de modo pacífico qualquer produção efetiva, como para evitar insuficiências futuras do mesmo tipo.

Da mesma forma, não é apenas a *grandeza* da oferta efetiva, nem a grandeza da oferta efetiva relativamente à procura efetiva, que reduz os preços, mas uma mudança na relação da oferta comparada à procura, suficiente para tornar necessária uma queda de preço, a fim de absorver uma abundância ocasional ou evitar um excesso constante de oferta, associada a uma diminuição no custo da produção, sem uma diminuição proporcional no preço do produto.

Se os termos oferta e procura são compreendidos e usados segundo a maneira aqui descrita, não há nenhum preço, seja ocasional, seja temporário, que elas não determinem; em todos os casos de negociação e venda, será absolutamente correto dizer que o preço depende da relação entre oferta e procura.

Gostaria de observar que, nessa discussão, não dei nenhum significado novo aos termos oferta e procura. Com o uso que fiz, ocasionalmente, das palavras *intenso* e *intensidade*, quando aplicadas à procura, meu único propósito foi explicar o sentido que até agora tem sido atribuído ao termo procura, quando se diz que eleva os preços. O Sr. Ricardo, em seu capítulo *A Influência da Oferta e da Procura Sobre os Preços*, observa que “não se pode dizer que a procura de uma mercadoria aumentou, se uma quantidade adicional da mesma não foi comprada ou consumida”. Mas é óbvio, como observei antes, que não é no sentido de simples grandeza do

consumo que a procura eleva os preços, pois quase sempre a *grandeza* do consumo é a mais alta quando os preços são os mais baixos. Portanto, esse não pode ser o sentido até aqui atribuído ao termo procura, quando se diz que ela eleva os preços. Entretanto, o Sr. Ricardo cita posteriormente as afirmações de Lorde Lauderdale a respeito do valor e admite que são verdadeiras quando aplicadas a mercadorias monopolizadas e para os preços de mercado de todas as outras mercadorias por período limitado. Ele admitiria, portanto, que a falta de qualquer artigo no mercado ocasionaria uma procura maior do mesmo relativamente à oferta, o que elevaria seu preço, embora nesse caso uma quantidade menor que a habitual viesse a ser comprada pelos consumidores. Procura, nesse sentido, é obviamente bem diferente no sentido em que o Sr. Ricardo usou o termo antes. Um implica a quantidade de consumo, o outro, intensidade de procura, ou a vontade e a capacidade de fazer um sacrifício maior a fim de obter o artigo desejado. É apenas nesse último sentido que a procura eleva os preços; meu único objetivo nesta seção é mostrar que, sempre que dizemos que a oferta e a procura influenciam os preços, seja o de mercado, seja o natural, os termos devem ser sempre entendidos no sentido em que o Sr. Ricardo e todas as outras pessoas os usaram até agora quando se referem a mercadorias compradas e vendidas no mercado.

Seção III - A Influência do Custo de Produção sobre o Valor de Troca

Talvez se possa dizer que, mesmo de acordo com a concepção de oferta e procura dada na seção anterior, os preços permanentes de uma grande quantidade de mercadorias sejam determinados por seu custo de produção. Isto é verdade se incluímos todos os componentes do preço segundo Adam Smith, mas não é verdade se consideramos apenas os estabelecidos pelo Sr. Ricardo. Um dos sistemas explica os preços da maior parte das mercadorias mediante seu custo de produção, e o outro explica os preços de todas as mercadorias, sob todas as circunstâncias, tanto permanentes quanto temporárias, pela relação de oferta e procura. Na verdade, embora os dois sistemas tenham necessariamente muitos pontos em comum, têm uma origem muito diferente e devem, portanto, ser muito cuidadosamente distinguidos.

Em todas as operações envolvendo a negociação e a venda há, evidentemente, um princípio em constante funcionamento que pode determinar — e de fato determina — os preços das mercadorias de maneira quase independente de quaisquer considerações de custo, ou das quantidades de trabalho e capital empregadas em sua produção. E acontece que esse princípio funciona não apenas de maneira permanente para todo tipo de mercadoria que possa ser considerada monopólio, mas temporária e imediatamente sobre todas as mercadorias, e de forma notável e preeminente sobre todos os tipos de matéria-prima.

Jamais se duvidou de que o princípio da oferta e da procura determina de maneira exclusiva, muito regular e precisa, os preços das mercadorias monopolizadas, sem nenhuma referência ao custo de sua produção; nossa experiência diária e uniforme mostra-nos que os preços das matérias-primas, em particular daquelas que mais sofrem o efeito das estações do ano, são, no momento da venda, sempre determinados pela disputa do mercado, e variam muito em diferentes anos e em diferentes momentos, quando o trabalho e o capital nelas empregados podem ter sido aproximadamente os mesmos. Isso é tão óbvio que é provável que muito poucos hesitariam em acreditar naquilo que é certamente verdadeiro, isto é, se no próximo ano pudéssemos, por qualquer processo, isentar os agricultores de todos os custos de produção de seu trigo e de seu gado, desde que não houvesse nenhuma variação na quantidade comercializada e desde que a sociedade tivesse as mesmas necessidades e os mesmos poderes de compra, os preços das matérias-primas seriam os mesmos, como se tivessem custado o trabalho e as despesas habituais para sua obtenção.

Por conseguinte, em relação a uma classe mais extensa de mercadorias, admite-se que, no momento em que são fixados, os preços correntes de mercado são determinados por um princípio bem distinto do custo de produção; admite-se também que esses preços são, na realidade, quase sempre diferentes do que seriam caso fossem regulados por seu custo.

Há de fato uma outra classe de mercadorias, tais como os manufaturados, de modo particular aqueles em que a matéria-prima é barata, na qual os preços correntes de mercado coincidem com o custo de produção com frequência muito maior e, por isso, pode parecer que são exclusivamente determinados por este. Todavia, mesmo

aqui, nossa experiência cotidiana mostra que qualquer alteração na oferta e na procura praticamente elimina a influência de seu custo durante algum tempo; além disso, quando chegamos a examinar a questão mais de perto, descobrimos que o próprio custo de produção só influencia o preço dessas mercadorias na medida em que é a condição necessária para sua oferta constante.

Mas se isso é verdade, segue-se que o grande princípio da oferta e procura entra em ação para determinar o que Adam Smith chama de preços naturais, bem como de preços de mercado.

Não hesitaríamos em afirmar que não pode haver nenhuma variação nos preços de mercado sem algumas variações anteriores na relação entre oferta e procura. Pode-se perguntar: isso também é verdade em relação aos preços naturais? É claro que essa questão deve ser resolvida pela observação cuidadosa da natureza da variação que uma alteração no custo de produção ocasiona nas condições da oferta e da procura e, em particular, pela observação cuidadosa da causa imediata e específica da variação do preço.

Todos concordamos que, quando o custo de produção diminui, em geral a consequência é uma queda no preço, mas, exatamente, o que reduz o preço da mercadoria? Na seção anterior mostramos que é um excedente efetivo ou ocasional da oferta.

Todos concordamos em que, quando o custo de produção aumenta, em geral os preços das mercadorias se elevam. Mas, exatamente, o que eleva o preço? Mostramos que é uma deficiência da oferta. Removam essas contingências, isto é, mantenham a mesma grandeza da oferta, sem falta ou excedentes contingentes, quer o preço de produção suba ou caia, e

depois disso não restará o menor fundamento na suposição de que haveria alguma variação de preço.

Se, por exemplo, todas as mercadorias consumidas neste país, tanto as agrícolas quanto as manufaturadas, pudessem ser produzidas sem trabalho durante os próximos dez anos e, apesar disso, pudessem ser oferecidas apenas e exatamente nas mesmas quantidades em que seriam oferecidas numa situação normal; supondo-se ainda que a vontade e o poder dos compradores permanecessem os mesmos, nesse caso não pode haver dúvida de que todos os preços também permaneceriam os mesmos. Mas, se admitirmos isso, segue-se que a relação entre oferta e procura, quer efetiva, quer ocasional, é o princípio dominante na determinação dos preços, tanto de mercado quanto naturais, e que o custo de produção subordina-se necessariamente àquele princípio, isto é, apenas na medida em que seu custo afeta de maneira efetiva ou ocasional a relação entre a oferta e a procura.

Todavia, não é necessário recorrer a casos imaginários para confirmar essa conclusão. A experiência real demonstra o princípio da maneira mais clara possível.

O exemplo dado por Adam Smith, e que é de conhecimento geral, sobre a remuneração insuficiente dos párocos, apesar de todos os esforços legais para aumentá-los, proporciona uma prova notável de que o preço *permanente* de um artigo é determinado pela oferta e pela procura, e não pelo custo de produção. Nesse caso, é mais provável que o custo real de produção fosse aumentado, em vez de diminuído, pelos donativos, mas sendo pago por outros e não pelos próprios indivíduos, aquele custo não regula e não limita a oferta. Devido a tais estímulos, essa oferta torna-se e permanece abundante, e seu preço é e tem de ser

sempre baixo, qualquer que possa ser o custo real da educação ministrada.

O rebaixamento dos salários do trabalho em consequência dos benefícios pagos aos pobres constitui outro exemplo prático do mesmo tipo. É improvável que o dinheiro público possa ser administrado de forma mais econômica do que o rendimento individual. Em consequência, não é possível supor que o custo de manutenção de uma família diminua em função da assistência paroquial. Mas como uma parte da despesa é custeada pela coletividade, o salário que se requer para a manutenção de certa família não é mais condição necessária para a oferta de trabalho; como, por meio dos donativos paroquiais, essa oferta pode ser obtida sem tais salários, os custos reais de oferta de trabalho não regulam mais seu preço.

De fato, em toda subvenção à produção verificam-se necessariamente os mesmos efeitos; na medida em que tais subvenções tendem a reduzir os preços, isso mostra que os preços dependem da oferta comparada à procura, e não dos custos de produção.

Mas o exemplo mais impressionante que pode ser imaginado para demonstrar que o custo de produção só influencia os preços das mercadorias na medida em que regula sua oferta está sempre diante de nossos olhos, no valor artificial que é dado às cédulas bancárias, pela limitação de sua quantidade. O sistema admirável e eficiente do Sr. Ricardo para esse propósito parte da premissa de que, se é possível limitar a oferta de cédulas bancárias, de modo a não exceder a quantidade de ouro que estaria circulando, caso o dinheiro em circulação fosse em metal, então as cédulas terão sempre o mesmo valor do ouro. Estou certo de que ele admitiria que, se essa limitação pudesse ser totalmente realizada sem que

o papel fosse trocado por ouro, o valor das cédulas não seria alterado. Mas, se um artigo que, comparativamente, nada custa para fabricar, embora desempenhe uma das mais importantes funções do ouro, pode manter o valor do ouro por ser oferecido na mesma quantidade, é a mais evidente de todas as provas de que o valor do ouro não depende do custo de sua produção e de que seu custo influencia sua oferta; isso prova que, mesmo quando o custo de produção é eliminado, o valor do ouro deste país ainda permanecerá o mesmo, desde que a oferta não aumente.

Todavia, não se deve concluir, de forma alguma, que o trabalho e os custos de produção não têm um poderoso efeito sobre os preços. Mas a maneira correta de conceber esses custos é considerá-los uma condição necessária da oferta dos objetos desejados.

A troca real de duas mercadorias não é afetada por nenhuma outra circunstância além da relação entre oferta e procura. Apesar disso, como quase todos os objetos desejados são obtidos pelo exercício do esforço humano, é claro que a oferta destes objetos deve ser regulada, em primeiro lugar, pela quantidade e direção desse esforço; em segundo lugar, pelo apoio que pode receber do produto de trabalho anterior; e, em terceiro lugar, pela abundância ou escassez tanto dos materiais com que se tem de trabalhar como dos alimentos do trabalhador. Desse modo, é importante considerar as diferentes condições que devem ser satisfeitas, a fim de que uma mercadoria qualquer possa continuar sendo comercializada.

A primeira condição é que o trabalho empregado deve ser remunerado pelo valor dos objetos em troca, de forma a estimular a aplicação de uma quantidade suficiente de esforço na direção exigida, pois, sem essa

remuneração adequada, a oferta será, necessariamente, insuficiente. Se esse trabalho fosse muito difícil, comparativamente poucos estariam capacitados ou dispostos a empenhar-se nele; de acordo com os princípios gerais do valor de troca explicados acima, seu preço aumentaria. Se o trabalho fosse de natureza a requerer um grau incomum de perícia e talento, o aumento do preço seria maior; mas, certamente, como afirma Adam Smith, não por causa da estima que os homens têm por essas habilidades, mas por causa de sua raridade e da consequente raridade dos efeitos produzidos por elas. Em todos esses casos a remuneração seria regulada não pelas qualidades intrínsecas das mercadorias produzidas, mas pelas condições de sua procura em comparação com sua oferta e, naturalmente, pela oferta e procura do tipo de trabalho que as produz. Se as mercadorias são obtidas exclusivamente por meio do trabalho manual, auxiliado, de qualquer forma, apenas por dádivas da Natureza ainda não apropriadas, toda a remuneração deveria, é claro, reverter para o trabalhador, e o valor usual dessa remuneração, nas condições atuais da sociedade, deveria ser o preço usual da mercadoria.

A segunda condição a ser satisfeita é a seguinte: o auxílio a ser dado ao trabalhador pela acumulação anterior de objetos que facilitam a produção futura deve ser remunerado de modo a manter sua utilização na produção das mercadorias requisitadas. Se por meio de certos pagamentos ao trabalhador sob forma de ferramentas, alimentação e materiais previamente obtidos ele pode executar oito ou dez vezes mais trabalho do que poderia fazer sem tal auxílio, a pessoa que os fornece deve, em primeiro lugar, receber a diferença entre a produtividade do trabalho sem aqueles auxílios e a produtividade do trabalho com os mesmos.

Mas os preços das mercadorias não dependem de sua utilidade intrínseca, e sim da oferta e da procura. Uma produtividade maior do trabalho proporcionaria, naturalmente, uma oferta maior de mercadorias. Em consequência, seus preços cairiam, e a remuneração do capital pago logo se reduziria ao necessário, nas condições atuais da sociedade, para abastecer o mercado daqueles artigos em cuja produção foi empregado. Em relação aos trabalhadores empregados, como nem seu esforço nem sua habilidade seriam necessariamente muito maiores do que no caso de não contarem com aqueles auxílios, sua remuneração seria aproximadamente a mesma de antes e dependeria por completo do valor de troca do tipo de trabalho com o qual contribuíram, estimado na forma habitual pela oferta e pela procura. Por conseguinte, não é muito correto apresentar — como faz Adam Smith — os lucros do capital como dedução do produto do trabalho. Os lucros são apenas uma remuneração razoável da participação do capitalista na produção, estimada exatamente da mesma forma que a contribuição do trabalhador.

A terceira condição a ser satisfeita é que o preço das mercadorias deve garantir a oferta contínua de alimentos e matérias-primas utilizadas pelos trabalhadores e pelos capitalistas; sabemos que esse preço não pode ser pago sem produzir uma renda para o proprietário em quase todas as terras efetivamente em uso. Ao falar de proprietários de terra, a linguagem de Adam Smith torna-se novamente discutível. Ele os apresenta, com certa inveja, como pessoas que gostam de colher o que nunca plantaram, que obrigam o trabalhador a pagar uma taxa para obter aqueles produtos naturais que anteriormente, quando a terra era comum, custavam apenas o trabalho de colher. Mas ele mesmo seria o primeiro a admitir que,

se a terra não tivesse sido apropriada, seu produto seria incomparavelmente menos abundante e, em consequência, mais caro; e, se ela for apropriada, alguém, necessariamente, tem de ser o proprietário. A sociedade não importa se essas pessoas são os verdadeiros trabalhadores da terra ou não. O preço da produção será determinado pela oferta geral comparada à procura geral e será exatamente o mesmo, quer o trabalhador pague uma renda, quer use a terra de graça. A única diferença é que, no último caso, o que restar daquele preço, depois de pagar o trabalho e o capital, irá para a mesma pessoa que contribuiu com o trabalho; isso equivale a dizer que o trabalhador estará em melhor situação caso seja também o dono da terra. Esse fato é incontestável, mas de forma alguma implica em que o trabalhador que, na loteria da existência humana, não tirou o bilhete da terra sofre uma injustiça por ser obrigado a dar alguma coisa em troca pelo uso daquilo que pertence a outro. Os donos da terra, quem quer que sejam, comportam-se, em relação a suas propriedades, exatamente da mesma forma que os donos do capital ou do trabalho, e trocam o que têm por tantas mercadorias quantas a sociedade estiver disposta a dar pela terra.

Por conseguinte, as três condições acima especificadas devem, em todas as sociedades, ser necessariamente satisfeitas a fim de se obter em abundância a maior parte das mercadorias demandadas; podemos considerar que a compensação requerida para a satisfação dessas condições, ou seja, o preço de qualquer mercadoria trocável, consiste em três partes: a que paga o salário do trabalhador empregado em sua produção; a que paga os lucros do capital que facilitou essa produção, e a que paga a renda da terra, ou a remuneração pela matéria-prima e pelos alimentos fornecidos pelo proprietário de terra. O preço de cada uma destas partes componentes é

determinado exatamente pelas mesmas causas que determinam o preço do todo.

O preço que satisfaz essas condições é exatamente o que Adam Smith chama de preço natural. Eu preferiria chamá-lo de preço necessário, porque o termo necessário expressa melhor a relação com as condições da oferta e, por causa disso, é suscetível de uma definição mais simples. Para explicar o preço natural, Adam Smith é obrigado a usar de muitos rodeios. Embora no conjunto de sua obra o termo fique suficientemente claro, como ele recorre a dois outros termos, cada um dos quais quase tão usado quanto o que foi adotado, a definição não é muito satisfatória. Contudo, se usarmos o termo sugerido, a definição de preço necessário torna-se muito simples e fácil. Este deverá, nas atuais condições da sociedade, abastecer o mercado de maneira regular. Essa é apenas uma definição mais resumida daquilo que Adam Smith quer dizer com preço natural, em contraposição ao preço de mercado ou o preço pelo qual as mercadorias são realmente vendidas no mercado, as quais, devido as mudanças de estação ou a erros acidentais de cálculo por parte dos fornecedores, às vezes são vendidas por um preço mais alto e às vezes por um preço mais baixo que o preço necessário para satisfazer as condições de uma oferta regular.

Quando uma mercadoria é vendida por seu preço natural, diz Adam Smith, é vendida exatamente pelo que vale. Mas aqui, penso eu, ele usou o termo valor em sentido pouco comum. Sempre se diz que as mercadorias valem mais que o seu custo, incluindo-se os lucros habituais; de acordo com o uso costumeiro e apropriado do termo *valor* nunca poderíamos dizer que certa quantidade de trigo, ou de qualquer outro artigo, não vale mais quando está escasso, embora não se tenha empregado mais trabalho nem mais capital na sua

produção. O *valor* de uma mercadoria é seu preço de mercado, e não seu preço natural ou necessário. É seu valor de troca, e não o seu custo. Esse é um dos casos em que Adam Smith não teve o cuidado suficiente para fazer a distinção.

Contudo, ainda que de modo geral o preço das mercadorias seja determinado apenas pelo custo de produção — na medida em que o pagamento desse custo é a condição necessária para seu fornecimento, e na medida em que as partes componentes de seu custo são, elas mesmas, determinadas pelas mesmas causas que determinam o todo —, é óbvio que não podemos nos desembaraçar do princípio da oferta e procura referindo-nos ao custo de produção. Os preços natural e necessário são regulados por esse princípio, bem como os preços de mercado. A única diferença é que os primeiros são regulados pela relação ordinária e média entre oferta e procura, e que os últimos, quando diferem dos primeiros, dependem de relações extraordinárias e acidentais entre oferta e procura.

Seção IV - O Trabalho Empregado na Produção de uma Mercadoria Considerado como Medida do Valor de Troca

Adam Smith, em seu capítulo sobre o preço real e o preço nominal das mercadorias, no qual considera o trabalho como uma medida de valor precisa e universal, introduziu certa confusão em sua investigação por não se prender sempre a um mesmo modo de aplicação do trabalho que propõe como medida.

Em Adam Smith, às vezes o valor da mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho empregada em sua produção, e às vezes pela quantidade de trabalho que adquire na troca.

Essas duas medidas são essencialmente diferentes; embora certamente nenhuma das duas possa ser descrita como um padrão, uma delas é uma medida de valor muito mais útil e acurada que a outra.

Se nos perguntarmos em que grau o trabalho serve como medida de valor no primeiro sentido usado por Adam Smith, isto é, em relação à quantidade de trabalho empregado na produção de uma mercadoria, descobriremos aí um grave erro.

Em primeiro lugar, um momento de atenção nos mostrará que essa medida não pode ser aplicada em sentido positivo. Na verdade, é quase uma contradição em termos dizer que o valor de troca de uma mercadoria é proporcional à quantidade de trabalho nela empregado. Valor de troca, como o próprio termo indica, significa, evidentemente, valor de troca por outras tantas

mercadorias. Mas, se quando se despende mais trabalho em uma mercadoria também se despende mais trabalho nas outras pelas quais é trocada, é bastante óbvio que o valor de troca da primeira mercadoria não pode ser proporcional ao trabalho nela empregado. Se, por exemplo, ao mesmo tempo que aumenta o trabalho na produção do trigo, aumenta o trabalho para produzir dinheiro e muitas outras mercadorias, não podemos mais dizer honestamente que todas as coisas adquiriram um valor maior ou menor na proporção em que uma quantidade maior ou menor de trabalho é empregada em sua produção. Nesse caso, é óbvio que se despendeu mais trabalho no trigo, embora 1 *bushel*[4] de trigo não possa ser trocado por uma quantidade maior de dinheiro ou de trabalho que antes. Portanto, o valor de troca do trigo certamente não se alterou em proporção à quantidade adicional de trabalho despendida em sua produção.

Mas mesmo se usarmos sempre essa medida num sentido relativo, ou seja, se dissermos que o valor de troca das mercadorias é determinado pela quantidade *comparativa* de trabalho gasta em cada uma delas, veremos que não se aplica a nenhum estágio da sociedade.

Nos períodos mais primitivos, quando não apenas a terra era comum, mas raramente algum capital era usado para apoiar o trabalho manual, as trocas constantemente feitas tinham uma relação muito tênue com a quantidade de trabalho que cada mercadoria poderia ter requerido. A maior parte dos objetos trocados eram matérias-primas de vários tipos, tais como caça, peixe, frutas etc., em relação as quais a participação do trabalho era sempre incerta. Um homem podia ter gastado cinco dias de trabalho procurando um objeto que depois trocaria com grande satisfação por outro objeto

que poderia ter custado apenas dois, ou talvez um dia de trabalho a alguém com mais sorte. Essa desproporção entre o valor de troca dos objetos e o trabalho despendido em sua produção seria perpetuamente repetida.

Por essa razão, não posso concordar nem com Adam Smith nem com o Sr. Ricardo por pensarem que “naquele estágio primitivo da sociedade que precede tanto a acumulação de capital quanto a apropriação da terra, a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir objetos diferentes parece ser a única condição que pode proporcionar algum critério para a troca”. O critério que teria atuado na troca de mercadorias é, indiscutivelmente, o descrito com tanta felicidade por Turgot, e que expus na primeira seção deste capítulo. Os resultados desse critério poderiam corresponder ou não, em média, aos resultados do critério que se baseia na quantidade de trabalho despendido em cada artigo; mas se não correspondessem, ou se as mercadorias fossem encontradas por acaso, ou se a quantidade de trabalho nelas empregado fosse absolutamente desconhecida quando foram levadas ao mercado, nem por isso a sociedade careceria de um critério para determinar o valor de troca dos objetos negociados; e é provável que as trocas efetivamente realizadas nesse estágio da sociedade fossem com menos frequência proporcionais ao trabalho dispensado a cada objeto, que em qualquer outro estágio.

Mas, na verdade, em nenhum estágio da sociedade, ainda que primitivo, o custo de produção se restringe exclusivamente ao trabalho. Num período muito remoto, verifica-se que os lucros constituem uma parcela importante desse custo e, em consequência, participam extensamente na questão do valor de troca como

condição necessária da oferta. Mesmo para fazer arco e flecha, é óbvia a necessidade de secar e curtir de maneira adequada a madeira e o junco; o tempo que esses materiais devem necessariamente estar em poder do trabalhador, antes do serviço estar pronto, introduz imediatamente um novo elemento no cálculo do custo. Podemos calcular o trabalho empregado em qualquer tipo de capital exatamente da mesma forma que calculamos o trabalho empregado na produção imediata da mercadoria. Mas a velocidade variável dos retornos é um elemento inteiramente novo, sem nenhuma relação com a quantidade de trabalho empregado no capital e, apesar disso, em todos os períodos da sociedade, tanto os mais primitivos quanto os mais recentes, esse elemento é de suprema importância na determinação do preço.

O capital fixo necessário para fabricar uma canoa pode consistir em pouco mais que algumas machadinhas de pedra e formões feitos de concha. O trabalho necessário para fabricá-los pode não acrescentar muito ao trabalho posteriormente empregado no objeto em que foram aplicados, mas é igualmente necessário que o trabalhador tenha primeiro cortado a madeira e empregado grande quantidade de trabalho nas várias partes do processo, muito antes de ser-lhe possível receber a recompensa de seus esforços, seja pelo uso da canoa, seja pelas mercadorias que poderia obter com sua troca. Durante esse período é preciso, naturalmente, que ele providencie sua subsistência. Mas a previdência, ou a antecipação do futuro, e o adiamento do prazer do momento presente em função da vantagem e lucro futuros, necessário a esse objetivo, sempre foram qualidades raras no selvagem. Não há dúvidas de que os artigos cuja natureza requer longo preparo seriam comparativamente muito escassos e teriam um valor de

troca grande em proporção à quantidade de trabalho realmente empregada nesses artigos e ao capital necessário à sua produção. Por causa disso, não acho improvável que uma canoa, nesse estágio da sociedade, tivesse o dobro do valor de troca de certa quantidade de carne de veado que, para ser continuamente levada ao mercado, custaria exatamente o mesmo número de dias de trabalho, incluindo o capital fixo necessário de arcos e flechas etc., usados para matá-los. A grande diferença de preço surgiria, nesse caso, da circunstância de que a recompensa pelo trabalho de matar cada um dos veados sempre viria poucos dias depois de ser empregado, enquanto a recompensa pelo trabalho despendido na canoa talvez levasse mais de um ano para vir. Qualquer que fosse a taxa de lucro, a demora comparativa desses lucros influiria proporcionalmente no preço do artigo. E como há motivo para pensar que entre os selvagens os investimentos necessários a um trabalho de retorno lento seriam comparativamente raros, os lucros do capital seriam extremamente elevados. A diferença do valor de troca das diferentes mercadorias que requereram a mesma quantidade de trabalho em sua produção e na produção do capital necessário seria muito grande.

Se a essa causa de variação acrescentamos a exceção, notada pelo Sr. Ricardo, que decorre da proporção maior ou menor de capital fixo empregado em diferentes mercadorias, e cujos efeitos teriam surgido num período muito primitivo da vida selvagem, é preciso admitir que a lei segundo a qual “o valor das mercadorias nunca varia a menos que uma quantidade maior ou menor de trabalho seja empregada em sua produção” não poderia ser — como afirma o Sr. Ricardo — “de aplicação universal nos períodos primitivos da sociedade”.

Nos países civilizados, é óbvio que as mesmas causas de variação do valor de troca das mercadorias,

independentemente do trabalho nela empregado, devem prevalecer nos períodos primitivos da sociedade e, como seria de se esperar, em alguns outros. Na verdade, é provável que os lucros do capital não sejam tão altos e, em consequência, nem as proporções variáveis dos capitais fixos, nem a lentidão ou rapidez dos retornos produzirão a mesma diferença proporcional de preços. Para compensar tal coisa, a diferença na quantidade de capital fixo empregado é prodigiosa e dificilmente a mesma em duas mercadorias quaisquer; a diferença nos prazos de retorno do capital às vezes varia de dois ou três dias a dois ou três anos.

A proposição do Sr. Ricardo, a qual mostra que uma elevação no preço do trabalho reduz o preço de uma ampla categoria de bens, sem dúvida parece muito paradoxal. Mas, apesar disso, é correta, e a aparência de paradoxo desapareceria caso fosse colocada de forma mais natural.

O Sr. Ricardo certamente admitirá que o efeito estudado por ele é produzido por uma queda nos lucros, o que ele considera sinônimo de elevação dos salários. Não é necessário questionar aqui até que ponto ele tem razão; mas, sem dúvida, ninguém teria considerado a proposição paradoxal, ou mesmo ligeiramente improvável, se ele tivesse dito que uma queda dos lucros ocasiona uma queda do preço das mercadorias em que, a partir da quantidade de capital fixo empregado, os lucros daquele capital constituíram anteriormente o ingrediente principal do custo de produção. Mas, em síntese, foi isso que ele disse. No caso particular que tomou para ilustrar sua proposição, ele supõe que nenhum outro trabalho foi empregado, além daquele aplicado na construção da máquina, ou que nenhum capital fixo foi usado; em consequência, o preço do produto anual dessa máquina seria constituído apenas

dos lucros habituais de 20 mil libras que ela supostamente custou, mais um pequeno acréscimo para repor seu desgaste natural. Pois bem, é quase certo que, se os lucros habituais do capital caem por qualquer razão, o preço da mercadoria assim produzida também cai. Isso é óbvio. Mas os efeitos decorrentes de uma hipótese contrária, igualmente compatível com os fatos, não foram suficientemente considerados pelo Sr. Ricardo, e o resultado geral foi totalmente negligenciado.

Numa visão panorâmica, essa parece ser a situação do debate. Há uma enorme categoria de bens em cuja produção — devido à quantidade de capital fixo usado e ao longo tempo que decorre antes de entrarem os retornos do capital, quer fixo, quer circulante — a proporção entre o valor de capital e o valor do trabalho que este capital emprega anualmente é, em graus variados, bastante considerável. Em todos esses casos, é natural supormos que a queda de preços ocasionada por uma queda nos lucros mais que compensaria, em graus variados, a elevação de preço que naturalmente aconteceria devido a uma elevação no preço do trabalho; em consequência, na hipótese de uma elevação no preço monetário do trabalho e de uma queda na taxa de lucros, todos esses bens naturalmente cairiam de preço em graus variados.

Por outro lado, há uma ampla categoria de bens em que — dadas a ausência de capital fixo e a velocidade de retorno do capital circulante variando entre um dia e um ano — a proporção do valor do capital sobre a quantidade de trabalho empregado é muito pequena. Um capital de cem libras, que retorna toda semana, poderia empregar anualmente o trabalho equivalente a 2.600 libras, cujos retornos só entrassem no final de um ano; se o capital retornasse quase todo dia, como se dá na prática em uns poucos casos, o adiantamento

ligeiramente superior ao salário de um homem por um único dia pagaria mais de trezentos dias de trabalho no decorrer de um ano. Pois bem, é bastante evidente que seria absolutamente impossível tirar dos lucros desses capitais diminutos não apenas um aumento de 7% no preço do trabalho, mas até mesmo um aumento de 0,5%. Na primeira hipótese, se o preço de produção continuasse o mesmo, um aumento de apenas 0,5% absorveria mais que todos os lucros das 100 libras; no outro caso, absorveria muito mais que todo o capital investido. Portanto, se os preços das mercadorias, em que a proporção de trabalho é muito grande comparada ao capital que o emprega, não se elevam diante de um aumento no preço do trabalho, a produção de tais mercadorias deveria cessar imediatamente. Mas é claro que não cessará. Em consequência de uma elevação no preço do trabalho e de uma queda dos lucros, grande número de mercadorias aumentará de preço; não é correto dizer “que nenhuma mercadoria tem seu valor de troca elevado apenas porque os salários sobem. O valor de troca de uma mercadoria só se eleva quando se despende mais trabalho em sua produção, quando os salários caem ou quando o meio pelo qual são estimados cai de valor”. É certo que apenas com a elevação dos salários e queda dos lucros toda uma categoria de bens (e é uma categoria extensa) terá seus preços aumentados. Nessa categoria, a queda dos lucros, em graus variados, é mais que contrabalançada pelo aumento dos salários devido à exiguidade do capital.

Todavia, sem dúvida haverá uma categoria de bens que, devido aos efeitos dessas causas opostas, continuarão com o mesmo preço. Mas, em função da própria natureza dessa proposição, essa categoria se representa teoricamente por pouco mais de uma linha; onde, pergunto eu, essa linha deve ser colocada? A fim

de ilustrar sua proposição, o Sr. Ricardo colocou-a arbitrariamente entre aqueles bens cujo pagamento consiste exclusivamente na remuneração do trabalho e cujos retornos entram exatamente no período de um ano. Mas os casos em que os retornos de capital são retardados durante um ano são extremamente raros e, além disso, nenhuma parte desse capital é empregada para comprar material ou maquinaria. Na verdade, parece não haver nenhum motivo justificável para selecionar esse caso particular, exatamente aquele em que, qualquer que seja a variação no preço do trabalho, o preço da mercadoria continua o mesmo, e em que a elevação ou queda dos salários é exatamente compensada por uma queda ou elevação dos lucros. É preciso admitir, em todo caso, que, onde quer que a linha seja colocada, ela compreende apenas uma categoria muito restrita de objetos. Diante de uma elevação no preço do trabalho, todo o resto cairá ou aumentará de preço, embora exatamente a mesma quantidade de trabalho continue sendo empregada.

Que acontece, pois, com a teoria segundo a qual o valor de troca das mercadorias é proporcional ao trabalho nelas empregado? Em vez de continuar com o mesmo valor enquanto a quantidade de trabalho nelas empregada for a mesma, parece que — a partir de causas bem conhecidas, que funcionam de forma constante e universal — os preços de todas as mercadorias variam quando o *preço* do trabalho varia, com pouquíssimas exceções; não se pode dizer antecipadamente quais sejam essas exceções.

Mas as diferentes proporções de capital fixo e a velocidade variável dos retornos do capital circulante não são as únicas causas que — em países desenvolvidos — impedem que o valor de troca das mercadorias seja proporcional à quantidade de trabalho nelas empregado.

Onde existe comércio, de qualquer dimensão, as mercadorias estrangeiras não reguladas, como é reconhecido, pela quantidade de trabalho e capital nelas empregados constituem a matéria-prima de muitas manufaturas. Nos Estados civilizados, a tributação ocasiona, por toda parte, mudanças consideráveis nos preços, sem nenhuma relação com o trabalho. Além disso, nos lugares onde toda a terra foi apropriada, o pagamento da renda da terra é outra condição de oferta da maioria dos bens de produção domiciliar e manufatureira.

É absolutamente verdade — e esta é uma verdade que implica consequências muito importantes — que o custo dos principais alimentos de origem vegetal de países civilizados e desenvolvidos, que requerem em sua produção uma quantidade considerável de trabalho e de capital, reduz-se quase inteiramente a salários e lucros, da forma que será explicada com maiores detalhes no próximo capítulo. Embora a conclusão seja de que, desse modo, o preço do trigo é quase independente da renda da terra e embora esse preço, assim determinado, na realidade inclua o pagamento da renda da terra sobre a grande maioria das terras do país, é evidente que o pagamento da renda da terra ou, o que dá no mesmo, de um preço que pague essa renda, é uma condição necessária da oferta de grandes quantidades de mercadoria.

O próprio Adam Smith afirma que a renda da terra “entra na composição do preço das mercadorias de uma forma diferente dos salários e do lucro”. Diz ele que “os salários ou lucros altos ou baixos são as causas do preço alto ou baixo; a renda da terra, alta ou baixa, é resultado do preço, porque é necessário pagar salários e lucros altos ou baixos para levar ao mercado determinado bem, cujo preço é alto ou baixo. Mas seu preço ser alto ou

baixo, muito mais, muito pouco mais, ou não mais que o suficiente para pagar aqueles salários e lucros, é o que proporciona uma renda da terra alta ou baixa, ou absolutamente nenhuma renda". Nesta passagem, Adam Smith admite claramente que a renda da terra é uma consequência, não uma causa do preço, mas é evidente que ele não acha que esse reconhecimento invalida sua teoria geral a respeito das partes componentes do preço. Na realidade, esse reconhecimento não a invalida. Ainda é verdade que o custo da grande maioria dos bens resolve-se em salários, lucros e renda da terra. Alguns podem custar uma quantidade considerável de renda da terra e pequena quantidade de trabalho e de capital; outros, grande quantidade de trabalho e de capital e pequena quantidade de renda da terra; e uns poucos podem resolver-se aproximadamente em salários e lucros, ou mesmo apenas em salários. Mas como se sabe que esta última categoria restringe-se a uma proporção pequena da produção de um país, segue-se que o pagamento da renda da terra é condição absolutamente necessária da oferta de grande número de mercadorias, e que pode ser considerada, com propriedade, como parte componente do preço.

Admitindo-se então que o preço dos principais alimentos de origem vegetal de um país em desenvolvimento é determinado pela quantidade de trabalho e de capital empregado em sua produção em circunstâncias as mais desfavoráveis, ainda assim, quando admitimos ao mesmo tempo que um valor equivalente de produção é obtido pelo cultivo de terra fértil com pouco trabalho e capital, dificilmente poderíamos manter — com mínima adequação de linguagem — a proposição geral de que a quantidade de trabalho aplicada em diferentes mercadorias regula seu valor de troca. Devido apenas à variedade de solos,

ocorrem trocas constantes que contradizem diretamente os termos daquela proposição. Qualquer que seja a forma de regular a renda, é óbvio que é necessário conservá-la como ingrediente dos custos de produção em relação à grande maioria dos bens. A propriedade desse modo de considerar a renda não é afetada pela circunstância de que a renda paga em mercadorias do mesmo tipo varia, e em uns poucos casos é mínima ou inexistente.

Admitindo-se, portanto, como fiz, que o preço dos principais alimentos de origem vegetal de um país que está desenvolvendo a agricultura é um preço necessário com respeito à quantidade total produzida, e coincide com o preço requerido para repor o trabalho e o capital empregado nas circunstâncias mais desfavoráveis e paga pouca ou nenhuma renda, ainda assim não parece justificar-se alterarmos a antiga linguagem referente às partes componentes do preço, ou do que eu estaria mais inclinado a chamar de condições necessárias à oferta.

Mas algumas partes da terra e de sua produção têm muito mais o caráter de monopólio que os principais alimentos de um país em desenvolvimento. É universalmente reconhecido que o valor de troca de mercadorias sujeitas tanto a monopólio absoluto quanto a monopólio parcial não pode ser determinado pelo trabalho nelas despendido. O valor de troca daquela enorme massa de bens imóveis de um país, que consiste nas casas em todas as suas cidades, é profundamente afetado pelo monopólio absoluto da renda da terra. A necessidade de pagar essas rendas afeta os preços de quase todos os bens fabricados nas cidades. Em relação à produção dos principais alimentos do povo, é verdade que, se as rendas deixassem de existir, não se poderia produzir uma quantidade igual de trigo a baixo preço, mas não se pode dizer o mesmo da pecuária do país. O

preço de qualquer parcela dessas espécies de alimento não é conversível apenas em trabalho e capital.

Todo gado paga renda semelhante à fundiária, em proporção a seu valor. Nesse aspecto, o gado é essencialmente diferente do trigo. Com trabalho e fertilizantes, é possível obter uma boa colheita de trigo em solo pobre, e a renda paga pode ser insignificante comparada ao valor da safra; mas em terras sem cultivo, a renda tem de ser proporcional ao valor da safra e, quer grande, quer pequena por acre, será um ingrediente importante do preço da mercadoria produzida. Nas regiões montanhosas da Escócia podem ser necessários mais de 100 acres para se obter a mesma quantidade de carne de carneiro criado em 5 acres de boas pastagens. Sem dúvida, alguma coisa deve compensar os maiores trabalhos e riscos de um solo pobre em condições difíceis mas, independente dessa dedução — que provavelmente não seria importante —, a renda paga pela mesma quantidade de carne de carneiro seria aproximadamente a mesma. Se essa renda diminuísse muito, não há a menor dúvida de que a mesma quantidade de gado poderia ser levada ao mercado a preços muito mais baixos, sem nenhuma redução dos lucros ou dos salários dos interessados; por isso não é possível estimar o valor do gado pela quantidade de trabalho e capital e ainda menos pela mera quantidade de trabalho nele despendida.

A renda é indiscutivelmente paga em toda e qualquer quantidade de gado produzida neste país. Apesar disso, pode-se dizer que a renda da terra não cultivada é determinada pelo preço do gado; que o preço do gado é determinado pelo custo de produção em boas pastagens naturais ou em terra tratada, as quais produziriam uma renda considerável caso fossem usadas para cultivar trigo, porque as terras pobres e sem cultivo de um país

populoso nunca são suficientes para produzir todo o alimento de origem animal requerido; que as rendas das diferentes qualidades de terra que devem, por isso, ser destinadas à criação de gado dependem do preço do principal alimento do país; que o preço do principal alimento do país depende do trabalho e do capital necessários para produzi-lo na pior terra efetivamente usada. Esse é um método indireto de provar a conexão íntima entre o gado e o trabalho, e certamente não justificaria dizermos que o valor relativo de carneiro e de camisas é proporcional à quantidade comparativa de trabalho empregado em cada um desses bens.

Mas, na verdade, um dos elos dessa cadeia de dependências não se mantém e a conexão entre gado e trabalho é, assim, desfeita de imediato. Embora o preço do principal alimento de um país dependa do trabalho e do capital necessários para produzi-lo na pior terra em uso, a renda da terra — como demonstraremos mais cabalmente no próximo capítulo — não é regulada pelo preço do produto. Entre os eventos que ocorrem com mais frequência em todas as nações, é a melhoria da agricultura que leva ao aumento da produção e da população e, depois de algum tempo, ao cultivo de terras naturalmente mais pobres, com o mesmo preço do produto, o mesmo preço do trabalho e a mesma taxa de lucros. Mas, nesse caso, as rendas de todas as antigas terras cultivadas subirão e, com elas, naturalmente as rendas das pastagens naturais e o preço do gado, sem nenhuma mudança no preço do trabalho ou nenhuma dificuldade maior na produção dos meios de subsistência.

A afirmação que acabamos de fazer aplica-se a muitos outros bens importantes além do alimento de origem animal. Em primeiro lugar, inclui lã e couro cru, matérias-primas das duas mais importantes manufaturas, e aplica-se diretamente à madeira de construção e à madeira

bruta, ambos artigos de grande importância. Em segundo lugar, há alguns produtos, tais como o lúpulo, por exemplo, que não podem ser cultivados em solo pobre. É impossível obter esse produto sem pagar uma renda; se essa renda varia, enquanto a quantidade de trabalho empregado na produção de determinada quantidade de trigo permanece a mesma, não há o menor fundamento na afirmação de que tais produtos são regulados pelo trabalho.

Se se diz que a teoria que rejeita totalmente a renda e converte os preços de todas as mercadorias em salários e lucros nunca se refere a artigos que têm alguma conexão com o monopólio, pode-se responder que essa exceção inclui grande número de artigos com os quais estamos familiarizados. As terras que proporcionam o grosso da oferta de trigo são, evidentemente, uma espécie de monopólio, embora sujeitas a leis e limites diferentes dos monopólios comuns. Mesmo a última terra tomada para o cultivo do trigo, caso tenha um proprietário, pagará a pequena renda que produziria como pastagem natural. Acabamos de mostrar que o monopólio afeta de maneira muito direta o preço do gado, outro grande setor da produção de alimentos para o homem. Com respeito aos materiais usados em roupas e moradias, são muito poucos os que realmente não pagam renda nenhuma, referente não apenas ao grosso da produção de cada um deles, mas aos oriundos da terra mais pobre empregada em sua produção. Dizer que o preço da lã, do couro, do linho e da madeira é determinado pelo custo de sua produção na terra que não paga renda nenhuma é recorrer a um critério impossível de constatar. Acredito que podemos afirmar com segurança não haver nenhuma quantidade de lã, couro, linho e madeira produzida neste país que venha de uma terra cultivada nessas condições.

Não podemos, portanto, desembaraçar-nos da renda da terra em relação à maioria dos bens. No caso em que mais nos aproximamos dela, isto é, na produção do principal alimento do país, a tentativa de converter o valor de troca de todas as diferentes quantidades desse alimento apenas em trabalho e lucro envolve uma contradição em termos. Como não parece surgir nenhum erro ao considerarmos a renda da terra como parte componente do preço, depois de explicarmos de maneira adequada sua origem e evolução, parece-me essencial — tanto para a correção da linguagem quanto para a correção do sentido — dizer que o custo de produção de qualquer mercadoria constitui-se de todos os salários, de todos os lucros e de toda a renda que, nas circunstâncias atuais da sociedade, são necessários para comercializar aquele artigo específico, na quantidade requerida, ou, em outras palavras, que o pagamento dessas despesas é a condição necessária para sua oferta.

Se estivéssemos determinados a usar apenas um termo, certamente seria mais correto referirmo-nos ao capital que ao trabalho, porque os adiantamentos que são chamados de capital em geral incluem os outros dois. O preço natural ou necessário das mercadorias depende da quantidade de capital nelas empregado, mais os lucros desse capital à taxa corrente, durante o período em que está empregado. Mas como a quantidade de capital adiantado consiste na quantidade de salários pagos do começo ao fim, somada à importância da renda paga, seja diretamente ao dono da terra, seja no preço da matéria-prima, o uso dos três termos parece decididamente preferível, o mais correto (visto que a renda não corresponde, em muitos casos, a um adiantamento do capital) e também o que melhor transmite a informação desejada.

Mas se a renda da terra entra na matéria-prima de quase todas as manufaturas e em quase todo capital, tanto fixo quanto circulante, o adiantamento necessário para pagá-la afetará grandemente a quantidade de capital empregado. Combinados à variedade quase infinita que deve ocorrer em seus prazos, esses adiantamentos afetarão a parte do preço que se converte em lucros.

Supondo-se o improvável, ou seja, que há terras num país desenvolvido e populoso que não pagam nenhuma renda diretamente, ainda assim a renda será paga mesmo por aqueles que cultivam essas terras, na madeira que usam em seus arados, carroças e construções, no couro necessário para fazer os arreios, na carne que suas próprias famílias consomem e nos cavalos que compram para arar a terra. Esses adiantamentos, relativos tão somente à renda, impediriam imediatamente que o preço do produto fosse proporcional à quantidade de trabalho nele empregado. Acrescentando os lucros sobre esses adiantamentos de acordo com sua importância e períodos de retorno, devemos admitir que, mesmo na produção de trigo, em que não se paga diretamente nenhuma renda da terra, seu preço é afetado pela renda envolvida no capital fixo e no circulante empregados no cultivo.

Consideradas, portanto, todas as variações causadas pelas diferentes proporções do capital fixo empregado, pelas diferentes velocidades de retorno do capital circulante, pela quantidade de mercadorias estrangeiras usadas em manufaturas, pelos efeitos bem conhecidos da tributação e pela existência quase universal da renda da terra na situação prevalecente em todos os países desenvolvidos — em vista de tudo isso, temos de admitir, penso eu, não importa quão curioso e desejável possa ser o conhecimento da quantidade exata de trabalho

empregada na produção de cada mercadoria específica, que certamente não é esse trabalho que determina seu valor de troca relativo, na mesma época e no mesmo lugar.

Se na mesma época e no mesmo lugar o valor relativo das mercadorias não é determinado pelo trabalho despendido em sua produção, é claro que essa medida não pode determinar seu valor relativo em lugares diferentes e em épocas diferentes. Se, em Londres e no momento presente, outras causas além do trabalho concorrem para a determinação dos preços médios dos artigos comprados e vendidos, é óbvio que, embora na Índia de hoje ou na Inglaterra de 500 anos atrás a produção de uma mercadoria custasse o dobro de trabalho necessário em Londres agora, não poderíamos inferir que seu valor de troca tenha dobrado. Nem poderíamos inferir com segurança, a partir da constatação de que o valor de troca dessa mercadoria dobrou, relativamente às demais mercadorias, que em sua produção fosse necessário exatamente o dobro de trabalho.

Se, por exemplo, soubermos que 1 metro de casimira fina custava 20 dias de trabalho comum para ser fabricado no tempo de Eduardo III, e que hoje em dia custa apenas 10, deveríamos concluir, naturalmente, que, devido a várias melhorias técnicas, a facilidade de fabricação de casimiras dobrou, mas não seria possível determinar em que medida essa circunstância afetaria seu valor de troca relativo sem uma observação dos fatos. A alteração de seu valor de troca, tanto genericamente quanto em relação ao conjunto de mercadorias, dependeria, é claro, da facilidade ou dificuldade proporcionais com que outras mercadorias são fabricadas. Em relação a artigos específicos, para cuja fabricação a quantidade de trabalho permaneceu a

mesma ou era exatamente conhecida, o valor de troca da casimira ainda dependeria de todas aquelas circunstâncias já mencionadas, que impedem que o trabalho empregado na produção de um bem seja uma medida correta do valor relativo, até mesmo no mesmo lugar e na mesma época.

Para mostrar que a quantidade de trabalho empregado na produção de uma mercadoria é uma medida de valor melhor que a quantidade de trabalho que essa mercadoria permite adquirir, o Sr. Ricardo coloca a hipótese de que determinada quantidade de trigo pode, em certa época, requerer apenas a metade da quantidade de trabalho que requereria em outra época subsequente e que, no entanto, o trabalhador receberia a mesma quantidade de trigo em ambos os períodos; nesse caso, diz ele, teríamos um exemplo de mercadoria cujo valor de troca dobrou, segundo o que ele imagina ser a definição correta de valor, embora essa mercadoria não permita adquirir mais trabalho que antes, quando trocada.

Essa hipótese — é necessário reconhecer — é muito improvável. Mas, supondo que tal evento ocorresse, exemplificaria de maneira impressionante a incorreção de sua definição, e mostraria de uma vez a distinção marcante que sempre deve existir entre custo e valor. Temos aqui um caso evidente de um aumento em dobro na quantidade de trabalho; entretanto, esse caso é invocado no âmbito da hipótese de que a mercadoria que aumentou tanto assim o custo de sua produção não comprará uma quantidade maior daquele artigo que é, incomparavelmente, o mais comum e o mais importante de todos os objetos oferecidos para troca, ou seja, o trabalho. Esse exemplo mostra imediatamente que a quantidade de trabalho que uma mercadoria exige em sua produção não é uma medida de seu valor de troca.

Prontamente se reconhecerá que o trabalho empregado na produção de uma mercadoria, incluindo o trabalho empregado na produção do capital necessário, é o ingrediente principal entre as partes componentes do preço, e, supondo-se que os outros fatores permaneçam os mesmos, determinará o valor relativo de todas as mercadorias do mesmo país ou, melhor dizendo, do mesmo lugar. Mas, quando nos voltamos para qualquer período anterior, determinamos os valores relativos das mercadorias com muito maior precisão e rapidez se verificarmos seus preços no dinheiro da época. Portanto, uma pesquisa sobre a quantidade de trabalho empregada em cada mercadoria, para determinar-lhe o valor de troca, seria inútil. E se devêssemos inferir que o valor de troca de uma mercadoria específica dobrou porque custava 10 dias de trabalho há 300 anos, enquanto agora custa 20, certamente correríamos o risco de tirar uma conclusão muito distante da verdade.

Conclui-se, então, que a quantidade de trabalho despendida na produção de uma mercadoria não é uma medida correta do valor relativo na mesma época e no mesmo lugar, nem uma medida do valor de troca real, conforme definido anteriormente, em diferentes países e em diferentes períodos.

Seção V - O Dinheiro Considerado uma Medida de Valor, quando seu Custo é Uniforme

Segundo o princípio de que o trabalho empregado na produção de uma mercadoria torna-se imediatamente uma medida de valor real e de valor relativo, tem-se pensado que se encontrássemos algum artigo em cuja produção sempre se empregasse a mesma quantidade de trabalho, esse artigo poderia ser usado como uma medida de valor padronizada e precisa. Sabemos que os metais preciosos não possuem essa característica. O mundo tem sido abastecido por minas de diferentes graus de riqueza em diferentes períodos. Essa diferença de rendimento implica necessariamente que, em diferentes períodos, se requer diferentes quantidades de trabalho na produção da mesma quantidade de metal. Os diferentes graus de qualificação profissional aplicados em diferentes períodos na exploração das minas devem ser uma fonte adicional de variação na quantidade de trabalho empregada para oferecer no mercado determinado peso de metal em moeda.

Entretanto, pode ser interessante considerar até que ponto os metais preciosos seriam uma medida precisa das quantidades de trabalho empregadas em cada mercadoria, mesmo que essas fontes de variação fossem removidas e que fosse realmente verdade que determinadas quantidades de metal sempre requerem a mesma quantidade de trabalho em sua produção.

É verdade estabelecida que os metais preciosos, na forma pela qual são hoje obtidos e distribuídos, são uma medida precisa de valor de troca, no mesmo período e no

mesmo lugar. Por certo, a suposição que fazemos aqui não destrói nem prejudica, em nenhum aspecto, essa característica que os metais preciosos possuem agora. Mas na última seção mostramos que o valor de troca das mercadorias praticamente nunca é proporcional à quantidade de trabalho nelas empregado. Por conseguinte, conclui-se necessariamente que os preços monetários das mercadorias não podem, mesmo com a suposição aqui feita, representar a quantidade de trabalho nelas empregado.

Na verdade, não podemos fazer nenhuma suposição a respeito da forma de obter os metais preciosos que consiga fazer dos preços das mercadorias uma medida correta da quantidade de trabalho empregada na produção de cada uma delas. Veremos que esses preços serão sempre pelo menos tão diferentes da quantidade de trabalho empregado em cada mercadoria, como a quantidade de trabalho difere dos valores de troca das mercadorias. Para provar isso, suponhamos, em primeiro lugar, que os metais preciosos requerem para sua produção, nas minas que não pagam renda da terra, certa quantidade de capital fixo e de capital circulante empregados durante certo tempo. Nesse caso, a partir dos raciocínios da seção anterior e mesmo dos itens que o Sr. Ricardo admite, conclui-se que nenhuma das mercadorias a ser trocada por determinada quantidade de prata contém a mesma quantidade de trabalho dessa prata, exceto aquelas que foram produzidas não apenas com a mesma quantidade de trabalho, mas também com a mesma quantidade dos dois tipos de capital empregados durante o mesmo período e nas mesmas proporções. No caso de uma elevação no preço do trabalho, todas as mercadorias que ainda contivessem a mesma quantidade de trabalho sofreriam uma alteração de preço, exceto aquelas pouquíssimas que estivessem

exatamente nas mesmas condições dos metais preciosos em relação aos capitais que as produziram.

Suponhamos, em segundo lugar, que a produção de metais preciosos não requeira um capital fixo, mas apenas adiantamentos de remuneração do trabalho manual durante um ano. Nesse caso é tão raro que eu duvidaria da possibilidade de haver uma mercadoria que, ao mesmo tempo, tivesse o mesmo valor de troca e contivesse a mesma quantidade de trabalho de determinada porção de metais preciosos; é claro que, ocorrendo uma elevação no preço do trabalho, quase todas as mercadorias aumentariam de preço.

Vamos supor, em terceiro lugar, que só o trabalho, representando apenas o adiantamento para a alimentação de um dia, fosse suficiente para obter os metais preciosos, isto é, que com um dia de busca na beira do mar sempre se achasse 1/2 onça de prata e 1/15 de onça de ouro. Nesse caso, é óbvio que toda mercadoria, que em sua produção tivesse requerido qualquer espécie ou quantidade de capital além do adiantamento dos bens indispensáveis para um dia, teria um preço diferente de qualquer porção de ouro ou prata que empregou a mesma quantidade de trabalho. Quanto aos efeitos de uma elevação no preço do trabalho, eles não podem ser objeto de nossa consideração, pois é evidente que não pode haver nenhuma elevação no preço do trabalho na presente suposição. Um dia de trabalho sempre deve ter o mesmo preço em dinheiro; o trigo só subiria na medida em que diminuíssem outras necessidades do trabalhador. No entanto, embora o preço em dinheiro do trabalhador não possa subir, a taxa de lucros poderia cair; a partir de uma queda na taxa de lucros, todas as mercadorias cairiam com relação ao dinheiro.

Em qualquer das suposições acima, o funcionamento das causas mencionadas na última seção modifica de tal forma os preços das mercadorias, que teríamos tão poucas condições quanto agora de inferir desses preços relativos as proporções relativas de trabalho empregadas em cada mercadoria.

Mas, independentemente das causas para as quais chamamos a atenção aqui, os metais preciosos têm outras causas de variação que lhes são peculiares. Devido à sua durabilidade, eles se adaptam com dificuldade e lentidão às variações nas condições de outras mercadorias e às facilidades variáveis de sua produção.

Os preços de mercado do ouro e da prata dependem de sua oferta no mercado, comparada à demanda; em parte essa quantidade foi produzida ao longo de centenas de anos e é muito pouco afetada pela oferta anual das minas.

O Sr. Ricardo afirma corretamente que a concordância entre o preço de mercado e o preço natural de todas as mercadorias depende sempre da facilidade com que a oferta pode ser aumentada ou diminuída; ele menciona especificamente o ouro, ou os metais preciosos, como mercadorias nas quais esse efeito não pode ser produzido rapidamente. Por conseguinte, se por meio de grandes e súbitos aperfeiçoamentos na maquinaria, tanto nas manufaturas quanto na agricultura, a facilidade de produção aumentasse por toda parte e as necessidades da população fossem atendidas com muito menos trabalho, o valor dos metais preciosos subiria muito, em comparação com as mercadorias; mas como não poderiam diminuir suficientemente em quantidade em pouco tempo, os preços das mercadorias deixariam

de representar a quantidade de trabalho nelas empregada.

Outra fonte de variação peculiar aos metais preciosos é o uso que deles se faz no comércio exterior. A menos que esse uso fosse abandonado e a exportação e importação de metais preciosos fossem proibidas, seria inquestionavelmente mais conveniente para alguns países, que dispõem de vantagens específicas em suas mercadorias exportáveis, comprar ouro e prata no exterior do que obtê-los em casa. No momento presente, acredito ser verdade indubitável que a Inglaterra compra os metais preciosos com menos trabalho que o aplicado para obtê-los diretamente das minas do México. Mas se pudessem ser importados por alguns países com menos trabalho do que são obtidos em sua própria terra, seria conveniente para outros países exportá-los em troca de mercadorias que não pudessem produzir em seu próprio solo, ou que pudessem obter mais barato de outro lugar. Assim, com respeito ao valor relativo das mercadorias, tanto em diferentes países e no mesmo período, quanto no mesmo país em diferentes períodos, é óbvio que os preços monetários estariam sujeitos a variações consideráveis, sem que fossem acompanhados por variações proporcionais nas quantidades de trabalho empregadas naquelas mercadorias.

As objeções consideradas até agora, nesta seção e nas precedentes, são algumas das que se apresentam a partir da suposição de que toda nação possui minas, ou mesmo que sempre pudesse obter metais preciosos no país com a mesma quantidade de trabalho e sem capital; mas é preciso reconhecer que estas são hipóteses extravagantes. Entretanto, se adotássemos a hipótese mais natural, ou seja, a de que as minas, onde quer que estejam, e em todas as épocas, custam sempre a mesma quantidade de trabalho e capital para funcionar,

veríamos imediatamente, a partir da distribuição atual dos metais preciosos, quão pouco, comparativamente, eles são confiáveis como medida das quantidades de trabalho empregadas na produção de mercadorias em diferentes países e períodos.

Se, na realidade, a riqueza das minas fosse sempre a mesma, por certo estaríamos livres daquela fonte de variação decorrente de rendimentos diferentes, como é de fato o caso, e dos efeitos de uma descoberta como a das minas americanas. Mas permaneceriam outras fontes de variação, grandes e óbvias. A riqueza uniforme das minas não alteraria essencialmente as proporções em que os metais preciosos seriam distribuídos para os diferentes países; as grandes diferenças em seu valor, que, como se sabe agora, ocorrem de lugar para lugar, quando comparadas ao trigo e ao trabalho, provavelmente continuariam a ser mais ou menos as mesmas.

Segundo as relações de preço que recebemos de Bengala, determinada quantidade de prata naquele país representa ou obtém seis ou oito vezes mais trabalho e provisões que na Inglaterra. Em todas as partes do mundo os artigos de mesmo preço monetário são trocados uns pelos outros. Em consequência disso acontecerá que, no comércio realizado entre os dois países, o produto de um dia de trabalho inglês será trocado pelo produto de cinco ou seis dias de trabalho hindu, já descontadas as diferenças nos lucros.

Talvez se possa dizer que o alto valor comparativo da prata na Índia decorre principalmente do fato de que os efeitos da descoberta das minas americanas não foram comunicados de maneira adequada a essa parte do mundo. Mas é preciso lembrar que a descoberta já foi feita há bastante tempo e que a diferença entre o valor

relativo do ouro e da prata na Índia, comparado com seu valor relativo na Europa — que indica da maneira mais clara uma comunicação deficiente —, está hoje desaparecendo. Por conseguinte, estou inclinado a pensar que o alto valor da prata na Índia decorre principalmente de outras causas. Mas, em todo caso, a diferença agora é tão desmedida que permite um grande desconto e ainda assim continua enorme.

No entanto, não é necessário ir à Índia para encontrar diferenças semelhantes no valor dos metais preciosos, embora talvez não tão grandes. Rússia, Polônia, Alemanha, França, Flandres e, na realidade, quase todos os países da Europa, apresentam exemplos de grandes variações nas quantidades de trabalho e de provisões que podem ser compradas por determinada quantidade de prata, embora nesses países o valor relativo dos metais preciosos seja aproximadamente o que deveria ser se as minas americanas sempre tivessem tido um rendimento físico uniforme; por conseguinte, por meio de seus atuais valores relativos, podemos avaliar quão pouco se pode confiar numa coincidência, em países diferentes, dos preços monetários das mercadorias e das quantidades de trabalho nelas empregadas, mesmo com a suposição de que o dinheiro sempre foi obtido das minas americanas com a mesma quantidade de trabalho e de capital.

Mas se não estamos inteiramente satisfeitos com esse tipo de referência à experiência, é óbvio que a mesma conclusão decorre inevitavelmente da teoria. Nos países em que os metais preciosos são necessariamente comprados, não se pode conceber nenhuma razão plausível para que sua quantidade seja proporcional à dificuldade de produzir os artigos pelos quais são trocados.

Quando a musselina inglesa e a indiana aparecem nos mercados alemães, seus preços relativos são determinados exclusivamente por suas características, sem a menor referência às diferentes quantidades de trabalho humano que foram empregadas em sua produção. A circunstância de que na fabricação das musselinas indianas empregou-se cinco ou seis vezes mais trabalho do que na fabricação das inglesas não possibilita à Índia obter maiores retornos de dinheiro.

Nos portos da Europa não se encontra nenhum comerciante disposto a dar mais dinheiro pelo trigo sueco que pelo trigo russo, polonês ou americano de mesma qualidade, apenas porque se empregou mais trabalho em seu cultivo, por ter crescido em solo menos fértil. Portanto, se a Índia e a Suécia não tivessem outro meio de comprar prata na Europa além da exportação de musselinas e trigo, seria absolutamente impossível para esses dois países circular suas mercadorias com um preço em dinheiro — comparado a outros países — proporcional à dificuldade relativa com que foram produzidas, ou à quantidade de trabalho empregado em sua produção. De fato, é universalmente reconhecido que a capacidade de comprar mercadorias estrangeiras de todos os tipos depende do preço relativamente barato, ou caro, dos artigos exportáveis. Por conseguinte, embora o dinheiro efetivo em circulação em determinado país — outras condições permanecendo aproximadamente as mesmas — possa ser distribuído entre as diferentes mercadorias compradas e vendidas, de acordo com a quantidade de trabalho requerido na produção de cada uma delas, a suposição de que o mesmo tipo de distribuição ocorreria em países diferentes envolve uma contradição de princípios elementares do intercâmbio comercial.[5]

Conclui-se, portanto, que nenhuma espécie de regularidade na produção dos metais preciosos, nem mesmo se todos os países possuíssem suas próprias minas, e menos ainda se a grande maioria fosse obrigada a comprar seu dinheiro de outros, tornaria o preço monetário das mercadorias uma medida correta da quantidade de trabalho nelas empregado, tanto no mesmo como em diferentes países, tanto no mesmo como em diferentes períodos.

Em que medida os metais preciosos assim caracterizados podem ser uma boa medida do valor de *troca* das mercadorias, embora não do trabalho nelas empregado, é uma outra questão. Afirmamos várias vezes que os metais preciosos — qualquer que seja a forma de sua obtenção — são uma medida correta do valor de troca, no mesmo período e lugar. Por certo, quanto menos sujeitas a variações forem as formas de obtê-los, tanto mais se aproximarão de uma medida do valor de troca em diferentes momentos e em diferentes lugares.

Se, na verdade, os metais preciosos fossem obtidos de acordo com uma das suposições feitas nesta seção, isto é, se cada nação sempre pudesse obtê-los com a mesma quantidade de trabalho e sem nenhum adiantamento de capital, nesse caso, com exceção de distúrbios temporários ocasionados pelo comércio exterior ou pela invenção repentina de máquinas, o valor monetário de troca, em relação ao trabalho que adquiriria, seria o mesmo em todos os países e em todos os períodos; o motivo específico pelo qual os metais preciosos se aproximariam, nesse caso, de uma medida correta do valor de troca real está em que apenas a partir dessa suposição seu custo em trabalho sempre seria igual a seu valor de troca em trabalho. No caso suposto, o dinheiro certamente teria um valor uniforme. Sempre

custaria a mesma quantidade de trabalho e sempre adquiriria a mesma quantidade de trabalho; mas vimos que, em relação às mercadorias em que algum tipo de capital foi usado, seus valores, tanto comparados aos metais preciosos como entre si, nunca são proporcionais ao trabalho nelas empregado.

Seção VI - O Trabalho que uma Mercadoria Adquire, Considerado como Medida do Valor Real de Troca

Quando consideramos o trabalho como medida de valor no sentido mais frequentemente usado por Adam Smith, isto é, quando o valor de um objeto é estimado pela quantidade de trabalho de determinado tipo (um dia de trabalho comum, por exemplo) que ele pode obter, esse trabalho se nos afigura, sem nenhuma dúvida, como a melhor de todas as mercadorias, unindo, com aproximação maior que qualquer outra, as características de medida real e nominal do valor de troca.

Em primeiro lugar, ao procurar um objeto para ser medida do valor de troca, nossa atenção dirige-se, naturalmente, para aquele que é trocado com maior frequência. Pois bem, não se pode contestar que, de todos os objetos, o que de longe recebe em troca a maior massa de valor é o trabalho, tanto o produtivo quanto o improdutivo.

Em segundo lugar, o valor das mercadorias, quando trocadas por trabalho, é a única expressão do grau em que essas mercadorias satisfazem as necessidades e os gostos da sociedade, e do grau de abundância com que são oferecidas, comparado com os desejos e o número de seus consumidores. Por meio de aperfeiçoamentos na maquinaria, a roupa, a seda, o algodão, os chapéus, os sapatos, o dinheiro e mesmo o trigo podem todos, por alguns anos, aumentar muito de quantidade ao mesmo tempo. Entretanto, quando essa alteração notável ocorre com todas essas mercadorias, o valor de qualquer uma delas, ao ser trocada por qualquer outra, ou mesmo

quando comparada ao conjunto das outras mercadorias, permanece exatamente o mesmo. Por conseguinte, é óbvio que, para expressar os importantes efeitos decorrentes da facilidade de produção, temos de considerar tanto a quantidade de trabalho empregada nas mercadorias quanto as quantidades de trabalho que poderão obter. Mas, nas duas últimas seções, vimos que a quantidade de trabalho empregado nas mercadorias nunca se aproxima de uma medida correta do valor de troca, ainda que seja no mesmo período e lugar. Em consequência disso, nossa atenção dirige-se naturalmente para o trabalho que as mercadorias adquirem.

Em terceiro lugar, a acumulação de capital, com sua eficácia no aumento da riqueza e da população, depende quase inteiramente de sua capacidade de acionar trabalho, ou, em outras palavras, de sua capacidade de adquirir trabalho. Nenhuma quantidade de mercadorias, por maior que seja, pode ocasionar um aumento real e permanente do capital se for de uma natureza tal, ou caso seu valor tenha caído tanto, que não possa obter mais trabalho do que custou. Quando isso acontece em função de causas permanentes, a acumulação chega ao ponto final; quando isso acontece apenas durante algum tempo, a acumulação sofre uma pausa temporária e, em ambos os casos, a população é afetada, em cada caso de uma forma. Como parece, pois, que o grande estímulo da produção depende principalmente da capacidade das mercadorias de obter trabalho, especialmente de obter uma quantidade maior de trabalho do que foi empregada nelas, naturalmente somos levados a considerar essa capacidade de adquirir trabalho como algo de suprema importância no cálculo do valor de troca das mercadorias.

Essas são algumas considerações gerais que, na procura de uma medida de valor, dirigem nossa atenção para o trabalho que as mercadorias obterão; uma análise mais detalhada das características dessa medida nos convencerá de que nenhum outro objeto adapta-se tão bem a esse propósito.

É universalmente reconhecido que, no mesmo lugar e durante períodos de tempo moderadamente curtos, os metais preciosos são uma medida de valor perfeita; mas tudo que se possa dizer sobre os metais preciosos em relação aos preços nominais, também se aplica ao trabalho na forma aqui proposta.

É óbvio, por exemplo, que, no mesmo lugar e durante o mesmo período, as diferentes quantidades de um dia de trabalho que diferentes mercadorias podem adquirir serão exatamente proporcionais a seus valores de troca relativos; se duas dessas mercadorias compram a mesma quantidade de trabalho do mesmo tipo, invariavelmente serão permutáveis entre si.

Um comerciante pode regular seus negócios com segurança e avaliar seus lucros comerciais pela quantidade de trabalho excedente que suas importações obtêm, comparadas às suas exportações. Quer o valor de uma mercadoria tenha subido a partir de um monopólio absoluto ou parcial; quer a elevação tenha sido gerada principalmente pela escassez de matéria-prima ou do tipo específico de trabalho requerido em sua produção, ou por lucros excepcionalmente altos; quer seu valor tenha aumentado devido a uma elevação no custo de produção, ou diminuído pelo uso de maquinaria; quer seu valor corrente tenha decorrido essencialmente de causas permanentes ou temporárias — em todos os casos, sob todas as circunstâncias, a quantidade de trabalho que uma mercadoria adquire, ou, o que vem a dar no mesmo,

a quantidade de trabalho ou o preço do trabalho que as pessoas pagarão para obtê-lo, será uma medida muito exata de seu valor de troca. Em síntese, essa medida, no mesmo lugar e durante o mesmo período, será exatamente igual aos preços nominais das mercadorias, tendo a seu favor a grande vantagem de explicar com muita precisão e proveito todas as variações do valor, sem se referir a um meio de circulação.

Talvez se possa dizer que, exatamente no mesmo lugar e período, quase toda mercadoria pode ser considerada uma medida precisa do valor relativo das outras, e o que acabamos de dizer sobre o trabalho pode ser dito das roupas, do algodão, do ferro ou de qualquer outro artigo. Duas mercadorias quaisquer que, durante o mesmo período e no mesmo lugar, compram a mesma quantidade de roupas, algodão ou ferro de determinada qualidade têm o mesmo valor relativo, ou são permutáveis entre si. Não há dúvida de que isso é verdade, se considerarmos exatamente o mesmo período, mas não é verdade em qualquer outra hipótese. Já no caso do trabalho ou dos metais preciosos, é necessário decorrer algum tempo para que isso deixe de ser verdade. Roupas, algodão, ferro e mercadorias semelhantes estão muito mais sujeitas que o trabalho a repentinas mudanças de valor, tanto devido a variações na demanda, como devido à influência da maquinaria e outros fatores. Um dia de trabalho, tomando a média de verão e inverno, é o mais estável de todos os artigos; o comerciante que, numa especulação comercial no exterior cujos retornos fossem lentos, tivesse certeza de lucrar 15% estimados em trabalho teria muito mais garantias de receber os 15% de lucros reais que aquele que só tivesse certeza de lucrar 15% estimados em roupas, algodão, ferro, ou mesmo dinheiro.

O trabalho constitui, portanto, uma medida exata de valor no mesmo lugar, e durante curtos períodos de tempo, mas ele não se aproxima dessa medida mais do que qualquer outra mercadoria, quando referido a lugares e períodos de tempo diferentes.

Adam Smith considerava o trabalho, no sentido em que o entendemos aqui, como uma medida tão boa do trigo, ou, o que vem a dar no mesmo, considerava o trigo uma medida tão boa do trabalho que, em sua digressão sobre o valor da prata durante os últimos quatro séculos, ele efetivamente substituiu o trigo pelo trabalho e tirou as mesmas conclusões de sua análise como se um fosse sempre uma medida exata do outro.

Ao fazer isso, penso que cometeu um erro grave e tirou conclusões incompatíveis com seus próprios princípios gerais. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que, de século para século, e em países diferentes e distantes onde os metais variam muito de valor, o trigo, sendo o artigo mais indispensável à vida, pode muito bem ser considerado a melhor medida do valor de troca real do trabalho; por conseguinte, a capacidade de uma mercadoria obter trabalho será, em períodos distanciados e em países diferentes, a melhor indicação da sua capacidade de obter o bem mais indispensável à vida — o trigo.

Em relação aos outros bens de primeira necessidade e de conforto, devemos reconhecer que, em geral, dependem ainda mais do trabalho que o trigo, porque geralmente se emprega mais trabalho nesses bens depois que são tirados do solo. E como — *todos os outros fatores permanecendo os mesmos* — a quantidade de trabalho que uma mercadoria adquire será proporcional à quantidade de trabalho nela empregada, podemos presumir que a influência de quantidades diferentes de

trabalho que uma mercadoria requer em sua produção será adequadamente manifestada nesse cálculo do valor, juntamente com a manifestação de todas aquelas circunstâncias outras que não o trabalho efetivamente empregado em mercadorias diferentes. A grande vantagem dessa medida de valor — que consiste na quantidade de trabalho que uma mercadoria adquire — sobre a que consiste na quantidade de trabalho efetivamente empregada na produção da mercadoria está em que, enquanto esta última envolve apenas uma causa do valor de troca, embora esta seja, em geral, a mais importante, a primeira, além desta causa, envolve todas as diferentes circunstâncias que influenciam as proporções em que as mercadorias são realmente trocadas umas pelas outras.

É evidente que nenhuma mercadoria pode ser uma boa medida do valor real de troca em lugares diferentes e em períodos distanciados, se não for, ao mesmo tempo, uma boa medida do valor nominal, nesses lugares e nesses períodos distanciados; nesse aspecto, é preciso reconhecer que a quantidade de trabalho comum que um artigo obtém, a qual necessariamente leva em conta todas as causas que afetam o valor de troca, é uma medida perfeita.

Devemos observar ainda que, em países diferentes e em períodos distantes entre si, a mesma quantidade de trabalho adquire quantidades muito diferentes — o bem mais indispensável à vida; ainda assim, com o progresso dos aperfeiçoamentos e da civilização, geralmente acontece que quando o trabalho adquire a menor quantidade de comida, adquire a maior quantidade de outras mercadorias, e quando adquire a maior quantidade de comida, adquire a menor quantidade de outros bens de primeira necessidade e de conforto, de modo que, em dois países ou em dois períodos com

diferentes graus de progresso, quando dois objetos adquirem a mesma quantidade de trabalho, muitas vezes adquirem aproximadamente a mesma quantidade dos bens de primeira necessidade e de conforto, embora possam adquirir diferentes quantidades de trigo.

É preciso reconhecer, por conseguinte, que, qualquer que seja a mercadoria, a quantidade de dias comuns de trabalho que ela adquire é a melhor aproximação do valor real de troca.

O trabalho, entretanto, como todas as outras mercadorias, varia da abundância à escassez, comparado à sua demanda e, em períodos diferentes e em lugares diferentes, adquire quantidades muito diferentes do bem mais necessário à vida; além disso, em função dos diferentes graus de habilidade ou de apoio da maquinaria com a qual o trabalho é empregado, os produtos do trabalho não são proporcionais à quantidade aplicada. Em consequência, o trabalho, em qualquer sentido em que o termo possa ser usado, não pode ser considerado medida exata e padronizada do valor real de troca. Se por essa razão o trabalho que uma mercadoria adquire não pode ser aceito, com certeza também não há mais onde possamos procurar tal medida com alguma possibilidade de êxito.

Seção VII - O Meio-Termo entre o Trigo e o Trabalho, Considerado como Medida do Valor Real de Troca

Conclui-se, portanto, que nenhuma mercadoria pode ser legitimamente considerada medida padrão do valor real de troca. Uma estimativa dos preços comparativos de todas as mercadorias, que determine a capacidade de cada uma de adquirir os bens necessários, úteis ou agradáveis à vida, inclusive o trabalho, não seria apenas muito penosa e difícil de usar, mas também impraticável. No entanto, dois objetos poderiam, em alguns casos, ser medida mais adequada de valor real de troca do que apenas um e ainda ser utilizável na prática.

Devido à sua capacidade de sustentar certo número de seres humanos, certa quantidade de trigo de determinada qualidade sempre tem um valor de uso definido e invariável; mas tanto seu valor real de troca quanto seu valor nominal estão sujeitos a variações consideráveis, não apenas de ano para ano, mas também de século para século. A experiência mostra que a população e o cultivo da terra, apesar de sua dependência mútua, não se desenvolvem sempre com o mesmo ritmo, mas estão sujeitos a variações marcantes na velocidade de seus desenvolvimentos. À parte as variações anuais, parece que às vezes o trigo permanece caro, comparado ao trabalho e a outras mercadorias, durante muitos anos; outras vezes permanece barato, comparado aos mesmos bens, durante períodos equivalentes. Nesses diferentes períodos, 1 *bushel* de trigo adquire quantidades muito diferentes de trabalho e outras mercadorias. Observando o preço oficial do

trabalho e o preço médio do trigo durante o reinado de Henrique VII, pelo fim do século XV e começos do século XVI, concluímos que 1/2 *bushel* desse cereal comprava pouco mais que um dia de trabalho comum e, obviamente, apenas pequena quantidade das mercadorias para cuja produção era necessário muito trabalho. Um século depois, no final do reinado de Elisabete, 1/2 *bushel* de trigo comprava três dias de trabalho comum e, é claro, uma quantidade comparativa considerável das mercadorias em que se empregava trabalho. Consequentemente, de século para século, assim como de ano para ano, nota-se que determinada quantidade de trigo mede de forma muito imperfeita a quantidade de bens necessários, úteis e agradáveis à vida que qualquer mercadoria específica adquire na troca.

A mesma observação confirma-se no caso do dia de trabalho, medida proposta por Adam Smith. O mesmo período de nossa história ilustra a variação dessa medida de século para século. Durante o reinado de Henrique VII, um dia de trabalho — de acordo com a afirmação anterior — comprava aproximadamente 1/2 *bushel* de trigo, que era o bem mais necessário à vida, e, por conseguinte, o artigo mais importante numa estimativa geral do valor real de troca. Um século depois, um dia de trabalho comprava apenas 1/6 de *bushel* de trigo: uma diferença prodigiosa nesse artigo tão importante. E embora possamos supor que um dia de trabalho comprava, nos dois períodos, quantidades menos dessemelhantes de artigos em que o trabalho entra como ingrediente importante, do que as quantidades que adquiria de trigo, mesmo assim apenas as variações em sua capacidade de adquirir o bem mais necessário à vida, em períodos diferentes, já desqualificam o trabalho

como medida exata do valor real de troca de século para século.

Todavia, embora nenhum desses dois artigos, tomados isoladamente, possa ser considerado medida satisfatória de valor, a combinação dos dois talvez possa levar a uma precisão maior.

Quando o trigo é caro, comparado ao trabalho, o trabalho comparado ao trigo será necessariamente barato. No período em que dada quantidade de trigo adquire uma quantidade maior de bens de primeira necessidade e de conforto determinada quantidade de trabalho sempre adquire uma quantidade menor desses artigos; no período em que o trigo adquire uma quantidade menor desses artigos, o trabalho adquire uma quantidade maior.

Por isso, se tirarmos uma média dos dois, evidentemente teremos uma medida corrigida pelas variações contemporâneas de cada um em direções opostas, e provavelmente representaremos, com maior precisão do que apenas com um deles, a mesma quantidade de bens de primeira necessidade e de conforto, nos períodos mais distantes e sob todas as circunstâncias variáveis às quais estão sujeitos o aumento da população e o cultivo da terra.

Para esse propósito é necessário, entretanto, fixarmos uma medida de trigo que possa ser considerada, no que se refere à quantidade, equivalente a um dia de trabalho; neste país, talvez 1 *peck*[6] de trigo, que constitui aproximadamente o ganho diário médio de um bom trabalhador em tempos de abundância, seja bastante preciso para o objetivo proposto. Portanto, qualquer mercadoria que, em períodos diferentes, adquire o mesmo número de dias de trabalho e de *pecks* de trigo — ou frações dessas unidades, tomadas em proporções

iguais — pode ser considerada, segundo esse princípio, como uma mercadoria que adquire, de forma bem aproximada, a mesma quantidade de bens de primeira necessidade e de conforto e, em consequência, preserva de modo bastante aproximado o valor real de troca em períodos diferentes. E toda mercadoria que, em períodos diferentes, compra diferentes quantidades de trigo e de trabalho assim considerados, evidentemente terá variado em relação a uma medida que varia pouco, e por isso podemos supor que a mercadoria em questão variou proporcionalmente a seu valor real de troca.

Ao calcular o valor real de troca de mercadorias de diferentes países, devemos levar em conta os tipos de alimento consumidos pelas classes trabalhadoras. A regra geral seria compará-los, em cada país, a um dia de trabalho e à quantidade do tipo de cereal existente, equivalente ao ganho diário médio de um bom trabalhador. Desse modo, se na Inglaterra o preço monetário de uma mercadoria compra 5 dias de trabalho e 5 *pecks* de trigo, e o preço monetário de uma mercadoria, em Bengala, compra cinco dias de trabalho e cinco vezes a quantidade de arroz que um bom trabalhador costuma ganhar, segundo a média de um período longo, pode-se supor que essas mercadorias têm, em cada país, o mesmo valor real de troca; a diferença entre seus valores monetários expressa de forma bem aproximada os diferentes valores da prata na Inglaterra e em Bengala.

O principal defeito da medida aqui proposta decorre dos efeitos variáveis do capital, da maquinaria e da divisão de trabalho em países diferentes e em períodos diferentes, sobre o produto de um dia de trabalho e sobre os preços das mercadorias manufaturadas. Mas nenhuma estimativa até agora sugerida teve sequer a pretensão de avaliar essas variações — na verdade, essas variações

referem-se mais à riqueza que ao valor de troca, categorias essas que, embora intimamente relacionadas, nem sempre são a mesma coisa; por causa disso, numa estimativa de valor, o barateamento decorrente de maior destreza ou do uso de maquinaria pode ser negligenciado sem que isso implique erro grave.

O Sr. Ricardo pergunta “por que o ouro, o trigo ou o trabalho seriam uma medida padrão de valor mais adequada que o carvão ou o ferro, ou que as roupas, o sabão, velas e outros bens necessários ao trabalhador? Por que, em síntese, uma mercadoria ou o conjunto das mercadorias deveria ser o padrão se este próprio padrão está sujeito a flutuações de valor?”. Confio em que a questão aqui colocada tenha sido respondida de maneira satisfatória no decorrer desta investigação sobre a natureza e as medidas do valor. Só gostaria de acrescentar que uma mercadoria qualquer, mais de uma, ou seu conjunto devem necessariamente ser tomadas para expressar o valor de troca, porque abrangem todas as coisas que podem ser trocadas. No entanto, uma medida de valor de troca assim configurada é imperfeita, como todos sabem; certamente seríamos gratos ao Sr. Ricardo se ele tivesse proposto uma melhor. Mas qual a medida proposta por ele? O dispêndio de trabalho na produção de uma mercadoria, isto é, o seu custo ou, mais precisamente, uma parte de seu custo, em função do qual seu valor de troca, na prática e sob diferentes circunstâncias, varia enormemente. Custo e valor são sempre essencialmente diferentes. Uma mercadoria cujo custo dobrou não pode ter um valor de troca maior que antes se outras mercadorias também dobraram. No entanto, quando o custo das mercadorias é estimado segundo os princípios de Adam Smith, seu custo monetário e seu valor monetário médio geralmente coincidem. Mas, quando o custo é avaliado segundo os

princípios do Sr. Ricardo, ou seja, pela quantidade de trabalho despendida, o custo e o valor do trabalho quase nunca coincidem. Onde quer que haja lucros (e são muito raros os casos em que não há nenhum), o valor de uma mercadoria, ao ser trocada por trabalho, é invariavelmente maior que o trabalho nela empregado.

Portanto, temos de escolher entre uma medida imperfeita do valor de troca, e outra que é necessária e fundamentalmente errada.

Se o Sr. Ricardo disser que com o termo valor, quando usado isoladamente, ele não quer dizer valor de troca, então por certo induziu-nos em grande erro em muitas partes de seu trabalho. Afinal, deixou-nos sem propor uma medida de valor de troca que substitua a que ele critica. Não há a menor dificuldade em encontrar uma medida de custo, ou mesmo de valor, se definimos o valor como custo. A dificuldade consiste em encontrar uma medida do valor real de troca, em contraposição ao valor nominal ou preço. Ninguém está procurando um padrão exato, acertadamente considerado inalcançável. Mas de todos os artigos trocados, o trabalho é, sem nenhuma comparação, o mais abrangente e o mais importante. Em seguida, vem o trigo. A razão pela qual o trigo é preferível ao carvão é muito compreensível. A mesma razão, combinada a outras, é válida para a preferência dada ao trabalho em relação ao trigo. E as razões formuladas nesta seção são suficientes, creio eu, para dar preferência, em alguns casos, à média entre o trigo e o trabalho em vez de tomar qualquer um deles isoladamente. Quando o trigo não é um dos artigos a serem medidos, como no caso de uma estimativa do valor dos metais preciosos, ou qualquer mercadoria específica, um meio-termo entre o trigo e o trabalho é preferível ao trabalho tomado isoladamente; mas quando o trigo é um dos principais artigos a serem medidos,

como numa estimativa do valor de troca da produção total de um país, a capacidade desse produto de adquirir trabalho nacional e estrangeiro ainda é o melhor critério ao qual podemos recorrer.

Capitulo III - A Renda da Terra

Seção I - A Natureza e as Causas da Renda da Terra

Podemos definir a renda da terra como a parcela do produto total que fica para o proprietário da terra depois de pagas todas as despesas, de qualquer tipo, referentes a seu cultivo, inclusive os lucros do capital empregado, estimados segundo a taxa usual e ordinária de lucro do capital agrícola no período considerado.

Pode ocorrer, devido a circunstâncias acidentais e temporárias, que o arrendatário pague mais ou menos que isso, mas é em torno desse ponto que as rendas efetivamente pagas sempre gravitam. Por essa razão, esse é o ponto de referência quando o termo “renda” é usado em sentido genérico.

Visto que a renda da terra é o excedente do preço sobre o que é necessário para pagar os salários do trabalho e os lucros do capital empregados no cultivo da terra, o primeiro objeto de investigação que se nos apresenta é a causa ou causas desse excedente de preço.

Depois de examinar a questão repetida e cuidadosamente, não posso concordar de todo nem com o ponto de vista apresentado por Adam Smith, nem com o dos Economistas, e menos ainda com o de alguns autores modernos.

Parece-me que quase todos esses autores consideram a renda da terra como algo que lembra muito de perto, em sua natureza e nas leis que a governam, aquele

excedente de preço sobre o custo de produção, característica de um monopólio comum.

Embora Adam Smith se aproxime muito da verdade[7] em algumas partes do capítulo XI de seu Livro Primeiro, e apesar de ter feito em seu trabalho um número maior de observações corretas sobre o assunto que qualquer outro autor, não explicou com suficiente clareza a causa mais essencial do elevado preço dos produtos agrícolas; como o autor aplica ocasionalmente o termo monopólio a renda da terra, sem se deter em suas peculiaridades mais fundamentais, ele deixa o leitor sem uma noção clara da verdadeira diferença entre a causa do preço elevado dos bens de primeira necessidade e das mercadorias monopolizadas.

Algumas observações dos economistas sobre a natureza da renda da terra parece-me também bastante corretas; mas estão misturadas com tantos erros e delas foram tiradas conclusões tão injustificadas, que o válido em suas teorias não teve grande repercussão. A conclusão prática mais importante dos economistas, qual seja, a de que se deve tributar com exclusividade a renda líquida dos proprietários de terra, decorre, por certo, de que eles consideram essas rendas inteiramente disponíveis como o excedente do preço sobre o custo de produção que distingue um monopólio comum.

O Sr. Say, em seu valioso *Tratado da Economia Política*, em que explica com grande clareza muitos pontos que não foram suficientemente desenvolvidos por Adam Smith, não tratou a questão da renda da terra de maneira de todo satisfatória. Ao falar dos diferentes agentes naturais que, assim como a terra, cooperam com o trabalho do homem, observa: “*Hereusement personne n’a pu dire, le vent et le soleil m’appartiennent, et le service qu’ils rendent doit m’être payé*”.[8] Embora ele

admita, por razões óbvias, que a apropriação da terra é necessária, torna-se claro em seu trabalho que considera a renda da terra como algo que se deve quase exclusivamente a essa apropriação e à demanda externa.

No excelente trabalho do Sr. de Sismondi, *De la Richesse Commercial*e, diz ele em nota referente à questão da renda: "*Cette partie de la rente foncière est celle que les Economistes ont décorée du nom du produit net, comme étant le seul fruit du travail qui ajoutât quelque chose à la richesse nationale. On pourroit, au contraire, soutenir contre eux, que c'est la seule partie du produit du travail, dont la valeur soit purement nominale, et n'ait rien de réelle: c'est en effet le résultat de l'augmentation de prix qu'obtient un vendeur en vertu de son privilège, sans que la chose vendue en vaille réellement davantage*".[9]

Parece-me que as opiniões dos mais modernos autores de nosso país tendem a uma visão semelhante da questão. Para não multiplicar as citações acrescentarei apenas que, numa edição respeitável de *A Riqueza das Nações*, publicada recentemente pelo Sr. Buchanan, de Edimburgo, a ideia de monopólio vai mais longe ainda. Embora os autores mais antigos acreditassem que a renda da terra é governada pelas leis do monopólio, ainda assim pensavam que esse monopólio, no caso da terra, é necessário e útil. Ao contrário deles, o Sr. Buchanan às vezes chega a dizer que a renda é prejudicial e que priva o consumidor daquilo que concede ao proprietário da terra.

Ao tratar do trabalho produtivo e improdutivo no último volume, o Sr. Buchanan observa que "o excedente líquido, por meio do qual os economistas estimam a utilidade da agricultura, surge obviamente do alto preço de seu produto, o qual, embora vantajoso para o

proprietário de terra que o recebe, por certo não traz vantagem nenhuma para o consumidor que o paga. Se o produto agrícola fosse vendido por um preço mais baixo, não haveria o mesmo excedente líquido depois de pagas as despesas do cultivo, mas a agricultura continuaria igualmente rendosa para o capital em geral; a única diferença seria que, em vez de enriquecer o proprietário de terras com o preço alto, às expensas da comunidade, como acontecia antes, agora seria a comunidade que lucraria com o preço baixo, às expensas do proprietário de terras. O alto preço, do qual se origina a renda da terra ou o excedente líquido, ao mesmo tempo que enriquece o proprietário de terras que tem o produto agrícola para vender, diminui, na mesma proporção, a riqueza de seus compradores; por causa disso não é correto considerar a renda do proprietário de terras um acréscimo inequívoco à riqueza nacional".

Em outras partes de seu trabalho, ele usa a mesma linguagem — quando não mais forte — e, numa nota a respeito de impostos, refere-se ao alto preço do produto da terra como vantajoso para aqueles que o recebem, mas *prejudicial* para aqueles que o pagam. "Segundo essa visão", acrescenta ele, "o alto preço do produto agrícola não pode constituir nenhum acréscimo geral ao capital da comunidade, pois o excedente líquido em questão é apenas um rendimento transferido de uma classe para outra, e é claro que da mera circunstância do excedente mudar de mãos não se forma nenhum fundo do qual se possam extrair impostos. Os rendimentos que pagam os produtos da terra já estão nas mãos dos que compram esses produtos; se o preço da subsistência fosse mais baixo, o excedente permaneceria em suas mãos, onde estaria tão sujeito à tributação como quando, mediante um preço mais alto, é transferido para o proprietário de terras."

Estou pronto a admitir que existem algumas características da renda da terra que têm grande afinidade com um monopólio natural. A própria superfície da Terra é limitada e não pode ser aumentada devido às necessidades humanas. A desigualdade do solo ocasiona, mesmo num período muito primitivo da sociedade, uma escassez relativa de boas terras; não há dúvida de que essa escassez é uma das causas da renda propriamente dita. Por causa disso, talvez o termo monopólio parcial possa aplicar-se a ela com bastante propriedade. Mas apenas a escassez de terras, aqui admitida, não é, de modo algum, suficiente para produzir os efeitos observados. Uma investigação mais precisa sobre a questão mostra-nos quão diferente é o alto preço dos produtos agrícolas, em sua natureza e origem nas leis que o governam, do alto preço de monopólio comum.

Podemos afirmar que são três as causas do excedente do preço dos produtos agrícolas sobre os custos de produção:

A primeira e principal causa é a capacidade que tem a terra de produzir os bens necessários à vida em quantidade maior do que a requerida para a manutenção das pessoas que nela trabalham.

A segunda é aquela característica própria dos bens necessários à vida de criar sua própria demanda quando, de maneira adequada, distribuídos, ou de fazer surgir uma quantidade de consumidores proporcional à quantidade produzida de bens necessários.

A terceira é a escassez relativa de terras férteis, tanto naturais como artificiais.

A qualidade do solo, mencionada aqui como a principal causa do alto preço dos produtos da terra, é uma dádiva da Natureza ao homem. Sua conexão com o monopólio é

muito tênue, e ainda assim é tão absolutamente essencial para a existência da renda que, sem ela, por maior que fosse o grau de escassez ou de monopólio, não seria gerado um excedente do preço dos produtos agrícolas sobre o que é necessário para o pagamento dos salários e dos lucros.

Se, por exemplo, o solo tivesse uma constituição tal que, apesar de todo o esforço empregado, o homem não conseguisse tirar da terra mais que o estritamente suficiente para manter aqueles cujo trabalho e atenção fossem necessários à produção, e embora nesse caso os alimentos e as matérias-primas fossem evidentemente mais escassos que neste momento, e a terra pudesse ter sido monopolizada da mesma forma por particulares, nessa hipótese, é claro que nenhuma renda e nenhum excedente essencial do produto da terra sob a forma de lucros ou salários elevados poderia ter existido.

Por outro lado, é preciso reconhecer que, de qualquer modo que se divida o produto de determinada quantidade de terra — quer seja todo distribuído entre os trabalhadores e os capitalistas, quer uma parte seja atribuída ao proprietário da terra —, a *capacidade* dessa terra de gerar renda é exatamente proporcional à sua fertilidade, ou ao excedente geral que ela pode produzir além do estritamente necessário para sustentar o trabalho e manter o capital nela empregado. Se esse excedente for de 1, 2, 3, 4 ou 5, então sua *capacidade* de produzir renda será de 1, 2, 3, 4 ou 5; nenhum grau de monopólio, assim como nenhum possível aumento da demanda externa pode alterar na essência as diferentes *capacidades* da terra.

Mas se nenhuma renda pode existir sem esse excedente, e se a capacidade de solos específicos de gerar renda é proporcional a esse excedente, conclui-se

que esse excedente da terra, surgindo de sua fertilidade, evidentemente deve ser considerado o fundamento ou causa principal de toda renda.

Tal excedente, porém, necessário e importante como é, não teria um valor que o capacitasse a adquirir uma quantidade proporcional de trabalho e outras mercadorias, se não tivesse o poder de suscitar uma população para consumi-lo e criar uma demanda efetiva para si mesmo mediante os artigos por ele trocados.

Às vezes se diz que é interpretar mal o princípio da população imaginar que apenas um aumento da quantidade de alimentos, ou de produtos agrícolas, ocasionaria um aumento proporcional da população. Não há dúvida de que isso é verdade, mas é preciso admitir, como observou Adam Smith com muita justeza, que "quando há comida, é relativamente simples conseguir as roupas e a moradia necessárias". Devemos lembrar-nos sempre que a terra não produz apenas uma mercadoria mas, além da mais indispensável de todas as mercadorias — o alimento —, produz a matéria-prima das roupas, da moradia e do combustível.[10]

Portanto, é estritamente verdade que a terra produz os bens necessários à vida: produz os meios mediante os quais — e somente mediante os quais — um aumento de população pode ocorrer e ser mantido. Nesse aspecto, a terra é fundamentalmente diferente de qualquer tipo de máquina que o homem conhece e é natural supor que sua utilização seja acompanhada de alguns efeitos peculiares.

Se uma família ativa e diligente possuísse determinado pedaço de terra, poderia cultivá-lo de modo a produzir alimentação e matéria-prima para roupas, moradia e combustível não apenas para si mesma, mas também para outras cinco famílias; segundo o princípio da

população, segue-se que se aquela família distribuísse sua produção excedente de maneira adequada, logo poderia adquirir o trabalho de outras cinco famílias, e o valor de sua produção agrícola logo valeria cinco vezes mais que o trabalho empregado em seu cultivo. Mas, se em vez de um pedaço de terra que produzisse todos os bens necessários à vida, uma família possuísse apenas, além dos meios de seu sustento, uma máquina que produzisse chapéus ou casacos para cinquenta pessoas além dos membros da família, nenhum esforço poderia assegurar-lhes a demanda desses chapéus ou desses casacos e dar-lhes em troca uma quantidade de trabalho consideravelmente maior que a empregada na fabricação desses objetos. Durante muito tempo, e possivelmente desde o início, a máquina não tivesse mais valor que o resultante da feitura de chapéus ou casacos para a família. Sua capacidade potencial seria de todo desperdiçada pela falta de demanda; mesmo quando, devido a causas externas totalmente independentes de quaisquer esforços da família, surgisse uma população consumidora dos cinquenta chapéus, o valor destes últimos, em termos de sua capacidade de adquirir trabalho e outras mercadorias, poderia não exceder de modo permanente senão em pequena margem o valor do trabalho empregado em sua fabricação.

Depois que a nova maquinaria para fabricar algodão foi introduzida neste país, 100 jardas de musselina de determinada qualidade provavelmente não adquiririam mais trabalho que 25 jardas adquiriam antes, pois a oferta cresceu mais rápido que a procura e não havia mais demanda para toda a quantidade produzida ao mesmo preço. Mas depois que grandes aperfeiçoamentos da agricultura são adotados num pedaço limitado de terra, 1 *quarter* de trigo adquire em pouco tempo a

mesma quantidade de trabalho que antes, pois nota-se que o aumento da produção, ocasionado pelos aperfeiçoamentos no cultivo da terra, cria uma demanda proporcional à oferta, que ainda é limitada. Por isso o valor do trigo não cai como o das musselinas.

Portanto, a fertilidade da terra resulta na capacidade de produzir renda, ao produzir uma quantidade dos bens indispensáveis que excede as necessidades de subsistência dos próprios agricultores. A característica específica dos bens de primeira necessidade, quando distribuídos de maneira adequada, tende nítida e constantemente a valorizar esse excedente fazendo surgir uma população que o consuma.

Como seria de se esperar, os economistas insistiram muito nessas características da terra e de seus produtos em diferentes partes de seu trabalho; Adam Smith as reconhece como verdadeiras nas partes da *Riqueza das Nações* em que ele mais se aproxima das teorias dos economistas. Mas os autores modernos tendem a negligenciá-las e a considerar a renda como algo regulado pelos princípios do monopólio comum, embora a distinção seja de grande importância e pareça óbvia e marcante em quase todos os exemplos que podemos citar.

Se a riqueza das minas de metais preciosos se reduzisse à metade em todo o mundo, é preciso reconhecer que, como a população e a riqueza não dependem necessariamente do ouro e da prata, esse evento poderia não só não coincidir com uma diminuição da população e da riqueza, como até mesmo chegar a coincidir com um aumento de ambos. Nesse caso, entretanto, é certo que as rendas, lucros e salários pagos nas diferentes minas do mundo não só não diminuíram, como até poderiam aumentar de modo considerável. Mas

se a fertilidade de todas as terras do mundo diminuísse em 50%,[11] na medida em que tanto a população como a riqueza dependem estritamente da quantidade dos bens necessários à vida que o solo fornece, é óbvio que grande parte da população e da riqueza do mundo seria destruída e, com ela, grande parte da demanda efetiva pelos bens indispensáveis. A maioria das terras, na maioria dos países, ficaria completamente sem cultivo, e os salários, os lucros e as rendas — estas últimas em particular — diminuiriam muito em relação a tudo o mais. Duvido que haja algum pedaço de terra neste país, empregado na produção do trigo, que proporcione renda de valor equivalente aos salários do trabalho e lucros do capital necessários a seu cultivo. Se isso é verdade, podemos perguntar-nos se, ocorrendo a hipótese de uma redução de 50% da produção agrícola, a ser obtida com o mesmo trabalho e o mesmo capital, alguma terra deste país ainda seria cultivada. Toda demanda efetiva do trigo de produção nacional desapareceria e, se fosse possível adquirir trigo do exterior, a população do país diminuiria para cerca de 1/5 de seu número anterior.

O produto de certos vinhedos franceses, que em função de peculiaridades do solo e de outras condições produzem com exclusividade um vinho de certo sabor, é vendido a um preço muito superior a seu custo de produção. Isso se deve à intensidade da procura por esse vinho, comparada à exiguidade de sua oferta, confinando seu uso a um número muito pequeno de pessoas capacitadas e dispostas a pagar por ele um preço muito alto. Mas se a fertilidade dessas terras aumentasse o suficiente para aumentar a produção, o valor dessa produção cairia, diminuindo de modo substancial o excedente de seu preço sobre o custo de produção. Por outro lado, se os vinhedos se tornassem menos

produtivos, esse excedente poderia aumentar ilimitadamente.[12]

A causa óbvia desse efeito é que, em todos os monopólios comuns, a demanda é exterior e independente da produção em si. O número de pessoas que apreciam um vinho raro e que desejariam entrar na competição pela sua compra pode crescer quase indefinidamente no período em que a própria produção de vinhos raros diminuísse; seu preço, portanto, não teria nenhum outro limite além do número, da capacidade e dos caprichos dos que disputam o vinho raro.

Na produção dos bens de primeira necessidade, a demanda, ao contrário, depende do próprio produto, e os efeitos são por isso muito diferentes. Nesse caso é fisicamente impossível que o número de consumidores cresça enquanto a quantidade do produto diminui, uma vez que os consumidores só podem existir em função do produto.

Em todos os monopólios comuns, um excedente do valor do produto sobre o valor do trabalho empregado para obtê-lo pode ser criado pela demanda externa. No monopólio parcial da terra que produz os bens indispensáveis, tal excedente só pode ser criado pelas qualidades do solo.

Nos monopólios comuns e em todos os produtos, exceto os bens de primeira necessidade, as leis da Natureza pouco contribuem para tornar seu valor de troca proporcional a seu valor de uso. A mesma quantidade de uvas ou algodão, sob diferentes circunstâncias, poderia valer permanentemente três ou trezentos dias de trabalho. Apenas na produção dos bens de primeira necessidade as leis da Natureza sempre funcionam para regular seu valor de troca em função de seu valor de uso, embora, devido à diversidade das

circunstâncias e, em particular, devido à abundância ou escassez de terras, isso raramente (ou nunca) aconteça de maneira completa. Não obstante, em termos de trabalho que pode adquirir, o valor de troca de determinada quantidade dos bens de primeira necessidade tende a se aproximar do valor da quantidade de trabalho que pode manter ou, em outras palavras, tende a se aproximar de seu valor de uso.

Em todos os monopólios comuns, o preço do produto e, em consequência, o excedente do preço sobre o custo de produção, podem aumentar indefinidamente. No monopólio parcial da terra que produz os bens de primeira necessidade, o preço do produto não pode, de forma alguma, exceder o valor do trabalho que pode manter; o excedente do preço sobre o custo de sua produção está sujeito a um limite intransponível. Esse limite é o excedente de bens de primeira necessidade que a terra produz além das exigências mínimas dos agricultores e depende rigorosamente da fertilidade natural ou adquirida do solo. Se essa fertilidade aumentar, o limite se ampliará e a terra proporcionará uma renda alta; se a fertilidade diminuir, o limite se estreitará e se tornará impossível uma renda alta; se a fertilidade diminuir ainda mais, o limite coincidirá com o custo de produção e não haverá nenhuma renda.

Em síntese, num caso, o excesso do preço do produto sobre o preço de custo da produção depende principalmente do grau de monopólio; no outro, depende inteiramente do grau de fertilidade. Esta é, decerto, uma distinção clara e marcante.

É possível, por conseguinte, admitir que o preço dos bens de primeira necessidade seja regulado segundo os princípios de um monopólio comum? É possível, como Sismondi, considerar a renda como único produto do

trabalho que tem valor puramente nominal, e como simples resultado de um aumento de preço obtido por um vendedor em consequência de um privilégio específico; ou, como Buchanan, considerá-la algo que nada acrescenta à riqueza nacional, consistindo numa transferência de valor vantajosa somente para os proprietários de terras e proporcionalmente *prejudicial* aos consumidores?[13]

Pelo contrário, a capacidade que tem o solo de manter mais pessoas que as necessárias para nele trabalhar não é uma clara indicação dessa inestimável qualidade do solo que Deus entregou ao homem? Não é verdade que a renda é uma parte — e veremos depois que é uma parte absolutamente necessária — daquele produto excedente da terra do qual se diz com muita justiça ser a fonte de todo poder e de todo prazer, sem o qual, de fato, não haveria cidades, nem forças militares ou navais, nem arte, nem aprendizado; não haveria os melhores produtos manufaturados, nem os bens úteis e os artigos de luxo importados, e nada daquela sociedade culta e educada que não só eleva e dignifica os indivíduos, mas que estende sua influência benéfica a toda a massa do povo?

Seção II - A Necessidade de Separar a Renda da Terra dos Lucros do Agricultor e dos Salários do Trabalhador

Nos períodos primitivos da sociedade ou, o que talvez seja mais notável, quando a experiência e o capital de uma velha sociedade são empregados em terras virgens e férteis, o produto excedente do solo aparece sobretudo sob a forma de lucros e de salários extraordinariamente altos e muito pouco sob a forma de renda. Enquanto há terras em abundância, que podem ser apropriadas por quem as queira, é claro que ninguém paga renda a um proprietário. Mas o prolongamento dessa situação não é compatível com as leis da Natureza nem com os limites e qualidade da terra. Em todos os países existe necessariamente uma diversidade de solos e localizações. Nem todas as terras são tão boas quanto as melhores, nem todas se localizam perto dos mercados ou dos rios navegáveis. Mas uma acumulação de capital, superior aos meios de empregá-lo na terra de maior fertilidade natural e de localização mais vantajosa, necessariamente diminui os lucros, enquanto a tendência da população de crescer além dos meios de subsistência diminui os salários do trabalho, depois de certo tempo.

As despesas de produção diminuem, portanto, mas o valor do produto, isto é, a quantidade de trabalho e de outros produtos do trabalho (além do trigo) que o produto pode adquirir cresce, ao invés de diminuir. Haverá um número crescente de pessoas à procura de subsistência e dispostas a oferecer seus serviços onde quer que possam ser utilizados. Assim, o valor de troca

dos alimentos terá um excedente sobre o custo de produção em todas as terras muito férteis; esse excedente é a parcela do excedente geral, derivado da terra, que tem recebido o nome peculiar de renda da terra.

A primeira propriedade da terra que mencionamos, ou seja, sua capacidade de produzir uma quantidade de bens de primeira necessidade maior que o exigido para a manutenção das pessoas empregadas no cultivo é, obviamente, o fundamento dessa renda e o limite de seu crescimento possível. A segunda propriedade citada, ou seja, a tendência ao aumento da população, em função da abundância de alimentos, é necessária para estabelecer o valor do excedente de bens de primeira necessidade que os agricultores podem obter na terra cultivada pela primeira vez, e também para criar demanda de mais alimentos do que se pode obter das terras mais ricas. E a terceira causa, ou a escassez relativa de terras férteis, que é claramente uma consequência natural da segunda, é necessária, por fim, para separar uma parte do excedente geral da terra sob a forma de renda para o proprietário da terra.[14]

Não é possível que as rendas da terra permaneçam integradas aos lucros do capital ou aos salários do trabalho. Se os lucros e os salários não baixassem devido à ausência de melhorias específicas do cultivo, apenas as terras muito ricas poderiam ser utilizadas. A queda dos lucros e dos salários que se dá na prática sem dúvida transfere uma parte da produção para o proprietário da terra e constitui uma parte de sua renda, e, como veremos mais tarde, não mais que isso. Mas se essa transferência pode ser considerada prejudicial aos consumidores, então todo aumento de capital e de população deve ser considerado prejudicial; um país que pudesse sustentar de maneira satisfatória 10 milhões de

habitantes teria de limitar-se a 1 milhão. A transferência dos lucros e dos salários, bem como um preço tal que proporcione renda, que foram criticados como prejudiciais por privarem o consumidor daquilo que este paga ao proprietário da terra, são absolutamente necessários para a obtenção de qualquer acréscimo considerável de riqueza e de rendimentos dos primeiros colonos em um novo país; são também consequências naturais e inevitáveis do aumento de capital e de população proporcionado pela Natureza segundo as propensões da raça humana.

Quando a acumulação de capital ocorre nas terras escolhidas em primeiro lugar, de tal maneira que os retornos do capital adicional empregado sejam menores que os que poderiam ser obtidos em terras inferiores,[15] é evidente que deve dirigir-se ao cultivo dessas terras inferiores. Mas os agricultores de terras mais ricas, diminuídos os lucros e posto que não paguem nenhuma renda, deixam de ser simples arrendatários ou pessoas que vivem de lucros do capital agrícola; é evidente que reunirão em si ambas as condições de proprietário e de arrendatário — uma união muito comum, mas que não altera de modo algum a natureza da renda da terra ou sua distinção essencial em relação aos lucros e aos salários.

Se os lucros do capital empregado em terras inferiores cultivadas fossem de 30%, e as áreas de cultivo mais antigo proporcionassem 40%, é óbvio que 10% dos 40% seriam renda, não importando quem os recebesse. Quando o capital se acumula mais ainda e a remuneração do trabalho cai nas melhores terras de um país,[16] outras terras, com condições menos favoráveis no que diz respeito à fertilidade ou à localização, podem ser ocupadas com vantagem. Tendo se reduzido as despesas do cultivo, inclusive os lucros, terras mais pobres ou mais

distantes dos mercados e dos rios, embora de início não proporcionem renda, devem repor todas essas despesas e satisfazer completamente o agricultor. E mais uma vez, quando os lucros do capital, ou os salários do trabalho, ou ambos, tiverem caído ainda mais, terras ainda mais pobres ou com localização ainda mais desfavorável serão cultivadas. E a cada passo é claro que, se o preço do produto não cai, a renda da terra sobe. O preço do produto não cai enquanto o esforço e a engenhosidade das classes trabalhadoras, apoiados pelo capital dos que não trabalham a terra, possam dar algo em troca aos agricultores e proprietários de terra, que os estimularão a manter, sem diminuir, os esforços na agricultura e os excedentes de produção.

Por conseguinte, podemos declarar como verdade incontestável que, quando uma nação alcança um grau considerável de riqueza e um volume considerável de população, a separação da renda como um tipo de imposto sobre terras de certa qualidade é uma lei tão invariável quanto a lei da gravidade; e a renda não é apenas um valor nominal, nem um valor desnecessário e prejudicialmente transferido de um conjunto de pessoas para outro, mas uma parte muito real e essencial do valor global da propriedade nacional, e colocada pelas leis da Natureza onde está, na terra, não importando quem a recebe, se são muitos ou poucos, se é o proprietário da terra, a coroa ou aquele que efetivamente cultiva o solo.

Esse é, portanto, o modo pelo qual a renda se separa dos lucros e dos salários numa situação natural, que seja o menos perturbada possível por um governo incompetente ou por algum tipo de monopólio desnecessário; mas nas diferentes condições em que vive a humanidade, sabemos muito bem que os governos incompetentes e os monopólios desnecessários têm sido

frequentes; é certo que modificarão essencialmente essa evolução natural e muitas vezes ocasionarão uma formação prematura da renda da terra.

Na maioria das grandes monarquias orientais o soberano é o proprietário da terra. Esse monopólio prematuro da terra, junto com as duas propriedades do solo e de seus produtos, citadas acima, permite que o governo reivindique precocemente certa quantidade do produto de todas as terras cultivadas; qualquer que seja o nome que possa tomar, isso é, essencialmente, renda da terra. É um excedente tanto na quantidade quanto do valor de troca do que é produzido sobre os custos efetivos do cultivo.

Na maioria dessas monarquias havia uma grande extensão de terras férteis; o excedente natural do solo era muito grande e, enquanto as reivindicações sobre ela eram moderadas, o que sobrava era suficiente para permitir lucros e salários tão amplos que não podiam ser obtidos em nenhum outro emprego e permitiam um rápido aumento da população.

Todavia, é óbvio que está no poder de um soberano que é proprietário de terras num território muito rico obter, num estágio primitivo de desenvolvimento, uma renda excessiva. Desde o começo ele poderia reclamar para si tudo, exceto o necessário para o aumento moderado do número de agricultores, circunstância que, no caso de habilidade normal dos agricultores, permitiria ao soberano apropriar-se de uma *proporção* maior do produto global, sob a forma de imposto ou renda, que poderia ser obtido em qualquer período mais avançado da sociedade; nesse caso, apenas as terras mais férteis do país seriam cultivadas, os lucros, os salários e a população estacionariam prematuramente.

Não é de se esperar que esses soberanos exerçam seus direitos sobre a terra a um ponto tão extremo, pois seria contrário tanto a seus próprios interesses quanto aos de seus súditos; mas há motivos para acreditar que em algumas partes da Índia e de muitos outros países orientais, e talvez até mesmo na China, o aumento do tributo sobre a terra, baseado no direito do soberano sobre o solo, somado a outros pagamentos de praxe sobre os produtos da terra, diminuíram violenta e prematuramente os lucros do capital e os salários do trabalho agrícola, criando grandes obstáculos para o desenvolvimento da agricultura e da população nos tempos que se seguiram, enquanto muitas terras férteis foram desperdiçadas. Isso sempre acontecerá quando, devido a um monopólio desnecessário, o excedente da produção, apropriado sob a forma de renda ou de impostos, for maior do que o que se desprenderia naturalmente dos lucros e dos salários. Qualquer que seja a natureza do monopólio da terra, quer necessário, quer artificial, será possível observar que a capacidade de pagar renda ou impostos sobre a terra é completamente limitada por sua fertilidade; os que estão inclinados a subestimar a importância das duas primeiras causas da renda da terra acima indicadas devem observar as várias distribuições da produção em espécie, que ocorre em muitas partes da Índia onde, uma vez que o monopólio possibilitou ao soberano reivindicar a maior parte da renda da terra, todas as outras coisas dependem, é claro, do excedente de bens indispensáveis produzidos pela terra e da capacidade desses bens de adquirir trabalho.

Talvez se possa pensar que a renda não pode ser violenta e prematuramente separada dos lucros e dos salários de modo tão artificial que chegue a reduzir estes últimos, pois o capital e o trabalho abandonariam a terra

se pudessem ser mais bem empregados em outro lugar. Devemos lembrar que os que de fato cultivam a terra nesses países, em geral, encontram-se em condição inferior e degradada e empregam muito pouco capital, mas nenhum que possam empregar em outro negócio. Devemos lembrar também que a produção excedente apropriada pelo governo logo cria uma população a ser empregada por ele, de modo a manter o preço do trabalho em outros setores ao nível do preço na agricultura. Note-se ainda que a pequena demanda de produtos manufaturados e industriais, devido à pobreza da grande maioria da sociedade, não deixa espaço para o emprego de um grande capital, com altos lucros nas manufaturas e no comércio. Devido a estas causas, que tendem a diminuir os lucros, e à dificuldade de conseguir dinheiro e devido ao risco de emprestá-lo, que tende a aumentar os juros, há muito sou da opinião de que a taxa de juros nos diferentes países é praticamente o único critério a partir do qual se pode avaliar a taxa de lucros. Contudo, em países como a Índia e a China e, na verdade, na maioria das regiões orientais e meridionais do globo, tal critério está sujeito a grandes incertezas. Na China, os juros legais são de 3% ao mês. Mas, pelo pouco que sabemos da China, não podemos supor que o capital empregado na terra proporcione lucros dessa grandeza, ou que se possa empregar o capital em qualquer negócio estável e conhecido com um retorno dessa ordem.

Da mesma forma, há relatos extraordinários de alta taxa de juros na Índia, mas as condições dos que de fato cultivam a terra contradizem frontalmente a suposição de que, deixando de lado a remuneração de seu trabalho, os lucros sobre seu capital sejam tão consideráveis; a recente redução do rendimento dos títulos públicos para 6% prova claramente que, em tempos comuns de paz, os lucros de capital em outros

tipos de negócio não são tão grandes a ponto de garantir empréstimos a taxas de juros muito altas.

É provável que, com exceção de especulações ocasionais, o dinheiro emprestado a altas taxas de juros observadas na China e na Índia seja emprestado em ambos os países mais com a finalidade de pagar despesas ou dívidas do que com a intenção de lucrar.

Algumas das causas que levam a uma elevação prematura e irregular das rendas e à diminuição dos lucros nos países do oriente sem dúvida funcionaram, em certa medida, nos estágios primitivos da sociedade europeia. Em certo período, a maior parte da terra era cultivada por escravos e, nos sistemas de meação que se seguiram, a divisão da colheita era feita de forma a deixar para o agricultor pouco mais que a estrita subsistência. Nessa situação, a taxa de lucro sobre a terra pouco tinha a ver com a taxa geral de lucros. O camponês só conseguia obter dinheiro e mudar de profissão passando pelas maiores dificuldades; é certo que ninguém que tivesse acumulado capital em manufaturas e no comércio o empregaria no cultivo de terras alheias como meeiro. Portanto, havia pouco ou nenhum intercâmbio entre o capital comercial e a agricultura e, em consequência, seus lucros eram muito desiguais.

Entretanto, é provável, como no caso da China e da Índia acima mencionados, que os lucros não fossem altos em excesso. Na verdade isso dependeria sobretudo da oferta de capital em manufaturas e comércio; se o capital fosse escasso em comparação com a demanda dos produtos da manufatura ou do comércio, é certo que os lucros seriam altos; mas a partir apenas de informações ocasionais sobre a ocorrência de altas taxas

de juros não se pode inferir com segurança que as taxas de lucros eram efetivamente altas.

Por conseguinte, descobrimos que a renda da terra tem a mesma natureza do excedente geral da terra, resultante de certas propriedades do solo e de seus produtos; descobrimos também que a renda começa a se separar dos lucros e dos salários quando estes começam a cair em função da escassez de terras férteis, quer isso seja ocasionado pelo progresso natural da riqueza e da população de um país, quer por um monopólio prematuro e desnecessário da terra.

Seção III - As Causas que Tendem a Elevar a Renda da Terra no Curso do Desenvolvimento Normal da Sociedade

Ao investigar mais de perto as leis que governam o aumento e a queda da renda, é preciso enumerar mais especificamente as principais causas que diminuem as despesas do cultivo ou que reduzem os custos dos instrumentos de produção, quando comparados ao preço do produto. Parece-me que são quatro as causas principais: em primeiro lugar, uma acumulação de capital de tal grandeza que reduza os lucros; em segundo lugar, um aumento de população que reduza os salários do trabalho; em terceiro lugar, a ocorrência de aperfeiçoamentos na agricultura ou de um aumento da intensidade do trabalho que diminua o número de trabalhadores necessários para produzir determinada quantidade de bens; em quarto lugar, um aumento no preço do produto agrícola, a partir de um aumento da demanda que, sem diminuir nominalmente as despesas da produção, aumente a diferença entre essas despesas e o preço do produto.

Se o capital aumenta de tal modo que se torna supérfluo naqueles setores em que costuma ser empregado a determinada taxa de lucro, não ficará parado, mas procurará empregar-se no mesmo ou em outros setores da indústria, embora com lucros inferiores, e isso tenderá a levá-lo para áreas menos férteis.

Da mesma maneira, se a população cresce a uma taxa mais alta que sua demanda, os trabalhadores terão de contentar-se com uma quantidade menor de bens de

primeira necessidade; visto que desse modo diminuem as despesas em espécie com o trabalho, será possível cultivar terras que antes não poderiam sê-lo.

Entretanto, as duas primeiras causas aqui mencionadas às vezes agem de forma a se contrabalançarem mutuamente. Um aumento de capital eleva os salários do trabalho, e uma queda de salários eleva os lucros do capital, mas esses efeitos são apenas temporários. No desenvolvimento natural e regular da acumulação do capital e da população, a taxa de lucros e os salários reais do trabalho sempre caem juntos. Isso pode ser ocasionado por uma alta permanente no preço monetário do trigo, acompanhada de uma elevação, ainda que não proporcional, dos salários monetários do trabalho. Para o agricultor, a alta no preço monetário do trigo é contrabalançada pela menor quantidade de produção obtida com o mesmo capital; seus lucros, assim como os de todos os outros capitalistas, diminuem porque é preciso tirar salários monetários mais altos dos mesmos retornos monetários, enquanto a aquisição dos bens de primeira necessidade, por parte do trabalhador, sofre uma contração em virtude da alta insuficiente do preço do trabalho com relação ao preço do trigo.

Mas uma elevação exata e regular do preço monetário do trigo e do trabalho não é necessária para ocasionar uma queda nos lucros; na verdade, tal elevação só ocorrerá do modo regular aqui descrito quando o dinheiro, sob o impacto de todas as mudanças a que um país está sujeito, continua com o mesmo valor, conforme a suposição do Sr. Ricardo, o que, pode-se dizer, nunca acontece. Não há dúvida de que os lucros podem cair e a renda pode surgir em consequência de variações do valor do dinheiro. O que é necessário para a queda regular e permanente dos lucros (nisso o Sr. Ricardo concordaria comigo) é que uma proporção maior do valor

de toda a produção obtida por determinada quantidade de capital seja absorvida pelo trabalho. Na terra isso é ocasionado por uma diminuição da produção, obtida com o mesmo capital e sem uma diminuição proporcional da parcela absorvida pelo trabalho, que deixa menos para os lucros, ao mesmo tempo que os salários reais do trabalhador diminuem. Mas é óbvio que se uma quantidade menor dos bens de primeira necessidade, derivada de determinado capital empregado na terra, fosse suficiente para suprir tanto o capitalista quanto o trabalhador,[17] as empresas do cultivo diminuiriam, terras mais pobres poderiam ser cultivadas com as novas taxas de salários e lucros, e a renda aumentaria nas terras já cultivadas.

A terceira causa enumerada da tendência à elevação da renda mediante uma redução nas despesas do cultivo, em relação ao preço do produto, é a introdução do aperfeiçoamento na agricultura ou aumento da intensidade do trabalho que diminuam o número de trabalhadores necessários para produzir determinada quantidade de bens.

Em países industriosos que estão se desenvolvendo, e onde não faltam incentivos, esse é um fator de grande eficácia. Se os aperfeiçoamentos introduzidos fossem de natureza tal a diminuir consideravelmente os custos da produção, sem aumentar em nenhum grau a quantidade do produto, nesse caso, como é certo que não haveria nenhuma alteração no preço do trigo, os lucros extraordinários dos agricultores logo seriam reduzidos pela concorrência do capital manufatureiro e comercial. Como a *arena* de aplicação de capital como um todo teria antes diminuído que aumentado, os lucros sobre a terra, assim como em outros setores, logo voltariam ao seu nível anterior, e o excedente aumentado pela

redução das despesas de cultivo iria aumentar a renda dos proprietários de terra.

Mas se esses aperfeiçoamentos, como sempre acontece, facilitam o cultivo de novas terras, e proporcionam um cultivo melhor das terras antigas com o mesmo capital, certamente haverá mais trigo no mercado. Isso reduz seu preço, mas a queda é de curta duração. A atuação daquela importante causa mencionada na primeira parte deste capítulo — que distingue o excedente da produção da terra de todos os outros excedentes, ou seja, a capacidade que têm os bens de primeira necessidade de criar sua própria demanda quando distribuídos de forma adequada, ou, em outras palavras, a tendência da população a exercer pressão sobre os meios de subsistência —, a atuação daquela causa logo eleva os preços do trigo e do trabalho e reduz os lucros do capital a seu nível anterior, enquanto, ao mesmo tempo, cada progresso realizado no cultivo de terras mais pobres, facilitado por esses aperfeiçoamentos, e pela sua aplicação em todas as terras de melhor qualidade cultivadas anteriormente, leva a um aumento geral da renda; assim, sob um sistema mais adequado de cultivo, a renda continua subindo sem nenhuma elevação no valor de troca do trigo, sem nenhuma queda nos salários reais do trabalho ou da taxa de lucros.

Os grandes aperfeiçoamentos da agricultura que ocorreram neste país são claramente demonstrados pelo fato de os lucros do capital estarem agora tão altos quanto há aproximadamente cem anos, quando a terra sustentava pouco mais que a metade de sua população atual. E a capacidade que têm os bens de primeira necessidade de criar sua própria demanda quando distribuídos de maneira adequada está plenamente provada pelo fato palpável de que o valor de troca do

trigo, em termos de seu poder de adquirir trabalho e outras mercadorias, para dizer apenas o mínimo, não diminuiu, apesar dos muitos e importantes aperfeiçoamentos sucessivos levados à agricultura, tanto pela introdução de melhores implementos quanto por um sistema aperfeiçoado de administração da terra. Na verdade, esses aperfeiçoamentos foram totalmente canalizados para o aumento de rendas da terra e para o pagamento de impostos.

Podemos acrescentar que, quando os aperfeiçoamentos são introduzidos naquelas áreas nas quais se verifica a tendência à diminuição dos custos de produção, as vantagens deles decorrentes são de imediato apropriadas, em função da renovação dos arrendamentos pelos proprietários das terras, pois os lucros do capital são necessariamente regulados pela competição, de acordo com a média geral de todo o país. Portanto, mesmo os grandes aperfeiçoamentos agrícolas ocorridos em algumas regiões da Escócia, no norte da Inglaterra e no condado de Norfolk elevaram de maneira realmente extraordinária a renda dessas áreas, permanecendo os lucros no mesmo nível.

É preciso reconhecer, portanto, que a facilidade de produção dos bens de primeira necessidade,[18] ao contrário da facilidade de produção de todas as outras mercadorias, nunca é acompanhada por uma queda permanente de preço. Pode-se dizer que os bens de primeira necessidade são as únicas mercadorias cujo valor permanente em termos de aquisição do trabalho é quase proporcional à sua quantidade. Por conseguinte, na situação atual, toda redução no custo de sua produção aumentará de forma permanente o excedente que vai para a renda da terra.

A quarta causa que tende a elevar a renda é um aumento no preço dos produtos agrícolas, qualquer que seja sua origem, que aumenta a diferença entre o preço do produto e os custos da produção.

Já chamamos a atenção para uma alta no preço das matérias-primas que pode ocorrer em consequência de um aumento regular do capital e da população, enquanto o valor do dinheiro permanece aproximadamente o mesmo. Mas esse tipo de alta está confinado dentro de limites estreitos, e tem uma relação muito tênue com aquelas grandes variações no preço do trigo, frequentemente observadas. O tipo de aumento cujos efeitos eu gostaria de considerar agora mais em detalhe é uma alta de preço devida ao crescimento da demanda, terminando numa alteração do valor dos metais preciosos.

Se uma demanda intensa e contínua dos produtos agrícolas de determinado país ocorresse em nações vizinhas, o preço desses produtos aumentaria consideravelmente. Como as despesas de cultivo só aumentariam de forma lenta e gradual até equiparar-se ao aumento da demanda, o preço do produto manteria a dianteira durante tanto tempo que haveria um estímulo prodigioso ao desenvolvimento, encorajando o emprego de muito capital para cultivar terras virgens, e tornando as antigas muito mais produtivas. Entretanto, se a demanda continuasse, o preço do trabalho aumentaria finalmente até seu nível antigo, em relação ao trigo; de modo geral poderia ocorrer uma queda substancial do valor do dinheiro, provocada pela exportação abundante de produtos agrícolas, o trabalho se tornaria extremamente forte na compra de todas as mercadorias estrangeiras e as rendas subiriam sem queda de lucros ou de salários.

A situação dos preços monetários e o rápido progresso da agricultura na América do Norte ilustram perfeitamente o caso que supomos aqui. O preço do trigo nos Estados do leste é quase tão alto quanto na França ou em Flandres, e devido à contínua demanda de braços, o preço monetário do dia de trabalho é quase o dobro do da Inglaterra. Mas esses altos preços do trigo e do trabalho facilitaram aos arrendatários e trabalhadores a compra de roupas e de todos os tipos de bens estrangeiros de primeira necessidade e de conforto. É certo que se os preços *monetários* do trigo e do trabalho tivessem ambos sido mais baixos, embora mantendo a mesma proporção entre eles, terras da mesma qualidade não poderiam ter sido cultivadas, nem poderiam ter sido obtidas rendas da mesma grandeza observada, com a mesma taxa de lucro e o mesmo salário real do trabalho.

Fatos semelhantes ocorreram em nosso país em consequência de uma demanda semelhante pelo trigo, de 1793 até o final de 1813, embora a demanda não tenha tido a mesma origem. Durante algum tempo antes da guerra, que começou em 1793, tínhamos o hábito de importar certa quantidade de cereal estrangeiro para suprir nosso consumo habitual. A guerra naturalmente aumentou o custo desse suprimento mediante a alta nas despesas de frete, dos seguros etc.; isso, somado a algumas safras ruins e aos decretos subsequentes do governo francês, elevou o preço do trigo importado, na quantidade requerida para suprir a demanda, de maneira extraordinária.

Essa grande elevação no preço do trigo importado, embora a importação correspondesse apenas a uma pequena proporção do trigo do país, elevou necessariamente o preço de todo o trigo na mesma proporção e deu à agricultura nacional o mesmo tipo de estímulo que ocorreria em função de uma grande

demanda de nosso trigo em países estrangeiros. Enquanto isso, a escassez de braços ocasionada por uma guerra prolongada, um comércio em expansão e a necessidade de obter mais alimento, somados à inventividade sempre disponível do povo quando fortemente estimulado, introduziram tanta poupança de trabalho manual em todos os ramos da indústria que as terras novas e inferiores, cultivadas para suprir as necessidades prementes da sociedade, eram trabalhadas com menos despesas que solos mais ricos alguns anos antes. No entanto, o preço do cereal manteve-se necessariamente elevado enquanto a mais insignificante quantidade do trigo estrangeiro, que só podia ser obtido a preço muito alto, era necessária a fim de suprir a demanda existente. Com esse preço alto, que certa vez chegou a quase o triplo em cédulas e mais do dobro em moedas, comparado aos preços anteriores à guerra, era quase impossível que o trabalho não subisse mais ou menos na mesma proporção, e com ele, naturalmente, visto que os lucros não tinham caído, todas as mercadorias em que entrava trabalho.

Desse modo, tivemos uma alta geral no preço das mercadorias, ou queda no valor dos metais preciosos relativamente a outros países, circunstância essa que pudemos manter devido ao crescimento de nosso comércio exterior e à abundância de mercadorias exportáveis. Que as terras inferiores cultivadas em 1813 não tenham exigido mais trabalho do que as terras inferiores cultivadas em 1790 é reconhecido incontestavelmente pelo fato de que a taxa de juros e de lucros foi maior no último período que no primeiro. Mas os lucros não subiram a ponto de impedir que o período fosse extremamente favorável à elevação da renda. Essa alta, durante o período em questão, foi observada por todos; embora desde então tenha ocorrido uma restrição

severa e calamitosa, devido a uma combinação de circunstâncias infelizes, ainda assim as grandes drenagens e as melhorias permanentes, que foram consequência desse poderoso estímulo à agricultura, tiveram resultados semelhantes aos da abertura de terras virgens e aumentaram a riqueza real e a população do país sem que o trabalho e a dificuldade de obter determinada quantidade de cereais aumentassem.

É óbvio, portanto, que uma queda no valor dos metais preciosos, que começa com uma alta no preço do trigo, tende nitidamente, enquanto dura, a estimular o cultivo de terras virgens e a formação de rendas maiores.

Efeito semelhante poderia ocorrer num país que continuasse a alimentar seu povo por meio de uma grande e crescente procura de suas manufaturas. Se, a partir dessa demanda, o seu valor em países estrangeiros aumentasse muito, essas manufaturas trariam de volta um grande aumento de valor, e esse aumento não deixaria de elevar o valor do produto agrícola. A demanda pelos produtos agrícolas também aumentaria e um estímulo considerável, embora talvez não da mesma grandeza do último caso, seria dado a todo tipo de melhoria da terra.

O resultado não seria muito diferente da introdução de novas máquinas, nem de uma divisão mais judiciosa do trabalho manufatureiro. Nesse caso, quase sempre acontece que não apenas a quantidade de manufaturas aumenta muito, mas também o valor da massa total cresce devido à grande magnitude da demanda pelos objetos manufaturados, tanto em nível nacional quanto externo, ocasionada pelo barateamento. Em consequência disso, vemos que em todos os países manufatureiros e comerciais ricos, o valor dos produtos manufaturados e comerciais representa uma proporção

muito alta com relação ao valor dos produtos agrícolas,[19] enquanto em países relativamente pobres, sem um comércio interno e externo muito intenso, o valor de seus produtos agrícolas constitui quase toda a sua riqueza.

Nos casos em que o estímulo à agricultura origina-se da prosperidade do comércio e da indústria, às vezes acontece de o primeiro passo em direção a uma alta de preços constituir-se em aumento nos salários do trabalho comercial e manufatureiro. Isso terá, é claro, efeito imediato sobre o preço do trigo e será acompanhado por uma alta no trabalho agrícola. Não é necessário, entretanto, mesmo nesses casos, que o trabalho deva subir primeiro. Se, por exemplo, a população estivesse crescendo com a mesma velocidade do capital mercantil e manufatureiro, o único efeito seria um número crescente de trabalhadores empregados com o mesmo salário, o que ocasionaria uma alta no preço do trigo antes de haver qualquer aumento nos salários do trabalho.

Todavia, estamos supondo agora que o trabalho, no final, sobe aproximadamente até seu nível anterior em relação ao trigo, que ambos estão em níveis consideravelmente mais altos e que o dinheiro sofreu uma mudança substancial de valor. No entanto, durante esse processo de mudança, as outras despesas, além do trabalho, em que se despende capital, nunca podem elevar-se todas ao mesmo tempo, nem sequer na mesma proporção. Um período de estabilidade jamais deixa de ocorrer quando a diferença entre o preço do produto e o custo de produção aumenta a ponto de dar um grande impulso à agricultura; como o capital aumentado, que é empregado em consequência da oportunidade de fazer maiores lucros temporários, quase nunca ou nunca é inteiramente retirado da terra, uma parte da vantagem daí decorrente é permanente, assim como os demais

efeitos causados por uma alta maior no preço do trigo do que em alguns componentes do capital do arrendatário.

O Sr. Ricardo admite que, numa queda do valor do dinheiro, as mercadorias tributadas não subirão na mesma proporção que as outras; admitindo-se que uma queda no valor do dinheiro seja restrita a determinado país, o mesmo pode ser dito, incontestavelmente, de todas as várias mercadorias que são total ou parcialmente importadas do exterior, muitas das quais entram no capital do arrendatário. Ele atribuiria, portanto, maior capacidade de compra ao maior preço monetário do trigo em relação a esses artigos. Uma queda no valor do dinheiro não pode de fato dar-se num país que não tenha vantagens específicas de exportação; mas com essas vantagens, que sabemos existir com muita frequência, e que com muita frequência aumentam por meio de incentivos, uma queda no valor do dinheiro dificilmente deixa de provocar um aumento permanente na capacidade de cultivar terras mais pobres e de pagar rendas.

Por conseguinte, devido à atuação das quatro causas acima mencionadas, onde quer que a diferença entre o preço do produto e o custo dos instrumentos de produção aumente, a renda da terra sobe.

Entretanto, não é necessário que todas as quatro causas atuem ao mesmo tempo; basta que a diferença aqui mencionada aumente. Se, por exemplo, o preço do produto subisse enquanto os salários do trabalho e o preço dos outros ramos do capital não subissem proporcionalmente, e ao mesmo tempo novas técnicas agrícolas começassem a ser usadas, é evidente que a diferença aumentaria, embora os lucros do capital agrícola não apenas não diminuíssem, mas subissem acentuadamente.

Da grande quantidade adicional de capital empregado na terra durante os últimos vinte anos neste país, supõe-se que a maior parte foi gerada no próprio setor, e não no comércio e na indústria. E, sem dúvida, foram os altos lucros do capital agrícola — surgidos mediante melhorias no cultivo da terra e aumento constante dos preços, seguidos muito lentamente por uma alta proporcional dos bens que compõem o capital do arrendatário — que forneceram os meios para uma acumulação tão rápida e vantajosa.

Nesse caso, o cultivo ampliou-se e a renda subiu, embora um dos instrumentos de produção, o capital, fosse mais caro.

Da mesma maneira, uma queda dos lucros e das melhorias na agricultura, ou mesmo de apenas um desses fatores em separado, pode elevar as rendas, apesar de uma elevação dos salários.

É ainda mais evidente que nenhuma terra virgem pode ser cultivada enquanto a renda da terra não subir ou não permitir uma alta sobre as terras já cultivadas.

Terras de qualidade inferior requerem uma grande quantidade de capital para gerar certo produto; se o preço efetivo desse produto não compensar plenamente o custo da produção, incluindo os lucros, a terra não será cultivada. Não importa se essa compensação se realiza por um aumento no preço monetário dos produtos agrícolas, sem um aumento proporcional no preço monetário dos instrumentos de produção, ou se por uma diminuição no preço dos instrumentos de produção, sem uma diminuição proporcional no preço do produto. O que é absolutamente necessário é um maior barateamento *relativo* dos instrumentos de produção, de modo que possam ser utilizados na quantidade requerida para obter determinado produto de uma terra pobre.

Mas onde quer que os instrumentos de produção barateiem devido à atuação de uma ou mais das causas acima mencionadas, e aumente a diferença entre o preço do produto e as despesas do cultivo, a renda da terra subirá naturalmente. Segue-se, portanto, como consequência direta e necessária, que não se pode cultivar terras virgens enquanto as rendas da terra não subirem ou não permitirem uma alta nas terras já cultivadas.

É igualmente verdade que, sem a mesma tendência à elevação das rendas,[20] não se pode aplicar novos capitais na melhoria de terras antigas, ao menos se admitirmos o pressuposto de que cada propriedade agrícola já dispõe de tanto capital quanto o que pode ser empregado com vantagens de acordo com a taxa de lucros corrente.

A verdade dessa proposição surge do mero ato de afirmá-la. Certamente pode acontecer (e temo que aconteça com muita frequência) que os arrendatários não disponham de todo o capital que poderia ser empregado em suas propriedades de acordo com a taxa corrente dos lucros agrícolas. Mas supondo que disponham, isso implica claramente que não seria possível aplicar mais capital sem alguma perda enquanto não se manifestar a tendência à elevação das rendas, em virtude da atuação de uma ou mais das causas acima enumeradas.

Conclui-se então que a capacidade de ampliar o cultivo e aumentar a produção, tanto pelo cultivo de terras virgens como pela melhoria das antigas, depende inteiramente da existência de preços tais, relativamente às despesas de produção, que elevariam as rendas no estado atual da agricultura.

Mas embora a agricultura não possa ser ampliada e a produção de um país aumentada, exceto na situação que permite uma elevação da renda, ainda assim é importante observar que essa elevação da renda não seria, de modo algum, proporcional à ampliação da agricultura ou ao aumento da produção. Cada redução relativa do preço dos instrumentos de produção pode permitir o emprego de uma quantidade considerável de capital adicional; quando novas terras começam a ser cultivadas ou as antigas são melhoradas, o aumento da produção pode ser considerável, embora o aumento da renda possa ser insignificante. Em consequência disso, vemos que, no desenvolvimento agrícola de um país, a quantidade de capital empregado na terra e a quantidade de produção conseguida por ele representam uma proporção sempre crescente em relação à grandeza da renda, a menos que sejam contrabalançadas por melhorias extraordinárias nas técnicas agrícolas.[21]

De acordo com informações recentemente colhidas pelo Conselho de Agricultura, a proporção média da renda em relação ao valor da produção global parece não exceder 1/5, ao passo que antes, quando havia menos capital aplicado e menor valor produzido, a proporção chegava a 1/4, 1/3 e até mesmo 2/5. Entretanto, a diferença numérica entre o preço do produto e as despesas do cultivo aumenta com o progresso técnico; embora o proprietário de terras tenha uma parcela menor da produção global, mesmo assim essa parcela menor, em função do grande aumento da produção, proporciona uma quantidade maior e lhe dá maior capacidade de adquirir trigo e trabalho. Se o produto da terra fosse representado pelo número 6, e o proprietário da terra tivesse 1/4 desse número, sua parte seria representada por 1 1/2. Se o produto da terra fosse 10, e o proprietário tivesse 1/5 dele, sua parte seria

representada por 2. No último caso, portanto, embora a cota do proprietário da terra, em relação à produção global, diminua muito, sua renda real, independente do preço nominal, aumentaria na proporção de 3 para 4. Em geral, em todos os casos de aumento de produção, se a parte do proprietário de terras em relação a essa produção não diminui na mesma proporção — o que, embora ocorra com frequência nos arrendamentos, raramente ou nunca acontece na sua renovação —, a renda real da terra sobe.

Vemos então que uma alta progressiva da renda parece ligar-se necessariamente ao progresso no cultivo de novas terras e à melhoria progressiva das antigas; vemos que essa alta é a consequência natural e necessária da atuação das quatro causas, que são a mais certa indicação de prosperidade e riqueza crescentes, ou seja, a acumulação de capital, o aumento da população, as melhorias na agricultura e o alto preço de mercado dos produtos agrícolas, ocasionados seja por uma demanda maior de países estrangeiros, seja pela ampliação do comércio e da indústria.

Seção IV - As Causas que Tendem a Diminuir a Renda da Terra

As causas que levam a uma queda da renda da terra são, como seria de se esperar, o exato oposto das que levam a uma alta, a saber, a diminuição do capital, a diminuição da população, um sistema ruim de cultivo e um baixo preço de mercado de produtos agrícolas. Todos esses itens são indicações de pobreza e decadência e associam-se necessariamente ao abandono das terras inferiores e à contínua deterioração das melhores terras.[22]

Os efeitos inevitáveis que uma redução do capital e da população provocam, ao diminuir a renda, são óbvios demais e não requerem explicações; é igualmente evidente que um sistema de cultivo inadequado e oneroso impede a formação da renda mesmo em terras férteis, ao conter o desenvolvimento da população e da demanda aquém do que as terras mais ricas poderiam suprir. Portanto, só chamarei a atenção para a quarta causa aqui mencionada.

Vimos que uma elevação no preço do trigo, ocasionando uma alteração no valor dos metais preciosos, estimula de maneira considerável a agricultura durante certo tempo, e cria algumas vantagens definitivas, podendo ocasionar uma alta permanente e considerável da renda. Esse caso exemplifica-se pelo que aconteceu neste país durante o período entre 1794 e 1814.

Da mesma maneira poderíamos afirmar que uma queda no preço do trigo, ocasionando uma elevação no valor do dinheiro, gera, segundo os mesmos princípios,

uma tendência ao abandono do cultivo e à redução da renda. Isso pode ser ilustrado pelo que aconteceu na Inglaterra no final da guerra. A queda no preço do trigo, nesse período, impediu que os agricultores empregassem a mesma quantidade de trabalho ao mesmo preço. Por isso muitos trabalhadores foram inevitavelmente despedidos. Visto que sem o mesmo número de braços a terra não podia ser cultivada da mesma forma, os solos piores não foram mais trabalhados, muito capital agrícola foi destruído e as rendas caíram em toda parte. Esse colapso no poder de compra, que atingiu todos os que arrendavam ou possuíam terras, naturalmente ocasionou uma estagnação geral em todos os outros ramos de negócios. Enquanto isso, a queda do preço do trabalho, gerada pela competição entre os trabalhadores e associada à pobreza dos agricultores, mais a queda da renda, tanto devido à falta da capacidade quanto de vontade de pagar a renda anterior, restauraram aos poucos os preços das mercadorias, os salários do trabalho e a renda da terra aproximadamente às suas proporções anteriores, embora tudo estivesse mais barato que antes. As terras abandonadas voltaram a ser cultivadas com lucros; mas o período de elevação do valor do dinheiro correspondeu a uma fase em que se reduziram a produção, o capital e a renda. O país retoma o movimento progressivo a partir de uma situação de pobreza; devido a uma queda no valor do trigo maior que à das mercadorias tributadas, estrangeiras e outras, que constituem parte do capital do arrendatário e dos bens de primeira necessidade e de conforto do trabalhador, as dificuldades permanentes da agricultura foram grandes comparadas com a fertilidade natural dos piores solos efetivamente cultivados na época.

Conclui-se que, desenvolvendo-se o cultivo e crescendo as rendas, não é necessário que os preços de

todos os instrumentos de produção caiam ao mesmo tempo; conclui-se também que a diferença entre o preço do produto e o custo do cultivo pode aumentar, embora os lucros do capital ou os salários do trabalho possam ser mais altos, ao invés de mais baixos.

Da mesma forma, quando a produção de um país está declinando e a renda caindo, não é necessário que todos os instrumentos de produção sejam mais caros. Durante um processo natural de decadência, os lucros do capital são necessariamente baixos, porque é especificamente a falta de retornos adequados que ocasiona essa decadência. Depois que o capital foi destruído, os lucros podem tornar-se altos e os salários baixos; mas o alto preço dos produtos agrícolas, associado aos lucros de um capital exíguo, pode mais que compensar os baixos salários do trabalho e tornar impossível cultivar uma terra que requeira muito capital.

Conclui-se também que, desenvolvendo-se a agricultura e subindo as rendas, a renda da terra, embora maior em valor absoluto, representa uma proporção cada vez menor do capital empregado na terra e da produção dele derivada. Segundo o mesmo princípio, quando a produção diminui e a renda cai, embora a quantidade de renda sempre seja menor, sua proporção relativamente ao capital e à produção será maior. No primeiro caso, a menor proporção da renda deve-se à necessidade de anualmente tomar terras virgens de qualidade inferior para cultivar e de melhorar as terras antigas, proporcionando apenas os lucros comuns do capital, com pouca ou nenhuma renda. Da mesma forma, no segundo caso, a alta proporção da renda deve-se à falta de estímulo para despesas maiores na agricultura e à necessidade de empregar o capital reduzido do país exclusivamente no cultivo das terras mais ricas, deixando que as restantes produzam a renda

que se paga por elas em pastagens naturais. Essa renda, embora pequena, representa uma grande *proporção* do trabalho e do capital empregados. Portanto, à medida que os preços relativos se modificam de modo a ocasionar uma queda progressiva da renda, mais e mais terras deixarão, aos poucos, de ser cultivadas; as restantes serão mais mal cultivadas e a queda da produção ocorrerá a uma taxa ainda maior que a da diminuição da renda.

Se a teoria aqui formulada a respeito das leis que governam a alta e a queda da renda está próxima da verdade, não será verdadeira a teoria de que se os produtos agrícolas fossem vendidos a um preço que proporcionasse um excedente líquido menor, a agricultura continuaria igualmente rendosa para o capital em geral. Em relação às minhas próprias convicções, de fato não tenho nenhuma dúvida de que, se uma nação rica e desenvolvida, orientando-se pela concepção de que o alto preço dos produtos agrícolas — que geram a renda — é tão prejudicial ao consumidor quanto vantajoso para o proprietário da terra, se esta nação decretasse leis que diminuíssem o preço do produto até que não restasse nenhum excedente sob a forma de renda em parte alguma, isso levaria ao abandono do cultivo não só das piores terras, mas de todas, com exceção das excelentes, e provavelmente reduziria sua produção e sua população a menos de 1/10 de suas dimensões anteriores.

Seção V - A Dependência do Volume Efetivo de Produção da Terra em Relação à Renda e aos Preços Vigentes

A partir das considerações que acabamos de fazer sobre a formação da renda da terra, conclui-se que o nível efetivo da renda natural da terra é necessário para a produção efetivamente obtida; conclui-se também que o preço do trigo, em todos os países prósperos, deve ser igual ao custo de produção nas terras mais pobres efetivamente cultivadas, mais a renda que proporcionaria em condições naturais, ou igual ao custo do cultivo adicional em terras antigas, que só proporciona os retornos usuais do capital agrícola, com pouca ou nenhuma renda.

É óbvio que o preço não pode ser menor, pois nesse caso aquela terra não seria cultivada, nem aquele capital empregado. Mas também não pode ultrapassar muito esse preço, porque sempre interessará ao proprietário continuar arrendando terras cada vez mais pobres, na medida em que pode obter por elas um pouco mais do que renderiam em condições naturais, e também porque sempre convirá a qualquer arrendatário que possa aplicar algum capital utilizá-lo em suas terras, caso a produção adicional resultante dessa aplicação reponha plenamente os lucros de seu capital, embora nada proporcione ao proprietário da terra.

Concluímos, então, que o preço do trigo, em relação à *quantidade total* cultivada, é o preço natural ou necessário, isto é, é o preço necessário para obter o volume efetivo de produção, embora a maior parte do

trigo seja vendida a um preço muito superior ao necessário à sua produção; isso ocorre porque a maior parte do trigo é produzida com menos despesas, enquanto seu valor de troca continua o mesmo.

A diferença entre o preço do trigo e o preço das manufaturas, relativamente ao preço natural ou necessário, é a seguinte: se o preço de qualquer manufatura fosse substancialmente desvalorizado, toda a manufatura seria inteiramente destruída, enquanto se o preço do trigo fosse substancialmente desvalorizado, somente sua *quantidade* diminuiria. Ainda haveria alguma maquinaria no país em condições de fornecer trigo ao preço reduzido.

Às vezes se compara a terra a uma grande máquina doada ao homem pela Natureza para a produção de alimento e matérias-primas; mas, para tornar a comparação mais justa, se é que realmente se pode fazer essa comparação, deveríamos considerar o solo um presente composto por um grande número de máquinas, todas passíveis de melhorias contínuas mediante a aplicação de capital, mas mesmo assim com capacidades e características próprias muito diferentes.

Essa grande desigualdade nas capacidades da maquinaria empregada na produção de matéria-prima constitui um dos traços mais notáveis que diferenciam a maquinaria agrícola da empregada nas manufaturas.

No caso da invenção de uma máquina para aplicação da manufatura, produzindo resultados mais perfeitos com menos trabalho e capital, e no caso de não haver patente, ou da patente expirar, pode-se construir um número suficiente dessas máquinas para suprir toda a demanda e substituir inteiramente a maquinaria antiga. A consequência natural disso é que o preço se reduz ao

preço de produção da melhor maquinaria; se o preço cair ainda mais, toda a mercadoria será retirada do mercado.

As máquinas que produzem trigo e matérias-primas, ao contrário, são dádivas da Natureza, não obra humana. E sabemos pela experiência que essas dádivas têm características e capacidades muito diferentes. As terras mais férteis de um país que, como as melhores máquinas manufatureiras, proporcionam a maior quantidade de produção com o mínimo de trabalho e capital, nunca são suficientes, devido à segunda das principais causas da renda acima citadas, para suprir a demanda efetiva de uma população em crescimento. Portanto, o preço dos produtos agrícolas sobe naturalmente até cobrir o custo de produzi-los com máquinas inferiores e por um processo mais caro; como não pode haver dois preços para o trigo de mesma qualidade, todas as outras máquinas, cujo funcionamento requer menos capital, comparativamente à produção, devem proporcionar renda de acordo com seu grau de eficiência.

Desse modo, pode-se considerar que toda extensão de terra possui máquinas de diferentes graus de eficiência para a produção de trigo e de matérias-primas, incluindo nessas diferenças não apenas todas as várias qualidades de terra pobre, que todo grande território tem em abundância, mas também a maquinaria inferior, por assim dizer, empregada nas terras férteis quando elas são forçadas a produzir um adicional cada vez maior. À medida que o preço dos produtos agrícolas continua subindo, essas máquinas inferiores são sucessivamente postas em funcionamento; à medida que o preço dos produtos agrícolas continua caindo, elas são sucessivamente paralisadas. O exemplo que usamos aqui serve para mostrar logo o caráter necessário do preço efetivo do trigo em relação à produção efetiva nas condições dominantes na maioria dos países que

conhecemos, e os diferentes resultados de uma grande redução no preço de qualquer manufatura e de uma grande redução no preço dos produtos agrícolas.

Entretanto, não devemos tirar conclusões excessivas dessa gradação da maquinaria da terra. É isso que acontece em quase todos os países e é claramente responsável pelo nascimento e evolução da renda enquanto ainda existe uma quantidade considerável de terras. Essa gradação não é estritamente necessária nem para a formação original nem para a elevação regular e subsequente da renda. Tudo que é necessário para produzir esses resultados é a existência das duas primeiras causas da renda anteriormente mencionadas, somadas à limitação do território ou à escassez de terras férteis.

Quaisquer que sejam as características de uma mercadoria, todos sabem que ela não pode ter nenhum valor de troca se existe numa quantidade muito superior às necessidades daqueles que devem usá-la. Mas são tais as características dos bens de primeira necessidade que, num território limitado e em circunstâncias normais, eles não podem estar em excesso de maneira permanente. Se todas as terras desse país fossem exatamente da mesma qualidade, e todas muito ricas, não há a menor dúvida de que após toda a terra ter sido cultivada, tanto os lucros do capital quanto os salários reais do trabalho começariam a diminuir até que os lucros se reduzissem ao necessário para manter o capital existente, e os salários ao necessário para manter a população existente, enquanto as rendas seriam altas, na proporção exata da fertilidade do solo.

O resultado não seria essencialmente diferente se a quantidade de capital que pode ser empregada com vantagem nessas terras férteis fosse extremamente

limitada, de modo que nenhum capital seria necessário além do indispensável para arar e semear. Também não há dúvida de que o capital e a população cresceriam em outros setores, até que ambos estacionassem e a renda tivesse alcançado os limites prescritos pelas capacidades do solo e pelos hábitos do povo.

Nesses casos, é óbvio que a renda não é regulada pelas gradações do solo ou pelos diferentes rendimentos do capital na mesma terra. É um despropósito concluir-se da teoria da renda da terra, como fez o Sr. Ricardo, que "é apenas porque a terra tem características diferentes em relação à sua capacidade produtiva e porque, com o aumento da população, terras de qualidade inferior ou desfavoravelmente localizadas começam a ser cultivadas que se paga renda para usá-las".

Há outra dedução tirada da teoria da renda da terra que implica um erro de muito maior importância e contra o qual devemos resguardar-nos com o maior cuidado.

Com o avanço da agricultura, à medida que terras cada vez mais pobres começam a ser cultivadas, a taxa de *lucros* é limitada pela capacidade produtiva das terras cultivadas por último, como demonstraremos cabalmente num capítulo posterior. Desse fato tem-se deduzido que, quando parcelas sucessivas de terras deixam de ser cultivadas, a taxa de lucros será alta em proporção à fertilidade natural superior da terra que, nesse caso, será a terra cultivada menos fértil.

Se a terra, pobre ou fértil, não proporcionasse nenhuma renda em seu estado natural, e se os preços relativos do capital e da produção permanecessem os mesmos e toda a produção fosse dividida entre lucros e salários, a conclusão poderia ser correta. Mas não são essas as premissas que supomos aqui. Num país civilizado, as terras não cultivadas sempre proporcionam

renda de acordo com sua capacidade natural de alimentar o gado ou de produzir madeira. E é claro que quando parcelas de terra deixaram de ser cultivadas, particularmente quando isso foi ocasionado pela importação de trigo mais barato e, em consequência, sem uma redução de população, a última parcela que deixou de ser cultivada pôde proporcionar uma pequena renda em pastagens, embora consideravelmente menor que antes. Como afirmamos na seção anterior, a renda diminuirá, mas não muito, seja em proporção ao capital empregado na terra, seja em proporção à produção dela derivada. Nenhum proprietário permitirá que sua terra seja cultivada por um arrendatário que paga pouca ou nenhuma renda, quando pode obter uma renda muito maior deixando-a para pastagens e economizando as despesas anuais do capital nela empregado. Em consequência disso, como a produção das piores terras efetivamente cultivadas nunca pode ser inteiramente dividida entre lucros e salários, e no caso que supomos acima, nem mesmo de modo aproximado, as condições dessa terra ou seu grau de fertilidade não podem regular a taxa de lucros sobre ela.

Se a essa situação acrescentamos o efeito decorrente de uma alta no valor do dinheiro e a provável queda do trigo, mais que a do gado usado no trabalho, é óbvio que surgirão dificuldades permanentes no cultivo e que terras mais ricas não proporcionarão lucros superiores. A renda mais alta, paga pela terra que começou a ser cultivada por último, somada a maior despesa do capital, comparativamente ao preço do produto, pode compensar plenamente, e até mais que compensar, a diferença de fertilidade natural.

Em relação ao capital que o rendeiro pode aplicar em suas terras para obter uma produção maior sem pagar uma renda adicional, sua taxa de lucros deve obedecer à

taxa geral de lucros. Se o preço de mercadorias manufaturadas e comercializadas devesse permanecer o mesmo apesar da queda do trabalho, os lucros decerto se elevariam, mas não continuariam os mesmos, como mostramos no capítulo anterior. Os novos preços das mercadorias e os novos lucros de capital seriam determinados segundo os princípios da concorrência; qualquer que fosse a taxa assim determinada, o capital seria retirado da terra até que essa taxa fosse atingida. Os lucros do capital empregado da forma que acabamos de descrever são sempre uma consequência e nunca fatores orientadores ou reguladores.

Devemos acrescentar que, na evolução regular de um país em relação à agricultura e às melhorias em geral, e numa situação normal, podemos perfeitamente presumir que, se a terra que começou a ser cultivada por último é rica, e o capital é escasso e os lucros certamente serão altos, mas se a terra deixou de ser cultivada, devido à obtenção de trigo mais barato por meio de importação, essa conclusão não se justifica. Ao contrário, o capital pode ser abundante, comparativamente à demanda do trigo e das mercadorias; nesse caso, e durante o período em que houver essa abundância, os lucros serão baixos, qualquer que seja a situação da terra.

Essa é uma distinção da maior importância prática, e parece-me ter sido negligenciada pelo Sr. Ricardo.

Veremos que a renda paga pelo que a terra produz em seu estado natural, embora faça uma diferença essencial nas questões relativas ao lucro e às partes componentes do preço, não invalida de modo algum a importante teoria de que, em países prósperos, em sua situação costumeira de gradações de solo, o trigo é vendido pelo seu preço natural ou necessário, isto é, pelo preço necessário para gerar a oferta efetiva no mercado. Em

média, esse preço será no mínimo igual aos custos de sua produção na pior terra efetivamente cultivada, mais a renda dessa terra em seu estado natural, porque, se o preço cai abaixo disso, o agricultor dessa terra não poderá pagar ao proprietário uma renda tão alta quanto a que este obteria da terra sem cultivo e, em consequência, a terra não será cultivada e a produção diminuirá. A renda da terra em seu estado natural é obviamente, portanto, uma parte tão necessária do preço de todos os produtos agrícolas que, se não for paga, esses produtos não chegam ao mercado; ademais o preço real de fato pago pelo trigo é, em média, absolutamente necessário para a produção da mesma quantidade, ou, para usar a mesma expressão de antes, o trigo, em relação ao volume total produzido, é vendido por seu preço necessário.

Espero que o leitor me desculpe por apresentar de várias formas a teoria de que o trigo, em relação à quantidade efetivamente produzida, é vendido por seu preço necessário, assim como as manufaturas. Isso se deve ao fato de que eu considero essa teoria uma verdade da maior importância, e que foi negligenciada pelos economistas, por Adam Smith e por todos os autores que afirmam que os produtos agrícolas são sempre vendidos a preço de monopólio.

Seção VI - A Relação entre a Riqueza Comparativamente Grande e o Preço Comparativamente Alto dos Produtos Agrícolas

Adam Smith explicou com muita clareza de que maneira o aumento da riqueza e das melhorias tende a elevar o preço do gado, das aves domésticas, dos materiais de vestuário e de moradia, dos minérios mais úteis etc., comparativamente ao trigo, mas não explicou as causas naturais que tendem a determinar o preço do trigo. Na realidade, deixou que o leitor concluísse que ele considera o preço do trigo como algo determinado apenas pela situação das minas, que no momento suprem o mundo comercial de um meio de circulação. Mas essa é uma causa que, embora sem dúvida explique o alto ou baixo preço do trigo, não explica as diferenças relativas em seu preço em países diferentes ou comparados a certas mercadorias do mesmo país. Concordo inteiramente com Adam Smith que é muito útil investigar as causas do preço elevado, pois, a partir do resultado da investigação, é possível descobrir que a própria situação que lamentamos pode ser a consequência necessária e o sinal mais inequívoco do aumento da riqueza e da prosperidade. Mas de todas as investigações desse tipo, certamente nenhuma é mais importante ou de interesse mais geral que a investigação das causas que afetam o preço do trigo e ocasionam diferenças tão visíveis em seu preço em países diferentes.

Essas causas, em relação aos principais efeitos observados, parecem ser duas:

1) A diferença no valor dos metais preciosos em países diferentes, sob circunstâncias diferentes.

2) A diferença na quantidade de trabalho e de capital necessários à produção do trigo.

À primeira causa devem ser atribuídas as principais diferenças no preço do trigo em países diferentes, particularmente nos situados a grande distância uns dos outros.

Se o valor do dinheiro fosse o mesmo em todos os países, então as diferenças de preço decorreriam exclusivamente dos diferentes custos de produção, sob todas as circunstâncias existentes no país.

As nações mais ricas, em condições semelhantes às demais, ou têm trigo a um preço mais alto, ou dependem dos vizinhos para se manterem.

Preço elevado ou importação dos bens de primeira necessidade são as alternativas naturais decorrentes de um grande aumento da riqueza, embora as circunstâncias possam submetê-las a várias modificações.

O trigo tem uma tendência natural a subir com a evolução da sociedade, em função do aumento do custo de produção, e as manufaturas têm uma tendência constante a cair pelo motivo oposto.

Qualquer das duas causas do elevado preço do trigo que consideremos, esse preço elevado geralmente se relaciona com a riqueza, ao contrário da afirmação de Adam Smith.

Seção VII - As Causas que Podem Levar o Proprietário a Incorrer em Erro ao Arrendar suas Terras, com Prejuízo tanto para Ele como para o País

Na evolução de um país para uma situação de grande desenvolvimento, a riqueza do proprietário de terras, segundo os princípios aqui colocados, deveria aumentar gradualmente, embora sua posição e influência na sociedade provavelmente diminuam, devido ao número e riqueza cada vez maiores dos que vivem de um excedente[23] ainda mais importante — os lucros do capital.

Com poucas exceções, a queda progressiva do valor dos metais preciosos por toda a Europa e a queda ainda maior que ocorreu nos países mais ricos, somada ao aumento da produção agrícola, tudo isso deve levar o proprietário de terras a esperar um aumento da renda no momento da renovação dos arrendamentos. Mas, ao arrendar novamente suas terras, ele está sujeito a cair em dois erros, que são quase tão prejudiciais a seus próprios interesses quanto aos de seu país.

Ao arrendar suas terras ao que faz a melhor oferta, sem outras considerações, ou ao tomar uma alta temporária de preço por uma alta permanente, ele pode impedir a melhoria de suas propriedades.

A mesma prudência é necessária ao elevar as rendas, mesmo quando a alta de preços parece ser permanente. No aumento dos preços e das rendas, esta deve estar sempre um pouco atrás, não só para permitir os meios de

descobrir se a alta é temporária ou permanente, mas, mesmo no último caso, para dar algum tempo para a acumulação de capital agrícola, a qual certamente beneficiará o proprietário depois.

Não há nenhuma razão plausível para acreditar que, se os proprietários de terras transferissem toda a sua renda para seus rendeiros, o trigo seria mais abundante e mais barato. Se a análise feita antes for correta, os últimos acréscimos feitos a nossa produção nacional são vendidos quase ao custo de produção e não é possível produzir a mesma quantidade em nossa própria terra a um preço menor, mesmo sem renda. O resultado da transferência de toda a renda para os rendeiros seria simplesmente o de transformá-los em fidalgos e fazê-los cair na tentação de cultivar suas terras sob a superintendência de administradores relapsos e desinteressados, em vez do olho vigilante do dono, a quem o medo da ruína torna cuidadoso e cujos esforços são estimulados pela esperança de prosperidade. Os exemplos mais frequentes de operosidade bem-sucedida e de conhecimento bem dirigido são encontrados entre os que pagaram uma boa renda por suas terras e entre os que aplicaram todo o seu capital no empreendimento e se sentem no dever de zelar por ele com cuidado incessante, aumentando-o sempre que possível.

Mas quando há espírito de operosidade e de empresa entre os rendeiros, é importante que tenham meios para acumular e se desenvolver.

As irregularidades na circulação da moeda são uma outra fonte de erro para o proprietário de terras. Quando duram muito tempo, ele deve aumentar sua renda de acordo com elas, e diminuí-la novamente quando o valor do dinheiro é restaurado.

Com essas precauções, o proprietário de terras pode esperar tranquilamente por um aumento permanente da renda, e se, em determinado país cuja agricultura está sendo ampliada, a renda não sobe mais que na proporção do preço do trigo, isso só pode ocorrer devido à tributação.

Embora de nenhuma maneira seja verdade, como afirmam os economistas, que todos os impostos recaem sobre a renda líquida dos proprietários de terra, ainda assim é certamente verdade que estes não têm meios de se livrar dos impostos. Também é verdade que possuem um fundo mais disponível e mais adequado à tributação que qualquer outro. Em consequência, são tributados com mais frequência, tanto direta quanto indiretamente. E caso paguem, como certamente fazem, muitos impostos que recaem sobre o capital do arrendatário e sobre os salários do trabalhador, assim como os lançados sobre eles mesmos, os proprietários de terras necessariamente os sentem por meio da diminuição daquela parcela do produto global que, sob outras circunstâncias, lhes caberia.

Seção VIII - A Relação Estrita e Necessária entre os Interesses do Proprietário de Terras e os do Estado, num País que Sustente sua Própria População

Adam Smith diz que o interesse do proprietário de terras está intimamente vinculado ao do Estado, e que a prosperidade ou adversidade de um envolve a prosperidade ou adversidade do outro. A teoria da renda da terra, de acordo com a formulação feita no presente capítulo, parece confirmar decididamente a afirmação de Adam Smith. Se, quaisquer que sejam as riquezas naturais da terra, as principais causas que contribuem para os interesses do proprietário são o aumento de capital, o aumento da população, aperfeiçoamento na agricultura e uma demanda crescente dos produtos agrícolas, gerada pela prosperidade do comércio, não podemos considerar os interesses do proprietário separadamente dos interesses do Estado e do povo.

No entanto, o Sr. Ricardo afirma que “o interesse do proprietário de terras sempre se opõe ao do consumidor e do manufator”, isto é, aos interesses de todas as outras classes. Ele chegou a essa concepção, muito coerentemente, por meio da noção peculiar que tem da renda da terra, a qual o leva a dizer que é em função do interesse do proprietário de terras que o custo relativo da produção do trigo aumentaria, e que os aperfeiçoamentos da agricultura tendem antes a diminuir que a aumentar a renda.

Se essa concepção da teoria da renda da terra fosse correta, e fosse realmente verdade que os rendimentos do proprietário de terras aumentam devido à maior dificuldade e diminuem devido à maior facilidade de produção, o conceito estaria indubitavelmente bem fundamentado. Mas se, ao contrário, verificamos que os rendimentos do proprietário de terras dependem na prática da fertilidade natural do solo, de melhorias na agricultura e de invenções que poupem trabalho, ainda podemos pensar, como Adam Smith, que o interesse do proprietário de terras não se opõe ao do país.

Se existissem terras muito férteis em tal abundância, comparativamente à população, que todo homem pudesse usar toda a extensão que quisesse, não haveria renda nem propriamente donos de terras. Esta é uma verdade tão óbvia que nem vale a pena repetir. Também estamos prontos a admitir que, se pudéssemos supor que de repente, neste ou em qualquer outro país, o solo se tornasse tão fértil que a décima parte da superfície e a décima parte do trabalho, agora empregadas na agricultura, pudessem sustentar folgadamente a população atual durante algum tempo a renda diminuiria consideravelmente.

Mas de nada serve *alongar-se sobre isso* e tirar conclusões gerais de suposições que nunca se realizarão.

O que queremos saber é se — vivendo como vivemos num mundo limitado, em países e distritos ainda mais limitados e segundo leis físicas relativas à produção do solo e ao aumento da população, que, como prova a experiência, existem — os interesses do proprietário de terras opõem-se, em geral, aos da sociedade. E com essa visão do assunto, a questão pode ser resolvida mediante recurso aos princípios mais irrefutáveis, confirmados pelos fatos mais evidentes.

Quaisquer que sejam as suposições fantasiosas que possamos fazer sobre melhorias súbitas da fertilidade, nada do que tenhamos visto ou ouvido dizer na prática se aproxima do que sabemos sobre a capacidade que tem a população de crescer, até o nível definido pelos meios adicionais de subsistência.

Os aperfeiçoamentos agrícolas, ainda que muito consideráveis, sempre são parciais e graduais. E, onde eles ocorrem, sempre há uma demanda efetiva de trabalho, e o aumento da população ocasionado pela maior facilidade de se obter alimentos logo alcança a produção adicional. Em vez de se deixar de cultivar terras, mais terras são cultivadas devido ao barateamento dos instrumentos de cultivo e, nessas circunstâncias, a renda sobe em vez de cair. Esses resultados me parecem tão completamente confirmados pela experiência, que duvido da existência de um único exemplo na história da Europa, ou de qualquer outra parte do mundo, em que os aperfeiçoamentos na agricultura levaram, na prática, à diminuição da renda.

Eu diria, além disso, que os aperfeiçoamentos agrícolas não só nunca diminuíram a renda, como foram até agora, e podemos esperar que continuem sendo, a *principal* fonte de aumento da renda em quase todos os países que conhecemos.

Como a maioria dos países tem variados solos, a renda sobe à medida que a agricultura se estende às terras mais pobres. Essa é uma proposição fundamental da teoria que estamos expondo neste capítulo. Não obstante, a relação entre a renda e a fertilidade ainda subsiste com a mesma solidez. São as terras mais ricas as que proporcionam renda, não as pobres. As terras pobres só são cultivadas porque o aumento da população requer todos os recursos do país e, se não existissem

solos pobres, esses recursos seriam requeridos da mesma forma. Um território limitado, mesmo que seja fértil, logo é povoado, e tão logo o seja, a renda sobe ainda que não haja nenhum aumento na dificuldade de produzir alimentos.

É evidente, pois, que a dificuldade de produção não tem nenhuma ligação com o aumento da renda exceto quando, como na situação atual da maioria dos países, esta é consequência natural de um aumento do capital e da população e de uma queda dos lucros e dos salários, ou, em outras palavras, de um aumento da riqueza.

Mas, apesar de tudo, o aumento da renda, resultante de um aumento do preço gerado exclusivamente pela maior quantidade de trabalho e de capital necessários para produzir determinada quantidade de trigo em terras virgens, é muito mais limitado do que se supõe. Em relação à maioria dos países que conhecemos, veremos que, na prática, tanto os aperfeiçoamentos na agricultura como a poupança de trabalho na terra tem sido, e podemos esperar que continuem sendo, uma fonte muito mais poderosa de aumento de renda.

Já se demonstrou que o aumento muito grande da renda que houve neste país durante os últimos cem anos, mais ou menos, deve-se principalmente às melhorias na agricultura, pois os lucros subiram e pouco ou nada foi tomado dos salários das famílias, se incluirmos os donativos paroquiais e os ganhos das mulheres e das crianças. Em consequência, essa renda deve ter resultado de maior destreza e capital empregados na terra, e não de uma transferência de lucros e salários, a partir de seu nível de cerca de cem anos atrás.

Essa posição pode ser exemplificada pela Inglaterra, pela Escócia, pela Irlanda, pela Polônia, pela Índia e pela

América do Sul.

Em todos esses países, o futuro aumento da renda dependerá sobretudo da melhoria do sistema agrícola.

Os Estados Unidos da América parecem ser o único país que admitiria uma alta considerável da renda mediante mera transferência de lucros e salários.

Em países antigos, muito trabalho e ignorância caracterizam o sistema de cultivo, disso podendo resultar lucros e salários baixos com muita terra fértil sem cultivo, e esse parece ser um caso muito frequente.

Mas se, independente da importação, todo bem que tende a enriquecer um país aumenta a renda e todo bem que tende a empobrecê-lo diminui a renda, é preciso reconhecer que os interesses do proprietário de terras e do Estado estão intimamente ligados.

O Sr. Ricardo, como observei antes, vê apenas um aspecto, elementar e restrito, da evolução da renda. Ele pensa que a renda é criada exclusivamente pelo aumento de preço decorrente da maior dificuldade de produção.[24] Contudo, se em muitos países a renda pode dobrar ou triplicar devido aos aperfeiçoamentos na agricultura, enquanto em uns poucos países ela pode sofrer uma elevação de 1/4 ou 1/5, e em alguns nem de 1/10, devido ao aumento de preço decorrente da maior dificuldade de produção — nessas condições, não devemos reconhecer que essa concepção de renda compreende apenas uma parte muito pequena da questão e, em consequência, que as condições gerais dela tiradas são absolutamente inaplicáveis na prática?

É preciso observar ainda que, em relação aos aperfeiçoamentos na agricultura, a maneira pela qual o Sr. Ricardo avalia o aumento ou diminuição da renda é muito peculiar; essa peculiaridade no uso dos termos

tende a distanciar cada vez mais suas conclusões da verdade tal como é expressa na linguagem habitual da Economia Política.

Referindo-se à divisão do produto global da terra e do trabalho de um país entre as três classes, a dos proprietários de terra, a dos trabalhadores e a dos capitalistas, ele diz o seguinte:

“Não é por meio da quantidade absoluta da produção obtida por cada classe que podemos julgar corretamente a taxa de lucros, a renda e os salários, mas por meio da quantidade de trabalho requerida para obter a produção. Com aperfeiçoamentos na maquinaria e na agricultura, a produção global pode dobrar, mas se os salários, a renda e os lucros também dobrassem, manter-se-iam as proporções entre eles. Se os salários não partilham do total desse aumento, se em vez de dobrar eles aumentam apenas de metade, se a renda, em vez de dobrar, só aumenta de 3/4 e o aumento restante vai para o lucro, é correto dizer que a renda e os salários caíram enquanto os lucros subiram. Se tivéssemos um padrão invariável pelo qual medimos o valor desse produto, descobriríamos que um valor menor foi destinado à classe dos trabalhadores e à classe dos proprietários de terra, e um valor maior à classe dos capitalistas”.

Um pouco mais adiante, tendo estabelecido algumas proporções específicas, observa: “Nesse caso, devo dizer que, embora os salários e a renda tenham caído e os lucros subido em decorrência da abundância de mercadorias, o montante pago ao trabalhador e ao proprietário da terra teria aumentado na proporção de 25 para 44".

Com respeito a essa afirmação, devo observar que, se a aplicação do padrão de valor invariável do Sr. Ricardo leva naturalmente ao uso desse tipo de linguagem,

quanto antes esse padrão for descartado, tanto melhor, pois numa investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, essa linguagem necessariamente cria perpétua confusão e erro. Pois o que ela implica? Ela implica que a renda do proprietário de terras cai e que seus interesses sofrem quando ele obtém como renda cerca de 3/4 a mais de produtos agrícolas que antes e com esse produto poderá, de acordo com as próprias teorias do Sr. Ricardo, adquirir 3/4 a mais de trabalho. Ao aplicar essa linguagem a nosso próprio país, devemos dizer que a renda caiu consideravelmente durante os últimos quarenta anos porque, embora a renda tenha aumentado muito seu valor de troca — em termos de seu poder de adquirir dinheiro, trigo, trabalho e manufatura —, conclui-se, pelos relatórios do Ministério da Agricultura, que a renda é agora apenas 1/5 da produção bruta, enquanto antes era 1/4 ou 1/3.

Com relação ao trabalho, devemos afirmar que é barato na América, embora até agora tivéssemos o hábito de considerá-lo muito caro, tanto em valor monetário como em capacidade de adquirir os bens de primeira necessidade e de conforto. E devemos dizer que é caro na Suécia porque, embora o trabalhador ganhe apenas salários monetários baixos, e com esses baixos salários só possa comprar uns poucos bens de primeira necessidade e de conforto, ainda assim, na divisão do produto global de uma agricultura trabalhosa em solo pobre, uma proporção maior vai para o trabalho.[25]

Nessa linguagem insólita, o Sr. Ricardo foi traído pelo erro fundamental de confundir custo e valor, mais o erro de considerar os produtos agrícolas da mesma forma que as manufaturas. Isso seria verdade se, mediante os aperfeiçoamentos na maquinaria, a produção de musselinas dobrasse e essa maior quantidade não obtivesse em troca uma quantidade maior de trabalho e

de bens de primeira necessidade que antes e que tivesse, portanto, pouco ou nenhum efeito sobre a população. Mas o próprio Sr. Ricardo disse que “se os aperfeiçoamentos se estendessem a todos os objetos consumidos pelo trabalhador, é provável que o encontrássemos, depois de alguns anos, usufruindo de pouco ou nenhum aumento de seu bem-estar”. Em consequência, de acordo com o Sr. Ricardo, a população crescerá em proporção ao aumento dos principais artigos consumidos pelo trabalhador.

Mas se a população aumenta de acordo com os bens de primeira necessidade que o trabalhador pode adquirir, o crescimento da quantidade de produtos agrícolas que cabe ao proprietário de terras aumenta o valor de troca de sua renda, estimada em trabalho, trigo e mercadorias. Certamente, a renda e os interesses dos proprietários de terras serão estimados pelo valor de troca real, e não por um padrão imaginário, que deve medir *proporções* ou custo em trabalho. Aconteceria com muita frequência que, após a introdução das melhorias, de acordo com o significado natural e habitual atribuído ao termo, a renda subiria, ao passo que, segundo a nova forma de estimar a renda adotada pelo Sr. Ricardo, ela cairia.

É desnecessário dizer que, referindo-me aos interesses do proprietário de terras, tenho em mente o que eu chamaria de sua renda real e seus interesses reais, isto é, sua capacidade de adquirir trabalho e bens de primeira necessidade e de conforto, qualquer que seja a proporção dessas rendas relativamente à produção global ou qualquer que seja a quantidade de trabalho que possa ter sido empregado em sua produção.[26]

Mas, na realidade, de acordo inclusive com as concessões feitas pelo Sr. Ricardo, os aperfeiçoamentos agrícolas tendem, a médio prazo, a aumentar a

proporção do produto global que cabe ao proprietário de terras, de modo que, qualquer que seja a forma de ver a questão, devemos admitir que, independente do problema da questão das importações, o interesse do proprietário de terras está íntima e necessariamente ligado ao do Estado.

Seção IX – A Identidade de Interesses do Proprietário de Terras e do Estado em Países Importadores de Trigo

A única dúvida que pode surgir sobre a identidade de interesses do proprietário de terras e do Estado está na questão da importação. Nesse caso é evidente que, aconteça o que acontecer, o proprietário de terras não está numa situação pior que outros; alguns dos mais ardorosos defensores da liberdade de comércio consideram, com justiça, que a posição do proprietário é muito melhor. Ninguém jamais duvidou de que os interesses individuais dos produtores de artigos de lã, seda ou linho podem ser prejudicados pela concorrência estrangeira e poucos negariam que a importação de uma grande quantidade de trabalhadores tende a diminuir os salários. Portanto, ao considerar os aspectos mais desfavoráveis da questão, o caso do proprietário de terras com respeito à importação não se diferencia do de outras classes sociais.

Adam Smith era de opinião que a concorrência estrangeira não prejudicava os proprietários de terra, embora admitisse que prejudicava os manufatores.

A afirmação de Adam Smith é muito categórica, mas é verdade que os produtores de trigo e de gado são menos prejudicados pela concorrência estrangeira que os produtores de determinadas manufaturas.

Sobre a questão da importação, é importante observar que, do modo pelo qual, na prática, aplica-se capital na

terra, os interesses do Estado e do agricultor não se harmonizam reciprocamente.

Os rendeiros são os principais responsáveis pela agricultura de um país e, nos últimos anos, grande parte das melhorias permanentes introduzidas no cultivo da terra foi efetivada pelo capital dessa classe.

Mas se é verdade, como realmente acredito que seja, que a maioria dos aperfeiçoamentos introduzidos no cultivo derivaram do capital, da habilidade e do esforço dos rendeiros, é também incontestavelmente verdadeiro que o lucro obtido por esses indivíduos a partir do capital empregado na agricultura — em comparação ao capital aplicado no comércio e na manufatura — não pode ter sido proporcional aos benefícios obtidos pelo país; em outras palavras, os interesses dos indivíduos, ao aplicar o capital, não se identificam, nesse caso, com o interesse do Estado.

Essa proposição fica absolutamente clara se examinarmos com atenção quais seriam os efeitos, em relação ao indivíduo e ao Estado, da aplicação de um capital de 10 mil libras na agricultura ou na manufatura, nas condições descritas.

Vamos supor que um capital de 10 mil libras seja aplicado no comércio ou na manufatura, por vinte anos, com lucros aproximados de 12% e que, no final desse período, o capitalista retire o dobro daquela soma. É óbvio que, para haver o mesmo estímulo à aplicação desse capital na agricultura, é necessário proporcionar ali as mesmas — ou aproximadamente as mesmas — vantagens. Mas, para que uma pessoa que emprega seu capital em terras arrendadas possa converter suas 10 mil libras em 20 mil libras, durante um período de vinte anos, é claro que essa pessoa tem de receber lucros anuais mais altos, a fim de que possa recuperar parte de

seu capital que foi aplicado na terra e não pode ser retirada antes do vencimento do prazo. Se ela se tiver ocupado com aperfeiçoamentos, a terra que entregará ao proprietário no final do contrato obterá uma renda bem maior — independente de qualquer mudança no valor do meio de circulação — que no começo do contrato. Mas esses retornos anuais mais altos, necessários ao arrendatário com um arrendamento temporário para que ele receba os lucros usuais do capital, persistem, ao menos em parte, sob a forma de renda no final do contrato, e passam às mãos do Estado.

No caso do capital empregado no comércio e na manufatura, o lucro do Estado é proporcional ao lucro obtido pelo indivíduo; no caso do capital empregado na agricultura, o lucro do Estado é muito maior; isso se aplica tanto à produção estimada em dinheiro quanto à produção estimada em trigo ou trabalho. De qualquer modo — em circunstâncias que, com toda probabilidade, realmente ocorreram —, os lucros do Estado derivados do capital empregado na agricultura poderiam ser estimados em cerca de 14% ou 15%, enquanto os lucros dos indivíduos, em ambos os casos, podem ter sido de apenas 12%.

Sir John Sinclair, em sua *Husbandry of Scotland* (Agricultura da Escócia), dá pormenores do funcionamento de uma propriedade no condado de *East Lothian*, onde a renda equivale a cerca de metade da produção e as rendas e os lucros juntos proporcionam um retorno de 56% sobre o capital empregado. Mas a medida real da riqueza obtida pelo país a partir do capital assim empregado é constituída pela renda e pelo lucro juntos; como a propriedade descrita situa-se numa região onde se pratica a rotatividade de culturas, sistema muito aperfeiçoado nos últimos anos, não há dúvida de que uma parte considerável desse aumento de riqueza

derivou do capital do rendeiro que ocupava a propriedade antes da renovação do arrendamento, embora esse aumento da riqueza do Estado não tenha gerado lucros para o indivíduo que aplicou seu capital dessa forma.

Por conseguinte, se durante a guerra não tivéssemos tido obstáculos à importação de trigo estrangeiro e, em consequência, os lucros da agricultura tivessem sido de apenas 10%, enquanto os lucros do comércio e da manufatura eram de 12%, é claro que o capital de todo o país teria sido canalizado para o comércio e para a manufatura. Medindo os interesses do Estado como de costume pelos interesses dos indivíduos, essa teria sido a aplicação mais vantajosa do capital, na proporção de 12 para 10. Se a interpretação que acabamos de fazer está correta, uma aplicação vantajosa do capital com um lucro de 12%, em lugar dos 10% sob o critério do interesse individual, poderia ser desvantajoso do ponto de vista do interesse do Estado, porque se obteria apenas 12% em lugar de 14%.

É óbvio, portanto, que as restrições naturais[27] sobre a importação de trigo estrangeiro durante a guerra, ao elevarem forçosamente os lucros da agricultura nacional, levaram o capital do país a uma aplicação mais vantajosa do que a que, em outras circunstâncias, teria ocorrido; ao invés de impedir o aumento da riqueza e da população, como seria de se esperar à primeira vista, promoveu-as de forma marcante e essencial.

Tais restrições não só podem, como de fato produzem esse efeito onde quer que a demanda do trigo nacional seja tal que os lucros do capital empregado no cultivo de novas terras, mais as rendas assim geradas, proporcionem, em relação ao capital aplicado, retornos maiores do que os retornos de capitais empregados no

comércio e na manufatura. Isso porque, nesse caso, embora sem essas restrições o trigo estrangeiro pudesse ser comprado a um preço monetário menor do que se tivesse sido cultivado no país, não seria porém obtido com tão pouco capital e trabalho,[28] o que constitui verdadeira prova de aplicação vantajosa de capital.

Mas se o aumento da riqueza acelerou-se, ao invés de ser retardado, por essas restrições sobre a importação do trigo estrangeiro devido ao fato de a quantidade de produtos agrícolas obtidos em nosso próprio país por determinada quantidade de capital e de trabalho ser maior do que essa mesma quantidade de capital e de trabalho importariam, é óbvio que o crescimento da população acelerou-se, ao invés de declinar. Com certeza o aumento da população inusitadamente rápido, que todos sabem ter ocorrido durante os últimos dez ou quinze anos de guerra, tão superior a média do século, confirma essa conclusão.

A proposição aqui apresentada pode parecer surpreendente, mas o leitor logo verá quais são os seus limites. Seus efeitos gerais dependem das melhorias permanentes introduzidas por um capital que tem apenas um interesse temporário nos benefícios de tais melhorias; em relação às restrições sobre a importação, aquela proposição depende da circunstância de que essas restrições, pelo aumento da demanda de produtos agrícolas nacionais por elas gerado, propiciem melhorias que de outra forma não teriam sido introduzidas. Mas nenhuma dessas circunstâncias é absolutamente necessária.

Quantidades consideráveis de capital podem ser empregadas na terra, e pode haver um aumento temporário da demanda da produção nacional sem melhorias permanentes na agricultura. Tudo quanto

queremos dizer é que, nessas circunstâncias, quando realmente são introduzidas melhorias permanentes na agricultura e a renda é criada, é impossível resistir à conclusão de que, nessa medida, o interesse do Estado, em termos do valor de troca criado por esse capital,[29] é decididamente maior que o interesse do indivíduo.

Essas considerações, somadas àquelas para as quais já chamamos a atenção, podem levar a dúvidas: mesmo em caso de restrições à importação de trigo estrangeiro, será que os interesses do Estado são os mesmos que os dos proprietários de terra? Essa dúvida não existe em relação à importação de outras mercadorias. Se acrescentarmos que numa situação de total liberdade de comércio os que vivem das rendas da terra têm o maior interesse no crescimento do capital e da população, enquanto para os que vivem dos lucros do capital e dos salários do trabalho um aumento de capital e de população é, para dizer o mínimo, uma vantagem duvidosa, poderemos afirmar com a maior segurança que os interesses de nenhuma outra classe se aproximam tanto e tão necessariamente dos interesses do Estado quanto os dos proprietários de terras.

Seção X - Considerações Gerais sobre a Produção Agrícola Excedente

Parece realmente extraordinário que o enorme benefício que a sociedade desfruta, durante seu desenvolvimento, daquela produção agrícola excedente que cabe ao proprietário da terra, sob a forma de renda, ainda não seja suficientemente entendido e reconhecido. Considero esse excedente uma generosa dádiva da Previdência e estou firmemente convencido de que merece essa denominação. Mas Sr. Ricardo diz o seguinte:

"Nada é mais comum que ouvir falar das vantagens da terra sobre qualquer outra fonte de produtos úteis, devido ao excedente que proporciona sob a forma de renda. No entanto, quando a terra é abundante, quando é muito fértil e produtiva, não produz nenhuma renda. É apenas quando sua força declina, e quando o trabalho nela empregado produz menos, que se reserva para a renda uma parte da produção original das terras mais férteis. É curioso que essa característica, que devia ser entendida como uma imperfeição, quando comparada aos agentes naturais que facilitam o funcionamento da manufatura, seja considerada uma característica que dá primazia à terra. Se o ar, a água, a elasticidade do vapor e a pressão da atmosfera fossem de diferentes qualidades e pudessem ser apropriados, e se cada qualidade só existisse em quantidades moderadas, esses elementos, assim como a terra, proporcionariam uma renda, à medida que as partes de diferente qualidade passassem a ser utilizadas. Cada vez que se usasse uma

porção de qualidade menor, o valor das mercadorias manufaturadas subiria, porque quantidades iguais de trabalho seriam menos produtivas. O homem suaria mais e a Natureza realizaria menos, e a terra já não teria a primazia em função da limitação de suas capacidades".

"Se o produto excedente proporcionado pela terra sob a forma de renda fosse uma vantagem, seria desejável que, a cada ano, a maquinaria recentemente fabricada fosse menos eficiente que a antiga, pois isso, sem dúvida, daria maior valor de troca aos produtos produzidos, não apenas com aquele equipamento, mas com todos os outros existentes no país; e uma renda seria paga a todos aqueles que possuíssem maquinaria mais produtiva".

Pois bem, quando nos referimos a uma dádiva da Providência, estamos falando do seu valor em relação às leis e à constituição de nossa natureza e do mundo em que vivemos. Mas, se alguém se desse ao trabalho de fazer os cálculos, veria que se os bens de primeira necessidade pudessem ser obtidos sem nenhum limite e o número de pessoas dobrasse a cada 25 anos, a população surgida de um único casal desde o começo da Era Cristã seria suficiente não apenas para povoar toda a Terra, de modo que houvesse quatro pessoas em cada metro quadrado, mas também para povoar todos os planetas do nosso sistema solar, nas mesmas proporções; e não só esses planetas, mas todos os que gravitam em torno das estrelas visíveis a olho nu — supondo que cada uma delas seja um sol e que tenha tantos planetas quantos tem o nosso Sol. Segundo essa lei da população, absurda como possa parecer ao ser colocada dessa maneira, mas que é, como firmemente acredito, a mais adequada à natureza e às condições do homem, é óbvio que há um limite para a produção de alimentos ou de outros bens de primeira necessidade.

Sem uma mudança radical na constituição da natureza humana e nas condições do homem sobre a Terra, os bens de primeira necessidade não podem ser fornecidos com a mesma abundância do ar, da água, da elasticidade do vapor e da pressão atmosférica. Não é fácil imaginar um presente mais desastroso — um presente que com maior probabilidade levaria a raça humana a uma miséria irrecuperável — do que a capacidade de produzir alimentos num espaço limitado. Por isso, um Criador benevolente, conhecendo as carências e necessidades de suas criaturas sob as leis a que as submeteu, não poderia, por compaixão, fornecer toda a quantidade de bens de primeira necessidade com a mesma abundância do ar e da água. Isso logo mostra a razão pela qual os bens de primeira necessidade são limitados e o ar e a água existem em profusão. Mas se fosse ponto pacífico, como deveria ser, que uma limitação na capacidade de produzir alimentos é obviamente necessária ao homem confinado num espaço limitado, então o valor da quantidade efetiva de terra que ele recebeu depende da pequena quantidade de trabalho necessária para cultivá-la, comparativamente ao número de pessoas que sustenta; ou, em outras palavras, depende daquele excedente específico, tão menosprezado pelo Sr. Ricardo, o qual, pelas leis da Natureza, resulta em renda.

Se os artigos manufaturados, por meio de gradações de maquinaria imaginadas pelo Sr. Ricardo, proporcionassem renda, o homem, como observa ele, suaria mais;[30] e, presumindo que ainda obtivesse a mesma quantidade de mercadorias (o que, porém, não conseguiria), o aumento de seu trabalho seria proporcional à grandeza da renda assim criada. Mas o excedente que determinada extensão de terra proporciona sob a forma de renda é totalmente diferente. Em vez de ser uma medida de aumento do trabalho

necessário para produzir a quantidade de trigo que a terra pode dar, é, afinal, uma medida exata da redução do trabalho na produção de alimentos, garantidos ao homem por uma Providência generosa. Se esse excedente final é pequeno, o trabalho de grande parte da sociedade será constantemente empregado para obter, com o suor do rosto, apenas os bens de primeira necessidade, e a sociedade disporá de pouco lucro e de pouco lazer. Se esse excedente é grande, as manufaturas, os luxos importados, as artes, as letras e o lazer existem em abundância

É um tanto curioso que o Sr. Ricardo, que em geral preza tanto os resultados finais e permanentes — a ponto de definir o preço *natural* do trabalho como o preço que mantém uma população estacionária, embora tal preço em geral não exista há séculos sob governos razoavelmente bons em condições normais —, ao tratar da renda sempre adota a posição contrária e se refere quase unicamente a efeitos temporários.

Com esse tipo de referência, é natural ter criticado Adam Smith por dizer que a parte da produção que cabe ao proprietário da terra devia ser maior nos países produtores de arroz que nos produtores de trigo, e que se a batata se tornasse o alimento vegetal preferido pelo povo em geral, ao invés do trigo, as rendas subiriam. O Sr. Ricardo não pode deixar de reconhecer, e de fato reconhece, que as rendas, afinal, seriam mais altas em ambos os casos. Mas ele supõe em seguida que essa mudança se realiza de imediato, e se refere ao resultado temporário do abandono do cultivo das terras. Todavia, mesmo de acordo com essa suposição, todas as terras que deixaram de ser trabalhadas seriam novamente cultivadas em muito menos tempo do que se levaria para reduzir o preço do trabalho até o ponto em que, em condições ormais, a população mantém-se estacionária.

Por conseguinte, considerando resultados finais e permanentes, que são os resultados com que o Sr. Ricardo lida ao longo de todo o seu trabalho, ele deveria ter reconhecido a verdade das afirmações de Adam Smith.

Mas, na realidade, com toda certeza não haveria nem mesmo uma queda temporária da renda. Nenhuma nação nunca mudou e nunca mudará rapidamente a natureza de sua alimentação. O processo, tanto em relação ao novo sistema de cultivo a ser adotado, quanto aos novos gostos a serem criados, é necessariamente muito lento. Na maior parte da Europa é possível que jamais ocorra uma mudança do trigo para o arroz; e se ocorresse, essa mudança exigiria tantos preparativos para a irrigação que haveria tempo de sobra para um aumento de população igual ao aumento da produção de alimentos. Sabemos que nos países produtores de arroz as rendas são muito altas. O Dr. Buchanan, em suas interessantes viagens através do Estado de Mysore, diz que nas terras irrigadas no sopé dos Gates, o governo costumava tomar 2/3 da safra. Essa é uma renda que provavelmente nenhuma terra produtora de trigo chegará a proporcionar e, nas regiões da Índia e de outros países onde houve uma mudança do cultivo do trigo para o do arroz, não tenho dúvidas de que as rendas aumentaram muito não apenas no final, mas até mesmo durante o processo de mudança.

Em relação à batata, temos uma oportunidade bem à mão para estudar o que acontece quando ela passa a ser o principal alimento de origem vegetal das grandes massas populares. A população da Irlanda cresceu mais rápido, durante os últimos cem anos, que qualquer outra população europeia; e sob seu governo atual, esse fato não se explica racionalmente a não ser em função da introdução e aumento gradual do uso da batata. Estou

persuadido de que, se não fosse a batata, a população da Irlanda teria apenas dobrado, em vez de se quadruplicar durante o último século. Esse aumento de população impediu o abandono do cultivo de muitas extensões de terra, ou deu um valor maior às pastagens naturais, ao mesmo tempo que gerou uma grande queda nos salários monetários relativos do trabalho. Essa queda, diz a experiência, não foi acompanhada por uma alta proporcional dos lucros, e a consequência foi uma elevação considerável das rendas. O trigo, a aveia e o gado irlandeses são vendidos à Inglaterra pelos preços monetários ingleses, embora sejam produzidos por trabalho pago com metade do preço monetário. Essa situação aumenta muito os rendimentos provenientes dos lucros ou os rendimentos provenientes da renda; e há informações fidedignas de que foi a renda que mais se beneficiou com isso.

Por isso penso que, embora não distinguir muito claramente as taxas temporárias de salários de suas taxas finais leve a muitos erros, estes podem ser evitados se considerarmos os efeitos temporários de mudanças na alimentação, às quais nos referimos, como efeitos equivalentes a seus efeitos finais, isto é, como fenômenos que sempre tendem a elevar as rendas. Estou convencido de que se nossas comparações tivessem um mínimo de fundamento, isto é, se comparássemos países em condições semelhantes com respeito à extensão e à quantidade de capital aplicado à terra — que é, obviamente, a única maneira satisfatória de compará-los —, veríamos que a renda é proporcional à fertilidade natural e adquirida da terra.

Se a fertilidade natural desta ilha fosse o dobro do que é, e se o povo fosse igualmente industrioso e empreendedor, de acordo com uma teoria correta o país seria agora duas vezes mais rico e populoso, e as rendas

da terra muito mais do dobro do que são hoje. Por outro lado, se o solo da ilha só tivesse a metade de sua fertilidade atual, apenas uma pequena extensão, como já afirmei antes, admitiria o cultivo do trigo; a riqueza e a população seriam insignificantes e as rendas não seriam nem a metade do que são agora. Mas se em condições semelhantes a renda e a fertilidade caminham juntas, dizer que a renda é mais alta na Inglaterra, onde se emprega grande quantidade de capital na terra, que nos países mais férteis da América do Sul, onde, na mesma extensão territorial não se utiliza nem a vigésima parte e onde a população é exígua, não é um argumento contra a relação natural entre a renda e a fertilidade.

Podemos dizer que a fertilidade da terra, natural ou adquirida, é a única fonte de retornos permanentemente altos do capital. Se um país fosse exclusivamente manufatureiro e comercial e tivesse de comprar todo o seu trigo a preços de mercado da Europa, seria absolutamente impossível que os retornos de seu capital fossem altos por um longo período de tempo. De fato, nos períodos primitivos da história, quando grandes quantidades de capital eram raras e restritas a muito poucas cidades, o monopólio que esses grandes capitais conferiam a certos tipos de comércio e de manufaturas tendia a manter os mesmos lucros por muito mais tempo; e, com isso, alguns Estados quase exclusivamente comerciais obtinham, dubitavelmente, esplêndidos resultados. Mas, na Europa moderna, a abundância geral de capital, o intercâmbio fácil entre nações, e as leis da concorrência nacional e estrangeira impossibilitam grandes retornos permanentes a qualquer outro capital além daquele empregado na terra. Nos tempos atuais, não se sabe de nenhum grande Estado manufatureiro e comercial, qualquer que seja sua capacidade técnica, que consiga lucros mais elevados

que a média do resto da Europa. Mas os capitais empregados com êxito em terras medianamente boas podem render de forma permanente, e sem risco de interrupção ou restrição, às vezes 20%, às vezes 30% ou 40%, e às vezes até 50% ou 60%.

Um exemplo notável dos efeitos de capitais empregados na terra, comparados a outros, são os montantes do imposto sobre a propriedade territorial em nosso país. O rendimento tributável derivado de capitais empregados na terra chegou a render cerca de 6,5 milhões para o imposto territorial, enquanto o rendimento derivado de capitais empregados no comércio e na manufatura chegou a render apenas 2 milhões.[31] Provavelmente é verdade que uma proporção maior dos rendimentos derivados de capitais empregados no comércio e nas manufaturas não pagavam impostos, em parte devido à sua subdivisão e em parte devido a outras causas; mas essa diferença não poderia de modo algum explicar a extraordinária produtividade dos capitais empregados na agricultura.[32] Na realidade, é óbvio que, ao compararmos dois países que tenham os *mesmos* capitais e a *mesma* taxa de lucro, sendo um deles produtor de trigo e o outro comprador, o país que tem terras onde cultivar o trigo, particularmente se forem terras férteis, é muito mais rico, muito mais populoso e tem mais rendimentos tributáveis.

Outra grande vantagem de um solo fértil é que os países que o possuem não precisam prestar muita atenção à mais desoladora de todas as reivindicações — a reivindicação do empresário industrial e comercial por baixos salários, a fim de encontrar mercado para suas exportações. Se um país só pode enriquecer por meio de grande queda de salários, eu diria imediatamente: Abaixo a riqueza! Mas, embora uma nação que importe a

maior parte de sua alimentação esteja condenada a essa difícil alternativa, isso não acontece com os possuidores de terras férteis. Os produtos específicos de um país, embora provavelmente nunca sejam suficientes para que ele possa importar grande parte de sua alimentação,[33] assim como bens de conforto e artigos de luxo, em geral são suficientes para dar energia e força total a todos os empreendimentos comerciais, tanto nacionais quanto exteriores; mas uma pequena redução da produção, decorrente de uma diminuição do cultivo, capacitaria tal país, desde que houvesse hábitos prudentes entre os pobres,[34] a manter a maior parte da população em riqueza e abundância. Hábitos prudentes entre as classes trabalhadoras de um país que depende basicamente da manufatura e do comércio podem arruiná-lo. Num país de terras férteis, esses hábitos seriam a maior de todas as bênçãos.

Entre as inestimáveis vantagens das terras que proporcionam uma renda considerável ao longo do desenvolvimento da sociedade, conta-se a de dar ao homem tanta segurança que o seu tempo, ou o tempo de toda a sociedade, não precisa ser gasto na obtenção da mera subsistência. Segundo o Sr. Ricardo, não apenas todo capital individual, no desenvolvimento da sociedade, proporciona rendimentos cada vez menores, mas todos os rendimentos derivados dos lucros diminuem; e não há dúvida de que o trabalhador é obrigado a empregar uma quantidade maior de trabalho para produzir aquela parte de seu salário que adquire os bens necessários a sua subsistência. Por conseguinte, pode-se esperar que a capacidade dessas duas grandes classes sociais de obter lazer ou de adquirir o trabalho daqueles que produzem os bens destinados a esse fim (em contraposição àqueles que produzem os bens essenciais) se reduza. Mas, felizmente para a

humanidade, as rendas líquidas da terra, num sistema de propriedade privada, nunca diminuem por causa do desenvolvimento da agricultura. Qualquer que seja a proporção que elas mantenham com o produto global, a quantidade efetiva continua crescendo sempre, e sempre permite separar uma parcela para os prazeres e o lazer da sociedade, suficientes para encorajar e animar a massa da população.

Se a única condição necessária para se obter terras que proporcionem rendas fosse que deveriam permanecer com os descendentes diretos dos primeiros proprietários, ainda que seus benefícios fossem hoje muito menores, seria muita tolice atribuir-lhes pouco ou nenhum valor devido aos seus efeitos gerais e inevitáveis sobre a sociedade. Mas, felizmente, o benefício é inerente à terra, não a nenhum proprietário em particular. As rendas são a recompensa da sabedoria e do valor pessoal atuais, assim como da força e da astúcia passadas. Todos os dias compram-se terras com os frutos do trabalho e do talento.[35] Concedem o grande prêmio, o *otium cum dignitate* a todo tipo de esforço louvável; e, no desenvolvimento da sociedade, tenho todos os motivos para acreditar que, quanto mais preciosos se tornam, devido ao aumento do capital e da população e das melhorias agrícolas, maior será o número de pessoas que receberão o benefício.

Portanto, qualquer que seja o prisma pelo qual consideramos o assunto, aquela característica da terra que, pelas leis de nosso modo de ser, termina em renda parece ser a dádiva mais importante para a felicidade do homem; e estou persuadido de que seu valor só é negligenciado por aqueles que ainda laboram em algum erro em relação à sua natureza e a seus efeitos sociais.

Capitulo IV - Os Salários

Seção I - A Dependência do Trabalho em Relação à Oferta e à Procura

Os salários do trabalho são a remuneração que o trabalhador recebe por seus serviços pessoais; podemos caracterizá-los como salários nominais e salários reais.

Os salários nominais são o dinheiro ganho pelo trabalhador. Os salários reais são os bens de primeira necessidade e de conforto que esse dinheiro adquire.

Os salários são determinados pela oferta e procura de trabalho, comparativamente à oferta e procura do que é pago em troca do trabalho.

O princípio da oferta e da procura é o regulador supremo dos preços do trabalho, assim como das mercadorias, e não apenas de forma temporária, mas de forma permanente; os custos da produção só afetam esses preços na medida em que são a condição necessária da oferta permanente de trabalho ou de mercadorias.

É por serem a condição da oferta que os preços dos bens de primeira necessidade têm uma influência tão grande sobre o preço do trabalho. Requer-se certa quantidade desses bens de primeira necessidade a fim de que o trabalhador mantenha uma população estacionária, e requer-se uma quantidade maior para manter uma população em crescimento; em consequência, quaisquer que sejam os preços dos bens de primeira necessidade, os salários monetários do

trabalhador devem ser suficientes para comprar essas quantidades; caso contrário, a oferta desses bens não atingiria a quantidade requerida.

Para provar que aquilo que podemos chamar de custo de produção do trabalho só influencia os salários à medida que regula a oferta de trabalho, basta prestar atenção àqueles casos em que, temporariamente, o custo de produção não regula a oferta; aí verificaremos sempre que esse custo imediatamente deixa de regular os preços.

Quando, devido à sucessão de safras abundantes ou a qualquer causa que não diminua os capitais dos arrendatários, o preço do trigo começa a cair durante algum tempo, podemos dizer que o custo de produção do trabalho diminui, mas não se percebe nenhuma queda nos salários de trabalho[36] pela razão óbvia de que o preço reduzido da produção não pode, por 16 ou 18 anos, influenciar substancialmente a oferta de trabalho no mercado. Por outro lado, quando os preços do trigo se elevam devido a safras medíocres ou devido a qualquer causa que leve a demanda de trabalho a estacionar, os salários não subirão porque há o mesmo número de trabalhadores no mercado; e embora o preço de produção tenha subido, a oferta não é afetada por ele durante algum tempo. De fato, o efeito do custo de produção sobre o preço depende tão inteiramente da maneira pela qual regula a oferta que, neste ou em qualquer outro país, se a produção de trabalho não custasse absolutamente nada, mas sua oferta continuasse exatamente a mesma como proporção da demanda, os salários do trabalho seriam exatamente os mesmos. O exemplo dado num capítulo anterior assegura a validade dessa posição: refiro-me à situação em que a quantidade de papel-moeda é limitada de modo a não exceder o metal que, sem o papel, teria de

circular; nessa situação, embora o custo do papel seja comparativamente insignificante, ainda assim, como desempenha a mesma função e é oferecido apenas na mesma quantidade que a moeda metálica, adquire o mesmo valor de troca.

A posição de Adam Smith, de que o preço monetário do trabalho é regulado pela demanda de trabalho e pelo preço dos bens de primeira necessidade, na prática é correta; mas é importante sempre ter em vista o modo pelo qual o preço dos bens de primeira necessidade afeta o preço do trabalho.

Em todos os casos de diferentes preços de trabalho em diferentes empregos exemplificados por Adam Smith, o efeito depende, obviamente, das causas que afetam a oferta de trabalho.

Adam Smith em geral se refere ao princípio da oferta e da procura em casos desse tipo, mas às vezes se esquece do que ele mesmo afirma: “Se um tipo de trabalho requer um nível incomum de destreza e talento, a *estima* que os homens têm por esses talentos dá ao produtor um valor superior ao valor do tempo empregado em sua produção”. Em outra passagem, falando da China, observa que “se num país como esse (isto é, um país de recursos estacionários), os salários tivessem, em algum momento, sido mais que suficientes para manter o trabalhador e capacitá-lo a criar uma família, a concorrência dos trabalhadores e o interesse dos patrões tê-los-ia reduzido logo ao nível mais baixo compatível com o simples humanitarismo”. O leitor entenderá, a partir do que já foi dito, que, no primeiro caso citado, não é a estima pela destreza e pelo talento, ali referidos, o que eleva o preço da mercadoria, mas a escassez daquelas qualidades e a consequente escassez dos artigos produzidos por elas, comparativamente à

demanda. E no segundo caso, não é o humanitarismo que interfere para evitar que o preço do trabalho caia ainda mais. Se o humanismo pudesse interferir com êxito, teria interferido muito antes e impedido a mortalidade prematura ocasionada por alimentação insuficiente ou ruim. Mas, infelizmente, o humanitarismo não altera os recursos de um país. Enquanto estes são estacionários e os hábitos das classes inferiores permitem manter de forma barata uma população estacionária, os salários do trabalho serão exíguos; mas não podem cair abaixo do que é necessário, dados os hábitos do povo, para manter uma população estacionária porque, em princípio, os recursos do país são estacionários, não aumentando nem declinando e, em consequência, o princípio da oferta e da procura sempre interfere para impedir a ocorrência de salários tais que ocasionem um aumento ou uma diminuição da população.

Seção II - As Principais Causas que Afetam os Hábitos das Classes Trabalhadoras

O Sr. Ricardo definiu o preço natural do trabalho como “o preço necessário para que o trabalhador subsista e perpetue sua classe, sem aumento nem redução”. Para mim esse preço sobretudo não é natural porque, numa situação normal, isto é, sem grandes obstáculos ao desenvolvimento da riqueza e da população, um preço desses geralmente não ocorre durante séculos. Mas se esse preço é realmente raro e, numa situação normal, tão distante no tempo, é evidente que leva a grandes erros considerar os preços de mercados do trabalho apenas como desvios temporários acima e abaixo daquele preço fixo ao qual em breve retornarão.

Eu definiria o preço natural ou necessário do trabalho em qualquer país como “o preço que, nas circunstâncias vigentes na sociedade, é necessário para gerar uma oferta média de trabalhadores, suficiente para satisfazer a demanda média”. E definiria o preço de mercado como o preço vigente no mercado, o qual, devido a causas temporárias, às vezes está acima e às vezes abaixo do que é necessário para suprir aquela demanda média.

A condição das classes trabalhadoras depende em parte da taxa de crescimento dos recursos do país e em parte dos hábitos do povo.

Ambas as causas estão sujeitas a mudanças e frequentemente mudam juntas.

Entretanto, os hábitos podem ser diferentes com a mesma taxa de crescimento dos recursos; e hábitos de

vida inferiores são tanto causa quanto consequência da pobreza.

Seria desejável, embora difícil, verificar as principais causas das diferentes formas de subsistência que existem entre os pobres de diferentes países.

Os altos salários podem ter duas consequências: um rápido aumento de população, ou uma decisiva melhoria do padrão de vida.

Tudo que enfraquece o caráter dos pobres contribui para a primeira consequência; tudo que tende a elevá-lo contribui para a segunda.

As causas mais eficientes do aviltamento são o despotismo, a opressão e a ignorância; as causas mais eficientes da elevação são a educação e a liberdade civil e política.

Das causas que tendem a gerar hábitos prudentes, a mais essencial é a liberdade civil; e para manter a liberdade civil, é preciso haver liberdade política.

A educação pode ser eficiente sob o despotismo e ser deficiente sob uma constituição livre; mas ela pouco pode fazer sob um mau governo, embora possa fazer muito sob um bom governo.

A Irlanda é um exemplo onde o aumento da produção ocasionou um rápido aumento da população sem que a situação do povo melhorasse.

A Inglaterra, na primeira metade do século passado, é um exemplo de altos salários levando a um padrão de vida melhor, sem um rápido aumento de população.

A substituição de um pão de má qualidade por pão de trigo melhor provavelmente foi auxiliada por uma alteração dos valores relativos do trigo, da aveia e da cevada, ocasionada por circunstâncias acidentais.

Quando o pão de trigo tornou-se comum em alguns distritos, espalhou-se para outros, mesmo a expensas de outros bens.

Seção III - As Principais Causas que Influem sobre a Demanda de Trabalho e sobre o Aumento da População

Há uma outra causa, além de uma mudança nos hábitos do povo, que impede a população de um país evoluir de acordo com o controle aparente do trabalhador sobre os meios de subsistência. Às vezes ocorre que os salários são, durante algum tempo, mais altos do que deveriam ser com relação à demanda de trabalho. É mais provável que isso ocorra quando o preço dos produtos agrícolas diminui de valor, de forma a reduzir a capacidade dos agricultores de empregar um número igual ou maior de trabalhadores ao mesmo preço. Se a queda é considerável e seu valor não é compensado por um aumento de quantidade, são despedidos tantos trabalhadores quantos sejam necessários para que os salários, depois de um período de muita pobreza, caiam proporcionalmente. Mas se a queda é gradual e se compensa parcialmente em termos de valor de troca, devido ao aumento da quantidade, os salários monetários do trabalho não caem necessariamente; o resultado é apenas uma pequena redução da demanda de trabalho, insuficiente, talvez, para provocar a demissão dos trabalhadores já empregados, mas suficiente para impedir ou diminuir o trabalho de empreitada, para suspender o trabalho das mulheres e das crianças e para desestimular novas gerações de trabalhadores. Nesse caso, a quantidade dos bens de primeira necessidade de fato ganha pelo trabalhador e por sua família pode ser realmente menor que quando,

devido a uma elevação de preços, o pagamento diário do trabalhador adquire uma quantidade menor de trigo. A quantidade de bens de primeira necessidade que as classes trabalhadoras adquirem, embora aparentemente maior, na realidade é menor no primeiro caso que no segundo e, de acordo com todos os princípios gerais, deve afetar menos o aumento da população.

Esse desacordo entre os salários aparentes e o crescimento da população agrava-se ainda mais nos países em que se decretam leis de assistência aos pobres e em que se tornou comum tirar uma parte dos salários do trabalhador para os donativos paroquiais. Se, quando o trigo sobe, os arrendatários e os proprietários de terra de uma paróquia mantêm os salários do trabalho baixos e empregam crianças regularmente, é óbvio que já não existe nenhuma conexão necessária entre os salários de um dia de trabalho e os meios reais de subsistência à disposição das classes trabalhadoras para a manutenção de suas famílias. Quando as pessoas se habituam a um sistema desses, o crescimento da população pode ser muito rápido, mesmo num momento em que os salários do trabalho, independentemente da assistência paroquial, são suficientes apenas para manter a esposa e um filho, ou mesmo para manter apenas um homem solteiro sem mulher nem filhos, isso porque, naquele sistema, ainda poderia haver tanto um estímulo ao casamento como os meios de sustentar os filhos.

Para aumentar a população é necessário utilizar uma quantidade maior de alimentos de um tipo ou de outro para a manutenção das famílias trabalhadoras; e, em geral, isso pode ser verificado.

O aumento da população na América, na Irlanda, na Inglaterra e na Escócia, nos últimos anos, pode ser atribuído a essa causa.

O que é mais necessário para um rápido aumento de população é uma intensa e prolongada demanda de trabalho, que por sua vez é função da taxa anual de crescimento do valor global do capital e da renda de um país. Quanto mais rápido for o crescimento do valor da produção anual, maior será a capacidade de incorporar trabalho e maior o número de trabalhadores requeridos a cada ano.

Às vezes se pensa que a demanda de trabalho só pode ser proporcional ao aumento do capital circulante, e não ao fixo. Não há dúvida de que isso é verdade em casos individuais:[37] mas não é necessário fazer essa distinção em relação a todo o país porque onde a substituição do capital fixo poupa grande quantidade de trabalho que não pode ser empregado em outro lugar, também diminui o valor da produção anual e retarda o aumento do capital e da renda tomados em conjunto.

Se, por exemplo, um capitalista que empregou 20 mil libras em trabalho produtivo e que costuma vender suas mercadorias por 22 mil libras, com um lucro de 10%, empregasse a mesma quantidade de trabalho na construção de uma máquina no valor de 20 mil libras que o capacitaria a continuar seu negócio sem precisar de trabalho, exceto quando sua máquina precisasse de reparos, é óbvio que, durante o primeiro ano, manter-se-iam o mesmo valor da produção anual e a mesma demanda de trabalho; mas no ano seguinte, quando o capitalista só precisaria, para obter a mesma taxa de lucros de antes, vender suas mercadorias por pouco mais de 2 mil libras, em vez de 22 mil, o valor da produção anual cairia, o capital não cresceria e a renda diminuiria sensivelmente; e levando-se em conta o princípio de que a demanda de trabalho depende da taxa de crescimento do valor da produção global, ou do capital e da renda tomados em conjunto, a exiguidade da demanda de

trabalho, nessas circunstâncias, estaria adequadamente explicada.

Todavia, em geral, a utilização de capital fixo é extremamente favorável à abundância de capital circulante; e se o mercado do produto pudesse ampliar-se proporcionalmente, todo o valor do capital e da renda de um país aumentaria muito com a utilização do capital fixo, criando-se uma grande demanda de trabalho.

O aumento do valor total dos artigos de algodão, desde a introdução de máquinas aperfeiçoadas, é prodigioso; e não se pode duvidar nem por um momento que a demanda de trabalho no ramo do algodão aumentou muito durante os últimos quarenta anos. Na verdade, isso está suficientemente provado pelo grande aumento de população em Manchester, Glasgow e outras cidades onde as manufaturas de algodão floresceram.

Um aumento semelhante de valor, embora não da mesma grandeza, ocorreu nos setores de ferragens, lanifícios e outras manufaturas, sendo acompanhado por uma demanda crescente de trabalho apesar do uso crescente de capital fixo.

Mesmo em nossa agricultura, se o capital fixo aplicado em cavalos — que, em razão da quantidade de produtos que consomem, é a forma mais desvantajosa do capital fixo — caísse em desuso, é provável que grande parte da terra que atualmente produz trigo fosse abandonada. Terras pobres nunca produzem o suficiente para pagar o trabalho de cultivá-las com enxada, de trazer esterco em carrinho de mão de campos distantes e de transportar os produtos agrícolas para mercados distantes com o mesmo tipo de condução. Nessas condições, como a quantidade de trigo produzido diminuiria muito, haveria grande redução no valor global da produção; e a

demanda de trabalho e o volume de população diminuiriam muito.[38]

Por outro lado, se, com a introdução gradual de uma quantidade maior de capital fixo, pudéssemos plantar, adubar a terra e transportar a produção para o mercado com muito menos despesas, aumentaríamos muito a produção cultivando e melhorando todas as terras desgastadas; e se a substituição desse capital fixo ocorresse na única forma que supomos que ocorra, isto é, gradualmente, não há razão para duvidar de que o valor dos produtos agrícolas chegaria bem perto de seu nível anterior; e sua quantidade muito maior, combinada à maior proporção de pessoas que poderiam ser empregadas na manufatura e no comércio, geraria, sem dúvida, um grande aumento no valor de troca da produção total, criando ao mesmo tempo grande demanda de trabalho e grande aumento de população.

Por isso, em geral não se deve temer que a introdução de capital fixo na forma em que provavelmente ocorre na prática diminua a demanda de trabalho; na verdade, podemos esperar que daí venha o mais importante estímulo ao seu crescimento futuro. Ao mesmo tempo, como mostraremos claramente numa parte subsequente deste volume, se a introdução do capital fixo se desse muito rapidamente, e antes de haver um mercado adequado para a maior oferta daí derivada, bem como para os novos produtos do trabalho dessa forma liberado, o resultado seria a redução da demanda de trabalho e uma grande miséria entre as classes trabalhadoras. Mas, nesse caso, o produto total, ou o capital e a renda de um país, em conjunto, certamente cairia em valor devido a um excesso temporário da oferta comparativamente à demanda, e veríamos que as variações desse valor, comparadas ao valor anterior pago em salários, são os

principais reguladores da capacidade e da vontade de empregar trabalho.

Na formação do valor do produto total de um país, uma parte depende do preço, uma parte da quantidade. A parte que depende só do preço é por natureza menos durável e menos efetiva que a que depende da quantidade. Um aumento de preço, com pouco ou nenhum aumento de quantidade, logo é seguido por um aumento aproximadamente proporcional dos salários; enquanto o poder de compra desses salários monetários aumentados relativamente aos bens de primeira necessidade continua diminuindo, a população pára de crescer e nenhum aumento posterior de preços pode criar uma demanda efetiva de trabalho.

Por outro lado, se o produto aumentar tão rapidamente em quantidade que o valor do total diminui devido à oferta excessiva, esse produto pode não adquirir tanto trabalho no ano considerado quanto no ano anterior, e durante algum tempo não há demanda de trabalhadores.

Esses são dois extremos: um decorrente de um aumento de valor sem aumento de quantidade; e o outro decorrente de um aumento de quantidade sem aumento do valor.

É óbvio que o mais desejável é conseguir uma combinação dos dois. Em algum ponto há um meio-termo ideal em que, de acordo com os recursos efetivos de um país, o aumento da riqueza e a demanda de trabalho cheguem ao máximo; mas esse ponto não pode ser determinado. Um aumento de quantidade a preços estáveis, ou ligeiramente decrescentes, é compatível com um aumento considerável do valor total da produção e pode criar uma demanda considerável de trabalho; mas nas condições reais, e no modo pelo qual os metais preciosos são de fato distribuídos, algum

aumento de preços em geral acompanha uma forte demanda efetiva nos mercados de produtos e de trabalho. E esse aumento, tanto de quantidade quanto de preço, que com certeza cria maior demanda de trabalho, estimula a maior quantidade de negócios e geralmente provoca o maior aumento de população.

Seção IV – As Consequências de uma Queda no Valor do Dinheiro sobre a Demanda de Trabalho e sobre as Condições de Vida do Trabalhador

As consequências desfavoráveis de uma queda no valor do dinheiro sobre as condições de vida dos trabalhadores não são tão evidentes quanto se supõe.

A queda dos salários reais do trabalho, do final do século XV ao final do século XVI, contemporânea à queda do valor do dinheiro, está provada por documentos autênticos.

Mas a questão é saber se o mais incomum é a ocorrência de salários altos ou baixos.

Durante o reinado de Eduardo III, os salários reais do trabalho foram tão baixos quanto no reinado de Elisabete.

No período intermediário, os salários oscilaram consideravelmente com a variação dos preços do trigo e do trabalho; mas a partir de 1444 mantiveram-se uniformemente altos até o final do século.

A insignificante elevação do preço nominal dos cereais, a partir do meio do século XIV até o final do século XV, não compensou a menor quantidade de prata nas moedas, de modo que o preço do trigo em metal caiu consideravelmente.

Mas o preço em metal do trabalho elevou-se de maneira considerável durante o período em que o preço em metal do trigo caiu; e se Adam Smith tivesse tomado

o trabalho ou um meio-termo entre trigo e trabalho como a sua medida, em vez do trigo, suas conclusões referentes ao valor da prata teriam sido muito diferentes.

Mas para mostrar que os salários do trabalho eram anormais durante os últimos 60 anos do século XV, é necessário, além disso, compará-los com os períodos posteriores à depreciação do dinheiro.

Os ganhos do trabalhador, durante os últimos 60 anos do século XV, depois que cessou a depreciação do dinheiro, eram menores que nos reinados de Elisabete e de Eduardo III.

De 1720 a 1750, o preço do trigo caiu e os salários do trabalho subiram, mas ainda a pouco mais que a metade do que se ganhava no século XV.

A partir desse período o trigo começou a subir e o trabalho não subiu proporcionalmente; mas, durante os quarenta anos entre 1770 e 1810 e 1811, os salários do trabalho, em relação à aquisição de trigo, parecem ter-se estabilizado.

Seção V - Conclusões da Análise dos Preços do Trigo e do Trabalho durante os Últimos Cinco Séculos

Com base nessa análise, conclui-se que a grande queda dos salários no século XVI foi ocasionada mais pela elevação inusitada ocorrida anteriormente que pela descoberta das minas americanas; e que os altos salários do século XV só podem ter sido gerados por algumas causas temporárias que aumentaram a oferta relativa do trigo comparativamente ao trabalho.

Esses altos salários, quaisquer que tenham sido suas causas, teriam de cair durante o século seguinte se as minas americanas não tivessem sido descobertas.

Há motivos para pensar que uma elevação no preço do trigo, ocasionada apenas por uma queda no valor do dinheiro, só prejudicaria as classes trabalhadoras por alguns anos.

Outra conclusão que podemos tirar dessa análise é que, durante os últimos 500 anos, os salários do trabalho sob a forma de trigo, na Inglaterra, estiveram com maior frequência abaixo que acima de 1 *peck* de trigo

Uma terceira conclusão é que as estações do ano exercem grande influência sobre os preços do trigo e sobre os salários reais, não apenas ocasionalmente durante dois ou três anos, mas durante quinze ou vinte anos consecutivos.

Os períodos de salários mais baixos em geral ocorreram quando houve uma alta no preço do trigo em circunstâncias desfavoráveis a uma elevação do preço do trabalho; foi o rápido aumento de população durante os

reinados de Henrique III e de Elisabete que impediu os salários de subirem com o preço do trigo.

Se a descoberta das minas americanas tivesse ocorrido num momento em que o povo ganhava menos de 1 *peck* de trigo, em vez de 1/2 *bushel*, o aumento dos recursos durante o século XVI teria elevado o preço em trigo do trabalho, apesar do preço monetário cada vez mais alto desse cereal.

Se o preço do trabalho, de 1793 a 1814, não tivesse sido comprimido por medidas artificiais, teria aumentado proporcionalmente ao preço do trigo.

No decorrer dessa análise, ao considerar os salários em trigo, não foi possível fazer nenhuma distinção entre os efeitos de uma queda no preço do trigo e de uma elevação no preço do trabalho. Quando apenas comparamos os dois artigos, o resultado é exatamente o mesmo; mas seus efeitos no estímulo ao crescimento da população às vezes são muito diferentes, como já sugeri anteriormente. Não há dúvida de que um grande estímulo ao aumento da população é compatível com uma queda no preço dos produtos agrícolas porque, apesar dessa queda, o valor de troca da produção global de um país pode continuar crescendo comparativamente ao trabalho; mas às vezes acontece de uma queda no preço dos produtos agrícolas ser acompanhada de uma diminuição na capacidade e na vontade de empregar trabalho; nesse caso, a demanda de trabalho e o estímulo ao crescimento da população não são proporcionais aos salários aparentes em trigo do trabalho.

Se um trabalhador adquire 1 *peck* de trigo por dia, em vez de 3/4 de *peck*, em consequência de uma alta de salários ocasionada pela demanda de trabalho, é claro que todos os trabalhadores dispostos e aptos ao trabalho

serão empregados, e provavelmente também suas mulheres e seus filhos; mas se ele consegue obter essa quantidade adicional de trigo devido a uma queda no preço do trigo, que diminui o capital do arrendatário, a vantagem pode ser mais aparente que real, e, embora durante algum tempo o trabalho não caia nominalmente, mesmo que a demanda de trabalho seja estacionária, quando não decrescente, seu preço corrente não é um critério exato do que pode ser ganho pelo trabalho conjunto de uma família numerosa ou pelos esforços adicionais do chefe num trabalho de empreitada.

É óbvio, por conseguinte, que os mesmos salários correntes em trigo, sob diferentes circunstâncias, têm diferentes efeitos sobre a população.

O trigo foi considerado o cereal de maior consumo neste país, mas, onde e quando isso não acontece, os salários em trigo não são o critério adequado para se medir o efeito sobre a população.

A quantidade do alimento habitual que uma família trabalhadora efetivamente ganha durante todo o ano torna-se de imediato a medida do estímulo para a população e da situação do trabalhador.

Somente os hábitos prudentes dos pobres podem proporcionar a eles a aquisição de uma quantidade razoável dos bens de primeira necessidade e de conforto, do estágio mais antigo da sociedade ao mais recente.

Nada comentei sobre o valor do trabalho medido pelo critério proposto pelo Sr. Ricardo, isto é, pelo trabalho despendido na obtenção dos rendimentos do trabalhador ou o custo dos salários em trabalho porque, para mim, aquilo que denominei salários reais e nominais do trabalho inclui tudo que se relaciona com as condições de vida do trabalhador, com o estímulo ao crescimento

da população e com o valor do dinheiro, os três pontos de nosso maior interesse. Segundo o modo do Sr. Ricardo considerar a questão, nada se pode concluir sobre esses três pontos com respeito aos salários, sejam altos ou baixos. Os salários altos ou baixos servem apenas para determinar a taxa de lucros; a influência dos salários sobre a taxa de lucros será considerada em detalhe no próximo capítulo.

Capitulo V - Os Lucros do Capital

Seção I - Como a Crescente Dificuldade de Obter os Meios de Subsistência afeta os Lucros

Tem sido habitual, ao se falar daquela porção da renda nacional que volta para o capitalista em retorno pelo emprego de seu capital, chamá-la pelo nome de lucros do estoque (*stock*). Mas, nesse caso, estoque não é uma expressão tão apropriada como capital (*capital*). Estoque é termo geral, e pode ser definido como todas as posses materiais de um país, ou toda sua riqueza efetiva, qualquer que seja sua destinação; enquanto capital é aquela parcela particular dessas posses, ou dessa riqueza acumulada, que se destina a ser empregada com vistas ao lucro. Esses termos são, todavia, usados indiscriminadamente, e talvez isso não gere erro tão grave; mas pode ser útil lembrar que todo estoque não é, propriamente falando, capital, embora todo capital seja estoque.

Os lucros do capital consistem na diferença entre o valor dos adiantamentos necessários à produção de uma mercadoria e o valor da mercadoria produzida; geralmente esses adiantamentos referem-se a bens de capital que custaram, em sua produção prévia, certa quantidade de salários, lucros e rendas, excluindo-se a renda da terra que, no caso dos produtos agrícolas, é paga diretamente.

A *taxa* de lucros é a proporção da diferença entre o valor dos adiantamentos e o valor da mercadoria

produzida sobre o valor dos adiantamentos; essa taxa varia segundo as variações do valor dos adiantamentos, comparativamente ao valor do produto. Quando o valor dos adiantamentos é grande, comparativamente ao valor do produto, o saldo é pequeno e a taxa de lucros é baixa. Quando o valor dos adiantamentos é insignificante, o saldo é grande e a taxa de lucros é alta.

A variação da taxa de lucros depende, portanto, das causas que alteram a proporção entre o valor dos adiantamentos e o valor do produto; essa proporção pode ser alterada tanto por circunstâncias que afetam o valor dos adiantamentos como por circunstâncias que afetam o valor do produto.

Entre os adiantamentos necessários à produção, os meios para manter o trabalho costumam ser os maiores e os mais importantes. Por conseguinte, eles exercerão maior influência sobre o valor total dos adiantamentos.

As duas principais causas que influenciam os meios para manter o trabalho são:

1) A dificuldade ou facilidade da produção agrícola determinando a proporção maior ou menor do valor da produção global que se destina ao sustento dos trabalhadores empregados.

2) A relação variável entre a quantidade de capital e a quantidade de trabalho empregada pelo capital, por meio da qual se define a quantidade maior ou menor dos bens de primeira necessidade que cabe a cada trabalhador.

Qualquer das duas causas, isoladamente, pode ocasionar todas as variações a que os lucros estão sujeitos. Se uma só é responsável pela variação, sua ação é simples. Mas a combinação das duas, e de outras mais, agindo às vezes em conjunto e às vezes em

oposição, gera, durante o desenvolvimento de uma sociedade, variados fenômenos que nem sempre são fáceis de explicar.

Se a primeira causa atuasse sozinha e os salários do trabalhador individual fossem sempre os mesmos, supondo então que a técnica empregada na agricultura permanecesse inalterada e que não houvesse meio de obter trigo de países estrangeiros, a taxa de lucros cairia regular e ininterruptamente à medida que a sociedade se desenvolvesse e à medida que se tornasse necessário recorrer a máquinas inferiores que requeressem mais trabalho para funcionar.

Nesse caso, seria de pouca importância que a terra cultivada por último, com a finalidade de produzir alimentos, proporcionasse rendas sem ser cultivada. É claro que o proprietário da terra não permitiria seu cultivo, a menos que pudesse obter, no mínimo, a mesma renda de antes. Essa pode ser considerada uma condição absoluta para o cultivo das piores terras de um país desenvolvido. Depois de feito esse pagamento, o restante da produção seria dividido principalmente[39] entre o capitalista e os trabalhadores, e é evidente que, se o número de trabalhadores necessário para obter determinada produção continuasse crescendo, e os salários de cada trabalhador permanecessem os mesmos, a parcela destinada ao pagamento do trabalho se intrometeria continuamente na parcela destinada ao pagamento dos lucros; e é óbvio que a taxa de lucro continuaria diminuindo até que, devido à falta de capacidade ou de vontade de poupar, cessasse a acumulação.

Nesse caso, e supondo uma demanda igual de todas as partes do mesmo produto,[40] é óbvio que os lucros do capital agrícola seriam proporcionais à fertilidade da

terra cultivada por último ou ao volume do produto obtido por determinada quantidade de trabalho. E, como os lucros no mesmo país tendem a se nivelar, a taxa geral de lucros apresentaria a mesma tendência.

Mas um momento de atenção nos mostra que a suposição de uniformidade constante dos salários reais não apenas é contrária à situação efetiva, como também implica contradição.

O crescimento da população é regulado quase exclusivamente pela quantidade de bens de primeira necessidade efetivamente obtida pelo trabalhador; se desde o início ele não conseguisse mais que o suficiente para manter a população existente, as classes trabalhadoras não poderiam crescer nem haveria oportunidade para o cultivo progressivo das terras mais pobres. Por outro lado, se os salários reais do trabalho são tais que admitem e estimulam um aumento de população, e ainda continuam sempre os mesmos, isso implica a contradição de um aumento contínuo de população posterior à acumulação de capital, quando os meios de manter tal aumento já desapareceram inteiramente.

Portanto, não podemos supor um preço *natural* e *constante* do trabalho, a menos que por tal preço entendamos uma quantidade invariável dos bens de primeira necessidade. E se não podemos fixar o preço real do trabalho, é evidente que ele deve variar com o aumento do capital e do rendimento, bem como da demanda de trabalho comparativamente à oferta.

Entretanto, se quisermos, podemos supor um crescimento uniforme do capital e da população; com isso não queremos dizer que haja sempre a mesma *taxa* de crescimento, o que é impossível, mas um crescimento uniforme até a quantidade máxima viável, sem

acelerações ou retardamentos temporários. E antes de considerarmos a situação real, seria interessante verificar de que maneira os lucros seriam afetados por essas circunstâncias.

Quando um país fértil começa a ser cultivado por colonos civilizados, havendo muita abundância de terras ricas, apenas uma pequena parcela do valor da produção será paga em forma de renda da terra. Quase toda a produção se divide entre lucros e salários; e a proporção que cabe a cada um, à medida que é influenciada pela parte de cada trabalhador individual, é determinada pela oferta e procura de capital, comparativamente à oferta e procura de trabalho.

À medida que a sociedade continua a se desenvolver, se o território é limitado ou o solo tem características diferentes, é óbvio que a capacidade produtiva do trabalho aplicado na agricultura diminui gradualmente; e como determinada quantidade de capital e de trabalho obteria retornos cada vez menores, evidentemente o produto a ser dividido entre o trabalho e os lucros seria cada vez menor.

Se, à medida que a capacidade produtiva do trabalho diminui, as necessidades físicas do trabalhador também diminuíssem na mesma proporção, então caberia ao capitalista a mesma parcela da produção global e a taxa de lucros não cairia necessariamente. Mas as necessidades físicas do trabalhador são sempre as mesmas; e embora no desenvolvimento da sociedade, a partir da escassez crescente de provisões comparativamente ao trabalho, essas necessidades sejam, em geral, menos plenamente satisfeitas, e os salários reais do trabalho caiam gradualmente, mesmo assim é claro que há um limite, provavelmente não muito distante, que não pode ser ultrapassado. A aquisição de

certa quantidade de alimentos é absolutamente necessária ao trabalhador para que possa sustentar a si e à família, de modo a manter apenas uma população estacionária. Em consequência, se terras mais pobres que requerem mais trabalho começassem sucessivamente a ser cultivadas, não haveria possibilidade de os salários em trigo de cada trabalhador individual diminuírem proporcionalmente à diminuição do produto; uma proporção maior do todo caberia necessariamente ao trabalho; e a taxa de lucros continuaria caindo regularmente até que cessasse a acumulação de capital.

Este seria o destino inevitável dos lucros e dos salários na acumulação progressiva de capital, quando aplicado ao cultivo progressivo de terras virgens e menos férteis ou à melhoria posterior das já cultivadas; e, segundo a suposição que fazemos aqui, tanto as taxas de lucros quanto os salários reais seriam muito altos no começo, e cairiam juntos de forma regular e gradual, até que ambos estacionassem no mesmo momento e a demanda de um aumento de produção deixasse de ser efetiva.

Enquanto isso, perguntarão, o que acontece com os lucros do capital empregados na manufatura e no comércio, nos quais a capacidade produtiva não apenas não diminui necessariamente mas, com frequência, aumenta, sendo portanto muito diferente do caso da agricultura, em que a capacidade produtiva do trabalho diminui necessariamente?

Na agricultura, a causa principal e imediata da diminuição necessária dos lucros parece-me ser a maior quantidade de trabalho necessária para obter a mesma produção. Nas manufaturas e no comércio é a queda do valor de troca dos produtos desses setores, comparados com o trigo e o trabalho.

O custo de produção do trigo e do trabalho aumenta continuamente em função de causas físicas inevitáveis, enquanto o custo de produção dos artigos manufaturados e comercializados às vezes diminui, às vezes permanece estacionário e, em todo caso, aumenta com uma velocidade muito menor que o custo de produção do trigo e do trabalho. Por conseguinte, de acordo com todos os princípios da oferta e da procura, o valor de troca daqueles artigos cai, comparado com o valor do trabalho. Mas se o valor de troca do trabalho continua subindo, enquanto o valor de troca das manufaturas cai, permanece o mesmo ou sobe num grau muito inferior, os lucros continuam caindo; por isso concluímos que, com o avanço das melhorias, à medida que terras cada vez mais pobres começam a ser cultivadas, a taxa de lucros é limitada pelas capacidades do solo cultivado por último. Se a terra cultivada por último só pode proporcionar determinado excedente de valor sobre o valor do trabalho necessário à sua produção, é óbvio que, segundo os princípios da concorrência, os lucros, em geral, não podem ser superiores àquilo que esse excedente permite. Numa escala ascendente, essa é uma barreira que não pode ser transposta. Mas limitação é essencialmente diferente de regulação. Numa escala descendente, os lucros podem ser sempre mais baixos. Aqui não há nenhum fator controlador necessário que determina a taxa de lucros; e abaixo do limite superior que as condições efetivas da terra permitem, há muito espaço para a atuação de outras causas.

Seção II - Como a Proporção do Capital sobre o Trabalho Afeta os Lucros

A segunda entre as principais causas que, pelo aumento do total de adiantamento, influencia os lucros, é a proporção do capital sobre o trabalho.[41]

Obviamente essa é uma causa que, sozinha, é capaz de produzir efeitos ponderáveis, e supondo a ocorrência de variações adequadas entre as ofertas de capital e as ofertas de trabalho, os efeitos sobre os lucros serão semelhantes aos da primeira causa, e num período de tempo muito menor.

Quando o capital é realmente abundante, relativamente ao trabalho, nada pode impedir os lucros baixos; e a maior facilidade de produção não consegue criar lucros altos, a menos que o capital seja escasso comparado com o trabalho.

Mas para visualizar de maneira mais clara os poderosos efeitos da segunda causa sobre os lucros, consideremos por um momento que ela atue sozinha; e suponhamos que enquanto o capital de um país continua aumentando, sua população pare de crescer e que, milagrosamente, não chegue a satisfazer a demanda. Nessas circunstâncias, todas as gradações da relação entre capital e trabalho podem ocorrer e assim podemos ver todas as gradações da taxa de lucros.

Se, num período primitivo de desenvolvimento, o capital fosse escasso comparativamente ao trabalho e, em decorrência, os salários do trabalho fossem baixos, enquanto as forças produtivas do trabalho, a partir da

fertilidade da terra, fossem grandes, a proporção destinada aos lucros seria necessariamente muito grande, e a taxa de lucros muito alta.

Em geral, porém, embora se possa dizer que o capital é escasso nos períodos primitivos da agricultura, mesmo assim aquela parcela específica do capital que se resolve em alimentação é muitas vezes abundante comparativamente à população e, dessa forma, altos lucros e altos salários reais ocorrem ao mesmo tempo. Isso geralmente acontece em situações normais, embora não ocorra quando o capital é prematuramente desperdiçado em extravagâncias ou reduzido por outras causas. Mas, partindo de altos ou de baixos salários em trigo, em qualquer caso a diminuição da taxa de lucro, devido ao crescimento gradual do capital comparado com o trabalho, permanecerá inalterada.

Como o capital sempre cresce mais rápido que o trabalho, os lucros do capital cairão, e, se ocorresse um aumento progressivo do capital enquanto a população, por algum motivo oculto, não pudesse acompanhá-lo, apesar da fertilidade do solo e da abundância de alimentos, então os lucros se reduziriam gradualmente até que, mediante sucessivas reduções, a capacidade e a vontade de acumular deixassem de existir.

Nesse caso, os lucros sofreriam exatamente o mesmo tipo de redução progressiva pela qual passariam mediante a acumulação progressiva de capital na presente situação; mas a renda e os salários seriam afetados de maneira muito diferente. Com base no que especificamos sobre a questão da renda, o montante desta última não seria grande num país como esse. De acordo com nossa suposição, o crescimento da população é retardado e o número de trabalhadores é limitado enquanto terras consideravelmente férteis não

são cultivadas. Por conseguinte, a demanda de terras férteis, comparada à oferta, seria relativamente insignificante; e, em relação ao produto nacional total, a parcela destinada à renda dependeria sobretudo das gradações das terras mais férteis cultivadas antes de a população parar de crescer e do valor dos produtos derivados da terra não cultivada.

Quanto aos salários, esses continuariam a subir progressivamente e dariam ao trabalhador uma capacidade aquisitiva maior, não apenas de manufaturas e de produtos importados (como em geral acontece na situação atual), mas também de trigo e de todos os outros bens de primeira necessidade, de modo a colocá-lo numa situação cada vez melhor sob todos os aspectos, contanto que o capital continuasse crescendo.

Em síntese, das três grandes partes em que se divide o produto total, a renda da terra, os lucros e os salários, as duas primeiras seriam baixas, porque tanto a oferta de terra quanto a oferta de capital seriam abundantes comparativamente ao trabalho, enquanto os salários do trabalho seriam muito altos, porque a oferta de trabalhadores seria comparativamente pequena; e assim o valor de cada uma das partes seria regulado pelo grande princípio da oferta e da procura.

Se, em vez de supor que a população pararia de crescer por algum motivo específico, tomássemos a suposição mais natural de um território limitado, onde todas as terras tivessem aproximadamente as mesmas características, e com uma fertilidade tão grande a ponto de requerer muito pouco capital em seu cultivo, os efeitos sobre os lucros do capital seriam exatamente os mesmos que no exemplo anterior, embora fossem muito diferentes sobre as rendas e sobre os salários. Depois que toda a terra foi cultivada e não é possível aplicar

mais nenhum capital na agricultura, não há a menor dúvida de que as rendas seriam extremamente altas e os lucros e salários muito baixos. A competição cada vez maior do capital manufatureiro e comercial reduziria a taxa de lucros, enquanto, devido ao princípio da população, o número de trabalhadores continuaria aumentando até que seus salários em trigo chegassem a um nível tão baixo que seu crescimento posterior fosse contido. É provável que, devido à facilidade da produção agrícola e da grande proporção de pessoas empregadas nas manufaturas e no comércio, as exportações fossem grandes e o valor do dinheiro muito baixo. O preço monetário do trigo e os salários monetários talvez fossem tão altos como no período em que seu custo em trabalho era o dobro ou o triplo; as rendas subiriam a um nível extraordinário, independente da ocorrência de terras pobres e de gradações do solo; e os lucros cairiam até o ponto de serem exatamente suficientes para manter o capital efetivo sem que nenhum trabalho adicional fosse necessário para obter a alimentação do trabalhador.

Os efeitos que obviamente resultariam das duas suposições que acabamos de fazer mostram de maneira clara que a quantidade crescente de trabalho, necessária ao cultivo sucessivo de terras mais pobres, não é na teoria imprescindível para que os lucros caiam do ponto mais alto para o mais baixo.

A primeira das duas suposições mostra também o extraordinário poder das classes trabalhadoras, caso estas queiram exercê-lo. O controle relativo do crescimento populacional, que supusemos resultado de um milagre, pode ser efetivado na realidade, pela prudência dos pobres; e daí resultariam sem dúvida os efeitos descritos. Naturalmente pode parecer injusto às classes trabalhadoras que, da imensa quantidade de

produtos obtidos da terra, do capital e do trabalho do país, caiba a cada um uma parcela tão diminuta. Mas a divisão está determinada hoje, e sempre o será no futuro, pelas leis inevitáveis da oferta e da procura. Se a oferta de trabalho fosse comparativamente pequena, os proprietários de terra e os capitalistas seriam obrigados a dar uma parcela maior da produção a cada trabalhador. Mas com uma oferta abundante de trabalho é absolutamente impossível manter alta a sua parcela. Os ricos não têm capacidade, nem se pode esperar que todos tenham vontade, de manter a oferta de trabalho em nível baixo. Entretanto, sem que se verifique uma oferta relativamente baixa de trabalho, todo esforço para amenizar a sorte dos pobres em geral será totalmente inútil e infantil. É óbvio, portanto, que a sabedoria e a prudência dos próprios pobres são os *únicos* meios pelos quais é possível efetivar alguma melhoria em sua situação. Os pobres são de fato os árbitros de seu próprio destino; e o que os outros podem fazer por eles é como o pó na balança, comparado ao que eles podem fazer por si mesmos. Essas verdades são tão importantes para a felicidade da grande maioria da sociedade, que devemos aproveitar todas as oportunidades de repeti-las.

Mas, independente dos esforços específicos de prudência por parte dos pobres, é claro que as ofertas de trabalho e de capital nem sempre caminham juntas. Muitas vezes estão separadas por alguma distância e durante um período considerável; e às vezes a população cresce mais rápido que o capital, às vezes o capital cresce mais rápido que a população.

É óbvio, por exemplo, que, devido à própria natureza da população, e ao tempo requerido para que trabalhadores adultos ingressem no mercado, um aumento súbito de capital não pode produzir uma oferta proporcional de trabalho em menos de 16 ou 18 anos; e,

por outro lado, quando o capital é estacionário em função da falta de vontade de acumular, todos sabem que a população, em geral, continua crescendo mais rápido que o capital, até que os salários do trabalho se reduzam a um nível em que, segundo os hábitos efetivos do país, deixam de ser suficientes para manter uma população estacionária.

Esses períodos em que o capital e a população não mantêm a mesma proporção são evidentemente de duração suficiente para produzir os mais importantes efeitos sobre a taxa de lucros e para influenciar de maneira fundamental o crescimento da riqueza nacional.

O valor dos títulos de renda pública de longo prazo têm uma tendência natural e inevitável de diminuir à medida que se aproxima o final do prazo para o qual foi concedida a renda. Essa é uma proposição da qual acredito que ninguém duvida, mas, ao reconhecer plenamente a sua veracidade, seria um grande erro estimar o valor desse tipo de capital unicamente pelo número de anos restantes até o término do período. Todos sabem que, em um prazo comparativamente curto de 90 anos, um período de até 20 anos às vezes transcorre sem nenhuma diminuição, ou mesmo com um aumento efetivo de valor.

Do mesmo modo, a tendência natural e necessária à queda dos lucros, à medida que a sociedade se desenvolve devido à dificuldade crescente de obter alimentos, é uma proposição que poucos estariam dispostos a negar; mas tentar estimar a taxa de lucros de qualquer país baseado apenas nessa causa, para 10, 20 ou mesmo 50 anos, isto é, para períodos de duração suficiente para que ocorram os mais importantes efeitos na prosperidade nacional, inevitavelmente levaria aos maiores erros práticos.

Apesar da suprema inadequação dessa causa isolada para explicar os fenômenos existentes, o Sr. Ricardo, em seu muito engenhoso capítulo sobre os lucros, não discorreu sobre nenhuma outra.

Se as premissas fossem todas como ele supõe que sejam, isto é, se nenhuma outra causa atuasse sobre os lucros, além da dificuldade crescente do trabalhador de obter alimentos, e nenhuma outra causa afetasse o valor de troca e o valor monetário das mercadorias, além da quantidade de trabalho despendida em sua produção, suas conclusões seriam corretas e com certeza a taxa de lucros seria regulada da forma descrita por ele. Mas como na realidade as premissas são essencialmente diferentes das supostas por ele; como outras causas muito poderosas influenciam os lucros, como procurei mostrar nesta seção; e como o valor de troca das mercadorias não é determinado pelo trabalho empregado em sua produção, como tentei mostrar num capítulo anterior, a conclusão do Sr. Ricardo necessariamente contradiz a experiência, não de maneira superficial e durante curtos períodos de tempo, à medida que os preços de mercado de alguns artigos ocasionalmente diferem do preço natural ou necessário, no sentido já explicado, mas de maneira clara e ampla, e durante períodos tão extensos que menosprezar aquelas premissas não é menosprezar apenas algo como a resistência do ar a um corpo que cai, é negligenciar a mudança de direção de uma bola em função de um segundo impulso dado de um ângulo diferente do primeiro.

Por isso, é impossível concordar com a conclusão a que o Sr. Ricardo chegou em seu capítulo sobre os lucros, a de que “em todos os países, e em todos os períodos, os lucros dependem da quantidade de trabalho requerida para proporcionar ao trabalhador os bens de primeira

necessidade naquela terra, ou mediante a utilização daquele capital que não proporciona rendas”.

Dizer que os bens de primeira necessidade do trabalhador equivalem a salários tais que apenas mantenham a população — o que o Sr. Ricardo chama de salários naturais do trabalho — é o mesmo que dizer que terras de mesma fertilidade sempre proporcionam os mesmos lucros: uma proposição necessariamente falsa.

Se, por exemplo, num país cuja terra cultivada por último, com determinada fertilidade, o capital fosse estacionário, não devido à insuficiência da demanda, mas devido a grandes despesas e à falta de hábitos de poupança, é claro que o trabalho, depois de algum tempo, seria muito mal pago e os lucros seriam muito altos.

Se num outro país, com terras semelhantes cultivadas, existisse um espírito de poupança tal que gerasse uma acumulação de capital mais rápida que o crescimento da população, é óbvio que os lucros seriam muito baixos.

Portanto, se entendermos a proposição dessa maneira, ela não pode ser mantida nem por um momento.

Se, por outro lado, por bens de primeira necessidade se quer significar os ganhos efetivos do trabalhador, quaisquer que sejam, a proposição está essencialmente incompleta. Mesmo admitindo que o valor de troca das mercadorias é regulado pela quantidade de trabalho empregado em sua produção (que já provamos não ser verdade), pouco se avança na determinação da taxa de lucros. Não passa de um truísmo dizer que, se o valor das mercadorias for dividido entre trabalho e lucros, tanto maior será a parte de cada um quanto menor for a parte dos outros; ou, em outras palavras, que os lucros caem quando o trabalho sobe, ou sobem quando o trabalho cai.

Pouco saberemos sobre as leis que determinam os lucros a menos que, além das causas que aumentam os preços dos bens necessários, expliquemos as causas que destinam uma parte maior ou menor desses bens a cada trabalhador. E aqui torna-se evidente que temos de recorrer aos grandes princípios da oferta e da procura, ou ao próprio princípio da concorrência apresentado por Adam Smith, o qual o Sr. Ricardo rejeita expressamente ou ao menos considera de natureza tão temporária que não requer atenção numa teoria geral dos lucros.

E no entanto não há, na realidade, nenhuma outra causa para lucros permanentemente altos além de uma insuficiência da oferta de capital; e mesmo com tal insuficiência, decorrente de despesas absurdas, os lucros de determinado país podem continuar, durante séculos a fio, muito altos em comparação a outros, devido exclusivamente às diferentes proporções entre capital e trabalho.

Fala-se que na Polônia e em algumas outras partes da Europa os lucros são mais altos que na América; no entanto, é provável que a terra cultivada por último na América seja mais rica que a terra cultivada por último na Polônia. Mas na América, o trabalhador ganha aproximadamente o valor de 16 ou 18 *quarters* de trigo por ano; na Polônia, apenas o valor de 8 ou 9 *quarters* de centeio. Essa diferença na divisão da mesma, ou aproximadamente a mesma, produção, faz uma enorme diferença na taxa de lucros; entretanto, dificilmente se poderia dizer que as causas que determinam essa divisão aparecem em alguma parte da teoria dos lucros do Sr. Ricardo, embora, longe de serem de natureza tão temporária a ponto de se poder negligenciá-las com segurança, atuem poderosamente e em quase todo período. Tal é a extensão da América, que o preço do trabalho lá pode não cair essencialmente durante

séculos; e os efeitos de um capital exíguo, mas estacionário, sobre uma população superabundante, mas estacionária, podem durar para sempre.

Enfatizar desse modo os poderosos efeitos que inevitavelmente são produzidos pela proporção do capital sobre o trabalho, e sobre a necessidade de dar a devida importância ao princípio da oferta e da procura, ou concorrência, em todas as explicações das circunstâncias que determinam os lucros, não significa subestimar a importância da causa que o Sr. Ricardo considerou de maneira quase exclusiva. A natureza dessa última causa é tal que ela acaba por sobrepujar todas as outras. Voltando ao exemplo já mencionado; à medida que os títulos de renda pública de longo prazo se aproximam cada vez mais de seu término, seu valor diminui necessariamente somente se nenhuma demanda decorrente da abundância de dinheiro puder manter seu valor. Da mesma forma, quando a agricultura chega a seus limites práticos extremos, isto é, quando o trabalho de um homem na terra cultivada por último dificilmente sustenta sua família além do necessário para manter uma população estacionária, é evidente que nenhuma outra causa ou causas impedem os lucros de caírem à taxa mais baixa requerida para manter o capital efetivo.

Mas embora o princípio aqui considerado seja, afinal, o mais importante de todos, ainda assim seu desenvolvimento é extremamente lento e gradual; e enquanto caminha com passos quase imperceptíveis rumo à sua consumação final, a segunda causa, particularmente quando combinada à outra que mencionaremos na próxima seção, produz efeitos que superam completamente aquele princípio e, com frequência, durante vinte ou trinta anos, ou mesmo cem, faz com que a taxa de lucros tome uma direção

absolutamente diferente da que deveria tomar de acordo com a primeira causa.

Seção III - O Efeito das Causas que Atuam na Prática sobre os Lucros

Passamos agora à consideração das causas que influenciam os lucros numa situação real. E aqui torna-se evidente a existência não apenas das duas causas já citadas, mas de outras que as modificam de várias formas.

No cultivo progressivo de terras mais pobres, por exemplo, à medida que o capital e a população crescem, os lucros, de acordo com a primeira causa, caem regularmente; mas, se ao mesmo tempo ocorrem melhorias na agricultura, estas podem ser tais que, durante um período considerável, não só impeçam a queda dos lucros, mas também admitam uma alta ponderável. Não é fácil dizer em que medida e por quanto tempo essa circunstância pode modificar a evolução dos lucros, de acordo com a primeira causa. Mas, como é certo que num território extenso, consistindo em solos não muito diferentes em sua capacidade natural de produção, a queda dos lucros, decorrente da primeira causa, seria extremamente lenta, é provável que durante um período considerável as melhorias agrícolas — incluindo, é claro, os implementos e a maquinaria aperfeiçoados usados na agricultura, bem como um sistema melhor de colheita e de administração — compensem com vantagem a primeira causa.

Uma segunda circunstância que poderia contribuir para o mesmo efeito é um aumento do esforço pessoal entre as classes trabalhadoras. Esse esforço é extremamente diferente em diferentes países e em diferentes períodos num mesmo país. Um dia de trabalho de um hindu ou de

um índio sul-americano não pode ser comparado ao de um inglês; e tem-se mesmo afirmado que, embora o preço monetário do dia de trabalho na Irlanda seja pouco mais da metade do da Inglaterra, na verdade o trabalho irlandês não é mais barato que o inglês, apesar de todos saberem que os trabalhadores irlandeses, quando neste país, com bons exemplos e salários adequados para estimulá-los, poderão trabalhar tanto quanto seus companheiros ingleses.

Essa última circunstância por si só mostra claramente quão diferentes podem ser os esforços pessoais das classes trabalhadoras num mesmo país em períodos diferentes; e quão diferente, portanto, pode ser a produção de determinado número de dias de trabalho, à medida que a sociedade progride da indolência do selvagem para a operosidade do Estado civilizado. Essa operosidade, dentro de certos limites, realmente aparece quase sempre quando é mais necessária, isto é, quando há muito trabalho a ser feito sem uma quantidade suficiente de pessoas para fazê-lo. Os esforços pessoais do índio sul-americano, do hindu, do camponês da Polônia e do trabalhador agrícola irlandês eram realmente muito diferentes há 500 anos.

As duas circunstâncias precedentes tendem a diminuir as despesas de produção, ou a reduzir a quantidade relativa de adiantamentos necessários para obter produtos de certo valor. Mas, no início deste capítulo, afirmamos que os lucros dependem dos preços dos produtos comparados com as despesas da produção e que, por isso, variam em sintonia com as causas que afetam os preços sem afetar proporcionalmente os custos, bem como com as causas que afetam os custos sem afetar proporcionalmente os preços.

Um efeito considerável sobre os lucros pode, entretanto, ser ocasionado por uma terceira circunstância que ocorre com uma frequência razoável, a saber, a alta desigual de alguns componentes do capital, quando o preço do trigo elevou-se devido a uma demanda maior. Mencionei essa causa e também as duas primeiras no capítulo sobre as rendas. Portanto, apenas acrescentarei aqui que, quando os preços do trigo e do trabalho sobem e acabam por alterar o valor do dinheiro, os preços de muitas mercadorias de fabricação nacional se modificam muito durante algum tempo, devido à pressão desigual da tributação e às diferentes quantidades de capital fixo empregado em sua produção; e os preços de mercadorias estrangeiras e das mercadorias nacionais fabricadas com materiais estrangeiros permanecerão sempre comparativamente baixos. A alta do trigo e do trabalho no país não eleva proporcionalmente o preço desses produtos; e, à medida que esses produtos constituem uma parte do capital do arrendatário, esse capital se tornará mais produtivo. Mas o couro, o ferro, a madeira de construção, o sabão, velas, artigos de lã e algodão etc. entram todos em quantidades maiores ou menores no capital do arrendatário ou nos salários do trabalhador, e os preços de todos esses artigos são influenciados em grau maior ou menor pela importação. Enquanto o valor da produção do arrendatário aumenta, esses artigos não aumentam na mesma proporção e, em consequência, determinado valor de capital proporciona um valor maior da produção.

Todas as três circunstâncias tendem fortemente, é óbvio, a contrabalançar os efeitos decorrentes da necessidade de cultivar terras cada vez mais pobres. Veremos que, como sua eficiência aumenta com o desenvolvimento natural da população e com o progresso técnico, não é fácil dizer durante quanto

tempo e em que medida essas circunstâncias podem contrabalançar ou superar aqueles efeitos.

O leitor deve entender a razão pela qual, ao tratar de lucros, insisto tanto nos lucros agrícolas: é que a base da questão está nesse ponto. O argumento contra a visão mais comum dos lucros, ou seja, a de que dependem principalmente da concorrência do capital, baseia-se na necessidade física de uma queda de lucros na agricultura, decorrente da quantidade crescente de trabalho requerida para obter a mesma quantidade de alimento; e é claro que, se os lucros agrícolas caem permanentemente devido a essa ou a outra causa qualquer, os lucros das manufaturas e do comércio caem também, pois é uma verdade reconhecida que, num país desenvolvido e civilizado, os lucros do capital, com poucas exceções temporárias que podem ser facilmente explicadas, estão aproximadamente no mesmo nível em todos os diferentes setores da indústria aos quais se aplica capital.

Pois bem, estou totalmente disposto a admitir a verdade desse argumento quando aplicado aos lucros agrícolas e também às suas consequências naturais sobre todos os lucros. Essa verdade está suposta necessariamente tanto no *Principle of Population* como na teoria da renda, que publiquei em separado em 1815. Mas pretendo demonstrar teórica e praticamente que essa causa é tão poderosa e incontestável em sua atuação final que suplanta todas as outras, embora, nas circunstâncias reais do mundo, seu desenvolvimento natural seja não apenas muito lento, mas também com frequência contrabalançado e sobrepujado por outras causas, de modo a deixar um espaço muito grande para a concorrência do capital; tanto que, para qualquer período razoavelmente longo nos últimos ou nos próximos cem anos, podemos afirmar com segurança

que os lucros dependeram ou podem depender muito mais das causas que geram uma oferta comparativamente escassa ou abundante de capital que da fertilidade natural da terra cultivada por último.

Os fatos que sustentam essa posição são óbvios e incontestáveis. Alguns deles foram apresentados na seção anterior, e seu número pode aumentar facilmente. Todavia, acrescentarei apenas mais um, que constitui um exemplo tão convincente que, por si só, praticamente decide a questão. Tendo ocorrido em nosso país, esse fato pode ser minuciosamente examinado.

Após a posse de George II, em 1727, até o começo da guerra, em 1739, os juros do dinheiro eram pouco mais de 3%. Os títulos públicos, cujo rendimento havia caído a 4%, elevaram-se consideravelmente depois disso. Segundo Chalmers, a taxa de juros natural estabilizou-se em 3%; e, de um discurso de Sir John Barnard, depreende-se que as ações a 3% eram vendidas com ágio. Em 1750, depois do término da guerra, as ações a 4% foram reduzidas para 3,5% durante 7 anos e, após esse período, para 3% de forma permanente.

Excluindo, pois, o intervalo da guerra, temos aqui um período de 22 anos, durante o qual a taxa de juros situou-se entre 3,5% e 3%.

As variações temporárias no valor dos títulos públicos não são, naturalmente, em todos os períodos, um critério exato para a aferição da taxa de lucros, ou mesmo da taxa de juros; mas, quando o valor dos títulos permanece estável durante algum tempo, pode ser considerado uma aproximação da medida exata dos juros, e quando os credores do governo preferem uma grande queda dos juros a deixar de recebê-los, essa é a demonstração decisiva de uma grande dificuldade de empregar o

capital lucrativamente e, em consequência, comprova o baixo nível dos lucros.

Depois de um intervalo de cerca de 70 anos, a partir do período aqui mencionado, e 40 anos desde o seu final, durante o qual ocorreu uma grande acumulação de capital e quando uma quantidade inusitada de novas terras passou a ser cultivada, verificamos que se seguiu um período de 20 anos em que a taxa média de juros no mercado esteve mais frequentemente acima que abaixo de 5%, e é claro que temos todos os motivos para pensar que, a partir da extraordinária rapidez com que o capital se recuperou depois de ter sido destruído, a taxa de lucros geral correspondia a essa alta taxa de juros.

A dificuldade de tomar dinheiro emprestado sob hipoteca, durante uma parte considerável desse período, é bem conhecida; e embora se possa supor que a pressão da dívida pública naturalmente gere inquietação e incline os donos de fundos disponíveis a dar preferência aos títulos com garantia fundiária, mesmo assim se conclui, a partir dos levantamentos de Arthur Young, que, em 1811, o período de amortização do valor da terra era de 29 e 1/4 e, quarenta anos antes, de 32 ou 32 e 1/2.[42] Essa é a prova mais decisiva que se pode imaginar de um aumento nos lucros do capital empregado na terra.

As diferentes taxas de juros e lucros nos dois períodos aqui mencionados são diametralmente opostas à teoria dos lucros baseada nas características naturais da terra cultivada por último. Os fatos, que são incontestáveis, contradizem essa teoria. O que nos ensina essa teoria, seja tomando esses fatos de forma absoluta, seja como o fator mais importante, é exatamente o oposto do que mostra a realidade.

A natureza desses fatos e as circunstâncias em que ocorreram (num caso, em período de paz com pequena demanda de produtos agrícolas, e no outro, em período de guerra com uma demanda inusitada desses produtos), óbvia e claramente mostram a *relativa* abundância ou insuficiência de capital em cada uma dessas circunstâncias. E a questão que ainda falta considerar é se as circunstâncias apresentadas nesta seção são suficientes para explicar teoricamente a operação de tal modo livre desse princípio — não obstante a progressiva acumulação de capital e o progressivo cultivo de terras virgens — a ponto de compreender lucros baixos num período inicial de desenvolvimento e lucros altos num período posterior. Em todo caso, os fatos devem ser levados em conta, abrangentes e esclarecedores como são, assim como outros fatos recorrentes do mesmo tipo; em face desses fatos, nada posso fazer senão considerá-los evidência decisiva contra qualquer teoria dos lucros que não seja compatível com eles.

No primeiro dos dois períodos aqui mencionados, sabe-se que o preço do trigo caiu, mas que os salários do trabalho não apenas não caíram proporcionalmente como, segundo o julgamento de algumas autoridades, subiram. Adam Smith fala da queda do trigo e da alta do trabalho durante os primeiros 64 anos do século passado como se fossem fatos consumados; mas Arthur Young, em suas utilíssimas investigações sobre os preços do trigo e do trabalho, publicadas nos *Annals of Agriculture*, parece pensar, com alguma razão, que o fato não é tão evidente e, além disso, é incompatível com a demanda aparentemente pequena de trabalho ou de produção, bem como com o desenvolvimento comparativamente lento da população ocorrido durante aquele período. Admitindo-se, todavia, mesmo um preço estacionário do trabalho, com um preço decrescente do trigo, a queda

dos lucros agrícolas explica-se imediatamente. Essa situação dos preços seria por si só suficiente para contrabalançar os efeitos do fato de que terras muito férteis ainda não fossem cultivadas. Quando acrescentamos que as outras despesas do capital do arrendatário, tais como couro, ferro, madeira de construção etc., provavelmente aumentaram enquanto seu principal produto caía, não teremos dificuldade de explicar uma taxa baixa dos lucros agrícolas, apesar da disponibilidade de terras no país. A baixa taxa de lucros mercantis e manufatureiros, por sua vez, seria imediatamente explicada pela proporção entre capital e trabalho.

No período subsequente, de 1793 a 1813, é provável que todas as circunstâncias relatadas nesta seção concorressem para dar oportunidade à ação daquele princípio que depende da proporção entre capital e trabalho.

Em primeiro lugar, não há dúvidas sobre as melhorias técnicas introduzidas na agricultura durante esses 20 anos relativas à administração geral da terra ou aos instrumentos ali utilizados, ou seja, de modo geral, relativas a fatores que tendem a aumentar a oferta de produtos agrícolas. Em segundo lugar, a ocorrência cada vez mais frequente de trabalho por empreitada durante esses 20 anos, junto com o aumento crescente do emprego de mulheres e crianças, incontestavelmente ocasionou grande aumento de esforço pessoal; e um volume maior de trabalho foi realizado pelo mesmo número de pessoas e de famílias que antes.

Essas duas causas da produtividade do trabalho foram evidentemente estimuladas e de certa forma criadas pelas condições do momento, isto é, pelo alto preço do trigo, que estimulava o emprego de mais capital na terra

com as formas mais efetivas de aplicá-lo, e pela crescente demanda de trabalho, devida ao grande número de homens requisitados pelo Exército e pela Marinha num momento em que, mais do que nunca, eram necessários na agricultura e nas manufaturas.

A terceira causa, que tem um efeito muito considerável e, na verdade, maior do que geralmente se imagina, foi a alta no preço monetário do trigo sem uma alta proporcional da produção mercantil e manufatureira. Essa situação sempre admite certa diminuição nos salários em trigo sem uma diminuição proporcional no conforto do trabalhador; e se o preço monetário do produto do arrendatário se eleva sem um aumento proporcional no preço do trabalho e dos artigos que constituem o seu capital, esse capital se torna mais produtivo e seus lucros sobem necessariamente.

Num país em que o trabalho fosse bem pago, é óbvio que uma alteração na proporção entre trabalho e capital poderia ocasionar uma alta na taxa de lucros sem que ocorresse qualquer aumento da produtividade do trabalho. Mas todas as causas que acabamos de citar são de natureza a aumentar a produtividade tanto do trabalho como do capital; e se, em todo caso, elas têm força suficiente para suplantar o efeito do cultivo de terras mais pobres, a taxa de lucros sobe proporcionalmente, mesmo com um aumento nos salários reais do trabalho.

No caso em questão, embora geralmente se suponha que os salários monetários do trabalho não sobem em proporção à elevação do preço das provisões, mesmo assim não posso deixar de pensar que, tanto a partir de uma reconhecida demanda de trabalho, como a partir de um rápido aumento de população, as classes trabalhadoras, em média, aumentaram sua capacidade

de adquirir os bens de primeira necessidade, em parte devido à assistência paroquial e ao uso mais extensivo da batata, e em parte devido ao trabalho por empreitada e ao emprego crescente de mulheres e crianças. Por isso, estou inclinado a pensar que a maior taxa de lucros entre 1793 e 1813 surgiu mais do aumento da quantidade de produtos agrícolas gerados pelo mesmo número de famílias, do que da menor quantidade de produtos agrícolas apropriada pela família do trabalhador. É um fato notório, sobre o qual não tenho nenhuma dúvida, como afirmei no capítulo sobre a renda da terra, que o capital empregado nas terras cultivadas por último em 1813 era mais produtivo que o capital aplicado à terra cultivada por último em 1727; e parece-me que as causas mencionadas são suficientes para explicar esse fato teoricamente, de tal forma que esse evento pareça não apenas possível, mas provável e mesmo frequente.

Talvez se diga que algumas das causas aqui citadas são, em parte, acidentais; e que, ao considerar um período futuro, não devemos basear nossas explicações no progresso técnico da agricultura e no aumento dos esforços produtivos das classes trabalhadoras. Isso tem uma parcela de verdade. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que uma grande demanda de trigo nacional estimula enormemente o progresso técnico agrícola, e que uma grande demanda de trabalho estimula a população efetiva a trabalhar mais. Quando a essas duas circunstâncias acrescentamos o efeito necessário de uma alta no preço do trigo, devido a um aumento de riqueza, sem uma elevação proporcional de outras mercadorias, as probabilidades de um aumento da produtividade do trabalho, suficientes para contrabalançar o efeito do cultivo de terras adicionais, são tão fortes que, na situação real da maioria dos países do mundo, ou em sua provável situação nos séculos vindouros, podemos

perfeitamente contar com essa possibilidade sempre que a ocasião o exigir.

Não tenho nenhuma dúvida, por exemplo, quanto a uma maior taxa de lucros neste país durante os vinte primeiros anos do século XX, comparativamente aos próximos vinte anos deste nosso século, desde que este próximo período seja de profunda tranquilidade e paz e de abundância de capital, e desde que o outro seja um período em que o capital seja inferior à demanda devido a uma guerra, quando se verificam condições de um comércio em expansão e de uma demanda crescente de produtos agrícolas, semelhantes às condições existentes entre 1793 e 1813.

Mas se assim for, conclui-se que na situação real da maioria dos países, e dentro de períodos limitados de duração moderada, a taxa de lucros dependerá, na prática, mais das causas que afetam a relativa abundância ou escassez de capital do que da capacidade natural da terra cultivada por último. E, em consequência, insistir nesse último ponto como a única, ou mesmo a principal causa na determinação dos lucros, leva-nos a conclusões errôneas. Adam Smith, ao apresentar a causa da queda dos lucros, omitiu esse ponto e, ao fazê-lo, omitiu uma consideração muito importante. Mas, ao insistir exclusivamente na abundância de capital e na concorrência entre os capitais, na prática ele estava muito mais próximo da verdade[43] que aqueles que se fixam quase exclusivamente na qualidade da terra cultivada por último.

Seção IV - Observações Sobre a Teoria dos Lucros do Sr. Ricardo

Segundo o Sr. Ricardo, os lucros são regulados pelos salários e estes pela qualidade da terra cultivada por último. Essa teoria dos lucros depende inteiramente de que o conjunto das mercadorias continue com o mesmo preço, enquanto o dinheiro continua com o mesmo valor, quaisquer que sejam as variações no preço do trabalho. Essa uniformidade no valor dos salários e dos lucros, considerados conjuntamente, é assumida pelo Sr. Ricardo em todos os seus cálculos, do começo ao fim de sua obra. Se isso fosse verdade, com certeza teríamos uma regra precisa para determinar a taxa de lucros com qualquer elevação ou queda dos salários monetários. Mas se não for verdade, toda a teoria desaba. Não podemos deduzir nada sobre a taxa de lucros a partir de uma alta dos salários monetários se as mercadorias, em vez de permanecerem com o mesmo preço, forem afetadas de maneiras diversas, algumas subindo, algumas caindo e um número realmente muito pequeno permanecendo estacionário. Mas, num capítulo anterior, provamos que isso ocorre necessariamente quando há uma alta no preço do trabalho. Em consequência, os salários monetários do trabalho não podem regular a taxa de lucros.

Essa conclusão parecerá mais claramente verdadeira se supusermos na análise uma forma de obter os metais preciosos que mantenha estritamente o seu valor, isto é, se supusermos que são obtidos por uma quantidade uniforme de trabalho, sem nenhum adiantamento na forma de capital, além dos bens de primeira necessidade a um único dia. Não se pode negar que, nesse caso, os

metais preciosos reteriam o mesmo valor de maneira mais completa que em qualquer outro caso, pois eles custariam e adquiririam a mesma quantidade de trabalho. Mas nesse caso, como afirmamos antes, o preço monetário do trabalho jamais subiria de forma permanente. Entretanto, não podemos imaginar nem por um momento que essa impossibilidade de uma alta ou de uma queda no preço monetário do trabalho possa de algum modo impedir ou interromper o desenvolvimento natural dos lucros. A contínua acumulação de capital e a dificuldade crescente de obter a subsistência indubitavelmente diminuiriam os lucros. Todas as mercadorias em cuja produção continua-se empregando a mesma quantidade de trabalho, mas com apoio de capitais de vários tipos e quantidades, cairiam de preço, e exatamente na mesma proporção em que o preço da mercadoria foi antes afetado pelos lucros; e em relação ao trigo, em cuja produção seria necessário mais trabalho, o preço monetário desse artigo subiria, apesar do capital usado para produzi-lo, até o ponto em que reduzisse os salários em trigo de tal forma que tornaria a população estacionária; desse modo, todos os efeitos sobre os lucros, atribuídos pelo Sr. Ricardo a uma alta dos salários monetários, ocorreria enquanto os salários e o valor do dinheiro permanecessem exatamente os mesmos. Essa suposição serve, além disso, para mostrar quão errôneo é considerar a queda de lucros um sinônimo de uma alta dos salários monetários, ou conceber o preço monetário do trabalho como o grande regulador da taxa de lucros. É óbvio que, nesse caso, os lucros só podem ser regulados pelo princípio da concorrência, ou pelo princípio da oferta e da procura, que determinam o grau em que os preços das mercadorias caem; e seus preços, comparados ao preço uniforme do trabalho, regulariam principalmente a taxa de lucros.

Mas o Sr. Ricardo nunca considera uma queda de preços ocasionada por uma queda de lucros, embora na prática, em muitos casos, assim como na suposição anterior, uma queda de lucros ocorra dessa forma.

Vamos supor uma cidade comercial próspera, com grande produção de algumas manufaturas e que compre todo o seu trigo do exterior. No início, e talvez durante um período considerável, os preços de suas manufaturas em mercados estrangeiros podem ser tais, comparados ao preço do trigo importado, que proporcionem altos lucros; mas, como o capital continua a ser acumulado e aplicado em maiores quantidades nas manufaturas exportáveis, tais manufaturas, segundo o princípio da oferta e da procura, provavelmente cairão de preço. Portanto, é preciso exportar uma quantidade maior dessas manufaturas a fim de se obter dada quantidade de trigo, e os lucros caem necessariamente. É verdade que, nessas circunstâncias, o trabalhador das manufaturas terá de trabalhar mais para obter sua subsistência, e o Sr. Ricardo diria que essa é a legítima causa da queda dos lucros. Nesse ponto estou disposto a concordar com ele; mas, com certeza, a causa específica, nesse caso, da necessidade de mais trabalho para obter a mesma quantidade de trigo é a queda dos preços das manufaturas exportáveis com as quais se compra o trigo, e não uma alta no preço desse cereal, o que vem a dar exatamente no mesmo. A queda dessas manufaturas é a consequência natural de um aumento da oferta decorrente de uma acumulação de capital mais rápida que o crescimento da demanda desses produtos. Que a queda dos lucros assim gerada depende inteiramente dos princípios da oferta e da procura é algo que é preciso reconhecer se admitimos, como certamente o fazemos, que a abertura de um novo mercado para as

manufaturas em questão imediatamente poria fim à queda dos lucros.

Segundo o mesmo pressuposto, ou seja, o da constância dos preços das mercadorias, o Sr. Ricardo é de opinião que, se os preços do nosso trigo e do nosso trabalho caíssem, os lucros de nosso comércio exterior se elevariam proporcionalmente. Mas o que significa, eu perguntaria, fixar os preços das mercadorias em mercados estrangeiros? — Não significa apenas a quantidade de trabalho nelas empregado porque, como observamos num capítulo anterior, mercadorias em cuja produção se empregaram quantidades muito diferentes de trabalho são vendidas pelo mesmo preço em mercados estrangeiros. Mas se os preços são determinados, como de fato o são, tanto em média como em cada momento pela oferta e pela procura, o que significa impedir uma oferta muito maior, ocasionada pela concorrência do capital não aplicado, devido a preços que, baixando rapidamente, reduzem a taxa de lucros?

Se durante os últimos 25 anos o preço do trigo tivesse sido mantido a cerca de 50 xelins o *quarter*, e se o capital cada vez maior do país tivesse sido aplicado principalmente na produção de mercadorias exportáveis para a compra de trigo estrangeiro, eu estaria muito inclinado a acreditar que os lucros do capital teriam sido menores, ao invés de maiores. Os milhões empregados em melhorias agrícolas permanentes[44] não tiveram nenhuma tendência a diminuir os lucros; mas se, junto com uma grande quantidade do capital comum empregado na agricultura nacional, eles tivessem sido somados aos já grandes capitais aplicados na produção de mercadorias exportáveis, eu não tenho dúvidas de que os mercados estrangeiros atingiriam um ponto de saturação; que os preços das mercadorias teriam sido

tais que teriam diminuído os lucros do capital;[45] e que teria havido não só uma quantidade maior de capitais flutuantes sem aplicação mas também uma maior tendência desses capitais emigrarem, o que de fato ocorreu.

O Sr. Ricardo jamais enfatiza a influência das melhorias agrícolas permanentes sobre os lucros do capital, embora essa seja uma das considerações mais importantes no âmbito global da Economia Política, pois são essas melhorias que, indubitavelmente, criam as mais amplas condições para a aplicação do capital sem diminuição dos lucros. Ele observa que “por muito grande que seja um país em que a terra é inferior e em que a importação de alimentos é proibida, as mais moderadas acumulações de capital serão realizadas com grandes reduções da taxa de lucros e com uma rápida elevação da renda da terra; inversamente, um pequeno mas fértil país, em particular se a importação de alimentos é livre, pode acumular um grande estoque de capital sem uma grande redução na taxa de lucros e sem um grande aumento na renda da terra”.

Atentando para os conhecidos efeitos de melhorias agrícolas permanentes, a conclusão a tirar dessas duas causas seria exatamente oposta à do Sr. Ricardo. Um território muito extenso, com solos de qualidade inferior, ainda que todos, ou quase todos, passíveis de cultivo, poderia admitir mediante melhorias agrícolas contínuas o emprego de grande quantidade de capital durante séculos, com pouca ou nenhuma queda de lucros; enquanto o território pequeno e fértil, que logo absorveria todo o capital que pudesse ser empregado na terra, seria obrigado a aplicar suas acumulações posteriores na compra de trigo por meio de produtos manufaturados de preços decrescentes. Essa situação facilmente reduziria os lucros a sua taxa mais baixa

antes da acumulação de 1/3 do capital que teria sido acumulado no primeiro caso.

Um país que acumula mais rapidamente que seus vizinhos pode manter sua taxa de lucros durante séculos se conseguir realizar melhorias agrícolas permanentes; mas se, com a mesma rapidez de acumulação, o país viesse a depender do trigo importado, seus lucros cairiam e é provável que a queda fosse ocasionada não por uma alta no preço metálico do trigo nos portos europeus, mas por uma queda no preço metálico das exportações com que o trigo do país em questão fosse comprado.

Parece-me que essas afirmações coincidem com a mais correta das teorias dos lucros e certamente parecem confirmadas pela experiência. Já chamei a atenção para o fato incontestável de que os lucros agrícolas foram maiores em 1813 do que durante os 80 anos anteriores, embora, naquele período, milhões e milhões em capital tenham sido empregados na terra. E o efeito que tem o declínio dos preços no sentido de reduzirem os lucros é evidente no momento atual. No artigo mais importante de nossas exportações, os salários do trabalho são agora menores do que provavelmente seriam numa situação ordinária se o trigo custasse 50 xelins o *quarter*. Se, de acordo com a nova teoria dos lucros, os preços de nossas exportações tivessem permanecido os mesmos, os proprietários das manufaturas estariam agora numa situação de grande prosperidade, e a rápida acumulação de seus capitais logo teria empregado todos os trabalhadores disponíveis. Mas, em lugar disso, ouvimos falar de mercados saturados, de queda de preços e de artigos de algodão vendidos em Kamschatka a preços inferiores aos custos de produção.

Talvez se possa dizer que o comércio do algodão está saturado; e uma proposição central da nova teoria dos lucros e da demanda é a de que excesso de capital num setor indica inequivocamente insuficiência em algum outro. Mas onde, pergunto, está esse ramo de negócio de porte considerável que tem declaradamente uma carência de capital? Em que ramo os altos lucros há muito solicitam mais capital em vão? A guerra acabou há mais de 4 anos; e embora a transferência de capital de um setor para outro em geral ocasione uma perda parcial, não tarda a ocorrer quando estimulada por grande demanda e altos lucros. Mas se há apenas uma falta de estímulo para seu desenvolvimento normal devido à queda dos lucros, numa situação em que os lucros de todos os outros setores, por causa dos preços baixos em geral, caem ao mesmo tempo, embora talvez não exatamente no mesmo grau, é muito provável que os movimentos do capital sejam lentos e hesitantes.

É preciso reconhecer, pois, que, ao considerar a alteração da relação entre trabalho e o produto decorrente de uma queda dos lucros, só enxergaremos metade da questão se atentarmos exclusivamente para uma alta dos salários sem nos referirmos a uma queda nos preços das mercadorias. Seus efeitos sobre os lucros podem ser exatamente os mesmos; mas o último caso, em que não se considera a situação da terra, mostra imediatamente o quanto os lucros dependem dos preços das mercadorias e da causa que determina esses preços, a saber, a oferta comparada à demanda.

Todavia, em qualquer hipótese, o grande princípio limitador, que depende da dificuldade crescente de obter a subsistência, está sempre pronto a atuar e no final leva a uma redução dos lucros; mas mesmo esse princípio age segundo as leis da oferta e da procura.

A razão pela qual os lucros caem à medida que a terra se exaure é que a demanda efetiva de bens de primeira necessidade pode não crescer na mesma proporção que a despesa necessária à produção desses bens.

A demanda de trigo deve cessar quando a terra cultivada por último apenas repõe o capital e sustenta a população que a cultiva.

Mas o efeito sobre os lucros de quantidades determinadas de acumulação não pode ser previsto com antecedência, porque sempre depende dos princípios da oferta e da procura.

Capitulo VI - A Distinção Entre Riqueza e Valor

Um país que possui grande abundância de mercadorias que não incorporam trabalho pode ser rico sem dispor de valor de troca.

Mas nas condições reais do homem sobre a terra, a riqueza e o valor de troca têm uma ligação mais estrita do que às vezes se supõe.

Quando mais mercadorias de mesma qualidade são obtidas por máquinas aperfeiçoadas a custo igual, a distinção entre riqueza e valor é óbvia; mas mesmo aqui o possuidor da maior quantidade de mercadorias só é mais rico em relação ao consumo, não em relação à troca.

Ao comparar artigos diferentes, não há outra maneira de estimar o grau de riqueza que conferem a não ser pela avaliação relativa de que são objeto, revelada por seus valores de troca relativos.

Entretanto, é preciso reconhecer que a riqueza nem sempre cresce proporcionalmente ao aumento de valor, porque às vezes um aumento de valor ocorre associado a uma redução efetiva dos bens de primeira necessidade, de conforto e de luxo. Mas também é verdade que o valor não cresce proporcionalmente à mera quantidade dos bens que compõem a riqueza, porque os vários artigos que compõem essa quantidade podem não ser proporcionais às necessidades e à capacidade que tem a sociedade de lhes atribuir o valor adequado.

A riqueza depende em parte do volume da produção, e em parte de uma adaptação tal dessa produção às

necessidades e capacidades da sociedade, que esta lhe atribua o maior valor possível.

Mas a relação mais íntima entre a riqueza e o valor está em que a produção do valor depende da necessidade da riqueza.

O valor das mercadorias, ou o sacrifício que as pessoas estão dispostas a fazer a fim de obtê-las, pode ser considerado, nas atuais condições, a única causa da existência de riqueza, qualquer que seja sua quantidade.

Em resumo, os preços de mercado são as causas imediatas de todos os grandes movimentos da sociedade no sentido da produção de riqueza, e esses preços de mercado sempre expressam clara e inequivocamente o valor de troca das mercadorias no momento e no lugar onde foram trocadas e só diferem dos preços naturais e necessários à medida que a situação real da oferta e da procura, com relação a qualquer artigo específico, difere das condições normais e médias.

O leitor com certeza perceberá que, ao usar o termo valor, ou valor de troca, sempre o entendo naquele sentido mais amplo e, segundo creio, mais comum e correto, de acordo com o qual tentei explicá-lo e defini-lo no segundo capítulo desta obra, e nunca naquele sentido estrito usado ultimamente pelo Sr. Ricardo, em que o valor dependeria exclusivamente da quantidade efetiva de trabalho empregada na produção.[46] Entendido neste último sentido, certamente o valor não tem uma ligação tão íntima com a riqueza. Ao comparar dois países com diferentes graus de fertilidade, ou ao comparar um país agrícola com um país manufatureiro e comercial, a riqueza relativa de cada um deles pode ser muito diferente da proporção de trabalho que cada um deles emprega na produção; e com certeza a quantidade crescente de trabalho necessária para produzir qualquer

mercadoria está realmente muito longe de ser um estímulo ao aumento da sua produção. Portanto, nesse sentido, riqueza e valor são muito diferentes.

Mas se o valor é entendido no sentido em que é mais usado, e segundo o qual o defini, a riqueza e o valor, embora decerto não sejam sempre a mesma coisa, mantêm uma relação muito íntima; e, ao fazer uma estimativa da riqueza, é preciso reconhecer que é um erro tão grave considerar a quantidade sem referência ao valor, como considerar o valor sem referência à quantidade.

Capitulo VII - As Causas Imediatas do Crescimento da Riqueza

Seção I - O Objetivo Específico da Investigação

O objetivo específico da investigação é localizar as causas mais atuantes no surgimento da capacidade de produção em diferentes países.

Nesse aspecto, as causas morais e políticas são de importância fundamental; mas pretendemos considerar principalmente aquelas que pertencem mais diretamente ao âmbito da Economia Política.

Muitos países com grande capacidade de produção são pobres, e muitos, com uma capacidade de produção bem limitada, são comparativamente ricos, sem nenhuma diferença essencial quanto à segurança da propriedade.

Se depois de certo período a riqueza efetiva de um país não é proporcional à sua capacidade produtiva, há falta de estímulo à produção; e a questão prática que se coloca é saber qual é o estímulo mais imediato e efetivo para o crescimento da riqueza.

Seção II - O Aumento da População como Estímulo ao Crescimento Contínuo da Riqueza

Se apenas a necessidade ou o desejo dos bens de primeira necessidade fosse, entre as classes trabalhadoras, um estímulo suficiente para a produção, a terra estaria comparativamente repleta de habitantes.

Um homem, cujo único bem é seu trabalho, não pode efetivar nenhuma demanda de produção se seu trabalho não é objeto de demanda.

Para justificar o emprego do capital, é preciso haver uma demanda de seu produto, além da que pode ser criada pela demanda dos trabalhadores empregados.

O efeito do aumento da população no sentido de elevar os lucros mediante a redução dos salários é muito limitado e logo contido pela falta de demanda.

Baseados na experiência, sabemos que a riqueza daqueles países em que o estímulo decorrente da população é determinante cresce muito lentamente.

A questão prática que se coloca é a seguinte: será que uma forte pressão da população contra os limites da subsistência é um estímulo adequado para o crescimento da riqueza? A situação da maioria dos países responde negativamente à questão.

Seção III - A Acumulação, ou a Poupança de Rendimentos a ser Acrescentada ao Capital, vista como Estímulo ao Crescimento da Riqueza

Os que rejeitam a população como um estímulo adequado ao crescimento da riqueza geralmente tendem a atribuir tudo à população. É verdade que não pode haver nenhum crescimento de riqueza permanente e contínuo sem um aumento contínuo do capital; e não posso concordar com Lorde Lauderdale em que esse aumento não se pode efetivar de nenhum outro modo senão mediante a poupança de uma parte do que se destina ao consumo imediato e do acréscimo dessa poupança ao que proporciona lucro; ou, em outras palavras, mediante a conversão dos rendimentos em capital.[47]

Todavia, resta investigar os fatores que em geral predispõem uma nação a acumular; e, além disso, os fatores que tendem a tornar a acumulação o mais efetiva possível e que levam a um aumento posterior e contínuo do capital e da riqueza.

Sem dúvida alguma é possível que a parcimônia destine logo uma parcela da produção muito maior que a usual à manutenção do trabalho produtivo; e é verdade que os trabalhadores assim empregados tanto são consumidores como trabalhadores improdutivos; e no que diz respeito aos trabalhadores, não haveria nenhuma diminuição do consumo ou da demanda. Mas já demonstramos que o consumo e a demanda criados por

trabalhadores produtivos nunca motivam, por si sós, a acumulação e o emprego de capital. Quanto aos próprios capitalistas, bem como os proprietários de terras e outras pessoas ricas, supõe-se que admitam ser parcimoniosos e que se privem dos bens de conforto e de luxo para poupar de seus rendimentos e acrescentar a poupança ao seu capital. Nessas circunstâncias, perguntou como é possível supor que uma quantidade maior de mercadorias, cujo adicional foi obtido por um número maior de trabalhadores produtivos, encontraria compradores sem que houvesse uma queda de preços tal que seu valor caísse abaixo dos custos de produção ou, ao menos, diminuísse muito a capacidade e a vontade de poupar?

Alguns autores muito competentes pensam que, embora seja muito fácil haver saturação de determinadas mercadorias, não é possível haver uma saturação de mercadorias em geral porque, segundo seu modo de ver a questão, como as mercadorias sempre são trocadas por mercadorias, uma das metades fornece o mercado para a outra metade, e como a produção seria assim a fonte exclusiva da demanda, um excesso na oferta de um artigo prova simplesmente uma insuficiência na oferta de algum outro, e um excesso geral é impossível. O Sr. Say, em seu famoso trabalho sobre Economia Política, foi de fato tão longe que chega a afirmar que o consumo de uma mercadoria, por tirá-la do mercado, diminui a demanda, e a produção de uma mercadoria aumenta proporcionalmente a demanda.

Entretanto, essa teoria, na medida em que tem sido aplicada, parece-me totalmente sem fundamento e contradiz frontalmente os grandes princípios que regulam a oferta e a procura.

De forma nenhuma é verdade, com efeito, que as mercadorias sempre são trocadas por mercadorias. A maior parte das mercadorias é trocada diretamente por trabalho, seja produtivo ou improdutivo; e é óbvio que esse conjunto de mercadorias, comparado ao trabalho pelo qual é trocado, pode cair em valor devido à saturação, exatamente como qualquer mercadoria perde valor devido ao excesso de oferta, comparado tanto ao trabalho quanto ao dinheiro.

Na hipótese considerada haveria, evidentemente, uma oferta inusitada de mercadorias de todos os tipos, devido ao fato dos trabalhadores improdutivos do país terem-se convertido, pela acumulação de capital, em trabalhadores produtivos; mantendo-se o número total de trabalhadores e diminuindo, de acordo com a hipótese, a capacidade e a vontade de comprar para consumo entre os proprietários de terra e os capitalistas, o valor das mercadorias necessariamente cai, comparado ao trabalho, de tal modo que os lucros se reduzem quase a zero e a produção posterior é contida durante algum tempo. Mas é exatamente isso o que se quer dizer com o termo saturação que, nesse caso, é evidentemente geral, e não parcial.

Parece-me que o Sr. Say, o Sr. Mill[48] e o Sr. Ricardo, os principais autores das novas teorias dos lucros, cometem alguns erros fundamentais com respeito a essa questão.

Em primeiro lugar, consideram as mercadorias como se fossem umas tantas cifras matemáticas, ou sinais aritméticos, cujas relações tivessem de ser comparadas, em vez de considerá-las artigos de consumo, os quais devem ser relacionados ao número e às necessidades dos consumidores.

Se as mercadorias devessem apenas ser comparadas e trocadas umas pelas outras, então realmente seria

verdade que se todas elas aumentassem proporcionalmente em qualquer medida, continuariam a manter entre si o mesmo valor relativo; mas se as compararmos, como decerto fazemos, com o número e com as necessidades dos consumidores, nesse caso, um grande aumento de produção com população relativamente estacionária e com as necessidades reduzidas pela parcimônia ocasiona necessariamente uma grande queda de valor estimado em trabalho, de modo que a mesma produção, embora tenha *custado* a mesma quantidade de trabalho de antes, não pode mais *adquirir* a mesma quantidade; e tanto a capacidade quanto a motivação para acumular sofreriam uma violenta restrição.

Dizem que a demanda efetiva nada mais é que a oferta de uma mercadoria em troca de outra. Mas será que isso é tudo quanto é necessário para uma demanda efetiva? Embora cada mercadoria possa ter custado a mesma quantidade de trabalho e de capital em sua produção, e apesar de poderem as duas ter exatamente o mesmo valor de troca, mesmo assim, por que não podem ambas existir em tal abundância a ponto de não adquirirem mais trabalho, ainda que seja muito pouco trabalho a mais do que custaram? Nesse caso, a demanda destas seria efetiva? Seria tal essa demanda que estimularia sua produção contínua? Incontestavelmente, não. A relação entre elas pode não ter mudado; mas sua relação com as necessidades da sociedade, sua relação com o ouro e sua relação com o trabalho nacional e estrangeiro podem ter passado por uma mudança muito importante.

Prontamente se reconhecerá que um novo artigo lançado no mercado, o qual, em proporção ao trabalho nele empregado, tem um valor de troca mais alto que o usual, é concebido exatamente para aumentar a demanda, porque isso implica não apenas aumento de

quantidade, mas adaptação melhor da produção aos gostos, necessidades e consumo da sociedade. Mas fabricar ou obter mercadorias desse tipo é a grande dificuldade; e elas não acompanham necessária e naturalmente uma acumulação de capital e um aumento de mercadorias, particularmente quando tal acumulação e tal aumento foram criados por economia de consumo ou por desestímulo à satisfação daqueles gostos e necessidades, que são os próprios fundamentos da demanda.

O Sr. Ricardo, embora mantenha a proposição geral de que o capital não pode ser excessivo, é obrigado a fazer a seguinte concessão: diz ele que “há apenas um caso, e assim mesmo temporário, em que a acumulação de capital, sendo baixos os preços dos alimentos, pode ser acompanhada de uma queda de lucros; isso se dá quando os recursos para a manutenção da mão-de-obra aumentam muito mais rapidamente que a população. Nesse caso, os salários serão altos e os lucros baixos. Se todas as pessoas que se abstivessem do consumo de objetos de luxo se concentrassem apenas na acumulação, produzir-se-ia uma quantidade de bens de primeira necessidade que não poderiam ser imediatamente consumidos. Sem dúvida poderia haver uma saturação geral de mercadorias, em quantidade assim limitada; e, em consequência, poderia não haver demanda para uma quantidade adicional de tais mercadorias, nem lucros sobre o emprego de mais capital. Se os homens deixassem de consumir, deixariam também de produzir”. E então o Sr. Ricardo acrescenta que “admitir tal coisa não contradiz o princípio geral”. Não posso concordar com essa observação pois, devido à natureza da população, não se pode aumentar o número de trabalhadores no mercado em consequência de uma demanda específica, antes de se passarem 16 ou 18

anos, e a conversão de rendimentos em capital pode ocorrer com uma velocidade muito maior; um país sempre está sujeito a um aumento dos recursos para a manutenção do trabalho mais rápido que o aumento de população. Mas se, sempre que isso ocorrer, pode haver uma saturação geral de mercadorias, como se pode sustentar, enquanto proposição geral, que o capital nunca é excessivo? Como se pode sustentar, devido ao fato de as mercadorias poderem manter os mesmos valores relativos, que uma saturação só pode ser parcial, e não geral?

Outro erro fundamental em que os autores acima mencionados e seus seguidores caíram deve-se ao fato de não considerarem a influência de um principio tão geral e tão importante da natureza humana, como a preguiça ou o amor ao ócio.

Supondo-se que certo número de arrendatários e certo número de manufatores trocam seus excedentes de alimentos e de roupa, e que a capacidade de produção de ambos de repente aumentasse tanto que ambas as partes pudessem, com o mesmo trabalho, produzir artigos de luxo além dos que já obtinham antes, não haveria nenhum tipo de dificuldade em relação à demanda, pois parte dos artigos de luxo produzidos pelo arrendatário poderia ser trocada por parte dos artigos de luxo produzidos pelo manufator; e o único resultado possível seria o fato de os felizardos de ambas as partes estarem melhor abastecidos e desfrutar de mais prazer.

Mas nessa troca de amabilidades são tomadas como ponto pacífico duas coisas que são exatamente os pontos controvertidos. É considerado ponto pacífico o fato de sempre se preferir os artigos de luxo à indolência, e os lucros de ambas as partes serem consumidos como rendimento. Qual seria o efeito do desejo de poupar em

tais circunstâncias, é a questão que se coloca. O efeito de se preferir a indolência aos artigos de luxo evidentemente ocasionaria uma insuficiência de demanda dos retornos das maiores capacidades produtivas aqui supostas, e desemprego de trabalhadores. O agricultor, podendo agora obter os bens de primeira necessidade e de conforto aos quais está acostumado, com menos esforço e com menos dificuldade, e não tendo ainda desenvolvido inteiramente o gosto por rendas, fitas e veludos, é muito provável que se abandone à indolência e empregue menos trabalho na terra; enquanto o manufator, achando que seus veludos estão difíceis de vender, pode ser levado a parar sua manufatura, e cair quase necessariamente no mesmo sistema indolente do arrendatário. A história da sociedade humana mostra de forma suficiente que o gosto efetivo pelos artigos de luxo — isto é, um gosto tal que estimule adequadamente a indústria —, em vez de estar pronto para aparecer no momento em que é requerido, é uma planta de crescimento lento; e mostra também que é um erro muito grave considerar ponto pacífico que a humanidade produzirá e consumirá tudo o que pode produzir e consumir, e que nunca preferirá a indolência aos prêmios da operosidade. Isso ficará suficientemente claro numa rápida análise de algumas nações que conhecemos. Essa análise está na próxima seção, para a qual remetemos o leitor.

Um terceiro erro muito sério dos autores citados acima, e na prática o mais importante de todos os três, consiste em supor que a acumulação assegura a demanda; ou que o consumo dos trabalhadores empregados por aqueles cujo objetivo é poupar criará uma demanda efetiva de tal ordem que estimulará um aumento contínuo da produção.

O Sr. Ricardo observa que “se 10 mil libras fossem dadas a um homem que ganha 100 mil libras por ano, ele não as trancaria numa gaveta, mas aumentaria suas despesas em 10 mil libras, empregá-las-ia de maneira produtiva ou as emprestaria a outra pessoa com esse propósito; em qualquer dos casos a demanda, embora de objetos diferentes, aumentaria. Se ele aumentasse suas despesas, sua demanda efetiva provavelmente seria de imóveis, mobília ou algo semelhante. Se empregasse suas 10 mil libras produtivamente, sua demanda efetiva seria de alimento, vestuário e matérias-primas, que serviriam para empregar novos trabalhadores. Mas isso ainda seria *demanda*.

Esse princípio supõe que se a parcela mais rica da sociedade tivesse de renunciar aos artigos de luxo e aos bens de conforto a que está acostumada, com vistas à acumulação, o único efeito seria a aplicação de quase todo o capital do país na produção de bens de primeira necessidade, o que levaria a grande aumento da agricultura e da população. Mas, sem supor uma mudança completa na motivação habitual para acumular, isso não seria possível. A motivação habitual para acumular é, creio eu, a riqueza e o prazer futuros do indivíduo que acumula, ou daqueles para quem pretende deixar seus bens. Com essa motivação, nunca conviria ao dono da terra empregar na agricultura quase todo o trabalho que pode sustentar, pois ao fazer isso ele necessariamente destrói sua renda líquida e torna impossível para ele, sem que despeça posteriormente a maior parte de seus trabalhadores, ocasionando a mais terrível miséria, obter os meios de maior prazer num futuro distante, ou de transmiti-los à sua descendência.

A própria definição de terra fértil diz que é a terra que sustenta um número de pessoas muito maior que o necessário ao seu cultivo; e se o proprietário da terra, em

vez de gastar esse excedente com bens de conforto, com artigos de luxo e com consumidores improdutivos, aplicasse esse excedente para empregar tantos trabalhadores quantos suas poupanças permitissem, é óbvio que, ao invés de enriquecer, ele empobreceria com tal procedimento, tanto em termos imediatos quanto em termos futuros. Nada justifica tal conduta além de uma motivação diferente para acumular, isto é, o desejo de aumentar a população e não o amor à riqueza e ao prazer; e até que ocorra essa mudança nas paixões e nas propensões humanas podemos ter certeza de que os proprietários de terra e os agricultores não empregarão trabalhadores desse modo.

O que aconteceria então? Assim que os proprietários de terra e os agricultores descobrissem que não poderiam efetivar o aumento de sua produção de um modo que lhes proporcione aquisição de riqueza no futuro, deixariam de empregar mais trabalho na terra;[49] e se os negócios daquela parcela da sociedade que não está comprometida com a produção agrícola consistissem apenas em fabricar os outros bens básicos de primeira necessidade — sendo insignificante o número de pessoas requerido para esse propósito —, o restante daqueles que o solo poderia sustentar perderia o emprego. Não dispondo de nenhum meio legal para exigir uma parte da produção agrícola, não importa quão abundante seja de início essa produção, o número de trabalhadores diminuiria gradualmente; e a insuficiência de demanda efetiva de produtos agrícolas reduziria necessariamente o cultivo da terra e desempregaria um número ainda maior de pessoas. Esse processo de ação e reação continuaria, nesse caso, até que se restaurasse o equilíbrio entre produção e consumo em relação aos novos gostos e hábitos que se estabelecessem; e é óbvio que, sem gastos que estimulem o comércio, a

manufatura e os consumidores improdutivos, ou sem uma legislação agrária planejada para mudar a motivação habitual da acumulação, os proprietários de terra não têm estímulo suficiente para plantar mais; e num país como o nosso, que é rico e populoso, com esses hábitos parcimoniosos tornar-se-ia infalivelmente pobre e comparativamente desabitado.

O mesmo tipo de raciocínio aplica-se, obviamente, ao caso citado antes. Enquanto os arrendatários estivessem dispostos a consumir os artigos de luxo produzidos pelos manufatores, e estes a consumir os artigos de luxo produzidos pelos arrendatários, tudo andaria bem; mas se uma ou ambas as partes estivessem dispostas a poupar, com vistas a melhorar sua situação e prover o futuro de suas famílias, as coisas seriam bem diferentes. Se o arrendatário, em vez de consumir rendas, fitas e veludos, preferisse usar roupas mais simples, e com sua economia impedisse o manufator de comprar a mesma quantidade de seus produtos, evidentemente não haveria mercado para o produto de tanto trabalho empregado na terra, cuja capacidade produtiva teria aumentado muito. O manufator, da mesma forma, em vez de consumir açúcar, uvas e tabaco, poderia querer poupar com vistas ao futuro, mas não teria nenhuma condição para isso devido à parcimônia dos arrendatários e à falta de demanda de artigos manufaturados.[50]

Em certa medida, é possível ocorrer acumulação de alimentos e roupas comuns, mas sua quantidade é necessariamente muito pequena. De nada serviria ao arrendatário continuar cultivando sua terra com o objetivo exclusivo de alimentar e vestir seus trabalhadores. Ele não estaria fazendo nada por si mesmo nem por sua família se ele mesmo não consumisse o excedente de sua produção ou se não pudesse retê-lo de uma forma que pudesse ser

transmitida a seus herdeiros. Se ele é rendeiro, esse cuidado e esse trabalho adicionais seriam inteiramente desperdiçados; se ele é um proprietário de terras e está decidido, sem consultar o mercado, a cultivar sua propriedade de modo a fazê-la produzir o maior excedente líquido possível, com vistas ao futuro, é certo que a grande parcela desse excedente, que não foi usada para consumo próprio ou para comprar roupas para ele e para seus trabalhadores, seria inteiramente perdida. Se ele não opta por usar esse excedente para comprar artigos de luxo ou para sustentar trabalhadores improdutivos, pode jogá-lo no mar, que o resultado é o mesmo. Poupar esse excedente, isto é, usá-lo para empregar mais trabalhadores no cultivo da terra significa, como já disse antes, empobrecer tanto o proprietário como sua família.

Seria ainda mais inútil se os manufatores continuassem produzindo uma quantidade de roupas maior que a requerida pelos agricultores e por eles mesmos. Na verdade, o volume dessa produção dependeria inteiramente da demanda dos agricultores, pois os manufatores não teriam meios de obter a subsistência a não ser na medida em que houvesse uma necessidade simultânea de suas manufaturas. A população requerida para fabricar roupas simples para tal sociedade, com o apoio de boa maquinaria, seria insignificante e absorveria apenas uma parcela do excedente característico de uma terra rica e bem cultivada. Evidentemente haveria uma insuficiência geral de demanda, tanto de produção quanto de população; e embora seja evidente que uma paixão adequada pelo consumo pode manter a proporção exata entre oferta e procura, quaisquer que sejam as capacidades produtivas, conclui-se ser igualmente evidente que a paixão pela acumulação leva inevitavelmente a uma oferta de

mercadorias muito superior ao que a estrutura e os hábitos de tal sociedade permitem consumir.[51]

Mas se é assim, é um erro grave associar a paixão pelo consumo à paixão pela acumulação, como se fossem da mesma natureza; e também é um erro grave considerar que a demanda de alimentos e roupas por parte do trabalhador a ser empregado produtivamente assegura tamanha demanda geral de mercadorias e tamanha taxa de lucros para o capital empregado em sua produção que mobilize de maneira adequada a capacidade da terra e o talento do homem para obter a maior quantidade possível, tanto de produtos agrícolas como de produtos manufaturados.

Talvez aqueles que adotaram a teoria dos lucros do Sr. Ricardo perguntem o que acontece com a divisão da produção, quando a população é contida apenas por falta de demanda. Admite-se que a capacidade produtiva não começou a declinar; entretanto, se o trabalho produz muito e mesmo assim é mal pago, dir-se-á que os lucros têm de ser altos.

Num capítulo anterior, dissemos que o valor dos componentes do capital muito frequentemente não caem na mesma proporção da queda do valor do produto do capital, e que muitas vezes só isso explica os lucros baixos. Mas, independente dessa causa, é óbvio que na produção de quaisquer outras mercadorias além dos bens de primeira necessidade, a teoria é absolutamente simples. Devido à falta de demanda, essas mercadorias podem ter um preço muito baixo e uma grande parte do valor total pode caber ao trabalhador, embora ele seja mal pago em bens de primeira necessidade, e seu salário, tanto em relação à quantidade de alimentos que recebe quanto ao trabalho requerido em sua produção, pode ser decididamente baixo.

Se se disser que, devido à grande parte do valor dos produtos manufaturados que nessa hipótese é absorvida pelos salários, é possível afirmar que a causa da queda dos lucros é o alto salário, eu certamente protestaria contra esse evidente mau uso das palavras. A única justificativa para adotar um novo termo, ou para usar um termo antigo num novo sentido, é que transmita ao leitor informações mais exatas; mas referir-se a altos salários nesse caso, em vez de se referir a uma queda das mercadorias, é proceder como se a intenção específica do autor fosse manter o leitor às escuras, tanto quanto possível, com referência à verdadeira situação.

É necessário reconhecer, todavia, que, na produção dos bens de primeira necessidade, a resposta à questão não é tão simples, embora possa ser esclarecida de maneira satisfatória. O Sr. Ricardo admite que pode haver um limite ao emprego de capital na terra devido às necessidades limitadas da sociedade, independente do esgotamento do solo. No caso que supomos, esse limite é necessariamente muito estreito porque, comparativamente falando, não haveria população além dos agricultores para efetivar a demanda do produto. Nessas circunstâncias, o trigo produzido perderia as características de riqueza; e, como observamos em nota de rodapé, os componentes do mesmo produto não teriam todos o mesmo valor. Os trabalhadores efetivamente empregados poderiam obter uma alimentação razoável, como muitas vezes acontece na prática, nos países em que os trabalhadores são alimentados pelos arrendatários,[52] mas haveria pouco trabalho e alimento para seus filhos já crescidos; e, devido às variações de mercado e de safras, os lucros do arrendatário seriam os mais baixos justamente no momento em que, de acordo com a divisão do produto, deveriam ser os mais altos, isto é, quando houvesse o

maior excedente proporcional de produto sobre o que é pago ao trabalhador. Os salários do trabalhador não podem cair abaixo de determinado nível, mas uma parte do produto, devido ao excesso de oferta, pode ser absolutamente inútil durante algum tempo e pode cair tanto de modo permanente, por causa da concorrência, que chegue a proporcionar apenas lucros mais baixos.

Eu observaria ainda que, se, em consequência de uma demanda reduzida de trigo, os agricultores tivessem de deslocar seu capital de modo a adequar melhor a sua oferta à quantidade que poderia ser devidamente paga; se, além disso, não pudessem empregar o capital retirado da terra em nenhum outro setor, o que, de acordo com a suposição anterior, não poderiam fazer — nesse caso é certo que, embora durante algum tempo pudessem conseguir lucros razoáveis do pequeno capital que ainda continuam aplicando na agricultura, as consequências que sofreriam enquanto agricultores seriam, para todos os efeitos, as mesmas que se verificariam caso ocorresse uma queda geral relativamente a todo o seu capital.

Se durante o processo de poupança o trabalhador ganhasse tudo que o capitalista perde, a interrupção do crescimento da riqueza seria apenas temporária, como afirma o Sr. Ricardo, e não haveria o que temer das consequências. Mas se a conversão dos rendimentos em capital vai além de certo ponto e, devido à redução da demanda efetiva de produto, desemprega as classes trabalhadoras, é óbvio que a adoção de hábitos parcimoniosos em grau muito elevado pode-se fazer acompanhar, de início, pelos mais lastimáveis efeitos e por uma baixa pronunciada e permanente de riqueza e de população.

Isso não quer dizer, é claro, que a parcimônia ou mesmo uma redução temporária do consumo[53] não sejam com frequência extremamente úteis, e às vezes absolutamente necessárias ao crescimento da riqueza. Um país pode arruinar-se por causa de extravagâncias; uma diminuição das despesas efetivas pode ser necessária não apenas por causa disso; também se requer economia temporária no consumo quando o capital de um país é insuficiente comparativamente à demanda de seus produtos, a fim de se obter a oferta de capital indispensável para se chegar a um maior consumo futuro. O que quero dizer é que nenhuma nação tem a *possibilidade* de enriquecer mediante uma acumulação de capital decorrente de uma redução permanente do consumo, porque, se tal acumulação ultrapassa de muito o necessário para se obter uma demanda efetiva do produto, uma parte dela logo perde tanto o seu uso quanto o seu valor e deixa de ter o caráter de riqueza.

Com efeito, supondo *dado* consumo, a acumulação de capital além de certo nível mostra-se logo perfeitamente inútil. Mas, mesmo considerando o maior consumo que provavelmente surge entre as classes trabalhadoras em função da abundância e do barateamento das mercadorias, mesmo assim, como esse barateamento se concretiza a expensas dos lucros, é óbvio que os limites de um aumento de capital decorrente da parcimônia, não acompanhado de uma diminuição muito rápida da motivação para acumular, são muito estreitos e podem facilmente ser ultrapassados.

As leis que regulam a taxa de lucros e o crescimento do capital assemelham-se de modo notável e singular às leis que regulam a taxa de salários e o crescimento da população.

O Sr. Ricardo demonstrou de modo muito claro que a taxa de lucros diminui e que o crescimento da acumulação finalmente cessa sob as circunstâncias mais favoráveis devido à dificuldade crescente do trabalhador em obter alimento. Eu, da mesma forma, procurei mostrar em meu *Ensaio Sobre a População* que, sob as circunstâncias mais favoráveis à agricultura que se podem supor nas condições reais do solo, os salários do trabalhador se tornariam menores e que o crescimento da população seria finalmente detido pela dificuldade crescente de se obter os meios de subsistência.

Mas o Sr. Ricardo não se satisfez em provar a proposição que acabamos de apresentar. Não se satisfez em demonstrar que a dificuldade do trabalhador em obter alimentos é a única causa *absolutamente necessária* da queda dos lucros, com o que estou pronto a concordar inteiramente com ele: ele diz também que não há *nenhuma outra causa* da queda dos lucros, na situação atual, que seja permanente. Com essa última afirmação, parece-me que ele caiu exatamente no mesmo erro em que eu teria incorrido se, depois de provar que a capacidade de crescimento da população é incomparavelmente maior que a capacidade da terra de produzir alimentos sob as circunstâncias mais favoráveis que se possam imaginar, eu acrescentasse que a população não pode ser excessiva, a menos que a capacidade da terra de manter o crescimento da população tenha sido inteiramente utilizada. Mas eu sempre disse que a população pode ser excessiva, e em alto grau, relativamente à sua demanda e aos meios efetivos de sustentá-la, embora talvez seja mais adequado considerá-la insuficiente, e em alto grau, relativamente à extensão do território e à capacidade desse território de produzir meios de subsistência adicionais; e também sempre disse que, nesses casos,

apesar de uma reconhecida insuficiência de população e da necessidade óbvia de aumentá-la, seria inútil e tolo estimular diretamente o nascimento de mais crianças, pois o resultado de tal estímulo, sem demanda de trabalho e sem os meios de pagá-lo adequadamente, só poderia ser mais miséria e mortalidade, com pouco ou nenhum aumento final da população.

Embora o Sr. Ricardo tenha tomado uma direção muito diferente, acho que o mesmo tipo de raciocínio aplica-se à taxa de lucros e ao crescimento do capital. Reconhecendo plenamente que não existe nenhum país no mundo onde o capital não seja insuficiente, e que na maioria é insuficiente em alto grau, comparativamente ao território e mesmo ao volume de população; e reconhecendo plenamente, ao mesmo tempo, a extrema necessidade de um aumento do capital, eu diria que, onde a demanda de mercadorias não é suficiente para permitir lucros razoáveis ao produtor, e os capitalistas não sabem onde e como empregar seu capital com vantagens, a poupança de rendimentos para aumentar ainda mais esses capitais só levaria a diminuir prematuramente a motivação para acumular e a prejudicar ainda mais os capitalistas, com apenas um pequeno aumento de um capital sadio e eficiente.

O que falta em ambos os casos de insuficiência de capital e de população é uma demanda efetiva de mercadorias, isto é, uma demanda por parte daqueles que estão aptos e dispostos a pagar um preço adequado por elas; e embora os altos lucros não sejam acompanhados por um aumento de capital, tão certamente como altos salários são acompanhados por um aumento de população, ainda assim acredito que haja um aumento de capital com mais frequência do que se imagina porque, em muitos países, como já sugeri antes, muitas vezes se pensa que os lucros estão altos

por causa dos altos juros do dinheiro, quando na verdade são baixos; e também porque, em geral, o risco de empregar capital tem exatamente o mesmo efeito que os baixos lucros no sentido de reduzir a motivação para acumular e reduzir a remuneração da acumulação. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que certa extravagância no consumo e certa falta de vontade de poupar podem manter os lucros permanentemente altos. Em determinadas circunstâncias, os estímulos mais poderosos podem encontrar resistência; mesmo assim, não deixa de ser verdade que o estímulo natural e legítimo ao aumento de capital é o aumento da capacidade e da vontade de poupar decorrentes da perspectiva de altos lucros; e, em circunstâncias semelhantes, esse aumento da capacidade e da vontade de poupar quase sempre é acompanhado por um crescimento proporcional do capital.

Um dos exemplos mais notáveis da verdade dessa afirmação, e que além disso demonstra a singular semelhança entre as leis que regulam o aumento do capital e da população, é a rapidez com que se recupera o capital perdido durante uma guerra que não interrompe o comércio. Os empréstimos ao governo convertem o capital em rendimento e aumentam a demanda ao mesmo tempo que, de início, diminuem os meios de oferta.[54] A consequência inevitável é um aumento dos lucros. Isso naturalmente aumenta tanto a capacidade de acumular quanto a remuneração da acumulação; e se entre os capitalistas continuam existindo os mesmos hábitos de poupança de antes, a recuperação do capital perdido é rápida, exatamente pelo mesmo motivo pelo qual se recupera a população quando, por uma razão ou por outra, foi destruída de repente.

Agora se reconhece plenamente que seria um erro grosseiro, nesse último caso, imaginar que sem a

redução prévia da população ainda ocorreria a mesma taxa de crescimento, pois são precisamente os altos salários criados pela demanda de trabalho que produzem um aumento tão rápido de população. Segundo o mesmo princípio, parece-me um erro grosseiro supor que, sem a perda anterior de capital ocasionada pelas despesas em questão, o capital pudesse ser acumulado com tanta rapidez, pois são precisamente os altos lucros do capital, criados pela demanda de mercadorias e pela consequente demanda dos meios de produzi-las, que fazem surgir imediatamente a capacidade e a vontade de acumular.

Por isso, embora se possa reconhecer que as leis que regulam o aumento do capital não são tão precisas quanto as que regulam o crescimento da população, mesmo assim elas com certeza são do mesmo tipo; com vistas ao crescimento permanente da riqueza, é tão inútil continuar convertendo os rendimentos em capital, quando não existe uma demanda adequada dos produtos desse capital, quanto continuar estimulando o casamento e o nascimento de crianças sem demanda de trabalho e sem um aumento dos recursos para seu sustento.

Seção IV - A Fertilidade do Solo, Vista como Estímulo ao Crescimento Contínuo da Riqueza

Um solo fértil proporciona a maior capacidade natural de riqueza que um país pode ter; e falar da riqueza insuficiente de um país fértil é falar mais comparativa que absolutamente.

Os ocupantes de um solo muito rico, com uma divisão inicial distorcida da propriedade e com uma localização desfavorável em relação aos mercados, terão um crescimento de riqueza e de população muito lento e provavelmente adquirirão o hábito da indolência.

Diz-se que os que têm alimento e bens de primeira necessidade à disposição não tardam a empregar os trabalhadores que lhes proporcionem parte dos objetos mais úteis e desejáveis. Mas parece que a experiência contradiz isso frontalmente. Se o estabelecimento, a expansão e a sofisticação das manufaturas nacionais fossem uma questão tão simples, nossos antepassados não teriam ficado tantos séculos com uma oferta tão pequena de manufaturas e não teriam sido obrigados a gastar a maior parte de sua produção agrícola para sustentar empregados desocupados. Deviam estar dispostos, sempre que aparecesse uma oportunidade, a trocar o excedente de sua produção agrícola por mercadorias estrangeiras que conhecessem e que tivessem aprendido a apreciar. Mas seria muito difícil e contrário a seus hábitos e nível de informação empregar sua capacidade de adquirir trabalho para estabelecer manufaturas em suas propriedades. Embora a terra seja rica, pode não servir para a produção das matérias-

primas mais procuradas; e a maquinaria necessária, a habilidade necessária para usá-las e a necessária inteligência e capacidade de administração, tudo isso seria precário no começo e, nas circunstâncias supostas, seu desenvolvimento seria muito lento, de modo que, depois que houvesse oferta dos artigos mais simples e indispensáveis, que sempre são requeridos e produzidos num estágio primitivo da sociedade, seria muito natural que um grande fidalgo preferisse antes regalar-se com algumas esplêndidas mercadorias estrangeiras, do que produzir uma grande quantidade de manufaturas grosseiras envolvendo grandes problemas de administração.

Entretanto, tomando um trabalhador individual como exemplo e supondo que possua determinado grau de operosidade e de habilidade técnica, certamente é verdade que quanto menos tempo ele gastar para obter sua alimentação, tanto mais tempo poderá dedicar à aquisição de bens de conforto e de artigos de luxo. Mas aplicar essa verdade a nações inteiras e pressupor que quanto maior é a facilidade de obter alimentos tanto maior é a abundância com que o povo se abastece de bens de conforto e de artigos de luxo seria uma das muitas conclusões apressadas e falsas que decorrem, com frequência, da falta de devida atenção à mudança que a aplicação de uma proposição pode provocar nas premissas em que se baseiam. No presente caso, tudo depende da suposição de determinado grau de operosidade e habilidade técnica e dos meios de empregá-las. Mas, se depois de obter os bens de primeira necessidade o trabalhador considerasse a indolência um luxo muito mais aprazível que os artigos que provavelmente obteria com mais trabalho, a proposição imediatamente deixaria de ser verdadeira. É preciso reconhecer, com base em fatos confirmados por

todas as informações que temos das nações nos diferentes estágios de seu desenvolvimento, que essa escolha era muito comum nos períodos primitivos da sociedade e de forma alguma rara nos países mais desenvolvidos.

Seria realmente muito pequena a quantidade de bens de conforto e de artigos de luxo à disposição da sociedade se aqueles que são o principal instrumento de sua produção não tivessem motivos mais fortes para seus esforços que o desejo de desfrutá-los. É basicamente a insuficiência dos *bens de primeira necessidade* que estimula as classes trabalhadoras a produzir artigos de luxo; se esse estímulo fosse removido ou muito enfraquecido, de modo que os bens de primeira necessidade pudessem ser obtidos com muito pouco trabalho, temos motivos de sobra para pensar que, ao invés de se dedicar mais tempo à produção de bens de conforto, menos tempo seria dedicado a essa produção.

Num período primitivo da agricultura, quando apenas os solos ricos eram cultivados, quando a quantidade de trigo era muito grande comparativamente à quantidade de trabalho necessária à sua produção, sempre encontramos pequena parcela da população empregada na agricultura e grande parte ocupada em satisfazer as outras necessidades da sociedade. E não há dúvida de que essa é a situação com que realmente nos depararíamos caso fosse verdade que, se há meios de sustentar o trabalho, não existe a menor dificuldade em fazê-lo produzir objetos de valor adequado, ou que, quando se pode obter alimentos com facilidade, mais tempo será dedicado à produção de bens de conforto e de artigos de luxo. Mas, ao examinar a situação de países atrasados, o que realmente vemos? Quase invariavelmente vemos uma proporção muito maior do povo como um todo empregada na terra do que naqueles

países em que o crescimento da população gerou a necessidade de recorrer a solos pobres; e menos tempo, ao invés de mais tempo, dedicado à produção de bens de conforto e de artigos de luxo.

Entre as nações de maior extensão territorial da Europa, e mesmo do mundo, com apenas uma ou duas exceções, a Inglaterra é considerada a mais desenvolvida em termos de agricultura; e embora as qualidades naturais de todas as suas terras estejam longe de ocupar o posto mais alto numa escala de riqueza comparativa, a proporção de pessoas empregadas na agricultura é menor, e a proporção de pessoas empregadas na produção de bens de conforto e artigos de luxo, ou vivendo de rendas, é maior que em qualquer outro país agrícola do mundo. Segundo uma estimativa de Susmilch, na qual ele enumera as diferentes proporções de pessoas de diferentes países que vivem em cidade e não se ocupam da agricultura, a maior é de sete para três, ou seja, sete pessoas vivendo no campo para três vivendo em cidades;[55] enquanto na Inglaterra, a proporção de trabalhadores agrícolas, comparada ao resto da população, é de menos de dois para três.

Esse é um fato realmente extraordinário e prova de maneira notável como é perigoso, em Economia Política, tirar conclusões das características físicas dos materiais sobre os quais se trabalha sem referência às características físicas e morais das pessoas.

Não há a menor dúvida de que é uma característica física de todas as terras férteis, quando trabalhadas por pessoas que possuem determinado grau de operosidade e de habilidade técnica, proporcionar grande quantidade de produtos, comparativamente ao número de braços empregados; mas se a facilidade de produção proporcionada pela terra fértil tem como resultado, em

certas circunstâncias, impedir o desenvolvimento da operosidade e da habilidade técnica, a terra pode se tornar, na prática, menos produtiva, comparativamente ao número de pessoas nela empregada, do que se não se caracterizasse por sua fertilidade.

Segundo o mesmo princípio, o homem que pode obter a alimentação indispensável à sua família, com dois dias de trabalho por semana, tem condições físicas de trabalhar muito mais para adquirir bens de conforto e artigos de luxo do que o homem que precisa empregar quatro dias para conseguir alimentação. Mas se a facilidade de conseguir alimentos cria o hábito da indolência, essa indolência pode levá-lo a preferir o luxo de não fazer nada ou muito pouco, ao luxo de possuir bens de conforto e comodidade; nesse caso ele pode dedicar menos tempo ao trabalho necessário para obter bens de conforto e comodidade e possuí-los em quantidade muito menor do que se fosse obrigado a empregar mais esforço para obter alimentos.

Entre os inumeráveis países que tendem a ilustrar com exatidão maior ou menor, ou cuja situação atual tende a confirmar a verdade dessas proposições, talvez o caso mais notável seja o dos domínios espanhóis na América, sobre os quais o Sr. Humboldt recentemente publicou um documento precioso.

Falando das diferentes plantas cultivadas na Nova Espanha, diz sobre a banana: “*Je doute qu’il existe une autre plante sur le globe qui, sur un si petit espace de terrain, puisse produire une masse de substance nourrissante aussi considérable*”.[56] Em outra passagem ele calcula mais especificamente que “*dans un pays éminemment fertile un demi hectare, ou un arpent légal cultivé en bananes de la grande espèce, peut nourrir plus de cinquantes individus, tandis qu’en Europe le même*

arpent ne donneroit par an, en supposant le huitième grain, que 576 kilogrammes de farine de froment, quantité qui n’est pas suffisante pour la subsistence de deux individus: aussi riem ne frappe plus l’Européen récemment arrivé dans la zone torride que l’extrême petitisse des terrains cultivés autour d’une cabane qui renferme une famille nombreuse d’indigènes”.[57]

A produção da banana, comparativamente ao trabalho nela empregado, é tão prodigiosa que os habitantes das regiões onde ela existe nunca sairão, dizem, de sua excessiva indolência, enquanto seu cultivo não for proibido.

Embora as classes trabalhadoras tenham muito tempo para trabalhar com vistas a adquirir os bens de conforto e comodidade, estão quase inteiramente desprovidas desses artigos e, em decorrência de hábitos negligentes, às vezes lhes falta alimentação.

Essa pobreza não se confina às terras baixas da Nova Espanha. Subindo a cordilheira em direção aos melhores climas do mundo, a situação não é muito diferente.

O milho, que constitui o principal alimento do povo da cordilheira, tem uma produtividade muitíssimo maior que os cereais europeus.

Mesmo na cidade do México, onde se pode obter a subsistência com um ou dois dias de trabalho, o povo é terrivelmente pobre.

Existe a mesma pobreza em todas as regiões do país; a fome, decorrente da insuficiência das safras de milho, combinada à indolência e desleixo do povo, é frequente, e Humboldt a considera o principal entrave ao crescimento da população.

Esses hábitos de indolência e desleixo atuam necessariamente como obstáculos formidáveis ao rápido

crescimento da riqueza e da população.

Ninguém duvida nem por um momento que a indolência dos nativos é muito agravada por sua situação política; mas, a despeito dessa situação, a indolência cede, em grande medida, aos estímulos habituais, como prova o rápido crescimento da agricultura nas proximidades de uma nova mina, onde se cria uma demanda efetiva e vigorosa de trabalho e de produtos. "*Bientôt le besoin réveille l'industrie; on commence à labourer le sol dans les ravins, et sur les pentes des montagnes voisines, partout où le roc est couvert de terreau: des fermes s'établissent dans le voisinage de la mine: la cherté des vivres, le prix considérable auquel la concurence des acheteurs maintient tous les produits de l'agriculture, dédommagent le cultivateur des privations auxquelles l'expose la vie pénible des montagnes.*"[58]

Quando esses são os efeitos de uma demanda realmente ativa de produção e trabalho, não podemos ter dúvidas quanto à principal causa do lento crescimento da agricultura que ocorre na maior parte do país. Com exceção das proximidades das minas e das grandes cidades, a demanda efetiva de produtos não é suficiente para levar os grandes proprietários a cultivar de modo adequado suas imensas extensões de terra, e a população que, como vimos, força os limites da subsistência, evidentemente excede, em geral, a demanda de trabalho ou o número de pessoas que o país pode empregar de forma regular e constante na situação atual de sua agricultura e de sua manufatura.

Vivendo em países de abundantes terras férteis, observa-se que os nativos muitas vezes possuem uma quantidade insignificante delas. De bom grado cultivariam as enormes extensões pertencentes aos grandes proprietários e não deixariam de conseguir,

dessa maneira, a subsistência própria e de suas famílias; mas na situação atual da demanda de produtos em muitas partes do país, e na atual situação de ignorância e indolência dos nativos, tais rendeiros não poderiam pagar uma renda equivalente ao que a terra não cultivada proporcionaria e, nesse caso, raramente lhes seria permitido entrar nesses domínios; assim, terras que poderiam sustentar milhares de pessoas sustentam apenas umas poucas centenas de cabeças de gado.

Falando de uma parte da Intendência de Vera Cruz, diz Humboldt: "*Aujourd'hui des espaces de plusieurs lieues carrées sont occupés par deux ou trois cabanes, autour desquelles errent des boeufs à demi-sauvages. Un petit nombre de familles puissantes, et qui vivent sur le plateau central, possèdent la plus grande partie du littoral des Intendances de Vera Cruz, et de San Luis Potosi. Aucune loi agraire ne force ces riches propriétaires de vendre leurs majorats, s'ils persistent à ne pas vouloir défricher euxmêmes des terres immenses qui en dépendent*".[59]

Entre os proprietários desse tipo, é frequente que os caprichos e a indolência impeçam o cultivo de suas terras. Em geral, todavia, é de se esperar que essas tendências cedam, ao menos num grau considerável, à influência mais sólida do interesse próprio. Mas uma divisão imperfeita do território não deixa que a motivação do interesse atue de forma tão vigorosa quanto seria de esperar na expansão da agricultura. Sem suficiente comércio exterior para valorizar os produtos agrícolas, e antes que a introdução generalizada de manufaturas tenha aberto canais para a indústria nacional, a demanda de trabalho por parte dos grandes proprietários logo seria satisfeita; a partir desse ponto, as classes trabalhadoras não teriam nada para dar em troca da utilização da terra. Embora os proprietários possam

ter grande capacidade de sustentar uma população maior em suas terras, a pequena vantagem que tirariam daí — se é que tirariam alguma — não seria suficiente para superar sua indolência natural ou para contrabalançar os possíveis inconvenientes e problemas que acompanhariam esse procedimento. Quanto ao estímulo ao crescimento da população, decorrente da divisão e da subdivisão da terra à medida em que surgem novas famílias, o país está privado dele devido à situação original da propriedade fundiária e aos hábitos e costumes feudais que essa situação necessariamente cria. Nessas circunstâncias, se uma insuficiência comparativa de comércio e de manufaturas, que a grande desigualdade de propriedade fundiária tende mais a perpetuar que a corrigir, impede o crescimento da demanda de trabalho e de produtos — crescimento esse que é a única possibilidade de corrigir a falta de estímulo ao aumento da população, ocasionada por essa desigualdade —, é óbvio que a América Espanhola pode continuar pobre e parcamente povoada, comparativamente a seus recursos naturais, durante séculos.

E, com efeito, continua assim. Pois apesar do aumento da população e da riqueza serem consideráveis, em particular nos últimos anos, uma vez que o comércio com a metrópole aumentou, mesmo assim está muito longe do que poderia ser, mesmo sob um governo espanhol, se uma melhor divisão da propriedade fundiária ou uma demanda maior e mais constante de produtos agrícolas tivessem levado a um melhor aproveitamento do solo.

Humboldt observa que “*Les personnes qui ont réfléchi sérieusement sur la richesse du sol Mexicain savent que, par le moyen d’une culture plus signée, et san supposer des travaux extraordinaires pour l’irrigation des champs, la portion de terrain déjà défriché pourroit fournir de la*

substance pour une population huit à dix fois plus nombreuse”. E acrescenta, com muita justeza: “Si les plaines fertiles d’Atalisco, de Cholula et de Puebla ne produisent pas des récoltes plus abondantes, la cause principale doit être cherchée dans le manque des consommateurs, et dans les entraves que les inégalités du sol opposent au commerce intérieur des grains, surtout à leur transport vers les côtes qui sont baignées par la mer des Antilles”.[60]

Na atual situação dessas regiões, a causa principal e imediata do atraso de sua agricultura é, na verdade, a falta de consumidores, isto é, a impossibilidade de vender a produção da terra a um preço que estimule de imediato um cultivo melhor e que permita aos arrendatários pagar aos proprietários o que estes exigem pela utilização da terra. E provavelmente nada pode impedir que esse preço seja alcançado, a não ser algum obstáculo natural ou artificial ao comércio interno e externo.

Que é a falta de demanda e não a falta de capital que retarda o crescimento da riqueza na Nova Espanha, é algo que pode ser deduzido da abundância de capital observada por Humboldt.

De modo geral, a Nova Espanha exemplifica muito bem o fato de que apenas a fertilidade da terra não é um estímulo adequado ao crescimento da riqueza.

Podemos tirar uma conclusão semelhante em relação à Irlanda.

O cultivo da batata e sua adoção como alimento habitual das classes inferiores da Irlanda reduziu de maneira inusitada a terra e o trabalho necessários para manter uma família, comparativamente à maioria dos países europeus. A consequência dessa facilidade de

produção, não acompanhada por uma sequência de circunstâncias felizes que proporcione o desdobramento de todos os seus efeitos no crescimento da riqueza, é uma situação que lembra, em muitos aspectos, os países menos civilizados e menos desenvolvidos.

O traço distintivo da Irlanda é sua capacidade, efetivamente exercida, de sustentar uma população muito maior que a que pode empregar; o efeito natural e necessário dessa situação é a existência muito generalizada de hábitos de indolência. Estando os proprietários de terra e os rendeiros de posse de alimentos e de bens de primeira necessidade, ou ao menos tendo à mão os meios de obtê-los, têm à sua disposição grande quantidade de trabalhadores; mas esses trabalhadores, não encontrando empregos suficientes nas propriedades em que se estabeleceram, raramente conseguem fornecer aos proprietários os artigos que estes consideram “os mais úteis e os mais desejáveis”. Com efeito, devido à competição pela terra, gerada por uma população superabundante, às vezes pagam-se altas rendas por pequenas extensões de terra adequada ao cultivo de batatas; mas como a capacidade de pagar tais rendas depende, em grau considerável, da capacidade de obter trabalho, o número de famílias numa propriedade rural que não pode pagar altas rendas monetárias deve ter um limite óbvio. Temos motivos para acreditar que esse limite muitas vezes se encontra na incapacidade do rendeiro irlandês de pagar a renda combinada; e supõe-se genericamente que os proprietários de terras irlandeses mais inteligentes, influenciados tanto pelo humanismo como pelo interesse, esforçam-se agora para deter o crescimento daquela população excessiva em suas propriedades. Essa população gera miséria e indolência e raramente fornece ao empregar, numa baixa salarial, o número de braços

requeridos para a execução dos trabalhos necessários. Em geral o proprietário tem agora mais consciência de que um número menor de trabalhadores mais ativos permitiria cultivar uma quantidade maior de produtos para o consumo das cidades e dos manufatores e, ao mesmo tempo que contribuiriam mais para a riqueza geral do país, eles mesmos estariam em condições muito melhores e lhe possibilitariam auferir uma renda maior e mais segura de suas terras. É legítimo dizer, portanto, que os detentores de alimentos e de bens de primeira necessidade da Irlanda não conseguem obter em troca os artigos que consideram mais úteis e mais desejáveis.

A indolência dos trabalhadores irlandeses é um fato reconhecido por todos.

O tempo livre de que dispõe o trabalhador irlandês não lhe proporciona grande quantidade de bens de conforto e de artigos de luxo, como mostra a experiência.

O camponês da Irlanda não experimentou os estímulos habituais que criam a indústria, devido à abundância da população em relação ao trabalho a ser feito.

Se o trabalho do camponês irlandês, seja em casa, seja no campo, sempre tivesse demanda, seus hábitos logo mudariam.

Talvez se possa dizer que o que falta à Irlanda é capital e que se essa carência pudesse ser suprida, todo o povo seria empregado com facilidade. Prontamente reconheceremos que uma das grandes insuficiências da Irlanda é o capital; mas creio que seria um grande erro supor que a importação de grande quantidade de capital — se isso pudesse ser feito — imediatamente levaria à realização dos objetivos desejados e criaria uma riqueza proporcional ao trabalho que parece disponível para ser empregado em sua produção. A quantidade de capital

que poderia ser aplicada na Irlanda para se obter mercadorias para vender no exterior depende, evidentemente, das condições dos mercados estrangeiros; e a quantidade que poderia ser empregada nas manufaturas nacionais depende, da mesma forma, da demanda nacional. Uma tentativa de penetrar em mercados estrangeiros por meio do capital ocasiona necessariamente uma queda prematura de lucros e, depois de grandes perdas, pode mostrar-se ineficiente. Com relação à demanda nacional, enquanto perdurarem os hábitos atuais da grande maioria do povo, é inconveniente desenvolver a produção a partir de qualquer quantidade considerável de novos capitais. Num país onde se obtém o alimento necessário com tão pouco trabalho e onde a população ainda é proporcional, ou quase, à produção, talvez seja impossível que o tempo que não é dedicado à produção de alimentos chegue a criar uma quantidade proporcional de riqueza sem o desenvolvimento de um gosto muito marcado pelo conforto e pelos artigos de luxo entre as classes inferiores da sociedade, e sem uma capacidade aquisitiva tal que possa gerar uma demanda efetiva deles. Mas sabemos muito bem que o gosto do camponês da Irlanda por artigos desse tipo ainda está por se formar. Ele tem poucas necessidades e costuma satisfazê-las principalmente com a produção doméstica. Devido ao baixo preço da batata, que constitui o principal alimento das classes inferiores, seus salários monetários são baixos; e da quantidade que sobra depois da aquisição dos bens absolutamente indispensáveis, uma parcela muito pequena é destinada à compra de bens de conforto. Essas circunstâncias todas são muito desfavoráveis para o crescimento da riqueza derivado de manufaturas que se destinam ao consumo doméstico. Mas a mudança de gostos e hábitos de grandes massas é muito lenta; enquanto isso, a aplicação de capital em

quantidades maiores que as adequadas ao processo de mudança certamente não proporcionaria os lucros necessários para estimular a acumulação contínua e a aplicação desse capital da mesma forma. Em geral se pode dizer que a demanda é tão necessária ao crescimento do capital quanto o crescimento do capital é necessário à demanda. Eles atuam um sobre o outro e se estimulam mutuamente, e nenhum dos dois pode desenvolver-se muito se o outro fica muito atrás.

Em geral, as restrições que as manufaturas e os produtos irlandeses têm sofrido são decorrentes mais da falta de demanda que da falta de capital. A demanda geralmente produz capital, embora nem sempre o capital gere demanda.

A Irlanda seria muito mais rica que a Inglaterra se o excedente de sua população estivesse empregado no comércio e na manufatura; para atingir esse objetivo, uma mudança de hábitos seria muito mais eficaz que uma oferta prematura de capital.

Pode-se dizer, por conseguinte, que a situação da Irlanda leva a conclusões semelhantes às que chegamos para a Nova Espanha, e mostra:

> que, muitas vezes, a capacidade de sustentar o trabalho pode ser maior que a vontade de empregá-lo;
>
> que a necessidade de empregar muito pouco tempo na produção de alimentos nem sempre leva à utilização de um tempo maior para obtenção de bens de conforto e de artigos de luxo;
>
> que a insuficiência de riqueza num país fértil pode decorrer mais da falta de demanda que da falta de capital;

e que, em geral, apenas a fertilidade da terra não é um estímulo suficiente para o crescimento permanente da riqueza.

Seção V - As Invenções que poupam Trabalho, Vistas como Estímulo ao Crescimento Contínuo da Riqueza

As invenções destinadas a poupar trabalho manual geralmente surgem em função das necessidades do homem em seu processo de desenvolvimento, por isso é raro que excedam de muito tais necessidades.

Mas as mesmas leis aplicam-se tanto às máquinas quanto à terra fértil: não se pode usar a capacidade total de nenhuma delas sem um mercado adequado.

A tendência natural da maquinaria, devido ao barateamento da mercadoria produzida, é ampliar seu mercado de modo a aumentar seu valor global. Isso tem acontecido de maneira notável no setor do algodão; e quando a maquinaria produz esse efeito sua capacidade de aumentar a riqueza é prodigiosa.

No entanto, quando a mercadoria em que se empregam máquinas não consegue ampliar seu consumo na mesma proporção de seu barateamento, o aumento da riqueza que ela proporciona não é tão grande nem tão garantido. Porém, mesmo assim sua produção pode ser extremamente vantajosa; mas a extensão da vantagem depende de uma circunstância. Vamos supor que certo número de capitalistas costuma empregar 20 mil libras, sendo que cada um deles aplica essa soma numa manufatura de consumo limitado e que foram introduzidas máquinas que, pelo fato de poupar trabalho, poderiam possibilitar a satisfação da demanda efetiva de mercadoria com capitais de 10 mil libras cada um, em vez de 20 mil. Nesse caso, cada um pouparia 10 mil libras e os homens empregados por esse capital seriam

despedidos. Por outro lado, parte dos rendimentos estaria disponível para a compra de novas mercadorias; e sem dúvida essa demanda seria utilíssima para estimular o emprego dos capitais ociosos em outros setores. Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que essa não é uma nova demanda e que, mesmo inteiramente satisfeita, só pode repor a diminuição do capital e dos lucros em um setor, gerado pelo emprego das 10 mil libras em vez de 20 mil libras. Mas quando se retira o capital de um setor para empregá-lo em outro, quase sempre há uma perda considerável. Mesmo que se empregue diretamente toda a soma restante, sua quantidade seria menor. Embora possa proporcionar uma produção maior, não adquiriria a mesma quantidade de trabalho de antes; e, a menos que se empregasse um número maior de serviçais, muitas pessoas ficariam desempregadas; e assim a capacidade do capital global de adquirir a mesma quantidade de trabalho dependeria, evidentemente, da circunstância dos capitais ociosos serem retirados sem perda de seu antigo setor e de encontrar imediatamente um emprego equivalente em outro lugar.

Se para colocar esse princípio à prova nós o levássemos mais longe e supuséssemos que, sem nenhuma ampliação dos mercados estrangeiros para nossos artigos, pudéssemos obter, por meio de máquinas, todas as mercadorias em uso no momento com 1/3 do trabalho agora empregado, haveria possibilidade de que o conjunto de capitais ociosos pudesse ser aplicado vantajosamente, ou de que a massa de trabalhadores desempregados encontrasse meios de adquirir uma parcela razoável da produção nacional? Se for possível ampliar grandemente o comércio exterior por meio dos capitais e do trabalho desempregados, o caso se altera imediatamente, pois os

lucros desse comércio podem fornecer estímulos suficientes para manter o valor da renda nacional. Mas se só pudéssemos conseguir o aumento das mercadorias nacionais, temos motivos para recear que os resultados desse esforço seriam de pouca importância. O camponês, que teria de ser levado a trabalhar um número adicional de horas para obter chá ou tabaco, poderia preferir a indolência a um novo casaco. O rendeiro ou o pequeno proprietário de terra, que poderiam obter os bens de conforto comuns e os artigos de luxo a 1/3 do preço antigo, já não trabalhariam tanto para obter a mesma quantidade de excedente agrícola. E o comerciante ou negociante, que continuaria seu negócio a fim de beber e oferecer vinho e champanhe a seus convidados, poderia achar que a aquisição de mais bens de consumo doméstico não compensaria o sacrifício de uma dedicação tão constante.

Tem-se dito que, quando há um rendimento disponível para exercer a demanda, é impossível haver dificuldades no emprego de trabalho e de capital para satisfazer essa demanda, pois a pessoa que tem esse rendimento, em vez de não gastá-lo, compraria uma mesa ou uma cadeira que custaram o trabalho de cem homens durante um ano. Isso pode ser verdade nos casos de rendimentos fixos em dinheiro obtidos por herança ou com pouca ou nenhuma dificuldade. Sabemos muito bem que alguns nobres romanos, que conseguiram sua imensa riqueza principalmente por meio do método fácil da pilhagem, às vezes pagavam preços absurdos por extravagantes artigos de luxo. Uma pluma pesa num prato da balança quando não há nada no outro. Mas se o volume dos rendimentos de um país dependem, em grau considerável, dos esforços do trabalho, da atividade e da dedicação, deverá haver alguma coisa nas mercadorias a serem obtidas que seja suficientemente desejável para

compensar esse esforço, ou o esforço deixará de existir. E a experiência mostra de maneira cabal, pelo número de pessoas que diariamente abandonam os negócios — quando seguramente poderiam continuar aumentando sua fortuna —, que a maioria dos homens tem limites, ainda que variáveis, para a quantidade de artigos de conforto e de luxo pela qual trabalharão e que realmente muito poucos trabalhariam seis ou oito horas por dia num escritório a fim de comprar mercadorias cujo único mérito é a quantidade de trabalho empregado em sua produção.

Entretanto, também é verdade que, dispondo um país de grande renda global sob a forma de rendas da terra, lucros e salários, haverá uma resistência considerável a uma queda substancial de seu valor. Hume observa corretamente que, quando os negócios de uma sociedade chegam a essa situação, isto é, quando, por meio do comércio exterior, a sociedade adquire os gostos necessários para valorizar uma grande quantidade de trabalho que não é empregada em bens efetivos de primeira necessidade, mesmo havendo grande redução no movimento comercial ela continua grande e poderosa devido aos resultados extraordinários que podem ser obtidos pelo capital poupado e pelo talento do país para aperfeiçoar as manufaturas nacionais, a fim de prover os gostos já estabelecidos e os rendimentos já criados. Mas ainda admitindo que a renda dessa nação pudesse ser mantida dessa forma, haveria poucas perspectivas de que aumentasse; e é quase certo que não alcançaria a mesma grandeza sem o mercado criado pelo comércio exterior.

Nós nos convenceremos disso se observarmos em nosso país a quantidade de bens que exportamos graças principalmente a nossas máquinas e se considerarmos a natureza dos retornos obtidos em troca. Dos balanços do

ano que terminou em 5 de janeiro de 1818, conclui-se que a exportação de apenas três artigos nos quais se usam máquinas — algodão, lã e ferragens, incluindo artigos de aço etc. — atingiu um valor superior a 29 milhões. E entre as importações mais relevantes do mesmo ano encontramos café, anil, açúcar, chá, seda, tabaco, vinhos e algodão bruto, somando esses produtos um valor superior a 18 milhões de um total de 30! Pois bem, eu pergunto como poderíamos obter essas valiosas importações se os mercados estrangeiros para nosso algodão, nossa lã e nossas ferragens não se tivesse expandido com o uso de máquinas. E, além disso, onde encontraríamos os substitutos nacionais de tais importações que pudessem produzir os mesmos efeitos no sentido de estimular o cultivo da terra, a acumulação de capital e o aumento da população? E quando a essas considerações acrescentamos as fortunas feitas com essas manufaturas, cujo mercado têm-se ampliado continuamente e que continuamente requer mais capital e mais trabalhadores — e, contrastando com essa situação, a necessidade constante de procurar novas formas de empregar o mesmo capital e as mesmas pessoas, parte dos quais seria deslocada de seus antigos setores por qualquer nova invenção —, nós nos convencemos de que a situação deste país seria totalmente diferente do que é e que certamente não teria adquirido os mesmos rendimentos em rendas da terra, lucros e salários se o mesmo talento tivesse sido aplicado à invenção de máquinas sem a mesma expansão do mercado para os artigos produzidos.

Se desde o tempo de Eduardo I não tivéssemos tido comércio com o exterior, os rendimentos da terra nem sequer se aproximariam do que são hoje, e menos ainda nossos rendimentos derivados do comércio e das manufaturas.

A maioria dos países europeus, com sua atual divisão da propriedade rural, seria comparativamente desabitada sem os estímulos decorrentes das manufaturas e dos mercados ampliados.

Durante a última guerra, tivemos o poderoso apoio de nossas máquinas a vapor, que nos possibilitaram adquirir uma quantidade prodigiosa de produtos e de trabalho estrangeiros. Mas quanto sua eficácia não teria diminuído se não tivéssemos exportado nosso algodão, roupas e ferragens?

Se as minas americanas pudessem ser satisfatoriamente exploradas por máquinas, e se o rei da Espanha pudesse aumentar os impostos à vontade, de modo a tirar o máximo dessa prerrogativa, que imensos rendimentos elas não poderiam proporcionar-lhe! Mas é óbvio que os efeitos de tais máquinas seriam irrisórios se o mercado de metais preciosos se confinasse aos países adjacentes, e o principal resultado de tudo isso seria desempregar capital e trabalho.

Na situação vigente em nosso país, a população e a riqueza de Manchester, Glasgow, Leeds etc., aumentaram muito porque, devido à ampliação da demanda de suas mercadorias, requer-se um número muito maior de pessoas para trabalhar em sua produção; mas caso se tivesse precisado de um número muito menor de pessoas, em decorrência da poupança de trabalho proporcionada pelas máquinas, sem uma ampliação adequada do mercado, é obvio que essas cidades seriam comparativamente pobres e despovoadas. É impossível dizer em que medida o capital e o trabalho desempregados em um distrito teriam enriquecido outros distritos: sobre essa questão pode-se afirmar qualquer coisa, uma vez que não podemos recorrer aos fatos. Mas eu perguntaria: existe

fundamento plausível para dizer não apenas que o capital poupado nessas manufaturas, em qualquer momento, seria preservado e aplicado em outro lugar, mas que também seria empregado de maneira tão lucrativa e se criaria tanto valor de troca em outros lugares quanto criou em Manchester e em Glasgow, com um mercado ampliado? Em síntese, há qualquer fundamento plausível para afirmar que, se nossa exportação de algodão no valor de 20 milhões fosse completamente interrompida, seja por uma concorrência estrangeira bem-sucedida, seja por proibições, nós não teríamos nenhuma dificuldade para encontrar emprego para nosso capital e nosso trabalho, que fosse igualmente vantajoso para as pessoas em termos de lucros e que igualmente enriquecesse o país em relação ao valor de troca de seu rendimento?

Indubitavelmente qualquer país tem capacidade para consumir tudo o que produz, ainda que a quantidade seja muito grande; e todo homem saudável tem *capacidade* de aplicar a mente e o corpo num trabalho produtivo durante 10 ou 12 horas por dia. Mas essas afirmações nada dizem sobre as capacidades de um país que não envolvam necessariamente alguma consequência prática relativa ao crescimento da riqueza. Se não pudéssemos exportar o nosso algodão, é certo que, embora pudéssemos ter a capacidade, não teríamos vontade de consumi-lo todo em nosso país, e a manutenção de nossa riqueza e de nossos rendimentos nacionais dependeria inteiramente da circunstância do capital desempregado do setor do algodão poder ser aplicado na produção de mercadorias tão apreciadas e cujo consumo fosse tão rápido quanto os artigos estrangeiros antes importados. Os mercados estrangeiros não fazem mágica. A demanda final e o consumo são sempre nacionais; caso se pudesse produzir no país as mercadorias que estimulassem as

pessoas a trabalhar o mesmo número de horas por dia, que proporcionassem o mesmo prazer e que criassem um consumo de mesmo valor, os mercados estrangeiros seriam desnecessários. Entretanto, a experiência diz que muito poucos países são capazes de produzir com a mesma eficácia as mercadorias obtidas pelo comércio com países de climas e solos variados. Sem esse comércio, e com grande aumento na capacidade produtiva, há um perigo considerável de que a indústria, o consumo e o valor de troca diminuam; e esse perigo sem dúvida se concretizaria se o barateamento das mercadorias nacionais, ocasionado pelo uso das máquinas, levasse a aumentar a poupança em vez de aumentar as despesas.

Mas é sabido que a facilidade de produção tem uma tendência fortíssima de abrir mercados, tanto nacionais quanto estrangeiros. Entretanto, na situação atual da maioria dos países, há poucos motivos para recear qualquer dano permanente devido à introdução de máquinas. Sempre se supõe que estas levarão a uma grande expansão da riqueza e do valor. Contudo, é preciso reconhecer que as importantes vantagens decorrentes da substituição do trabalho manual por máquinas depende da expansão do mercado para os artigos produzidos e do estímulo maior dado ao consumo; e que, sem essa expansão do mercado e sem aumento do consumo, grande parte desses artigos se perderá. Como a fertilidade da terra, a fabricação de boas máquinas proporciona enorme capacidade produtiva. Mas essa grande capacidade não poderá ser inteiramente explorada se a situação e as circunstâncias, ou os hábitos e gostos da sociedade, impedem que se estabeleça um mercado adequado e um aumento razoável do consumo.

As três causas mais favoráveis à produção são: acumulação de capital, fertilidade do solo e inventos que poupam trabalho. Todas elas trabalham na mesma direção; e como todas elas tendem a facilitar a oferta, sem referência à demanda, não é provável que proporcionem, em separado ou em conjunto, um estímulo adequado ao crescimento contínuo da riqueza, o qual só pode ser mantido por um aumento permanente da demanda de mercadorias.

Seção VI - A Necessidade de Aliar a Capacidade Produtiva aos Meios de Distribuição, a Fim de Assegurar um Aumento Permanente da Riqueza

Vimos que apenas a capacidade produtiva, qualquer que seja sua grandeza, não é suficiente para assegurar a criação de uma quantidade correspondente de riqueza. Parece que algo mais é necessário para levar essa capacidade à sua plena utilização; e esse algo mais é tal distribuição da produção e tal adequação dessa produção às necessidades de seus consumidores de forma a aumentar constantemente o valor de troca das mercadorias em seu conjunto.

Em casos individuais, a capacidade de produzir certas mercadorias é utilizada na proporção de sua demanda efetiva; e o maior estímulo à sua produção é um alto preço de mercado ou um aumento no seu valor de troca, anterior ao emprego de mais capital e de mais trabalho em sua produção.

Da mesma forma, o maior estímulo à produção contínua de mercadorias, tomadas em conjunto, é um aumento no valor de troca de todas elas em conjunto, anterior ao emprego de mais trabalho e de mais capital em sua produção. Esse aumento de valor é realizado pela distribuição da produção efetiva mais adequada às necessidades existentes e a criação de novas necessidades.

Numa seção anterior dissemos que se todas as estradas e canais do país fossem obstruídos e os meios

de distribuição dos produtos sofressem uma perturbação substancial, o valor global da produção cairia muito; com efeito, é óbvio que se a distribuição não é adequada às necessidades, gostos e capacidades da população efetiva em diferentes situações, o valor da produção cairia a ponto de ser comparativamente insignificante. Segundo o mesmo princípio, se os meios de distribuição da produção de um país fossem ainda mais facilitados, e se sua adequação às necessidades, gostos e capacidades dos consumidores fosse maior do que é atualmente, não há dúvida de que haveria grande aumento no valor da produção global.

Mas para ilustrar a capacidade da distribuição em aumentar a grandeza do valor de troca é suficiente recorrer à experiência. Antes do surgimento de boas estradas e canais na Inglaterra, os preços dos produtos de muitos distritos do país eram extremamente baixos, comparados aos preços dos mesmos produtos nos mercados londrinos. Depois que os meios de distribuição foram facilitados, os preços dos produtos que vinham do interior e alguns produtos londrinos que eram mandados para o interior em troca daqueles subiram; e essa alta foi superior à queda das vendas de produtos da zona rural nos mercados londrinos, ou à queda dos produtos de Londres nos mercados rurais; e, em consequência, o valor da produção global ou a oferta conjunta de Londres e da zona rural aumentou muito. Enquanto dessa forma se estimulava o emprego de uma quantidade maior de capital, devido à ampliação da demanda, a alta temporária dos lucros, ocasionada por essa ampliação, contribuiu muitíssimo para o fornecimento do capital adicional requerido.

Talvez perguntem como um aumento no valor de troca da produção global de um país pode ser estimado. Já se disse antes que o valor de troca real, devido à sua

própria natureza, não admite nenhuma medida padrão exata; e, em consequência, no presente caso não podemos citar nenhuma medida que seja perfeitamente satisfatória. Mesmo o ouro, nossa medida de valor mais comum, só pode ser indicado de maneira genérica e para curtos períodos de tempo; e embora a riqueza, abstratamente considerada, seja quase inteiramente independente do dinheiro, mesmo assim, nas relações efetivas que os diferentes países do mundo mantêm entre si, raramente ocorre grande aumento ou grande redução no valor metálico do conjunto das mercadorias de um país sem um aumento ou uma redução da demanda de mercadorias, comparativamente à oferta.

Entretanto, não há dúvida de que, às vezes, o valor do ouro se altera, não apenas genericamente, mas em países específicos; não queremos dizer com isso que um país não possa ser estimulado a aumentar sua riqueza depois de uma queda no preço monetário do conjunto de suas mercadorias. Eu propus antes um meio-termo entre o trigo e o trabalho como a melhor aproximação de uma medida do valor de troca real, aplicável a mercadorias de diferentes países e em diferentes períodos; e sempre estou disposto a recorrer a essa medida para estimar qualquer mercadoria, com exceção do trigo e do trabalho. Mas como, ao falar de riqueza nacional, é necessário incluir o valor de troca da alimentação, e como esta não pode medir a si mesma, usarei genericamente o trabalho, tanto nacional quanto estrangeiro, que o preço metálico de um produto pode adquirir, ou os sacrifícios que as pessoas estão dispostas e aptas a fazer, dos esforços próprios ou alheios, a fim de obtê-lo, como a melhor medida prática de valor que se pode usar. Embora não seja uma medida exata, sua precisão é suficiente para o presente objetivo.

A riqueza geral, assim como suas partes específicas, sempre acompanha a demanda efetiva. Sempre que há grande demanda de mercadorias, isto é, sempre que o valor de troca de toda a produção adquire mais trabalho que de costume pelo mesmo preço, há motivos para esperar um aumento geral das mercadorias, assim como para esperar um aumento de mercadorias específicas quando seus preços de mercado sobem. E, por outro lado, sempre que o valor da produção de um país, estimado pelo trabalho que adquire, cai, é evidente que a capacidade e a vontade de comprar a mesma quantidade de trabalho também diminui e que a demanda efetiva de um aumento de produção é contida durante algum tempo.

Sr. Ricardo, em seu capítulo sobre o valor e a riqueza, afirma que “certa quantidade de roupas e de provisões mantém e emprega o mesmo número de homens e obtém, portanto, a mesma quantidade de trabalho a ser feito, quer esses bens sejam produzidos pelo trabalho de cem, quer de duzentos homens; mas seu valor dobra caso tenha empregado duzentos homens em sua produção”. Mas, mesmo admitindo sua peculiar estimativa de valor, essa afirmação dificilmente seria verdadeira. As roupas e as provisões que custaram apenas cem dias de trabalho jamais conseguirão, a não ser nas situações mais anormais, obter a quantidade de trabalho que obteriam se tivessem custado duzentos dias de trabalho. Supor tal coisa é supor que o preço do trabalho, estimado em bens de primeira necessidade, é sempre o mesmo em todos os períodos e em todos os países, que não depende da abundância ou da escassez de bens de primeira necessidade comparativamente ao trabalho, uma suposição contestada pela experiência universal. Na Inglaterra, 9 *quarters* de trigo talvez adquiram um ano de trabalho; mas dificilmente 16

quarters obteriam a mesma quantidade de trabalho na América. E tanto no caso de súbito aumento de trabalho produtivo, decorrente de uma rápida conversão de rendimentos em capital, quanto de súbito aumento da produtividade da mesma quantidade de trabalho, não há dúvida de que determinada quantidade de bens de primeira necessidade não consegue acionar a mesma quantidade de trabalho; e, se o valor de troca da produção caísse em proporção maior que o aumento de sua quantidade (o que pode acontecer facilmente), então a mesma quantidade de trabalho não seria acionada pela maior quantidade de bens de primeira necessidade e o crescimento da riqueza seria decisivamente contido.

Uma contenção dessas seria ainda mais obviamente a consequência de uma redução da demanda de tal produção, decorrente do declínio do comércio exterior ou de outra causa qualquer. Nessas circunstâncias, tanto a quantidade quanto o valor da produção logo diminuiriam; e embora o trabalho, devido à falta de demanda, fosse muito barato, os capitalistas logo perderiam a vontade e a capacidade de empregá-lo na mesma quantidade de antes.

Em todo caso, um aumento contínuo no valor da produção estimado em trabalho parece absolutamente necessário para um aumento contínuo e ininterrupto da riqueza, porque, sem esse aumento de valor, é óbvio que não é possível acionar mais trabalho. Para manter esse valor, é necessário que haja uma distribuição efetiva da produção e que se mantenha uma proporção adequada entre os objetos a serem consumidos e o número, as necessidades e a capacidade dos consumidores ou, em outras palavras, entre a oferta e a procura de mercadorias.

Já mostramos que esse valor não pode ser mantido no caso de rápida acumulação de capital gerada por diminuição efetiva e contínua dos gastos e do consumo das classes superiores da sociedade. Contudo, prontamente reconheceremos que a poupança de rendimentos para aumentar o capital é um passo absolutamente necessário para o crescimento da riqueza. Nesse caso, como é possível poupar sem acarretar diminuição no valor realizado?

Isso pode ocorrer, e na prática quase sempre ocorre, em consequência de um aumento anterior do valor, ou dos rendimentos; nesse caso é possível fazer a poupança não apenas sem nenhuma diminuição da demanda e do consumo, mas com um aumento efetivo da demanda, do consumo e do valor durante todo o processo. E de fato é esse aumento anterior do valor e dos rendimentos que proporciona grande estímulo à acumulação e que torna essa acumulação efetiva na produção contínua de riqueza.

O Sr. Sismondi limita o valor da produção de um ano ao valor dos rendimentos do ano anterior; mas isso impediria o aumento de valor. Grande aumento do valor de troca e da demanda pode ocorrer em qualquer ano em consequência de melhor distribuição da produção e de melhor adaptação dessa produção às necessidades da sociedade.

A prosperidade de um país, embora se realize necessariamente de forma mais lenta, realiza-se do mesmo modo que a prosperidade dos comerciantes — mediante a poupança, com certeza, mas mediante poupança proporcionada por maiores ganhos, e de maneira alguma implica diminuição de gastos com objetos de luxo e com lazer.

Mais de um comerciante fez grande fortuna, embora durante a aquisição dessa fortuna talvez não tenha havido um único ano em que não tenha aumentado, ao invés de diminuir, seus gastos com objetos de luxo, com divertimentos e com liberalidades. O volume de capital deste país é imenso e com certeza recebeu acréscimos enormes durante os últimos 25 anos; mas, olhando para trás, encontramos poucos indícios de uma redução de despesas na manutenção do trabalho improdutivo. Contudo, se encontrarmos um desses indícios, ele estará em exata conformidade com a teoria aqui representada; será encontrado num período em que, devido a circunstâncias especiais, o valor da produção nacional não se manteve e, em consequência, houve grande redução na capacidade de gastar e grande restrição à produção de riqueza.

Talvez se diga que enfatizar muito a distribuição e medir a demanda pelo valor de troca da produção total é enfatizar a renda bruta em detrimento da renda líquida de um país, e preferir o sistema agrícola e manufatureiro que emprega o maior número de braços na produção de um bem. Mas já mostrei que a poupança de trabalho e o aumento de habilidade técnica, tanto na agricultura quanto na manufatura, ao possibilitar que um país estenda o cultivo a terras cada vez mais pobres, sem redução de lucros, e que amplie cada vez mais os mercados para suas manufaturas, tende a aumentar o valor de troca do conjunto dos produtos; e não há dúvida de que, neste país, esses fatores constituíram as principais fontes daquele aumento rápido e espantoso do valor da riqueza nacional, ocorrido durante os últimos trinta ou quarenta anos.

Portanto, enfatizar a renda bruta de um país, de preferência a salientar sua renda líquida, não significa de modo algum subestimar o benefício estupendo

proporcionado pelas máquinas e pela habilidade técnica; significa apenas dar a merecida importância ao valor da produção nacional. Nenhuma descrição da riqueza nacional que considere apenas a renda líquida pode ser satisfatória. Os economistas comprometeram a utilidade prática de seu trabalho por se referirem exclusivamente ao produto líquido da terra. E os autores que consideram que a riqueza consiste apenas em rendas e lucros, e excluem os salários, cometem exatamente o mesmo tipo de erro, embora menos grave. Aqueles que vivem de salários do trabalho, quer produtivo, quer improdutivo, recebem e gastam a maior parte do produto anual, pagam uma soma muito considerável em impostos para a manutenção do governo e constituem, sem dúvida, a maior parte de sua força material. Quando prevalecem os hábitos de prudência, toda essa grande massa pode ser quase tão feliz quanto as pessoas das outras duas classes, e é provável que grande número de trabalhadores, embora não a maior parte, seja mais feliz. Portanto, de todos os pontos de vista, tanto com relação à parte do produto anual que lhes cabe quanto com respeito ao bem-estar e à felicidade que essa participação no produto pode propiciar, aqueles que vivem dos salários do trabalho devem ser considerados a parcela mais importante da sociedade; e toda definição de riqueza que envolva uma redução de seu número, a fim de que as necessidades da população como um todo sejam atendidas por uma produção anual menor, é necessariamente errônea.

No primeiro capítulo deste trabalho, tendo definido riqueza como “os objetos materiais que são necessários, úteis e agradáveis ao homem”, concluí que um país é rico ou pobre segundo a abundância ou escassez da oferta desses objetos, comparativamente à extensão do território. Prontamente reconheceremos que essa

definição não inclui a questão do produto disponível ou dos recursos tributáveis; mas mesmo assim considero essa definição de riqueza de um país muito mais correta do que qualquer outra que se refira apenas a essa parcela disponível. O que poderíamos dizer sobre a riqueza deste país se fosse possível que suas rendas e lucros permanecessem os mesmos enquanto sua população e sua produção sofressem uma redução de 2/3? Com certeza, que seria mais pobre, de acordo com a definição acima mencionada; e poucos discordariam dessa conclusão.

Não há a menor dúvida de que seria desejável, numa definição de riqueza nacional, incluir o produto disponível, assim como sua quantidade e valor efetivos; mas tal definição, devido à sua própria natureza, parece impossível, porque cada caso individual depende de saber se o aumento da produção disponível deve ser considerado equivalente à dada redução do produto bruto.

Portanto, é preciso contentar-nos com uma referência genérica ao volume e ao valor do produto nacional; e posteriormente podemos considerar uma proposição independente, ainda que muito importante: a de que determinados países com um produto nacional de mesmo volume e mesmo valor têm uma proporção maior ou menor daquele produto disponível. Nesse aspecto, não há dúvida de que um país com um território fértil leva uma vantagem enorme sobre aqueles cuja riqueza depende quase inteiramente das manufaturas. Com a mesma população, a mesma taxa de lucros e o mesmo volume e valor do produto nacional, o país agrícola tem uma parcela muito maior de riqueza disponível.

Felizmente é muito raro termos de determinar as vantagens e desvantagens ocasionadas pelo aumento da

renda líquida, em detrimento da renda bruta. Os interesses dos capitalistas individuais os predispõem, invariavelmente, a poupar trabalho, qualquer que seja o setor em que atuem; a teoria e a experiência unem-se para mostrar que os esforços bem-sucedidos nessa direção, ao aumentar a capacidade produtiva, proporcionam os meios para aumentar, no maior grau possível, o volume e o valor do produto bruto,[61] desde que haja sempre tal distribuição e tal consumo da maior oferta de mercadorias que o seu valor de troca aumente constantemente.

Em geral um aumento do produto e um aumento do valor ocorrem simultaneamente; e essa é a situação natural e saudável que mais favorece o crescimento da riqueza. O aumento do volume do produto depende sobretudo da capacidade produtiva, e o aumento do valor do produto, de sua distribuição. Produção e distribuição são os principais componentes da riqueza que, combinados em proporções adequadas, são capazes de impulsionar os bens e a população da terra, em período relativamente curto, aos limites extremos de seus recursos possíveis; mas, tomados separadamente, ou combinados em proporções inadequadas, produzem, depois de passados muitos milhares de anos, apenas uns poucos bens e uma população rarefeita, esta espalhada, no momento, sobre a face da Terra.

Seção VII - A Distribuição Gerada pela Divisão da Propriedade Rural, Considerada como Meio de Aumentar o Valor de Troca do Produto Total

A divisão da propriedade rural, o comércio interno e externo e a manutenção de consumidores improdutivos são as três causas mais favoráveis à distribuição da riqueza.

No momento em que novas colônias se estabelecem, é necessário proceder a uma divisão simples da terra, a fim de que o princípio da população se efetive.

O rápido crescimento dos Estados Unidos da América, considerado em seu conjunto, sem dúvida alguma foi grandemente auxiliado pelo comércio exterior e, em particular, pela sua capacidade de trocar produtos agrícolas obtidos com pouco trabalho por mercadorias europeias que custaram muito trabalho.

O rápido crescimento dos estabelecimentos rurais nos Estados Unidos deve-se em grande parte à facilidade de instalar novas famílias na terra à medida que esses estabelecimentos se separavam dos capitais originais.

A injusta distribuição da propriedade rural de quase toda a Europa, originada no período feudal, foi o principal obstáculo ao progresso dos agricultores e da riqueza da Idade Média.

Adam Smith descreve muito bem a modesta agricultura que pode ter existido, e de fato existiu, nas grandes propriedades do período feudal. Mas os grandes

proprietários não eram apenas maus agricultores, que pouco se importavam com melhorias no cultivo; além disso, durante muito tempo talvez não tenham desenvolvido suficientemente o gosto pelos produtos manufaturados. Entretanto, mesmo que tivessem desenvolvido esse gosto no grau em que existe hoje, seu número insignificante não possibilitaria uma demanda que produzisse uma quantidade importante desse tipo de riqueza. Ouvimos falar do grande esplendor existente entre os príncipes e nobres de todos os períodos históricos. A dificuldade não consiste tanto em incutir nos ricos o amor pelo refinamento, quanto em dividir suas imensas propriedades e criar grande número de consumidores aptos e dispostos a comprar os produtos do trabalho. É óbvio que isso só pode ser feito de modo muito gradual. É muito provável que o crescente amor ao refinamento tenha constituído grande apoio para a realização desse objetivo; mas apenas esse gosto, sem se fazer acompanhar de melhor distribuição de terras, teria sido insuficiente. O proprietário de numerosas propriedades rurais, depois de mobiliar esplendidamente sua mansão ou seu castelo, e depois de adquirir belas roupas e belas carruagens, não iria trocá-las a cada dois meses simplesmente porque é rico o bastante para fazê-lo. Em vez de dar-se ao luxo dessas trocas inúteis e difíceis, é mais provável que sustentasse grande número de servos e dependentes ociosos, que cobrasse rendas menores com a finalidade de ter um controle maior sobre seus rendeiros, ou que sacrificasse parte considerável de sua produção agrícola a fim de estimular jogos e passatempos e se permitisse, com mais resultados e menos interrupções, os prazeres da caça. Trinta ou quarenta proprietários com rendimentos entre 1.000 e 5 mil libras anuais criariam uma demanda muito mais efetiva de pão de trigo, carnes de primeira qualidade e

produtos manufaturados que um único proprietário com 100 mil libras anuais.

É fisicamente possível que um pequeno número de proprietários e capitalistas muito ricos criem uma demanda muito grande; mas, na prática, o que se verifica é que a riqueza descomunal de poucos nunca é equivalente, em termos de demanda efetiva, à riqueza moderada de muitos.

Embora seja verdade que a divisão da propriedade rural, em certa medida, favorece o aumento da riqueza, é igualmente verdade que prejudica quando passa dessa medida.

Verificamos que, em Economia Política, todos os resultados positivos relativamente à riqueza dependem de proporções; e essa importante verdade é particularmente óbvia na divisão da propriedade rural.

Quanto aos efeitos de uma grande subdivisão da propriedade, uma experiência terrível tem lugar agora na França. A lei de sucessão nesse país divide todos os tipos de propriedade entre todos os filhos igualmente, sem direito de primogenitura ou distinção de sexo, e só permite dispor de uma parte muito pequena por testamento.

Essa lei não existe há tempo suficiente para mostrar quais são seus efeitos prováveis sobre a riqueza e a prosperidade nacionais. Se a situação da propriedade na França parece, no momento, favorável à indústria e à demanda, não há nenhum motivo para se concluir que será favorável no futuro. Todos admitem que, em certa medida, a divisão de terras é extremamente desejável; e em quase toda a Europa ainda existem tantos vestígios das enormes propriedades rurais herdadas do período feudal, que não são muitos os países em que uma lei

como a francesa seria inútil, relativamente à riqueza, durante certo número de anos. Mas se uma lei como essa tivesse de existir de maneira permanente para regular a transmissão da propriedade na França; se não se inventar formas de evitá-la e se seus efeitos não forem amenizados por uma extrema prudência no casamento — prudência essa que uma lei assim certamente tenderia a desestimular —, temos todos os motivos para acreditar que o país, depois de um século, seria tão notável por sua pobreza e miséria extraordinárias quanto pela inusitada igualdade de propriedade. Os donos de minúsculas extensões de terra estariam, como sempre estão, especialmente sem recursos, e grande número deles se arruinaria sempre que houvesse escassez. Dificilmente um deles chegaria a ser rico, com exceção dos que recebem salários do governo.

Nessa situação, com pouca ou nenhuma daquela influência natural da propriedade no sentido de restringir ao mesmo tempo o poder da Coroa e a violência do povo, não podemos conceber que um governo confuso como o que se estabeleceu agora na França consiga manter-se. E também não posso acreditar que uma situação em que houvesse tanta pobreza pudesse ser favorável à existência e à continuidade da república. E quando, além disso, consideramos a extrema dificuldade, em quaisquer circunstâncias, de estabelecer uma república bem constituída, e de garantir sua continuidade como mostra a experiência de toda a História, não é exagero dizer que não podemos alimentar nenhuma esperança razoável quanto à existência permanente de uma forma de governo como essa.

Mas uma estrutura fundiária como a que descrevemos acima seria muito propícia ao despotismo militar. Se o governo não adota a fórmula oriental de considerar-se o único proprietário das terras, pode ao menos seguir o

conselho dos economistas e declarar-se sócio dos proprietários de terras e, a partir dessa fonte (que poderia ser uma fonte bem rica, embora os donos de terras, devido à sua quantidade, pudessem ser pobres), à qual se acrescentariam alguns impostos, não seria difícil tornar o exército a parcela mais rica da sociedade; assim o governo exerceria uma influência irresistível a que, numa situação dessas, nada poderia se opor. O déspota poderia ser trocado de vez em quando, como os imperadores romanos, pela guarda pretoriana; mas certamente o despotismo teria bases muito sólidas.

No Império Britânico, as imensas propriedades rurais de antigamente vem sendo divididas pela prosperidade do comércio e das manufaturas.

Uma classe média numerosa e diversificada está sendo formada pelo comércio, pelas manufaturas, pelas profissões liberais etc., e provavelmente será uma consumidora muito mais efetiva que os pequenos proprietários de terra.

Nessas circunstâncias, pode ser apressado concluir que a abolição do direito de primogenitura aumentaria a riqueza do país; mas ainda que chegássemos a essa conclusão, isso não recomendaria uma política de reforma.

Há motivos para acreditar que a constituição britânica não possa manter-se sem uma aristocracia; e uma aristocracia efetiva não pode manter-se sem o direito de primogenitura.

Não é fácil dizer em que medida a abolição da lei de primogenitura dividiria as propriedades rurais do país; mas é provável que a divisão não seja favorável a um bom governo.

Portanto, embora uma distribuição mais igualitária da propriedade fundiária pudesse ser melhor do que a que temos hoje, mesmo assim poderia não ser recomendável abolir a lei de primogenitura.

Mas quaisquer que sejam as leis existentes, permanece verdadeiro o princípio de que a divisão da propriedade rural é um dos grandes meios de distribuição que tendem a manter e aumentar o valor de troca do produto total.

Seção VIII - A Distribuição Gerada pelo Comércio Interno e Externo, Considerada como Meio de Aumentar o Valor de Troca do Produto

A segunda principal causa favorável ao aumento do valor de troca, que depende da distribuição, é o comércio interno e externo.

Toda troca que ocorre num país efetua a distribuição de suas mercadorias da forma que melhor se adapta às necessidades da sociedade, sendo calculada para proporcionar ao produto total um valor maior de mercado.

Os economistas, em seus esforços para provar a natureza improdutiva do comércio, insistem sempre em que seu efeito consiste apenas em nivelar os preços, que em alguns lugares é alto demais, e, em outros, baixo demais, mas cuja quantidade é a mesma depois de ocorrida a troca. Essa proposição não tem fundamentos e é contestada por fatos inquestionáveis. O aumento inicial dos preços, decorrente da ampliação do mercado, é incontestável. E quando a esse fato acrescentamos o efeito criado pela demanda de mais produtos, bem como os meios assim proporcionados para uma rápida acumulação destinada à satisfação dessa demanda, é impossível duvidar por um momento sequer da influência direta de todo o comércio interno sobre o aumento do valor do produto nacional.

Se o comércio não influenciasse de fato o aumento do valor do produto nacional, ele não seria praticado. É com

esse aumento que os comerciantes são pagos, e se alguns artigos londrinos não têm mais valor em Glasgow do que em Londres, e se alguns artigos de Glasgow não valem mais em Londres que em sua cidade de origem, os comerciantes que trocam os artigos negociados por essas cidades não estariam fazendo nada por si mesmos nem por ninguém mais. Seria apenas um processo inútil trocar um conjunto de mercadorias por outro se as partes, depois de efetivada essa nova distribuição de mercadorias, não ficassem em situação melhor que antes. Dar um artigo por outro não tem nenhuma relação com a demanda efetiva, a menos que a mercadoria recebida exceda de muito o valor do trabalho empregado na primeira mercadoria, a fim de proporcionar lucros adequados aos capitalistas, mais a capacidade e a vontade de acionar mais trabalho no mesmo setor.

Dizem que a indústria de um país se mede pelo volume de seu capital e pela maneira de empregar esse capital; embora isso possa fazer diferença quanto ao lazer dos habitantes desse país, faz muito pouca diferença quanto ao valor da renda nacional. Isso só se aplicaria a um único caso, a saber, se os habitantes pudessem ser convencidos a ter seus próprios produtos em tão alta estima que os levasse a ter tanto desejo de obtê-los e consumi-los quanto o que tem pelas mercadorias que vêm de fora, e que tivessem tanta disposição para trabalhar e fazer sacrifícios tão grandes pelos seus próprios produtos quanto os que fazem pelas mercadorias que vêm de longe. Mas será que podemos supor um caso desses? É especificamente para superar a falta de desejo de comprar mercadorias nacionais que o comerciante as troca por outras mais procuradas. Se pudéssemos alterar dessa forma as necessidades e o gosto do povo de Glasgow, de modo a fazê-lo ter em alta estima tanto a grande quantidade de artigos de algodão

que produz quanto os objetos que recebe por eles num bom negócio, não ouviríamos mais falar de sua miséria.

Podemos admitir que a dimensão da indústria de um país é aproximadamente proporcional à quantidade de capital empregado; mas o valor dos rendimentos será maior ou menor de acordo com os preços de mercado dos artigos produzidos. Esses preços de mercado obviamente dependem do intercâmbio de mercadorias; e, em consequência, o valor dos rendimentos, e a capacidade e a vontade de aumentá-lo, dependem da distribuição de mercadorias mais bem adaptadas às necessidades e gostos da sociedade.

Pode-se dizer que o produto global de uma nação tem um preço de mercado em dinheiro e em trabalho. Quando esse preço de mercado é alto, isto é, quando os preços das mercadorias sobem a ponto de adquirir um excedente de trabalho maior do que antes sobre seu custo de produção, quando nelas se empregou o mesmo capital e o mesmo número de pessoas, é evidente que a cada ano se acionará mais trabalho e que o crescimento da riqueza será rápido e seguro. Por outro lado, quando os preços de mercado são tais que só podem adquirir muito pouco trabalho a mais que seu custo de produção, é evidente que a riqueza nacional crescerá de forma muito lenta, ou talvez fique estacionária.

O meio de circulação de cada país representa papel muito importante na distribuição das mercadorias; e, como já sugerimos antes em uma nota de rodapé, temos muito mais possibilidades de confundir que de esclarecer nossos argumentos quando não o levamos em consideração. Com efeito, não é fácil, sem referência a um meio de circulação, verificar se as mercadorias de um país são distribuídas de modo a proporcionar-lhes seu valor adequado.

Talvez se possa dizer que, se os recursos para a manutenção do trabalho são, em qualquer período, inusitadamente abundantes, podemos tranquilamente supor que conseguirão adquirir uma quantidade de trabalho bem maior que a habitual. Mas com certeza não conseguirão adquirir mais trabalho, nem sequer a mesma quantidade, se sua distribuição for deficiente; e, num país que possui um meio de circulação, a prova específica da deficiência da distribuição é o fato de o produto total não obter na troca uma quantidade tão grande do meio circulante quanto antes, seguindo-se daí que os produtores são obrigados a vender com grande redução dos lucros monetários, ou mesmo com perda de dinheiro.

Não há a menor dúvida de que, neste país, os recursos para a manutenção do trabalho foram inusitadamente abundantes entre as safras de 1815 e 1816. Houve abundância específica de trigo e não houve falta de nenhum outro bem de primeira necessidade; entretanto, é fato notório que muitas pessoas foram despedidas, em parte devido à falta de capacidade, e em parte devido à falta de vontade de empregar a mesma quantidade de trabalho de antes. Como esse fato pode ser explicado? Como já disse antes, não seria fácil explicá-lo sem referir-me a um meio circulante porque, sem essa referência, seria extremamente difícil provar a existência de uma distribuição deficiente. Mas assim que nos referimos ao meio circulante, a explicação do fato observado torna-se perfeitamente simples. Todos sabem que houve uma queda no valor monetário dos produtos agrícolas, que chegou a quase 1/3. Se o arrendatário vende sua produção por apenas 2/3 do preço que obtinha antes, é evidente que não pode adquirir a mesma quantidade de trabalho e empregar a mesma quantidade de capital do ano anterior. E após a ocorrência de grande queda no

preço monetário de todos os produtos manufaturados, ocasionada em grau considerável pela queda anterior dos produtos agrícolas, é evidente que os manufatores não poderiam adquirir a mesma quantidade de trabalho de antes. Havendo abundância de bens de primeira necessidade, essas duas importantes classes sociais realmente sofrem uma redução em sua capacidade de empregar trabalho, ao passo que todos os que percebem rendimentos fixos aumentam sua capacidade de empregar trabalho, com possibilidades muito pequenas de aumentar a vontade de ampliar proporcionalmente a demanda; o resultado geral guarda semelhanças com aquela distribuição parcial dos produtos, decorrente da interrupção do sistema de comunicações. Pode-se produzir a mesma quantidade ou uma quantidade maior de mercadorias durante um curto período; mas se a distribuição não atende à demanda de todos os lugares, o valor de troca do produto total cai e ocorre uma paralisação marcada na produção do país como um todo. Resulta disso que as classes trabalhadoras da sociedade podem ficar desempregadas em meio à abundância de bens de primeira necessidade, se esses bens não estão em mãos de pessoas ao mesmo tempo aptas e dispostas a empregar uma quantidade adequada de trabalho.

É inútil, portanto, fazer conjeturas sobre grande aumento da produção e, rejeitando qualquer referência a um meio circulante, concluir que esse grande aumento será adequadamente distribuído e efetivamente consumido. Não temos nenhum direito de tirar essa conclusão. Sabemos, tanto a partir da teoria quanto da experiência, que, se cai o valor monetário do produto total, isso é sinal de que a distribuição é tal que desestimula a produção. Enquanto essa queda do preço monetário da produção continuar diminuindo a capacidade de adquirir trabalho nacional e estrangeiro,

obviamente continua existindo grande desestímulo à produção; e se, depois da acomodação do trabalho ao novo nível de preços, a distribuição permanente da produção e os gostos e hábitos permanentes do povo não forem favoráveis a um nível adequado de consumo, os mais claros princípios da Economia Política mostram que os lucros do capital são mais baixos, durante qualquer período de tempo, que aqueles que a situação no setor agrícola tornou necessários; e que a redução da produção pode ser tão duradoura quanto aquela ocasionada por uma distribuição deficiente ou por gostos e hábitos desfavoráveis.

Ao nos referirmos ao controle sobre o trabalho como a medida decisiva do valor do produto total, é preciso referirmo-nos primeiro a seu valor metálico, a fim de verificar se sua distribuição é adequada a ponto de tornar possível adquirir trabalho de forma proporcional à sua quantidade.

A distribuição de mercadorias realizada pelo comércio interno é o primeiro passo em direção a um aumento considerável da riqueza e do capital.

Os motivos que levam os indivíduos a participarem do comércio exterior são exatamente os mesmos que conduzem ao intercâmbio de mercadorias com as localidades mais distantes do mesmo país, isto é, um aumento no preço de mercado dos produtos locais; e o aumento dos lucros assim obtido ou a prevenção daquela queda dos lucros que ocorreria caso o capital tivesse sido empregado no país devem ser considerados um aumento proporcional do valor do produto nacional.

O Sr. Ricardo começa seu capítulo sobre o comércio exterior afirmando que “nenhum volume de comércio exterior aumenta de imediato o montante do valor num país, embora contribua poderosamente para aumentar o

volume de mercadorias e, assim, o prazer". Essa afirmação é coerente com sua visão particular de valor, que depende exclusivamente do trabalho que uma mercadoria custa. Mesmo que os retornos do comerciante sejam altos, e mesmo que excedam de muito o valor de suas exportações, de acordo com o uso comum do termo, é certo que o trabalho empregado na obtenção dessas exportações continuará o mesmo de antes. Mas como é um fato patente e inegável que os retornos de um negócio tão inusitadamente vantajoso serão trocados por uma quantidade inusitada de dinheiro, trabalho e mercadorias nacionais; como também é patente e inegável que essa maior capacidade de adquirir dinheiro, trabalho e mercadorias corresponde ao que diz o comerciante quando fala da ampliação do mercado estrangeiro e de um negócio vantajoso — a mim parece que essa situação, que pode durar, e muitas vezes dura um tempo suficiente para produzir os mais favoráveis resultados, é por si mesma, e imediatamente, uma prova decisiva de que a concepção do valor de troca onde este depende exclusivamente do custo de produção é essencialmente incorreta e absolutamente incapaz de explicar os grandes fenômenos relacionados com o crescimento da riqueza.

O Sr. Ricardo parece pensar que o valor não pode aumentar em um setor da produção sem diminuir em outro.[62] Mais uma vez, isso pode ser verdade segundo sua concepção de valor, mas é absolutamente injustificável segundo aquela concepção mais ampla do valor de troca, estabelecida e confirmada pela experiência. Se uma potência estrangeira mandasse a determinado comerciante um novo tipo de artigo para ser vendido no mercado londrino por 50 mil libras, esse seria o aumento da riqueza do comerciante; e quem, pergunto eu, ficaria mais pobre por isso? Não há dúvida

de que os compradores dessas mercadorias poderiam ser obrigados a renunciar a alguns artigos que antes costumavam comprar[63] e, nessa medida, a demanda poderia diminuir em alguns lugares. Mas, para contrabalançar essa redução, o comerciante enriquecido se tornaria um comprador de mercadorias adicionais que talvez correspondessem às 50 mil libras, evitando assim uma queda geral no valor do produto total consumido no país, enquanto o valor do produto estrangeiro assim consumido teria aumentado a ponto de abarcar toda a produção dos novos artigos importados. Não vejo nenhuma diferença entre um presente vindo do exterior e os lucros incomuns de um novo negócio estrangeiro em seus efeitos sobre a riqueza de uma nação. Parece-me que aumentam igualmente a riqueza da comunidade por meio de um aumento tanto do volume quanto do valor da produção obtida.

Talvez se diga que, na hipótese de que nem a população nem o dinheiro do país tenham aumentado, o valor do produto total estimado em trabalho ou em dinheiro não pode ter subido.

Com relação ao trabalho, eu observaria que, ao referir-me à capacidade que tem o valor do produto total de adquirir mais trabalho que antes, não me refiro especificamente a um *número* maior de trabalhadores: quero dizer que aquele valor pode adquirir mais trabalho pelo preço antigo ou pagar melhor os trabalhadores efetivos. Esse estado de coisas, com uma população que pode crescer de imediato, sempre gera aquela demanda de trabalho que impele a maiores esforços aqueles que antes talvez só recebessem metade do salário ou que estavam subempregados. Esse é o indício mais seguro do aumento da riqueza e seu estímulo mais eficaz. Essa é a consequência natural do fato de o valor do produto estimado em trabalho crescer mais rapidamente que a

população, e constitui um estímulo verdadeiro e saudável para o aumento posterior da população.

O dinheiro, essa utilíssima medida de valor, desempenharia suas funções de maneira muito neutra caso não pudesse de forma alguma acomodar-se a casos desse tipo, e caso a importação de uma mercadoria valiosa sempre reduzisse proporcionalmente o preço dos outros componentes do produto nacional. Mas isso está longe de acontecer, mesmo se não supusermos nenhuma nova importação de metais preciosos. Isso ocorre sempre que se verifica uma velocidade maior na circulação do dinheiro efetivamente em uso e quando é possível emitir mais cédulas sem provocar uma queda na taxa do comércio exterior ou uma alta no preço do ouro e das mercadorias. Um ou outro, ou ambos os recursos são usados, exceto nos países mais bárbaros; e embora, no caso da importação de mercadorias estrangeiras que competem diretamente com os artigos nacionais domésticos, esses artigos sem dúvida caiam de preço e seus produtores tornem-se mais pobres durante algum tempo — ainda assim será realmente muito raro acontecer que outros artigos não afetados por essa concorrência sofram uma queda no valor monetário; e não haverá nenhuma queda em mercadorias específicas que seja suficiente para evitar uma alta no preço monetário do produto total.

Entretanto, é natural contar com a importação de mais dinheiro; e, com efeito, uma ampliação bem-sucedida do comércio exterior é exatamente a situação que leva diretamente à importação do ouro. Pois o que é que o exportador considera, especificamente, uma ampliação bem-sucedida do comércio exterior, ao lidar com nações civilizadas? Sem dúvida alguma, a capacidade de vender seus artigos no exterior por um valor maior que o habitual, estimado em ouro; e, naturalmente, se os

artigos que ele importaria em troca não são vendáveis no seu país de origem a um preço que compense sua importação, uma parte ou o total dos retornos serão importados em dinheiro. Mas, se a importação de dinheiro for em tal quantidade que sua proporção relativamente aos retornos em mercadorias seja igual à proporção que o total do dinheiro em circulação no país mantém com o total de sua produção, é óbvio que não haverá nenhuma dificuldade na circulação das mercadorias do país aos preços antigos, com a única exceção dos artigos com os quais as mercadorias estrangeiras competem diretamente. Nesse caso, a concorrência não seria jamais suficiente para evitar um aumento geral do valor do produto total.

Portanto, discordo plenamente da conclusão do Sr. Ricardo implícita na seguinte passagem: “Com relação ao valor, tanto a demanda de mercadorias nacionais quanto a demanda de mercadorias estrangeiras é limitada pela renda e pelo capital do país. Se um aumenta, o outro diminui necessariamente”. Parece-me inquestionável que, em quase todos os casos de comércio exterior bem-sucedido, a demanda conjunta de mercadorias nacionais e estrangeiras aumenta decididamente; e não há dúvida de que o aumento do valor dos produtos estrangeiros não provoca uma redução proporcional no valor do produto nacional.

Entretanto, reconheço que, com relação ao valor, a demanda conjunta de mercadorias nacionais e estrangeiras é limitada pela renda e pelo capital do país; mas, segundo minha visão do assunto, a renda nacional, que consiste na soma das rendas da terra, dos lucros e dos salários, sofre um aumento marcante e imediato, provocado pelos maiores lucros do comerciante estrangeiro, sem uma redução proporcional da renda em nenhum setor; ao passo que o Sr. Ricardo evidentemente

é de opinião que, embora a abundância de mercadorias aumente, a renda do país, relativamente ao valor, continua a mesma; e como discordo mais da conclusão que se *pretendia* transmitir que dos termos efetivos da passagem citada, usei a palavra *implícita* em vez de *expressa*.

Prontamente admitirei que o aumento da quantidade de mercadorias é um dos efeitos mais desejáveis do comércio exterior; mas quero chamar particularmente a atenção do leitor para um outro efeito importantíssimo que, em quase todos os casos, acompanha o primeiro, e que é expressamente negado pelo Sr. Ricardo, a saber, o aumento da grandeza do valor de troca. E esse último efeito é tão necessário, a fim de criar um estímulo permanente ao esforço produtivo e manter uma oferta abundante de mercadorias, que, nos poucos casos em que não ocorre, a estagnação da demanda de trabalho é imediatamente perceptível e o crescimento da riqueza é reduzido. A ampliação do comércio exterior, na concepção do Sr. Ricardo, nos colocaria, em minha opinião, na situação em que estava nosso país no começo de 1816, quando uma súbita abundância e barateamento do trigo e de outras mercadorias, decorrente de grande oferta satisfazendo uma demanda insuficiente, diminuíram de tal forma o valor da renda do país que este não podia mais adquirir a mesma quantidade de trabalho ao mesmo preço; a consequência disso foi que, em meio à abundância, milhares e milhares de pessoas foram despedidas — uma preliminar muito dolorosa e quase inevitável de uma queda nos salários monetários do trabalho, que é, obviamente, a única possibilidade da renda geral do país empregar o mesmo número de trabalhadores de antes e, depois de um período de graves obstáculos ao crescimento da riqueza, recomeçar um movimento evolutivo.

O Sr. Ricardo sempre parece pensar que é indiferente ao trabalhador o fato de poder adquirir uma quantidade maior dos bens de primeira necessidade por meio de uma alta no preço monetário do trabalho ou por meio de uma queda no preço monetário das provisões; mas esses dois eventos, embora tenham efeitos aparentemente semelhantes, podem ter — e geralmente têm — diferenças essenciais. Um aumento nos salários do trabalho, tanto reais quanto nominais, implica invariavelmente distribuição da riqueza efetiva tal que a faça crescer em valor, assegurando pleno emprego para todas as classes trabalhadoras e criando uma demanda de mais produção e de capital que a tornará possível. Em síntese, esse é um indício infalível de saúde e de prosperidade, ao passo que uma queda geral no preço monetário dos bens de primeira necessidade muitas vezes surge de uma distribuição tão defeituosa do produto do país que o montante de seu valor se reduz; nesse caso, nas circunstâncias mais favoráveis, um período de desemprego e de miséria é inevitável; e em muitos casos, como a observação de diferentes países do globo mostra com grande frequência, essa queda no preço monetário dos bens de primeira necessidade se faz acompanhar da diminuição permanente da riqueza.

O leitor tem plena consciência de que uma grande queda no preço de certas mercadorias, decorrente tanto do aperfeiçoamento técnico das máquinas quanto do comércio exterior, é perfeitamente compatível com um aumento grande e contínuo não apenas do valor de troca da produção total de um país, mas até mesmo do valor de troca da produção total desses mesmos artigos. Tem-se afirmado repetidamente que o valor global dos artigos de algodão produzidos neste país aumentou de modo prodigioso, apesar da grande queda de seu preço. Pode-se dizer o mesmo em relação ao chá, embora na época

em que era importado seu preço por quilograma fosse muito superior ao que é hoje; e não há dúvida de que, se tivéssemos de fabricar nossos próprios vinhos por meio de estufas, de modo geral eles valeriam muito menos dinheiro e constituiriam um estímulo muito menor ao esforço produtivo.

Mesmo quando a natureza da mercadoria é tal que não admite uma ampliação de mercado decorrente da redução do preço — o que acontece muito raramente —, mesmo assim o capital e o trabalho, que nesse caso tornam-se ociosos, em geral encontram outros setores onde podem ser utilizados, em países empreendedores e comerciais, com lucros suficientes para manter — e até muitas vezes aumentar — o valor da renda nacional. Ao mesmo tempo, é preciso observar, e esse é um ponto muito importante, que é precisamente em casos desse tipo que ocorrem as poucas exceções da genérica e poderosa tendência do comércio exterior para elevar o valor da renda nacional; e sempre que essas exceções realmente ocorrem, isto é, sempre que o valor da renda nacional diminui, mesmo quando estimada em dinheiro, é inevitável que ocorra uma pobreza temporária devida a uma distribuição deficiente da produção. Se esse valor reduzido for estimado em trabalho, a pobreza entre as classes trabalhadoras e a redução do crescimento da riqueza continuarão enquanto perdurar a redução do valor assim estimado, e se pudesse ser provado que, em circunstâncias especiais, qualquer tipo de comércio exterior tende a reduzir de modo permanente a capacidade de o produto nacional adquirir trabalho nacional e estrangeiro, esse negócio certamente traria o bloqueio permanente do crescimento da riqueza e da população.

As causas de um aumento da demanda efetiva de determinadas mercadorias são muito fáceis de explicar,

mas não se considera tão fácil — e com razão — explicar a causa do avivamento da demanda que, às vezes, ocorre em todo um país, e que contrasta de maneira tão notável com o sentimento que leva a dizer que o comércio está estagnado em toda parte. Como causa específica e imediata desse aumento geral da demanda efetiva, eu decididamente apontaria uma distribuição tal do produto e uma adaptação tal da produção às necessidades e aos gostos da sociedade que proporcionem ao valor monetário pelo qual o produto é vendido um controle maior sobre o trabalho nacional e estrangeiro; e sinto-me inclinado a pensar que, se esse teste fosse aplicado a todos os casos em que o fenômeno ocorreu, verificar-se-ia que raramente ou nunca falha.

Não se pode duvidar nem por um momento de que o crescimento anual do produto dos Estados Unidos da América, por exemplo, quer estimado em ouro, quer estimado em trabalho nacional e estrangeiro, tem sido maior que o de qualquer outro país conhecido e que esse crescimento se deve, em grande parte, ao seu comércio exterior, o qual, apesar da facilidade de produção de trigo e de produtos agrícolas naquele país, alcança para essas mercadorias o mesmo valor que elas obtêm em muitos países da Europa; em consequência, o comércio exterior deu a elas uma capacidade realmente extraordinária de adquirir o produto e o trabalho de outros países, comparativamente ao trabalho que empregaram. Da mesma forma não se pode duvidar que em nosso país, entre 1793 e 1814, o valor de troca do produto global, quer estimado em trabalho nacional estrangeiro, quer estimado em ouro, aumentou muito todos os anos. Para esse aumento de valor, assim como da riqueza, a ampliação de nosso comércio exterior foi considerada, quase unanimemente, um fator poderosíssimo; e, com certeza, até 1815 não há nenhum

indício de que o valor crescente de nossas importações tenha demonstrado a mais leve tendência para diminuir o valor do nosso produto nacional. Ambos cresceram, e cresceram muito, conjuntamente, quer estimados em trabalho, quer estimados em ouro.

Mas, como em todos os países aos quais podemos referir-nos verifica-se que um aumento do valor acompanha a prosperidade e a riqueza crescentes, estou inclinado a pensar que não há um único exemplo de país com um comércio bem-sucedido, e que disponha de uma abundância cada vez maior de mercadorias, em que o valor do produto total estimado em trabalho nacional e estrangeiro seja decrescente ou mesmo estacionário. E das duas formas de acumular capital, segundo a afirmação do Sr. Ricardo em seu capítulo “Sobre o Comércio Exterior” — a saber, um aumento da renda, decorrente de maiores lucros, ou uma redução na despesas, proveniente de mercadorias baratas —, acredito que essa última nunca foi e nunca será um estímulo efetivo à produção contínua e permanente de uma riqueza cada vez maior.

O Sr. Ricardo talvez diga que, na sua concepção, o comércio exterior aumenta o valor na medida em que se emprega mais trabalho na produção do conjunto das mercadorias que o país obtém; e que a abundância produzida pelo comércio exterior estimula naturalmente esse emprego. Mas o que desejo dizer especificamente é que a tendência natural do comércio exterior, assim como de todos os tipos de troca mediante os quais se efetiva uma distribuição mais bem adaptada às necessidades da sociedade, é aumentar *imediatamente* o valor daquela parcela da renda nacional que consiste em lucros, sem nenhuma redução proporcional em outros setores; e que é precisamente esse aumento *imediato* da renda nacional, decorrente da troca daquilo que tem

menos valor no país por algo que tem mais valor, que proporciona tanto a capacidade quanto a vontade de empregar mais trabalho e gera aquela viva demanda de trabalho, de produtos e de capital, que acompanha de forma notável e quase universal o comércio exterior bem-sucedido; ao passo que a simples abundância de mercadorias, cujo valor cai muito, comparativamente ao trabalho, obviamente diminuiria, no início, a capacidade de empregar o mesmo número de trabalhadores. Uma saturação temporária e uma insuficiência geral da demanda de trabalho, produtos e capital seguir-se-iam da miséria habitual nessas circunstâncias.

O Sr. Ricardo vê o comércio exterior como um meio de obter mercadorias *mais baratas*. Mas isso é considerar apenas uma parte de suas vantagens, e estou muito inclinado a pensar que não é a parte mais importante. Ao menos em nosso próprio comércio, essa parte dos negócios é comparativamente insignificante. Sem dúvida, a grande maioria de nossas importações consiste em artigos baratos se comparados a outros, quer provindos do exterior quer de produção nacional. Se não pudéssemos importar seda, algodão, anil, chá, açúcar, café e tabaco, vinho do porto, xerez e champanhe, amêndoas, passas, laranjas e limões, os diversos temperos e drogas e muitos outros artigos próprios de climas exóticos, é certo que não poderíamos tê-los de modo algum. Estimar a vantagem proveniente de sua importação pelo seu baixo custo, comparativamente à quantidade de trabalho e de capital que empregaríamos em sua produção caso tentássemos produzi-los no país, seria inteiramente absurdo. Na realidade, nunca se cogitou de uma tentativa dessas. Se tivéssemos possibilidades de fabricar um bom clarete a 10 libras a garrafa, poucos, ou ninguém, o beberiam; e a quantidade efetiva de trabalho e de capital empregados na obtenção

dessas mercadorias estrangeiras é, no momento, sem nenhuma comparação, maior do que seria se não as tivéssemos importado.

Portanto, é evidente que devemos estimar a vantagem proveniente de um negócio desses de acordo com um princípio bem diferente. Trata-se daquele princípio simples e óbvio, muitas vezes considerado o próprio fundamento da troca, quer com o exterior, quer com o próprio país, qual seja, o maior valor resultante de se trocar o que se deseja menos pelo que se deseja mais. Depois de obtermos, em troca da exportação de nossas mercadorias, todos os artigos mencionados acima, é muito difícil dizer se a quantidade de nossas mercadorias aumentou ou diminuiu; mas tenho certeza de que a nova distribuição do produto, ao nos proporcionar mercadorias mais bem adaptadas às nossas necessidades e aos nossos gostos do que aquelas que foram exportadas, aumenta decididamente o valor de troca de nossos bens, nossos prazeres e nossa riqueza.

Portanto, ao adotar uma concepção muito diferente da do Sr. Ricardo quanto aos efeitos do comércio exterior sobre o valor de troca, afirmo que a ampliação dos mercados apresenta uma tendência geral altamente favorável ao aumento do valor e da riqueza decorrente da distribuição.

Seção IX - A Distribuição Ocasionada pelos Consumidores Improdutivos, Considerada como Meio de Aumentar o Valor de Troca do Produto Total

A terceira principal causa que tende a manter e aumentar o valor do produto por favorecer sua distribuição, é o emprego de trabalho improdutivo, ou a manutenção de uma proporção adequada de consumidores improdutivos.

Já mostramos que sob uma rápida acumulação de capital, ou melhor dizendo, sob uma rápida conversão de trabalho improdutivo em trabalho produtivo, a demanda, comparativamente à oferta de produtos materiais, declina prematuramente, e a motivação para acumular mais detém-se antes de ser contida pelo esgotamento da terra. Segue-se que, sem supor que as classes produtivas consumam muito mais do que mostra a experiência, em particular quando estão poupando muito dos rendimentos para aumentar seu capital, é absolutamente necessário que um país com grande capacidade produtiva possua consumidores improdutivos.

Por meio da fertilidade do solo, da capacidade humana de empregar máquinas para substituir o trabalho e das motivações para o esforço produtivo num sistema de propriedade privada, as grandes leis da natureza proporcionam lazer a determinada parcela da sociedade; e se essa dádiva não for aceita por um número adequado de pessoas, não apenas perde-se um bem que pode ser conseguido dessa maneira, como o resto da sociedade,

longe de beneficiar-se com tal abnegação, sem dúvida seria prejudicada por ela.

A proporção entre classes sociais produtivas e improdutivas que proporciona o maior estímulo ao aumento contínuo da riqueza é algo que, como já disse antes, os recursos da Economia Política não conseguem determinar, pois depende de muitas circunstâncias; depende em particular da fertilidade do solo e do progresso na invenção de máquinas. Um solo fértil e um povo habilidoso podem não apenas sustentar um número considerável de consumidores improdutivos sem se prejudicar, como podem realmente precisar de consumidores, a fim de efetivar sua capacidade produtiva, ao passo que, com um solo pobre e um povo pouco engenhoso, a tentativa de sustentar esses consumidores levaria ao abandono do cultivo da terra e, infalivelmente, ao empobrecimento e à ruína.

Outra causa que torna impossível dizer qual é a proporção entre classes produtivas e improdutivas mais favorável ao crescimento da riqueza é a diferença de níveis de consumo existentes entre os próprios produtores.

Talvez se diga que não há lugar para consumidores improdutivos se houver um consumo suficiente para manter o valor do produto entre os que se dedicam à produção.

Os capitalistas que se ocupam da produção certamente têm capacidade de consumir seus lucros, ou os rendimentos obtidos pela aplicação de seu capital; e se eles os consomem, com exceção da parcela que pode ser acrescentada com vantagens a seus capitais, de modo a favorecer da melhor forma possível tanto uma produção maior quanto um consumo maior, não há necessidade de consumidores improdutivos. Mas esse consumo não é

compatível com os hábitos efetivos de consumo dos capitalistas em geral. O grande objetivo de suas vidas é juntar muito dinheiro, tanto por ser seu dever prover suas famílias, quanto porque não podem gastar muito com seu próprio conforto na medida em que talvez sejam obrigados a trabalhar sete ou oito horas por dia num escritório.

Alguns autores consideram uma espécie de axioma que as necessidades da humanidade são proporcionais aos seus recursos; mas essa proposição não se aplica sempre, nem mesmo em casos em que se faz fortuna sem dificuldade; e em relação à grande maioria dos capitalistas, a experiência contradiz frontalmente essa proposição. Quase todos os comerciantes e manufatores poupam, em períodos prósperos, a uma taxa muito maior do que a taxa possível de crescimento da renda nacional, de modo a manter o valor do produto. Mas se isso é verdade quando consideramos a média geral, é óbvio que, com seus hábitos efetivos, os comerciantes e os manufatores não poderiam proporcionar um mercado adequado um para o outro trocando seus vários produtos.

Portanto, é necessário existir um número considerável de outros consumidores, senão as classes mercantis não poderiam continuar ampliando seus interesses e concretizando seus lucros. Entre esses consumidores, não há dúvida de que os proprietários de terra representam a parcela mais importante; mas se a capacidade produtiva dos capitalistas é considerável, o consumo dos proprietários de terra, somado ao dos próprios capitalistas e de seus trabalhadores, pode ser ainda insuficiente para manter e aumentar o valor de troca do produto total, isto é, para que o aumento da quantidade de mercadorias seja superior à queda do preço. E se for assim, os capitalistas não podem

continuar com os mesmos hábitos de poupança. Ou consomem mais, ou produzem menos; e quando o mero prazer da despesa corrente, não acompanhado de uma situação local melhor e de ascensão social, contrapõe-se ao trabalho contínuo nos negócios durante a maior parte do dia, a probabilidade é de que grande parte deles será levada a preferir a última alternativa e produzir menos. Mas se ocorrer uma redução permanente da produção, ao invés de um aumento do consumo, a fim de equilibrar a oferta e a procura, a totalidade da riqueza nacional, que consiste naquilo que é produzido e consumido e não do excedente da produção sobre o consumo, sofrerá uma diminuição muito grande.

O Sr. Ricardo muitas vezes fala como se a poupança fosse um fim, e não um meio. Entretanto, mesmo com relação aos indivíduos, em que essa concepção mais se aproxima da verdade, é preciso reconhecer que o objetivo final da poupança são os gastos e o prazer. Mas, com relação à riqueza nacional, nunca podemos considerar a poupança, seja em termos imediatos, seja em termos permanentes, a não ser como um meio. Talvez seja verdade que, devido ao barateamento das mercadorias e à consequente economia de despesas em consumo, se possa obter o mesmo excedente de produção sobre o consumo que é obtido por meio de grande alta dos lucros sem redução do consumo; e, se a poupança fosse um fim, teria sido realizada. Mas poupar é um meio de proporcionar uma oferta crescente para necessidades nacionais crescentes. No entanto, se as mercadorias já existem em tal abundância que boa parte delas não é consumida, o capital assim poupado, cuja missão seria aumentar ainda mais a abundância de mercadorias e diminuir ainda mais os lucros já reduzidos, teria comparativamente pouca utilidade. Por outro lado, se os lucros são altos, esse é um indício seguro de que

há escassez de mercadorias comparativamente à sua demanda, de que há necessidades sociais não satisfeitas e de que um aumento dos meios de produção, efetivado pela poupança de uma parte considerável dos novos rendimentos criados pelos altos lucros, os quais seriam acrescentados ao capital, seria especial e permanentemente benéfico.

Por conseguinte, a poupança nacional, vista como um meio de aumentar a produção, está confinada dentro de limites muito mais estreitos que a poupança individual. Enquanto algumas pessoas continuam gastando, outras podem continuar poupando muito; mas a poupança nacional, ou o saldo da produção sobre o consumo, considerado o conjunto dos produtores e dos consumidores, deve necessariamente ser limitada pela importância que pode ser empregada com vantagens na satisfação da demanda de produtos; e para criar essa demanda é preciso existir um consumo adequado, seja entre os próprios produtores, seja entre outras classes de consumidores.

Adam Smith observa que “a fome é limitada em todos os seres humanos pela pequena capacidade de seu estômago; mas o desejo de utilidades e ornamentos da moradia, do vestuário, da carruagem e do mobiliário parece não ter nenhum limite ou fronteira delimitada”. Que não tem nenhuma fronteira delimitada, é incontestavelmente verdade; mas dizer que não tem nenhum limite já é exagero, se considerarmos o quanto esse desejo é limitado, na prática, pelo luxo da indolência ou pelo desejo do homem de melhorar a sua condição e de garantir o futuro de sua família, princípio esse que, como o próprio Adam Smith observa, geralmente é mais forte que o princípio que predispõe aos gastos. Mas trata-se com certeza de patente mau uso dessa afirmação — qualquer que seja o modo pelo qual ela pode ser

razoavelmente compreendida — dizer que não há nenhum limite para a poupança e o emprego de capital, exceto a dificuldade de obter alimentos. Isso equivale a fundamentar uma teoria sobre o ilimitado desejo humano de consumir; em seguida, supor esse desejo limitado a fim de poupar capital e, desse modo, alterar completamente as premissas; e ainda afirmar que a teoria é válida. Haja sempre um consumo suficiente, quer por parte dos produtores, quer de outros, mantenha-se e aumente-se o valor de troca do produto total, da forma mais eficaz possível, e estarei inteiramente disposto a reconhecer que, crescendo apenas a essa taxa, não existe nenhum outro limite ao emprego do capital nacional senão aquele relativo à restrição da capacidade de manter a população. Mas a mim parece teoricamente muito claro, e a experiência o confirma, que o emprego de um capital que aumentou de maneira muito rápida por meio de hábitos parcimoniosos pode chegar a um limite e, de fato, muitas vezes chega ao limite muito antes do surgimento de qualquer dificuldade na obtenção dos meios de subsistência; e também que tanto o capital como a população podem ser, ao mesmo tempo e durante um longo período, excessivos relativamente à demanda efetiva de produto.

Além disso, poderíamos dizer que considerar apenas a propensão para gastar o que efetivamente se possui é uma visão estreita e parcial das necessidades humanas em geral. Concluir que se uma pessoa recebe 100 mil libras por ano ela não recusará mais 10 mil libras, ou afirmar genericamente que os homens nunca rejeitam meios de aumentar seu poder ou seus prazeres, é considerar apenas uma parte da questão. O mais importante, quando se trata das necessidades humanas, relaciona-se à sua capacidade de realizar os esforços necessários à aquisição de recursos para consumir. É

uma verdade incontestável que a riqueza cria necessidades, mas é uma verdade, e ainda mais importante, que as necessidades criam riqueza. Essas duas causas influenciam-se mutuamente, mas a primeira e mais importante é aquela que diz que as necessidades estimulam a produção; e em relação às necessidades, parece que, em vez de se subordinarem às capacidades físicas do homem, promovem de todas as formas o desenvolvimento das forças produtivas. A maior dificuldade de transformar um país bárbaro e relativamente despovoado num país civilizado e populoso consiste em fazê-lo assimilar as necessidades que estimulem da melhor forma os esforços para a produção da riqueza. Um dos maiores benefícios do comércio exterior e a razão pela qual sempre parece um ingrediente quase indispensável do desenvolvimento da riqueza é sua tendência de incutir novas necessidades, de formar novos gostos e de fornecer novas motivações à produção. Nem mesmo os países civilizados e desenvolvidos podem passar sem essas motivações. Passar oito horas por dia num escritório não é o mais agradável dos empregos. Um homem de negócios não se submete a ele depois de obtidos os bens de primeira necessidade e conforto mais comuns, a não ser que apareçam motivações adequadas. Entre essas motivações contam-se, indubitavelmente, o desejo de ascensão social e de disputa com os proprietários de terra pela fruição do lazer e dos artigos de luxo estrangeiros e nacionais.

Mas o desejo de fazer fortuna a fim de garantir o futuro da família talvez seja a motivação mais comum para os continuados esforços daqueles cujos rendimentos dependem da habilidade técnica e do empenho pessoal. Podem dizer o que quiserem sobre a virtude da parcimônia ou da poupança enquanto dever *social*, mas

não há a menor dúvida de que esse é, em inúmeros casos, um dever *privado*, sagrado e obrigatório; e se essa motivação legítima e louvável para uma contínua dedicação à produção arrefecesse, com certeza a riqueza e a prosperidade do país sofreriam. Mas se, devido à falta de outros consumidores, os capitalistas se vissem obrigados a consumir tudo que não pudesse ser vantajosamente acrescentado ao capital nacional, a motivação que os mantém em suas tarefas cotidianas sofreria uma redução essencial e não se mobilizariam as mesmas forças produtivas.

Concluímos então que, em condições sociais normais, os industriais e os capitalistas, embora tenham a capacidade, não têm a vontade de consumir os bens na medida necessária. E quanto aos trabalhadores, é preciso reconhecer que, se possuem a vontade, não têm a capacidade. Com efeito, é da maior importância observar que a capacidade de consumo das classes trabalhadoras nunca poderá, isoladamente, proporcionar estímulos ao emprego do capital de acordo com as motivações que costumam influenciar a humanidade. Como já disse antes, ninguém jamais empregará capital em função apenas da demanda criada por aqueles que trabalham. A menos que os trabalhadores produzam um valor excedente sobre o que consomem, de um tipo que o capitalista deseja ou que possa trocar vantajosamente por algo que deseje, seja para uso imediato, seja para uso futuro, é óbvio que não empregará seu capital na manutenção dos trabalhadores. Quando esse valor posterior realmente é criado e proporciona estímulo suficiente para a poupança e o emprego do capital, aí com certeza a capacidade de consumo dos trabalhadores aumentará muito a demanda nacional global e abrirá espaço para o emprego de um capital muito maior.

É desejável que as classes trabalhadoras sejam bem pagas, e por uma razão muito mais importante que aquela relacionada à riqueza, a saber, a felicidade da grande maioria da sociedade. Mas para os que preferem dizer que os consumidores improdutivos não seriam necessários para estimular o aumento da riqueza se as classes produtivas consumissem uma proporção razoável do que produzem, eu observaria que, como um grande aumento de consumo entre as classes trabalhadoras aumenta enormemente o custo da produção, reduz por isso mesmo os lucros e diminui ou destrói a motivação para acumular antes que a agricultura, as manufaturas e o comércio tenham atingido um nível considerável de prosperidade. Se todo trabalhador efetivamente consumisse o dobro da quantidade de trigo que consome neste momento, essa demanda, ao invés de estimular a riqueza, provavelmente levaria ao abandono de grandes extensões de terra e diminuiria muito tanto o comércio interno quanto o externo.

Contudo, o perigo de uma redução de riqueza, devido a essa causa, é decerto muito pequeno. Devido ao princípio da população, todas as tendências levam à direção oposta; e há muito mais razão para temer que as classes trabalhadoras consumam pouco demais para sua satisfação, do que consumam excessivamente a ponto de prejudicar um aumento adequado da riqueza. Só chamei a atenção para isso para mostrar que, supondo um caso tão impossível quanto um consumo muito grande entre os trabalhadores, esse não seria um tipo de consumo que levaria ao máximo a riqueza de um país.

Seria muito bom, por outros motivos que não o do aumento da riqueza, que as classes trabalhadoras não trabalhassem tanto; mas como isso só pode acontecer em função de uma decisão simultânea de todos os trabalhadores, na verdade não pode ocorrer.

Com a única exceção dos efeitos esperados de hábitos prudentes, não há condições para um consumo maior entre as classes trabalhadoras; e, se houvesse, não seria o tipo de consumo mais adequado para estimular o emprego de capital.

Quando à demanda das classes produtoras se soma a dos proprietários de terra, a experiência mostra que os lucros muitas vezes caem prematuramente.

Mas se os industriais não têm vontade de consumir o suficiente, e se os trabalhadores não têm a capacidade de fazê-lo, e se a contribuição dos proprietários de terra não se mostra suficiente, o consumo necessário tem de ocorrer entre os trabalhadores improdutivos de Adam Smith.

Todo país deve ter, necessariamente, um grupo de trabalhadores improdutivos; saber se eles prejudicam ou estimulam a riqueza do país é uma importantíssima questão prática.

A solução dessa questão depende da solução de questões maiores: 1) saber se a motivação para acumular pode ser reduzida por uma insuficiência de demanda, antes de ser restringida pela dificuldade na obtenção de alimentos; e 2) saber se essa redução é provável.

Já tentamos resolver essas duas questões em diferentes partes deste trabalho, e se a resposta está correta, podemos concluir que um grupo de trabalhadores improdutivos é um estímulo necessário à riqueza.

Entre as pessoas que constituem as classes improdutivas, aquelas que são voluntariamente pagas serão consideradas, em geral, as que mais estimulam a

produção e as que têm menos possibilidades de serem prejudiciais por interferirem nos custos de produção.

Aquelas que são mantidas por meio de impostos são igualmente úteis com respeito à distribuição e à demanda; frequentemente ocasionam uma divisão de propriedade mais favorável ao crescimento da riqueza que a divisão que ocorreria de outra forma; asseguram o consumo necessário para proporcionar um estímulo adequado à produção; e o desejo de pagar impostos e ainda assim usufruir dos mesmos meios de consumo muitas vezes serve para estimular os esforços pessoais de maneira tão efetiva quanto o desejo de pagar um advogado ou um médico. Entretanto, para contrabalançar essa vantagem, até agora incontestável, é preciso reconhecer que impostos indevidos podem paralisar o aumento da riqueza em quase todos os períodos de seu crescimento, seja no começo, seja mais tarde;[64] e que mesmo a tributação mais justa pode revelar-se tão pesada que obstrui todos os canais do comércio estrangeiro e nacional e praticamente impede a acumulação.

Portanto, o efeito sobre a riqueza nacional dos trabalhadores improdutivos mantidos pela tributação é muito diferente em diferentes países, e depende inteiramente da produtividade e da maneira pela qual se aumentam os impostos de cada país. Como não é provável que grandes forças produtivas sejam acionadas, ou, uma vez acionadas, possam manter-se sem grande consumo, não tenho dúvidas quanto à existência de exemplos, ocorridos na prática, de como a riqueza nacional é grandemente estimulada pelo consumo daqueles que são mantidos pelos impostos. Como a tributação é um estímulo muito sujeito a todo tipo de abuso, e como é absolutamente necessário aos interesses gerais da sociedade considerar sagrada a

propriedade privada, é preciso ter extrema cautela ao confiar a qualquer governo os meios de fazer uma distribuição diferente da riqueza, com vistas ao bem comum. Mas quando, seja devido à necessidade, seja por causa de erros, ocorrer uma distribuição diferente, e o mal, no que diz respeito à propriedade privada, já foi efetivamente concretizado, certamente seria muito imprudente tentar, à custa de grande sacrifício temporário, voltar à distribuição anterior sem considerar muito bem se a efetivação dessa volta seria realmente vantajosa, isto é, se nas reais condições do país, com referência à sua produtividade, não se perderia mais devido à falta de consumo do que se ganharia com uma redução de impostos.

Se a distribuição é um elemento necessário da riqueza, é apressado afirmar que a abolição da dívida nacional com certeza aumentaria a riqueza e empregaria pessoas.

Se a produtividade de um país populoso triplicasse, a maior dificuldade seria o meio de distribuição, e dependeria de se encontrar os meios de distribuição adequados para determinar se a maior produtividade seria um grande bem ou um grande mal.

Poder-se-ia questionar se, com a grande produtividade deste país e com sua divisão efetiva da propriedade rural, seria possível proporcionar o mesmo estímulo ao aumento da riqueza sem a distribuição ocasionada pela dívida nacional.

Entretanto, a dívida nacional também tem seus males. É um instrumento de distribuição ao mesmo tempo incômodo e perigoso.

Uma terceira objeção a essa dívida é que agrava muito os males decorrentes das mudanças no valor do dinheiro. Quando o valor do meio de circulação cai, os

beneficiários das anuidades, enquanto titulares de rendimentos fixos, são muito injustamente privados da parcela do produto nacional que lhes é devida. Quando o valor do meio de circulação se eleva, a pressão dos impostos necessários para pagar os juros da dívida pode tornar-se de repente tão forte que esgota as classes produtivas;[65] e esse tipo de pressão repentina agrava muito a insegurança da propriedade investida em títulos públicos.

Por tudo isso seria desejável diminuir a dívida e desestimular seu crescimento futuro; mas depois de acostumados a grande consumo, não desistimos dele sem passar por um período de grandes dificuldades.

Sei que é uma opinião geral que tudo iria bem se pudéssemos ao menos atenuar o pesado ônus de nossa dívida. E no entanto estou inteiramente convencido de que, se pudéssemos passar uma esponja sobre ela, e se pudéssemos esquecer a pobreza e a miséria dos credores públicos, supondo que vivem confortavelmente em outro país, o resto da sociedade, enquanto nação, ao invés de enriquecer, ficaria mais pobre. É um grave erro supor que os proprietários de terra e os capitalistas estariam dispostos, de repente, ou em curto espaço de tempo, a um consumo adicional tão grande quanto o requerido por tal mudança. Se adotassem a alternativa sugerida pelo Sr. Ricardo num exemplo anterior, de poupar e emprestar os rendimentos assim aumentados, o mal se agravaria dez vezes mais. A nova distribuição do produto diminuiria a demanda dos bens resultantes do trabalho produtivo; e se, além disso, mais rendimentos fossem convertidos em capital, os lucros cairiam a zero, e um número muito maior de pessoas passaria fome devido ao desemprego, do que antes da extinção da dívida.

É provável que os proprietários de terra admitissem mais empregados domésticos, e este seria o melhor remédio nessas circunstâncias, embora a estrutura da sociedade se deteriorasse muito com a mudança.

Com relação aos capitalistas, embora fossem desobrigados de grande parte de seus impostos, mesmo assim, com toda a probabilidade, seus hábitos de poupança, combinados à diminuição do número de consumidores efetivos, levariam a uma queda tal nos preços das mercadorias que reduziria muito a parcela da renda nacional que depende dos lucros; e não tenho dúvidas de que, cinco anos depois de tal evento, não apenas o valor de troca do produto total, estimado em trabalho nacional e estrangeiro, teria diminuído muito, mas também a quantidade total de trigo cultivado seria menor e uma quantidade menor de manufaturas e mercadorias estrangeiras chegaria ao mercado.

Um país que possui terras, trabalho e capital certamente é capaz de se recuperar de uma situação dessas; mas passaria por um período de grande estagnação; e finalmente seria absolutamente necessário haver um grupo de trabalhadores improdutivos, a fim de mobilizar seus recursos.

Já admitimos que as classes produtivas têm a capacidade de consumir tudo o que produzem; e, se essa capacidade fosse usada de forma adequada, não haveria lugar, com vistas à riqueza, para consumidores improdutivos. Mas a experiência mostra que, embora possa haver capacidade, não há vontade; e é para suprir essa vontade que um grupo de consumidores improdutivos se faz necessário. Sua utilidade específica para estimular a riqueza é manter um equilíbrio tal entre produção e consumo que proporcione o maior valor de troca possível aos produtos do esforço produtivo

nacional. Se predominasse o trabalho improdutivo, a quantidade comparativamente pequena de produtos materiais levados ao mercado reduziria o valor do produto total, devido à insuficiência da quantidade. Se houvesse um excesso de classes produtivas, o valor do produto total cairia por causa do excesso de oferta. Obviamente é uma proporção adequada entre as duas que proporciona o maior valor e adquire a maior quantidade de trabalho nacional e estrangeiro; e podemos concluir com segurança que, entre as causas necessárias àquela distribuição que mantém e aumenta o valor de troca do produto total, é preciso incluir a manutenção de certo número de consumidores improdutivos. Esse número, para representar um estímulo à riqueza e não ser prejudicial, ou constituir um obstáculo, deve variar nos diferentes países e em diferentes momentos, de acordo com a produtividade; e o resultado mais favorável depende, evidentemente, da proporção entre consumidores produtivos e improdutivos mais bem adaptada aos recursos naturais do solo e aos gostos e hábitos adquiridos pelo povo.

Seção X - Aplicação de Alguns Princípios Anteriores às Dificuldades das Classes Trabalhadoras a partir de 1815, com Observações Gerais

As dificuldades das classes trabalhadoras têm sido atribuídas à insuficiência de capital. O capital pode ser insuficiente relativamente à população e mesmo assim não ser insuficiente comparativamente à sua demanda efetiva.

Se 1/4 do capital de um país fosse destruído de repente, ou levado para outro país, os lucros seriam altos, e a poupança seria o remédio necessário.

Por outro lado, se o capital de um país se reduzisse em decorrência do colapso de alguns setores comerciais que antes haviam sido muito prósperos e absorviam grande quantidade de capital, ou mesmo se o capital fosse destruído de repente e, devido a circunstâncias peculiares, se seguisse um período de consumo menor e de pouca demanda, a situação seria quase totalmente invertida, com exceção das dificuldades dos pobres. Os capitalistas restantes não se beneficiariam, de forma alguma, com os eventos que diminuíram a demanda de maneira ainda mais acentuada que o capital. As mercadorias seriam baratas em toda parte. O capital procuraria empregar-se, mas não seria fácil consegui-lo, e seus lucros seriam baixos. Não haveria nenhuma demanda imediata e urgente de capital porque não haveria nenhuma demanda imediata e urgente de mercadorias; nessas circunstâncias, a poupança de

rendimentos para aumentar o capital, ao invés de constituir o remédio necessário, apenas agravaria as dificuldades dos capitalistas e engrossaria o fluxo de capital saindo do país. As dificuldades dos capitalistas seriam agravadas exatamente pelas mesmas razões pelas quais pioraria a situação das classes trabalhadoras, caso fossem incentivadas a se casar e a multiplicar-se, depois da redução considerável da população, mesmo que essa redução fosse acompanhada de uma destruição ainda maior do capital que havia mantido em nível muito baixo os salários do trabalho. Com certeza haveria grande insuficiência de população comparativamente ao território e aos recursos do país, e seria muito desejável que a população fosse maior; mas se os salários do trabalho ainda fossem baixos, apesar da diminuição do número de pessoas, incentivar o nascimento de mais crianças equivaleria antes a fomentar a miséria e a mortalidade que promover o aumento da população.

Eu perguntaria agora de qual dessas duas suposições a situação atual de nosso país mais se aproxima. Da última, certamente. A ocorrência de grande perda de capital nos últimos tempos é inquestionável. Durante quase toda a guerra, devido à combinação de grande produtividade com grande consumo e grande demanda, a prodigiosa destruição de capital concretizada pelo governo foi inteiramente reposta. Duvidar disso é fechar os olhos para a situação do país em 1792 comparativamente a 1813. Os dois últimos anos de guerra foram, porém, dois anos de despesas extraordinárias, e como a eles se seguiu um período marcado por uma estagnação profunda da demanda, a destruição de capital ocorrida nesses anos provavelmente não foi compensada. Mas essa estagnação foi muito mais desastrosa em seus efeitos sobre o capital nacional, e mais ainda sobre a renda

nacional, do que qualquer destruição anterior de capital. Certamente começou com a queda extraordinária do valor dos produtos agrícolas, que chegou, supõe-se, a quase 1/3. Quando essa queda diminuiu o capital dos arrendatários, e ainda mais os rendimentos conjuntos de proprietários de terra e arrendatários, sua capacidade de comprar manufaturas e produtos estrangeiros necessariamente se reduziu muito. A insuficiência da demanda nacional encheu os depósitos de mercadorias com artigos não vendidos, o que levou à exportação em maior escala, a qualquer custo. Mas essa exportação excessiva saturou todos os mercados estrangeiros e impossibilitou aos comerciantes receberem retornos adequados, enquanto, devido à redução dos rendimentos nacionais agravada por uma contração súbita e extraordinária do meio circulante, mesmo os retornos comparativamente escassos obtidos no exterior encontraram uma demanda nacional muito deficiente, e os lucros e consequentes despesas dos comerciantes e dos manufatores baixaram proporcionalmente. Enquanto ocorriam essas mudanças desfavoráveis nas rendas e nos lucros, o poderoso estímulo dado ao crescimento da população durante a guerra continuou a fornecer novos contingentes de trabalhadores e, com a ajuda de soldados e marinheiros que haviam dado baixa, mais a insuficiência da demanda decorrente das perdas dos arrendatários e dos comerciantes, reduziu de modo geral os salários do trabalho, e de modo geral reduziu o capital e a renda do país, não apenas proporcionalmente à alteração do valor do meio circulante, mas em relação ao valor metálico dos produtos e à capacidade desse valor metálico adquirir trabalho nacional e estrangeiro. Durante os quatro ou cinco anos após a guerra, devido à mudança na distribuição do produto nacional e à falta de consumo e de demanda causadas por essa mudança, houve uma marcada redução na produção, e a

população, sob a influência do impulso anterior, aumentou, não apenas mais rapidamente que a demanda de trabalho mas também mais rapidamente que a produção efetiva; essa produção, entretanto, embora insuficiente em relação à população e em relação a períodos anteriores, era excessiva relativamente à sua demanda efetiva e aos rendimentos disponíveis para comprá-la. Embora o trabalho fosse barato, não havia nem capacidade nem vontade de empregá-lo em sua totalidade, porque não só o capital do país havia diminuído, relativamente ao número de trabalhadores, mas também, devido à redução dos rendimentos do país, as mercadorias que esses trabalhadores produziriam não eram requisitadas em quantidade suficiente para assegurar lucros razoáveis ao capital reduzido.

Mas quando os lucros são baixos, e por causa disso o capital emigra, incentivar a poupança assemelha-se à política de favorecer casamentos quando a população está passando fome e emigrando.

A baixa atual de nossos lucros tem sido atribuída ao cultivo de terras pobres, à pesada tributação e às restrições ao comércio; mas é difícil admitir uma explicação de nossas dificuldades que seja incompatível com a explicação de nossa prosperidade.

Qualquer que seja a tendência final decorrente dessas causas, como o país prosperou de forma inusitada quando elas existiam em grau maior que no presente momento, devemos procurar em outra parte as fontes imediatas das dificuldades atuais.

É muito difícil dizer até que ponto as medidas de política econômica e, em particular, as mudanças no valor de nosso meio circulante, atuando sobre uma dívida nacional muito grande, agravaram as dificuldades

pelas quais temos passado. Mas estou inteiramente convencido de que uma nação que não cultiva terras pobres, que não paga impostos nem cria novas restrições ao comércio pode passar por grande parte dessas mesmas dificuldades.

Todos concordam que, se um país extenso, consideravelmente fértil e que possua um bom sistema de comunicações no interior fosse cercado por um muro intransponível, ele poderia ser razoavelmente rico, mas não tão rico quanto seria se desfrutasse dos benefícios do comércio exterior. Pois bem, supondo que esse país chegasse aos poucos a um consumo considerável, induzisse e empregasse grandes inovações na produção e poupasse anualmente apenas aquela parcela de sua renda que poderia acrescentar ao seu capital da forma mais vantajosa, gastando o resto em artigos de consumo e em trabalho improdutivo, é evidente que, com tal equilíbrio entre produção e consumo, esse país aumentaria sua riqueza e sua população de modo consideravelmente rápido. Mas se, de acordo com o princípio apresentado pelo Sr. Say segundo o qual o consumo de uma mercadoria é uma redução da demanda, a sociedade diminuísse muito, e de maneira geral, o seu consumo para aumentar o capital, não há a menor dúvida de que, segundo o grande princípio da oferta e da procura, os lucros dos capitalistas logo se reduziriam a zero, a despeito de não haver terras pobres sendo cultivadas; e a população ficaria desempregada e passaria fome, embora não houvesse um único imposto nem qualquer restrição ao comércio.

Talvez se possa dizer que a situação da Europa e da América se assemelha a essa situação; e a estagnação, tão geralmente sentida e lamentada desde a guerra, me parece inexplicável segundo os princípios dos que veem na capacidade produtiva o único fator de riqueza,

concluindo em consequência que, se a capacidade produtiva aumenta, com certeza a riqueza aumenta proporcionalmente. Pois bem, não há dúvida de que o fim da guerra aumentou a capacidade produtiva e que mais pessoas e mais capital estavam disponíveis para investimento no trabalho produtivo, mas, apesar desse aumento óbvio da capacidade produtiva, ouvimos falar por toda parte de dificuldades e de pobreza, em vez de ouvirmos falar de facilidades e abundância. Nos Estados Unidos da América, em particular, um país com extraordinários recursos físicos, as dificuldades pelas quais tem passado são tais e tão espantosas que dificilmente poderíamos prevê-las. Essas dificuldades ao menos não podem ser atribuídas ao cultivo de terras pobres, a restrições ao comércio e ao excesso de impostos. A situação geral do mundo comercial do pós-guerra mostra claramente que é necessário algo mais além de um aumento de capacidade produtiva para um aumento contínuo de riqueza.

Pode-se admitir que a transição da guerra para a paz, da qual tanto se fala, é a principal causa dos efeitos observados; mas não da forma pela qual essa influência costuma ser explicada. Geralmente se diz que não houve tempo de transferir o capital dos setores em que é excessivo para aqueles em que é insuficiente, restaurando assim o necessário equilíbrio. Mas não posso acreditar que essa transferência exija tanto tempo quanto o que já decorreu desde a guerra. E eu perguntaria novamente: onde estão os setores com insuficiência de capital que, segundo essa hipótese, devem ser numerosos e devem estar preparados para absorver todo o excedente de capital que evidentemente está saturando os mercados europeus em tantos ramos de negócio? Os donos do capital flutuante sabem muito bem que nenhum desse setores está à vista no

momento; e se a transição em questão explicasse o que houve, teria produzido outros efeitos além daqueles decorrentes da dificuldade de deslocar o capital. Penso que isso se deve à grande redução do volume total de consumo e de demanda. As mudanças necessárias nos ramos de negócio podem efetivar-se em um ou dois anos; mas a redução geral de consumo e de demanda, gerada pela transição dessa guerra para a paz, pode durar um período considerável. Os impostos restituídos e o excesso de ganhos individuais sobre as despesas, que foram tão amplamente usados como rendimentos durante a guerra, agora são, em parte, e provavelmente uma parte considerável, poupados. Não tenho dúvidas de que em nosso país, por exemplo, muitas pessoas aproveitaram a oportunidade de poupar uma parte dos impostos sobre a propriedade que foram restituídos, em particular aqueles que só percebiam rendas vitalícias e que, contrariando os princípios de uma tributação justa, foram tributados segundo a mesma taxa que aqueles cujos rendimentos originam-se da realização da propriedade. Essa poupança é natural e adequada e não constitui argumento justo para a extinção do imposto; mas contribui para explicar a causa da demanda menor de mercadorias, comparativamente à sua oferta desde a guerra. Se alguns dos principais governos interessados gastam os impostos coletados de maneira a criar uma demanda maior e mais segura de trabalho e de mercadorias, em particular de trabalho, do que o fazem os donos dos recursos, e se essa diferença de gastos dura algum tempo, não nos podemos surpreender com a duração dos efeitos decorrentes da transição da guerra para a paz.

Esse consumo reduzido funcionou de maneira muito diferente em diferentes países. Ajudou alguns e afligiu

outros. Os que menos sofreram com a guerra foram os que mais sofreram com a paz.

A pobreza que se seguiu à paz é uma combinação infeliz de fatores; mas é preciso lembrar que surgiu de circunstâncias especiais que, no mesmo grau, não estão ligadas necessariamente ao término de uma guerra.

Quanto aos males que provavelmente se fazem sentir em decorrência de súbita redução do consumo, a política que muitas vezes recomenda o aumento anual da produção para a guerra pode ser contestada.

Se o país fosse pobre, um sistema de tributação como esse frustraria completamente seus esforços. Sem dúvida alguma reduziria o capital a cada ano e a cada ano seria mais desastroso manter a produção para a guerra, até que o país se visse obrigado a submeter-se ao inimigo por causa da absoluta impossibilidade de continuar opondo-se a ele efetivamente. Por outro lado, se o país fosse rico e tivesse grande capacidade produtiva, que provavelmente seria impulsionada ainda mais pelo estímulo de um grande consumo, ele poderia pagar, com seus rendimentos, os pesados impostos que lhe foram fixados e ainda encontrar meios para realizar uma acumulação adequada; mas se esse processo tivesse alguma duração e os hábitos do povo se acomodassem a essa escala de gastos públicos e privados, não há nenhuma dúvida de que, no final da guerra, quando uma quantidade enorme de impostos pudesse ser imediatamente restituída aos que os pagaram, o equilíbrio entre produção e consumo seria completamente destruído, seguindo-se um período, maior ou menor, de acordo com as circunstâncias, em que haveria uma profunda estagnação em todos os setores produtivos, acompanhada da pobreza geral que habitualmente lhes é concomitante.

Embora seja necessário poupar a fim de recuperar o capital que o país perdeu, mesmo assim, se os lucros são baixos e incertos, a poupança não é o primeiro passo necessário.

O que o país precisa é de uma renda nacional maior, ou de um aumento no valor de troca de seu produto total. Quando se consegue isso, a poupança produz bons resultados.

Já tentamos responder a questão relativa aos meios para conseguir esse aumento da renda nas últimas seções deste capítulo.

Não se obtém um aumento de renda de maneira tão simples quanto se consegue um aumento na proporção do capital relativamente à renda.

Contudo, ainda é da maior importância saber qual é o objetivo imediato a ser atingido a fim de que, ainda que não possamos fazer muita coisa para atingi-lo, pelo menos não façamos, por ignorância, muita coisa para retardá-lo. Quanto à primeira causa que mencionei, que tende a aumentar o valor de troca do produto nacional, a saber, a divisão da propriedade rural, já apresentei as razões que me fazem pensar que, na situação efetiva e peculiar deste país, a abolição do direito de primogenitura traria mais mal do que bem; e não há nenhuma outra forma pela qual se pudesse efetivar outra divisão de terras compatível com o devido respeito à grande lei fundamental da propriedade, da qual sempre dependem o progresso da civilização, os aperfeiçoamentos técnicos e a riqueza. Mas se a distribuição, em certa medida, for uma das principais causas desse aumento, embora seja desaconselhável interferir diretamente na atual divisão de terras deste país, pode-se com razão perguntar se os males decorrentes da dívida nacional não são mais que

compensados pela distribuição da propriedade e pelo crescimento das classes médias da sociedade, que essa distribuição necessariamente cria; e também se, ao poupar para pagar a dívida, não estaremos nos submetendo a um sacrifício doloroso que, se atingir o objetivo, quaisquer que sejam os outros benefícios que possa proporcionar, não levará a uma *distribuição* de riqueza muito menos conveniente. Ao reduzir muito a dívida nacional, caso sejamos capazes de fazer isso, talvez cheguemos a uma posição mais segura, e essa é, sem dúvida, uma consideração importante; mas aqueles que pensam que com grande redução da dívida, ou com sua destruição imediata, podemos enriquecer e empregar toda a classe trabalhadora, sofrerão um profundo desapontamento.

Pode haver maior liberdade comercial sem que isso diminua a renda dos consumidores. Os efeitos permanentes da instauração do livre comércio com a França certamente seriam benéficos.

Mas ao observarmos mudanças desse tipo, devemos ter em mente a advertência de Adam Smith, que se aplica particularmente ao ramo da seda.

Quando a abertura de qualquer comércio produz uma pobreza temporária, é porque isso diminui por algum tempo o valor de troca do produto total; mas, em geral, a ampliação do comércio aumenta esse valor.

O conhecimento dos efeitos dos consumidores improdutivos sobre a riqueza nacional leva-nos a ter mais prudência em nossos esforços de reduzir seu número.

Obras públicas, abertura e manutenção de estradas e a tendência das pessoas de posses a aumentarem os seus bens e a manterem mais empregados domésticos são os

meios mais diretos ao nosso alcance para restaurar a demanda de trabalho.

Se pela atuação dessas três causas, quer em separado, quer em conjunto, conseguirmos que a oferta e o consumo mantenham uma proporção mais vantajosa, um em relação ao outro, de modo a aumentar o valor de troca do produto total, então a taxa de lucros pode subir tanto, permanentemente, quanto permitir a qualidade do solo cultivado combinada à efetiva capacidade técnica dos agricultores,[66] o que, no momento, está longe de acontecer. E tão logo o capitalista possa começar a poupar com base em lucros regulares e crescentes, em vez de poupar reduzindo as despesas, isto é, tão logo a renda nacional, estimada em ouro e na capacidade desse ouro adquirir trabalho nacional e estrangeiro, comece a crescer anualmente de maneira regular, a partir daí poderemos recuperar efetivamente o capital perdido pelo processo habitual de poupar uma parcela de nossos rendimentos aumentados para acrescentar ao capital.

Muitos pensam que a renda de um país aumentaria mais efetivamente e que o equilíbrio do consumo seria restaurado por meio de grande emissão de papel-moeda; mas essa opinião repousa sobre uma concepção errônea dos efeitos de um meio circulante depreciado.

Uma grande emissão de papel-moeda teria agora um efeito muito diferente daquele que ocasionou durante a guerra.

Talvez um aumento repentino do meio circulante e uma maior facilidade de obter empréstimos proporcionasse, em quaisquer circunstâncias, um estímulo temporário aos negócios, mas seria apenas temporário. Sem grandes gastos por parte do governo e sem uma conversão frequente de capital em renda, a grande produtividade obtida pelos capitalistas, atuando sobre a menor

capacidade aquisitiva dos detentores de rendimentos fixos, não deixaria de ocasionar uma saturação ainda maior de mercadorias do que a que percebemos neste momento; e a experiência já mostrou suficientemente que o papel-moeda não mantém os preços nessas circunstâncias. Na história de nossas operações com o papel-moeda, verificamos que a abundância ou escassez do meio circulante seguiu-se à ocorrência de preços altos ou baixos, acentuando-os, mas raramente, ou nunca, levou a eles; e é da maior importância lembrar que, no final da guerra, os preços caíram antes de começar a contração do meio circulante. Com efeito, foi a queda dos preços que arruinou os bancos do país e nos mostrou a base frágil sobre a qual repousava o excesso de papel-moeda. Essa contração súbita agravou muito, sem dúvida alguma, as dificuldades dos comerciantes e de todo o país; e é exatamente por essa razão que devemos fazer todos os esforços possíveis para evitar uma ocorrência dessas no futuro. Mas que não sejam aqueles esforços no sentido de tentar inutilmente manter os preços mediante emissões forçadas de papel-moeda, desafiando ao mesmo tempo as leis da justiça e os grandes princípios da oferta e da procura, mas no único sentido eficiente, ou seja, de manter nosso papel-moeda com o mesmo valor da moeda que representa, não permitindo nenhuma outra flutuação além daquelas inerentes aos metais preciosos.

Em relação à principal teoria apresentada na última parte deste trabalho, a saber, que o crescimento da riqueza depende de proporções, talvez possam fazer-lhe objeções dizendo que ela necessariamente abre caminho para diferenças de opinião relativas a essas proposições e assim lança uma espécie de incerteza sobre a ciência da Economia Política, que não se supunha ser-lhe própria. Todavia, se após um exame cuidadoso verifica-se que a

teoria está correta; se ela explica adequadamente as coisas como elas são e esclarece de modo coerente o porquê dos erros frequentes com respeito ao futuro, é preciso reconhecer que essas objeções estão respondidas. Não podemos tornar uma ciência mais exata por meio de desejos ou de opiniões; mas é evidente que podemos fazê-la muito menos exata em suas aplicações por acreditar ser ela o que não é.

Contudo, embora não possamos apresentar uma regra segura para enriquecer, e dizer que uma nação aumentará sua riqueza na proporção exata em que poupa de sua renda e acrescenta essa poupança ao capital, não estamos sem diretrizes mesmo nas partes menos exatas da ciência, mesmo naquelas partes relativas às proporções entre produção e consumo; e se observarmos as grandes leis da oferta e da procura, em geral elas nos levarão para a direção certa. O Sr. Ricardo diz com muita justeza que “o arrendatário e o manufator não podem viver sem lucros, assim como o trabalhador não pode viver sem salário. Sua motivação para acumular diminui a cada redução dos lucros, e cessará imediatamente quando os lucros forem tão baixos que não lhes proporcionem mais uma compensação adequada para seus esforços e para o risco que necessariamente têm de assumir ao empregar produtivamente o seu capital”. O Sr. Ricardo aplica essa passagem à queda necessária e final dos lucros ocasionada pelas condições da terra. Eu a aplicaria sempre a todos os vários períodos compreendidos entre o primeiro e o último estágio do cultivo. Sempre que o capital aumenta rápido demais, a motivação para acumular diminui e surge uma tendência natural a gastar mais e poupar menos. Quando os lucros se elevam, a motivação para acumular aumenta e surge a tendência a gastar uma proporção menor dos ganhos e poupar a

maior parte. Essas tendências, atuando sobre os indivíduos, leva-os ao meio-termo que seria alcançado com mais frequência se não fossem estorvados por uma legislação inadequada ou por exortações pouco sábias. Se todo indivíduo que poupa está a favor de seu país, deduz-se que todos os que gastam seus rendimentos, embora não sejam totalmente inimigos, como os esbanjadores, devem ser vistos como pessoas que não cumprem o dever de beneficiar seu país e de empregar as classes trabalhadoras quando podem; e esse não é um pensamento agradável para aqueles cuja despesa com moradia, móveis, carruagens e alimentação certamente admitiria grande redução com muito pouco sacrifício do conforto real. Mas se na realidade a poupança é um benefício nacional, ou uma desvantagem nacional, segundo as circunstâncias do momento; e se essas circunstâncias são descritas da melhor forma pela taxa de lucros, esse é, com certeza, um assunto no qual o interesse individual não precisa de nenhum auxílio externo.

Como já disse antes, poupar é, em inúmeros casos, um dos mais sagrados deveres pessoais. É difícil dizer em que medida a compreensão correta desse dever, somada ao desejo de melhorar de condição — desejo esse tão profundamente arraigado no coração humano —, pode às vezes, em certas condições sociais, gerar uma tendência mais acentuada à parcimônia do que seria compatível com o estímulo mais efetivo do desenvolvimento da riqueza pública; e ainda que essa tendência, deixada a si mesma, seja muito forte ou muito fraca, ninguém pode pensar em interferir nela, nem mesmo em imaginação. Entretanto, não há motivos para dar-lhe uma sanção adicional qualificando-a de dever público. O mercado do capital nacional será suprido, com os outros mercados, sem a ajuda do patriotismo. E deixando toda a questão

da poupança ser tratada pela atuação espontânea dos interesses e sentimentos individuais, nós nos adaptaremos melhor àquele grande princípio da Economia Política apresentado por Adam Smith, que nos ensina o axioma geral, suscetível de muito poucas exceções, de que a riqueza fica mais garantida se se permite que cada pessoa, à medida que segue as leis da justiça, satisfaça seus interesses à sua própria moeda.

Embora a ciência da Economia Política se aproxime mais, por sua própria natureza, da ciência ética ou política que da matemática, mesmo assim, se seus princípios baseiam-se numa experiência suficientemente ampla, raramente sua aplicação desapontará nossas justas expectativas.

Existe ainda outra objeção que provavelmente será feita às concepções apresentadas na parte final deste trabalho, da qual gostaria muito de me preservar. Se os princípios aqui apresentados são verdadeiros, certamente se conclui que a extinção súbita dos impostos muitas vezes se fará acompanhar de efeitos muito diferentes dos que, em geral, se poderiam esperar, particularmente com relação às classes trabalhadoras da sociedade. E talvez dessa conclusão possamos deduzir algo a favor da tributação. Mas a dedução correta a se tirar daí é que a tributação nunca deve ser imposta numa carga maior do que a necessidade justifica, e, em particular, devem-se empregar todos os esforços compatíveis com a honra e a segurança nacionais para impedir que os gastos sejam tão grandes que provoquem a ruína e não possam ser suspensos sem acarretar dificuldades.

Mesmo admitindo que o estímulo de um gasto público prodigioso, e da tributação necessária para mantê-lo, baseada em extraordinária capacidade produtiva, pode,

em circunstâncias especiais, aumentar a riqueza de um país num grau muito superior ao que aumentaria de outra forma; mesmo assim, como até a maior das capacidades produtivas é finalmente vencida pelo empréstimo excessivo, e como uma miséria maior entre as classes trabalhadoras será a consequência inevitável, quer continuemos, quer tentemos voltar, com certeza seria muito melhor para a sociedade que a riqueza não tivesse crescido daquela maneira. Ela é como a força anormal gerada por um estimulante violento que, se não é absolutamente necessário, deveria ser evitado a todo custo, por causa da exaustão que sempre o acompanha.

É dever dos governos evitar a guerra, quando possível; mas se ela é inevitável, é dever dos governos regular as despesas de modo a produzir a menor flutuação possível da demanda.

Outras classes muitas vezes se beneficiam com a extinção dos impostos; mas nada pode compensar as classes trabalhadoras da falta de demanda de trabalho.

Mencionar esses fatos não significa estar a favor da tributação, mas sim apresentar razões adicionais contra sua imposição sem que seja muito necessária.

As classes trabalhadoras sofrem mais por causa dos baixos salários na adversidade do que se beneficiam com altos salários na prosperidade. Os interesses da grande maioria da sociedade requerem paz e despesas regradas.

Notas

1 - Entretanto, é necessário admitir que a teoria dos metalistas (*bullionists*), embora restrita demais, explica a maior parte dos fenômenos em questão; e talvez se possa dizer sem medo que o próprio *Bullion Report* estava mais isento do erro a que me refiro do que qualquer outro trabalho publicado.

2 - Um dos críticos mais capazes da doutrina de Adam Smith a respeito do trabalho produtivo é o Sr. Ganilh, em sua importante obra sobre os vários sistemas da Economia Política; mas a mim parece que ele fracassa inteiramente quando tenta mostrar que a poupança é preservada, e não destruída, ao ser consumida pelas classes ociosas. Não posso entender em que sentido se pode dizer que os empregados domésticos reproduzem anualmente o capital que os alimentou.

3 - Com muita razão, Hume duvida da possibilidade de que os rendimentos de Guilherme, o Conquistador, fossem de 400 mil libras por ano, conforme revelado por um historiador antigo e adotado por autores subsequentes.

4 - Medida de cereais, etc. correspondente a 36,37 litros.

5 - O Sr. Ricardo afirma, e acertadamente, que mesmo de acordo com sua suposição relativa aos metais preciosos, o intercâmbio comercial com o exterior não é determinado pela quantidade de trabalho empregado nas mercadorias.

6 - Medida de capacidade para secos, contendo aproximadamente 9 litros.

7 - Todavia, não posso concordar quando ele considera que toda terra que produz alimentos deve *necessariamente* produzir renda. A terra que começa a ser cultivada em países prósperos só pode pagar os lucros e o trabalho. Um bom lucro sobre o capital aplicado, incluindo, naturalmente, o pagamento do trabalho, sempre será um estímulo suficiente para a agricultura. Mas, na prática, são muito raros os casos em que a terra pertence a qualquer um que a deseje; provavelmente é uma verdade quase universal o fato de que toda terra apropriada, que produz alimentos em seu estado natural, sempre proporcione renda, seja ela cultivada ou não

8 - “Felizmente, porém, ninguém jamais pode dizer: O vento e o sol me pertencem e o serviço que prestam me deve ser pago.”

9 - “Essa parte da renda fundiária recebeu dos economistas o nome de produto líquido, ou seja, o único produto do trabalho humano que adiciona alguma coisa à riqueza nacional. Contudo, seria possível arguir contra eles que, bem ao contrário, essa é a única parcela do trabalho humano cujo valor é puramente nominal, nada possuindo de real: com efeito, ela resulta de um aumento de preço que é apropriado pelo vendedor em virtude de sua situação de privilégio, sem que esse aumento reflita um valor maior da mercadoria vendida.”

10 - É certo, porém, que, se essas matérias-primas faltarem, ou se a capacidade técnica e o capital necessários para obtê-las não se formarem devido à

insegurança ou a qualquer outra causa, os agricultores logo moderam seus esforços e a motivação para acumular e aumentar a produção diminui muito. Mas nesse caso haverá uma demanda muito pequena de trabalho; ainda que haja um barateamento nominal das provisões, o trabalhador não poderá adquirir uma quantidade suficiente dos bens de primeira necessidade, incluindo, é claro, roupas, moradia etc., para gerar um aumento de população.

11 - O Sr. Ricardo supõe uma situação (p. 403) [ver, de Ricardo, *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo, Abril Cultural, 1982. p. 272.] em que a fertilidade diminui 1/10 e pensa que isso aumentaria as rendas por deslocar o capital para terras menos férteis. Penso, ao contrário, que em todo país bem cultivado isso levaria a diminuir as rendas porque ocasionaria uma remoção de capital dos solos mais pobres. Se a terra cultivada por último não pagasse mais que o trabalho necessário e um lucro de 10% sobre o capital empregado, uma redução de 1/10 da produção bruta certamente tornaria muitos solos pobres pouco atraentes em termos de cultivo. E, baseado na suposição do Sr. Ricardo, eu perguntaria de onde viriam os aumentos de demanda e do preço, uma vez que os meios de obtenção de metais preciosos ou de outras mercadorias a serem trocadas pelo trigo se reduziram em consequência da maior quantidade de trabalho e capital aplicados na terra.

12 - Em resposta a esta passagem, o Sr. Ricardo diz (p. 405) [v., de Ricardo, op. cit., p. 273.] que, “*dado o alto preço*, a renda será alta em relação à abundância e não à escassez”, seja em vinhedos especiais, seja em terras comuns que produzem trigo. Mas isso é escamotear toda a questão. O preço não pode ser dado. Em virtude da

demanda externa e de uma oferta reduzida, a produção de um acre de uvas na Champagne adquire permanentemente 50 vezes o trabalho empregado em seu cultivo, mas nenhum aumento da demanda externa ou redução da oferta jamais fará com que o produto de um acre de trigo adquira mais trabalho do que pode sustentar.

13 - É extraordinário que o Sr. Ricardo (p. 400) [v. op. cit., p. 270] tenha endossado as afirmações do Sr. Sismondi e do Sr. Buchanan. Estritamente de acordo com sua própria teoria, o preço do trigo sempre é um preço natural ou necessário. Nesse caso, como pode ele concordar com esses autores nos quais o preço do trigo é semelhante ao de um monopólio comum, ou vantajoso apenas para os proprietários de terras e proporcionalmente *prejudicial* aos consumidores?

14 - O Sr. Ricardo interpretou-me mal atribuindo-me a afirmação de que a renda sobe ou cai imediata e necessariamente em função da fertilidade aumentada ou reduzida da terra (p. 404) [v. *op. cit.*, p. 272]. Que o leitor julgue em que medida minhas palavras admitem essa interpretação. Não pensei que pudessem admiti-la. Tendo estabelecido três causas necessárias à produção da renda, eu não poderia dizer que a renda varia sempre e exatamente em proporção a uma delas. Na verdade afirmei claramente que, nos períodos primitivos da sociedade, a produção agrícola excedente, ou a fertilidade, manifesta-se muito pouco sob a forma de renda. O Sr. Ricardo certamente expressou-se mal ao me corrigir, referindo-se à escassez comparativa das terras mais férteis como a única causa da renda (p. 404), embora ele mesmo admita que, sem fertilidade real, não pode haver renda (p. 404). Se as terras *mais* férteis de

um país ainda fossem muito pobres, esse país produziria muito pouca renda.

15 - A motivação imediata para o cultivo de terras virgens só pode ser a perspectiva imediata de empregar um capital crescente com mais vantagens que nas terras antigas. Apenas uma elevação do preço de mercado do trigo não seria um motivo suficiente.

16 - Quando a aplicação de determinada quantidade de trabalho e de capital proporciona menores retornos, seja em terras novas, seja em terras antigas, em geral é dividida entre os trabalhadores e os capitalistas e os salários e os lucros caem ao mesmo tempo. Isso é o contrário do que diz o Sr. Ricardo. O que nós entendemos por salário é coisa completamente diferente. Ele pensa em termos de custo de produção dos bens de primeira necessidade do trabalhador; eu penso nos próprios bens de primeira necessidade. Usando a mesma linguagem, o Sr. Ricardo diz (p. 93) que a elevação da renda nunca recai sobre o arrendatário. Mas a queda dos lucros não recai sobre a renda? Pouco importa ao arrendatário e ao trabalhador, mesmo de acordo com a teoria do Sr. Ricardo, se continuam recebendo entre eles a mesma soma nominal em dinheiro se, na troca por bens de primeira necessidade, essa soma não vale metade do que valia antes.

17 - Sr. Ricardo observa (p. 411) [v. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Op cit., p. 226], em relação à segunda causa que formulei aqui, da tendência à elevação das rendas, “que nenhuma queda de salários pode ocasionar uma elevação das rendas, pois isso não diminuíra nem a parcela nem o valor da parcela da produção que caberia ao arrendatário e ao trabalhador”.

Mas, afinal, para onde vão, pergunto eu, os altos salários reais da América? Para os lucros? Ou para as rendas? Se os trabalhadores recebessem permanentemente o valor de 1 *bushel* de trigo por dia, apenas as terras mais ricas poderiam arcar com a despesa de seu trabalho. Um aumento de população e uma queda de tais salários seriam absolutamente necessários para o cultivo de terras pobres. Como se pode dizer, então, que a queda dos salários não é uma das causas da elevação das rendas?

18 - Propriamente falando, a facilidade de produção dos bens de primeira necessidade só pode ser temporária onde as gradações do solo compreendem terras inaproveitáveis, a não ser que a falta de vontade de poupar impeça o crescimento do capital. Mas embora o trigo, nesse caso, custasse pouco trabalho, seu valor de troca seria alto, isto é, teria maior capacidade de adquirir bens.

19 - Segundo os cálculos do Sr. Colquhoun, o valor de nosso comércio interno e exterior, e de nossas manufaturas, excluídas as matérias-primas, é aproximadamente igual ao valor bruto derivado da terra. É provável que isso não aconteça a nenhum outro país grande.

20 - Podemos dizer que as rendas tendem a elevar-se quando há mais capital disponível para ser empregado em terras antigas, mas que não pode ser aplicado sem retornos menores. Quando os lucros caem nas manufaturas e no comércio, devido à redução do preço das mercadorias, os capitalistas dispõem-se a pagar rendas mais altas por propriedades antigas.

21 - É preciso observar, fazendo-se justiça aos agricultores escoceses, que estes empregam seu capital de maneira tão habilidosa e econômica que, ao mesmo tempo que aumentaram prodigiosamente a produção, aumentaram também a proporção devida ao proprietário de terra. A diferença entre a parte da produção que cabe ao proprietário da terra na Escócia e na Inglaterra é extraordinária, a ponto de não poder ser explicada pela natureza do solo, pela ausência de dízimos e de donativos para os pobres. Consultar o valioso Relatório Sobre a Agricultura na Escócia, de Sir John Sinclair, e Informes Gerais, publicado recentemente. Esses trabalhos estão repletos de informações muito úteis e interessantes sobre questões agrícolas.

22 - As consequências da importação de trigo estrangeiro serão consideradas com mais detalhes na próxima seção e numa parte subsequente deste capítulo.

23 - Já dei a entender, antes, que o lucro pode ser inadequadamente chamado de excedente. Mas, seja excedente ou não, o lucro é a mais importante fonte de riqueza por ser, incontestavelmente, a principal fonte de acumulação.

24 - Parece que o Sr. Ricardo sempre supõe que as dificuldades cada vez maiores da produção serão sempre superadas por preços cada vez mais altos, e que o volume da produção será o mesmo. Mas essa é uma suposição injustificada. De onde viria o preço mais alto? Maiores dificuldades, na situação real dos recursos de um país, sempre levam à diminuição da produção.

25 - Foi especificamente essa aplicação insólita de termos comuns que tornou o trabalho do Sr. Ricardo tão

difícil de entender. Na verdade, requer um esforço mental constante e penoso lembrar-se a todo momento o que ele quer dizer com rendas altas e baixas, e com salários altos e baixos. Em outros aspectos, sempre considerei o trabalho perfeitamente claro. Nunca é obscuro, a não ser quando a própria concepção está errada, ou quando os termos são usados em sentido pouco comum.

26 - Penso que essa interpretação do termo renda da terra é inteiramente coerente com a primeira definição que lhe dei. Considero renda a *parcela* (e não *proporção*) do valor da produção que cabe ao proprietário da terra; se o valor da produção global de qualquer extensão de terra aumenta, a *parcela* do valor que pertence ao proprietário pode aumentar substancialmente, embora a *proporção* que mantém com a produção global possa diminuir. O Sr. Ricardo mesmo afirmou claramente (p. 401) [op. cit., p. 271] que qualquer soma obtida pela produção agrícola, acima dos custos de produção, é renda em dinheiro. Mas se acontece de as rendas em dinheiro subirem continuamente tendo ao mesmo tempo um maior valor de troca real, embora represente uma proporção menor em relação ao valor da produção agrícola global em questão, é óbvio que nem a renda em dinheiro nem a renda real são reguladas por essa proporção.

27 - Sempre é muito importante lembrar que o alto preço do trigo, entre 1798 e 1814, foi gerado pela guerra e pelas estações do ano e não por leis inerentes ao trigo. Note-se também que um país com os portos abertos está sujeito a grandes variações de preço na guerra e na paz.

28 - Se as restrições à importação aumentassem necessariamente a quantidade de trabalho e de capital

requeridos na produção de trigo, é claro que nunca poderíamos defendê-las como fator de aumento da riqueza e da força produtiva. Mas, se ao dirigir o capital para a terra essas restrições criam melhorias permanentes, toda a questão muda de figura. Melhorias agrícolas permanentes são como a aquisição de terras adicionais. Entretanto, mesmo que não produzissem efeitos desse tipo, seriam necessárias por outros motivos, ainda mais importantes. Eventos recentes nos levam a observar um grande aumento na *proporção* de nossa população manufatureira e isso nos causa muita inquietação, tanto em relação à felicidade quanto em relação à liberdade de nosso país.

29 - Refiro-me ao valor de troca e à taxa de lucros, não à abundância de bens de conforto e de luxo. Em quase todos os aperfeiçoamentos da maquinaria, o Estado beneficia-se infinitamente mais que os produtores, mas não em relação à taxa de lucros e ao valor de troca real.

30 - Isto é, supondo que as gradações fossem em direção às máquinas piores, das quais fosse necessário usar algumas, mas não no sentido contrário. A razão pela qual as manufaturas e os bens não admitem comparação com as rendas é que os bens de primeira necessidade, num território limitado, sempre tendem ao mesmo valor de troca, tenham eles custado pouco ou muito trabalho; mas o valor de troca das manufaturas, quando estas não estão sujeitas a um monopólio artificial, cai com a facilidade de produzi-las. Por isso podemos supor um preço dado; se pudéssemos, a facilidade de produção, em ambos os casos, seria igualmente uma medida de redução de trabalho.

31 - A Cédula D incluía toda espécie de profissão. O total chegava a 3 milhões, dos quais as profissões atingiam mais de 1 milhão.

32 - É preciso lembrar sempre que os lucros nacionais da terra devem incluir as rendas, bem como os lucros agrícolas comuns.

33 - O algodão não é um produto mais peculiar deste país que a seda; e receio que a desgraça caia sobre nós, maior que qualquer uma que já tivemos, se a prosperidade do nosso comércio de algodão se tornar necessária para comprar alimentos para uma parcela ponderável do nosso povo!

34 - Em circunstâncias semelhantes, com respeito ao capital, à competência técnica etc., é óbvio que terras com o mesmo grau de aridez não poderiam ser cultivadas se, devido à inexistência de hábitos prudentes, os trabalhadores fossem bem pagos; mas desistir do pequeno aumento de produção e de população decorrentes do cultivo de tais terras, num território grande e fértil, seria um sacrifício imperceptível, enquanto a felicidade resultante disso para a grande massa da população não tem preço.

35 - O próprio Sr. Ricardo é um exemplo do que afirmo. Graças a seu talento e operosidade, tornou-se o proprietário de considerável extensão de terras; e eu não poderia mencionar homem mais honrado e esplêndido, nem um homem, entre todos os proprietários, que, por suas qualidades intelectuais e por sua humanidade, mereça mais o que ganhou ou que aplique melhor seus ganhos. É um tanto curioso que o Sr. Ricardo, que recebe rendas consideráveis, tenha menosprezado tanto a

importância nacional das mesmas; e eu, que nunca recebi nem tenho possibilidades de vir a receber renda alguma, talvez seja acusado de superestimar sua importância. Nossas diferentes condições e opiniões servem, ao menos, para mostrar nossa mútua sinceridade, e talvez deem vazão a uma grande presunção, ou seja, a de que, quaisquer que tenham sido as influências a que estivemos sujeitos ao apresentar nossas teorias, entre elas não se conta aquela contra a qual talvez seja mais difícil se defender, como sejam as influências inconscientes de condição social e de interesses.

36 - A queda no preço do trabalho, ocorrida em 1815 e 1816, foi ocasionada exclusivamente por uma redução da demanda decorrente das perdas dos arrendatários, e de modo algum por uma diminuição do custo de produção.

37 - Ver o engenhoso panfleto do Sr. Barton sobre as classes trabalhadoras.

38 - Tem-se afirmado ultimamente que o cultivo da terra com enxada proporcionaria maiores produtos brutos e líquidos. Estou sempre pronto a aceitar a experiência bem fundamentada; mas se tal experiência se aplica nesse caso, é absolutamente surpreendente o uso continuado de arados e cavalos na agricultura. Todavia, mesmo supondo que o uso da enxada pode, em certos solos, melhorar a terra a ponto de compensar com vantagens a despesa adicional do trabalho, considerado separadamente, mesmo assim, como é preciso manter os cavalos e estes são necessários para transportar a produção agrícola ao mercado, dificilmente seria conveniente para o agricultor empregar homens para capinar seus campos enquanto seus cavalos

permanecem inativos nos estábulos. Baseado na experiência, eu diria que é o comércio, o preço e a habilidade que concorrerão para o cultivo de grandes extensões de terras pobres abandonadas — não a enxada.

39 - Digo *principalmente* porque, de fato, embora possa ser insignificante, quase sempre se paga alguma renda pelos componentes do capital do arrendatário.

40 - É necessário qualificar a posição desse modo porque, em relação aos principais produtos agrícolas, pode facilmente acontecer que nem todas as partes de um produto tenham o mesmo valor. Se um arrendatário cultivasse suas terras por meio de empregados domésticos que vivessem em sua casa, e que ele alimentasse e vestisse, seus adiantamentos sempre seriam quase da mesma grandeza e do mesmo elevado valor de uso; mas, no caso de uma saturação decorrente do fechamento de um mercado habitual ou de uma safra inusitadamente abundante, uma parte da produção não teria nenhum valor de uso nem de troca, e seus lucros não poderiam, de modo algum, ser determinados pelo excesso da quantidade produzida, acima dos adiantamentos necessários à sua produção.

41 - Num capítulo anterior afirmei que a demanda de trabalho não depende apenas do capital, mas do capital e dos rendimentos tomados em conjunto, ou do valor do produto total; mas para ilustrar a presente suposição, só é necessário considerar o capital e o trabalho. Podemos admitir que não haverá nenhuma dificuldade com respeito à demanda.

42 - *Annals of Agriculture*. Nº 270, pp. 96-97; nº 271, p. 215. O Sr. Young expressa surpresa considerável em relação a esses resultados e parece não se dar conta de que os rendimentos anuais da terra nada tinham a ver com os preços, mas expressavam basicamente a abundância ou escassez do capital móvel (*movable*) comparado aos meios de empregá-lo.

43 - Talvez seja preciso reconhecer que Adam Smith, ao falar dos efeitos da acumulação e da concorrência sobre os lucros, naturalmente queira referir-se a um território limitado, a uma população limitada e uma demanda limitada; mas a acumulação de capital nessas circunstâncias envolve todas as causas que podem afetar os lucros.

44 - Os milhões em capital gasto em drenagens, estradas e canais construídos para atender ao transporte dos produtos agrícolas tenderam mais a elevar que a diminuir os lucros, e talvez ainda se possa empregar muitos milhões com o mesmo efeito vantajoso.

45 - Quando exigem a importação do trigo, nossos manufatores pensam principalmente na demanda adicional de suas mercadorias ocasionada pelo aumento das importações, e parecem esquecer o aumento prodigioso da oferta ocasionado pela concorrência de tantos capitais e trabalhadores no mesmo ramo de negócios

46 - Diz o Sr. Ricardo (cap. XX, p. 275) [*Princípios de Economia Política e Tributação*. Op. cit., p. 190] que “só é invariável a mercadoria que requer sempre o mesmo sacrifício em esforços e trabalho para ser produzida”. O que significa aqui o termo “invariável”? Não pode

significar valor de troca invariável, porque o próprio Sr. Ricardo reconhece que as mercadorias em que se emprega o mesmo esforço e o mesmo trabalho muito frequentemente não são intercambiáveis. Como medida de valor de troca, esse padrão é muito mais variável do que os que ele rejeita; e não é fácil dizer em que outro sentido se pode entender esse termo.

47 - LAUDERDALE, Lorde. *Inquiry into the Nature and Origin of Public Wealth*. 2ª ed. Cap. IV, p. 198. Consultar o capítulo sobre “Parcimônia”. Lorde Lauderdale parece ter ido longe demais ao depreciar a acumulação, assim como outros autores foram longe demais ao recomendá-la. Essa tendência aos extremos é exatamente o que considero a grande fonte de erros na Economia Política.

48 - Numa resposta ao Sr. Spence, publicada em 1808, o Sr. Mill formulou muito claramente o princípio de que as mercadorias só são adquiridas por mercadorias, e que metade delas sempre fornece o mercado para a outra metade. O mesmo princípio parece ter sido adotado incondicionalmente pelo autor de um artigo excelente sobre as Leis do Trigo publicado no Suplemento da *Encyclopaedia Britannica*, já mencionado em capítulo anterior.

49 - Os teóricos da Economia Política, temendo atribuir importância excessiva ao dinheiro, acabaram por não considerá-lo devidamente. É uma verdade abstrata dizer que queremos mercadorias, e não dinheiro. Contudo, na realidade nenhuma mercadoria pela qual seja possível trocar imediatamente os nossos bens pode substituir adequadamente o meio circulante nem pode possibilitar-nos, da mesma maneira, prover os filhos, comprar terras ou adquirir trabalho e provisões para um ano ou dois. Um

meio circulante é absolutamente necessário para que haja uma poupança considerável; mesmo o manufator só poderia progredir lentamente se fosse obrigado a acumular em espécie todos os salários de seus trabalhadores. Não é de surpreender que ele queira dinheiro, em vez de outras mercadorias. Podemos estar certos de que, se o arrendatário ou manufator dos países civilizados não puderem vender seus produtos de modo a obter lucros estimados em dinheiro, sua produção diminuirá imediatamente. O meio circulante representa papel tão importante na distribuição da riqueza e no incentivo à produção que não considerá-lo leva-nos, muitas vezes, ao erro.

50 - De todos os conceitos apresentados por homens capazes e talentosos que tive a oportunidade de conhecer, o conceito do Sr. Say, segundo o qual *um produto consumido ou destruído constitui uma redução do mercado* (Livro Primeiro, cap. 15), parece-me o mais frontalmente contrário a uma concepção correta e o mais refutado pela experiência, embora se deduza da nova teoria que as mercadorias devem ser consideradas apenas em sua relação mútua — e não em relação aos consumidores. O que aconteceria com a demanda de mercadorias, pergunto, se se suspendesse o consumo de todos os bens, com exceção de pão e água, durante os próximos seis meses? Que acumulação de mercadorias! Que *mercado*! Que mercado prodigioso esse evento não criaria!

51 - O leitor já deve saber que não compartilho das apreensões do Sr. Owen em relação aos efeitos permanentes das máquinas. Mas, nessa questão, julgo que o Sr. Owen apresentou os argumentos mais

convincentes entre todos os que pensam que a acumulação assegura uma demanda efetiva.

52 - Na Noruega e na Suécia, particularmente na Noruega, onde o trabalhador rural vive com a família do arrendatário ou tem uma porção de terra em lugar de salário, ele geralmente se alimenta muito bem, embora haja pouca demanda de trabalho e uma competição considerável por tal emprego. Nos países que estão nessa situação (e há muitos no mundo), é absolutamente inútil tentar estimar os lucros por meio do excedente de produção sobre o que é consumido para obtê-la, pois muitas vezes o mercado para esse excedente é pequeno ou inexistente. É evidente que tudo depende do valor de troca da produção disponível.

53 - A parcimônia, ou a conversão de rendimentos em capital, pode ocorrer sem nenhuma redução do consumo se os rendimentos aumentarem antes.

54 - O capital só é retirado daqueles setores em que pode ser economizado. Quase nunca é retirado da agricultura. Nada é mais comum, como afirmei no capítulo sobre as rendas, do que um aumento de lucros, não apenas sem que se retire qualquer capital da terra, mas sob um investimento contínuo de capital na agricultura. A pressuposição de preços constantes do Sr. Ricardo torna absolutamente impossível explicar teoricamente as coisas como elas são. Se o capital não é considerado à luz da oferta e da procura, aquele evento muito familiar de rápida recuperação de capital durante uma guerra seria inexplicável.

55 - SUSMILCH. *Essay on Population*. 5ª ed., v. III, p. 60; v. I, p. 459. Em outros países, são pouquíssimas as

pessoas que vivem no campo e que não trabalham na agricultura; mas isso não acontece na Inglaterra.

56 - *Essai Politique sur la Nouvelle Espagne*. Livro Quarto, t. III, cap. IX, p. 28. “Duvido que exista outra planta na face da terra que, num espaço tão pequeno, produza uma quantidade tão considerável de substância nutritiva.”

57 - "Num país particularmente fértil, 1/2 hectare, ou uma jeira oficial plantada com bananas das grandes, pode alimentar mais de cinquenta pessoas, enquanto na Europa a mesma área não proporciona mais que 576 quilogramas de farinha de trigo, quantidade que não é suficiente para a subsistência de duas pessoas; assim, nada espanta mais os europeus recém-chegados à zona equatorial do que a pequeníssima dimensão dos terrenos cultivados ao redor de uma cabana abrigando uma família numerosa de indígenas."

58 - "Em pouco tempo a necessidade desperta a iniciativa; começa-se a cultivar o solo das ravinas e as encostas das montanhas, onde quer que a rocha esteja coberta de terra. Estabelecem-se fazendas nas vizinhanças da mina: a carestia dos víveres, o preço considerável em que a concorrência dos compradores mantém os produtos agrícolas compensam o lavrador das privações às quais o expõe a vida penosa nas montanhas."

59 - "Hoje em dia, muitas léguas quadradas de terra são ocupadas por duas ou três cabanas, em torno das quais vagueiam bois semi-selvagens. Um pequeno número de poderosas famílias que vivem no planalto central possui a maior parte das terras litorâneas das

Intendências de Vera Cruz e de São Luís de Potosi. Não há leis agrárias que obriguem os proprietários a vender suas terras caso não queiram cultivá-las."

60 - "As pessoas que refletiram seriamente sobre a riqueza do solo mexicano sabem que, por meio de um cultivo mais cuidadoso, e mesmo sem obras de irrigação, a parcela já preparada das terras poderia prover a subsistência de uma população de oito a dez vezes maior... Se as planícies férteis de Atalisco, de Cholula e de Puebla não produzem colheitas mais abundantes, a causa principal disso deve ser procurada na falta de consumidores, e nos entraves que as desigualdades na propriedade da terra representam para o desenvolvimento do comércio interno de cereais, e sobretudo para o transporte da produção para a costa do mar das Antilhas."

61 - A partir do que foi dito aqui, o leitor poderá notar que não concordo de maneira alguma com o que diz o Sr. Ricardo em seu capítulo “Sobre o rendimento bruto e o rendimento líquido”. Eu não hesitaria um momento em dizer que um país cuja renda líquida de rendas da terra e de lucros, consistindo em alimentação e vestuário para 5 milhões de pessoas, seria evidentemente mais rico e poderoso se essa renda líquida fosse obtida por 7 milhões de pessoas em vez de cinco, supondo a mesma remuneração por pessoa. O produto global seria maior; e dentre os 2 milhões adicionais de trabalhadores, parte teria, sem dúvida, uma parcela de seus salários disponível. Mas eu também perguntaria o que pode acontecer ao capital, assim como às pessoas, no caso de uma mudança como essa. E óbvio que uma parte considerável se tornaria excessiva e inútil. Entretanto, concordo com o Sr. Ricardo quando ele aprova a

poupança de trabalho e a invenção de máquinas, mas isso porque acho que sua tendência é aumentar o produto bruto e abrir caminho para uma população e um capital maiores. Se a poupança de trabalho se fizesse acompanhar dos efeitos mencionados no exemplo do Sr. Ricardo, eu concordaria com o Sr. Sismondi e o Sr. Owen, que a consideram uma grande desgraça.

62 - Parece-me que se as duas primeiras frases do capítulo do Sr. Ricardo sobre o comércio exterior tivessem algum fundamento, não haveria esse intercâmbio entre as nações.

63 - Porém, isso não acontece necessariamente. Um estímulo maior ao consumo pode induzir algumas pessoas a gastarem o que de outro modo teriam poupado e, em muitos casos, a riqueza do país, ao invés de sofrer com essa mudança, ganha com ela. Quando o consumo cresce, ele gera um aumento nos preços de mercado e nos lucros. O aumento dos lucros logo recupera o capital que foi desviado por algum tempo do setor a que se destinava; e o país adquire o hábito de consumir ainda mais, tendo ao mesmo tempo os meios de satisfazer esse hábito.

64 - Obrigar o agricultor de certa extensão de terras férteis a manter dois homens e dois cavalos para o Estado pode, em alguns casos, apenas induzi-lo a cultivar mais e criar mais riqueza do que de outra forma o faria. Essa imposição deixá-lo-á tão rico quanto antes, e a nação ficará mais rica. Mas se a mesma obrigação fosse imposta a um agricultor com a mesma extensão de terras pobres, não valeria mais a pena trabalhar a propriedade e a consequência natural seria o abandono do cultivo. Uma tributação indiscriminada e pesada sobre

o produto bruto poderia espalhar imediatamente a desolação num país capaz de produzir uma riqueza considerável sob um sistema melhor.

65 - Num país com grande dívida pública, nenhum dever pode ser considerado mais sagrado pelos administradores do governo do que evitar quaisquer variações no meio circulante, além daquelas correspondentes às variações do valor dos metais preciosos. Tenho plena consciência das vantagens temporárias que podem originar-se de uma queda no valor do dinheiro; e talvez seja verdade que parte das dificuldades do ano passado — embora eu acredite que apenas pequena parte — foi ocasionada pela medida tomada recentemente para restaurar o justo valor do meio circulante. Mas alguma providência nesse sentido era indispensável e o Sr. Ricardo merece os agradecimentos do país por ter sugerido uma que tornou a transição mais fácil do que se poderia esperar.

66 - Os lucros do capital não podem ser superiores àqueles que a terra permite, mas podem ser menores em qualquer grau. A grande diferença entre o Sr. Ricardo e eu, em relação a esse ponto, é que o Sr. Ricardo pensa que os lucros são *regulados* pelas condições da terra; eu acho que são apenas *limitados* por elas em seu nível superior, e que, se o capital é abundante, comparativamente à demanda de mercadorias, os lucros podem ser mais ou menos baixos, apesar da fertilidade da terra.

Table of Contents

- Introdução
- Capitulo I - As Definições de Riqueza e de Trabalho Produtivo
  - Seção I - As Definições de Riqueza
  - Seção II - Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo
- Capitulo II - A Natureza e as Medidas do Valor
  - Seção I - Os Diferentes Tipos de Valor
  - Seção II - A Forma pela qual a Oferta e a Procura Afetam o Valor de Troca
  - Seção III - A Influência do Custo de Produção sobre o Valor de Troca
  - Seção IV - O Trabalho Empregado na Produção de uma Mercadoria Considerado como Medida do Valor de Troca
  - Seção V - O Dinheiro Considerado uma Medida de Valor, quando seu Custo é Uniforme
  - Seção VI - O Trabalho que uma Mercadoria Adquire, Considerado como Medida do Valor Real de Troca
  - Seção VII - O Meio-Termo entre o Trigo e o Trabalho, Considerado como Medida do Valor Real de Troca
- Capitulo III - A Renda da Terra
  - Seção I - A Natureza e as Causas da Renda da Terra
  - Seção II - A Necessidade de Separar a Renda da Terra dos Lucros do Agricultor e dos Salários do Trabalhador
  - Seção III - As Causas que Tendem a Elevar a Renda da Terra no Curso do Desenvolvimento

Normal da Sociedade
Seção IV - As Causas que Tendem a Diminuir a Renda da Terra
Seção V - A Dependência do Volume Efetivo de Produção da Terra em Relação à Renda e aos Preços Vigentes
Seção VI - A Relação entre a Riqueza Comparativamente Grande e o Preço Comparativamente Alto dos Produtos Agrícolas
Seção VII - As Causas que Podem Levar o Proprietário a Incorrer em Erro ao Arrendar suas Terras, com Prejuízo tanto para Ele como para o País
Seção VIII - A Relação Estrita e Necessária entre os Interesses do Proprietário de Terras e os do Estado, num País que Sustente sua Própria População
Seção IX - A Identidade de Interesses do Proprietário de Terras e do Estado em Países Importadores de Trigo
Seção X - Considerações Gerais sobre a Produção Agrícola Excedente
Capitulo IV - Os Salários
Seção I - A Dependência do Trabalho em Relação à Oferta e à Procura
Seção II - As Principais Causas que Afetam os Hábitos das Classes Trabalhadoras
Seção III - As Principais Causas que Influem sobre a Demanda de Trabalho e sobre o Aumento da População
Seção IV - As Consequências de uma Queda no Valor do Dinheiro sobre a Demanda de Trabalho e sobre as Condições de Vida do Trabalhador
Seção V - Conclusões da Análise dos Preços do Trigo e do Trabalho durante os Últimos Cinco Séculos

Capitulo V - Os Lucros do Capital
- Seção I - Como a Crescente Dificuldade de Obter os Meios de Subsistência afeta os Lucros
- Seção II - Como a Proporção do Capital sobre o Trabalho Afeta os Lucros
- Seção III - O Efeito das Causas que Atuam na Prática sobre os Lucros
- Seção IV - Observações Sobre a Teoria dos Lucros do Sr. Ricardo

Capitulo VI - A Distinção Entre Riqueza e Valor
Capitulo VII - As Causas Imediatas do Crescimento da Riqueza
- Seção I - O Objetivo Específico da Investigação
- Seção II - O Aumento da População como Estímulo ao Crescimento Contínuo da Riqueza
- Seção III - A Acumulação, ou a Poupança de Rendimentos a ser Acrescentada ao Capital, vista como Estímulo ao Crescimento da Riqueza
- Seção IV - A Fertilidade do Solo, Vista como Estímulo ao Crescimento Contínuo da Riqueza
- Seção V - As Invenções que poupam Trabalho, Vistas como Estímulo ao Crescimento Contínuo da Riqueza
- Seção VI - A Necessidade de Aliar a Capacidade Produtiva aos Meios de Distribuição, a Fim de Assegurar um Aumento Permanente da Riqueza
- Seção VII - A Distribuição Gerada pela Divisão da Propriedade Rural, Considerada como Meio de Aumentar o Valor de Troca do Produto Total
- Seção VIII - A Distribuição Gerada pelo Comércio Interno e Externo, Considerada como Meio de Aumentar o Valor de Troca do Produto
- Seção IX - A Distribuição Ocasionada pelos Consumidores Improdutivos, Considerada como Meio de Aumentar o Valor de Troca do Produto Total

Seção X - Aplicação de Alguns Princípios Anteriores às Dificuldades das Classes Trabalhadoras a partir de 1815, com Observações Gerais